

psicologia
revista

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reitor

Vidal Serrano Nunes Júnior

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP

Direção

Patrícia Jundi Penha

Vice-direção

Plínio de Almeida Maciel Junior

A *Psicologia Revista* tem por objetivo contribuir para a produção do conhecimento em Psicologia, por meio da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experiências de ensino, serviço ou extensão. Também é oferecido um espaço para jovens autores, composto por trabalhos de alunos e alunas da graduação. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e de relevância, realizada por pareceristas, e por uma revisão editorial, que verifica a adequação do texto às normas, bem como a verificação de plágio. A revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.

Forma de difusão: eletrônica.

Apoio

Assessoria de Pesquisa PUC-SP. Auxílio a Periódicos (PubPer)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP. – N. 1
(1995) – São Paulo: EDUC

1995 –
Interrompida de 2001 a 2003
Recuperada em 2004 (volume 13, número 1)
Semestral

ISSN 2594-3871

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

Indexadores

Base, Crossref, Diadorim, Dimensions, DOAJ, Fatcat.wiki, Google Scholar, Latindex, LatinREV, LILACS, Miguilim, Index Psi Periódicos, ROAD, Sudoc, Ulrich's Periodicals Directory, Wikidata

ISSN 2594-3871

35
1

psicologia revista



revista da faculdade de ciências humanas e da saúde – PUC-SP

psicologia revista

Editor chefe

Marcelo Camargo Batistuzzo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Vice editor

Camila Santos Lima Fonteles, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Conselho Executivo

Débora de Mello e Souza, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Emerson Ferreira da Costa Leite, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria Cristina Pinto Gattai, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria da Graça Marchina Gonçalves, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Mariana Salles Kehl, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Ricardo Radin Bueno, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Rodrigo Toledo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Solange Aparecida Emilio, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Scarlett Borges Fernandes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Editores juniores

Giselda Lopes de Aquino, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Joyce Francisco Manrique, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Solange Aparecida de Lima, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Michele Donizete Ferreira Borges Parola, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Nathalia Carballeira Pereira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Universidade Federal da Bahia

Carlos Roberto Drawin, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

Claudia Lemos, Instituto de Estudos de Linguagem – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

Eduardo Vianna, City University of New York, New York, EUA

Elaine Gomes dos Reis Alves, Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres (CEPED) da Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Iray Carone, Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Liana Fortunato Costa, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Lisandro Vales Motta, Universidad de la Republica, Uruguay

Luiz Roberto Monzani, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

Magali Ravit, Université Lumière Lyon 2, France

Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Mathilde Neder, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Pedrinho Árcides Guareschi, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Peter Kevin Spink, Fundação Getúlio Vargas, Brasil

Ubiratan D'Ambrosio, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Wanda C. Rodríguez Arocho, Universidad de Puerto Rico, Puerto Rico

Normalização e Editoração

Leonardo Seda

Correspondência:

psicologia revista

Rua Monte Alegre, 984, Sala T-52

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Fone (11) 3670-8155 – Das 9:00 às 18:00

E-mail: psicorevista@puccsp.br

Sumário

Editorial	8
------------------------	----------

Artigos Teóricos

Formação social e política em psicologia: educação, saúde e assistência social.....	11
---	----

Social and political formation in psychology: education, health, and social assistance

Formación social y política en psicología: educación, salud y asistencia social

Gustavo Henrique Carretero

Silvana Cardoso Brandão

Daniel Goulart Rigotti

Fernanda de Lourdes de Freitas

Do instinto de morte à inveja inata: um estudo comparativo entre Freud e Melanie Klein.....	33
---	----

From the death instinct to innate envy: a comparative study between freud and melanie klein

Del instinto de muerte a la envidia innata: un estudio comparativo entre Freud y Melanie Klein

Alexandre Patricio Almeida

Aprender, afetar-se e tornar-se psicóloga: cartografia de uma travessia formativa.....	61
--	----

Learning, being affected, and becoming a psychologist: a cartography of a formative journey

Aprender, afectarse y devenir psicóloga: cartografía de una travesía formativa

Daniela De Maman

Entre verbetes: a contribuição de Freud para o dicionário de Albert Villaret.....	81
---	----

Between entries: Freud's Contribution to Albert Villaret's Dictionary

Entre entradas: la contribución de Freud al diccionario de Albert Villaret

Lucas Valiati

Relatos de Pesquisa Empírica

Mulheres quilombolas e medicalização social: compreensões sobre a colonização de corpos negros.....	99
---	----

Quilombolas women and social medicalization: understandings about the colonization of black bodies

Mujeres quilombolas y medicalización social: entendimientos sobre la colonización de cuerpos negros

Lusiane Miranda Palma

Candida Maria Bezerra Dantas

Qualidade conjugal, ajustamento diádico e coparentalidade: um estudo comparativo.....	122
---	-----

Marital quality, dyadic adjustment and coparenting: a comparative study

Calidad conyugal, ajuste diádico y coparentalidad: un estudio comparativo

Daiana Fidelis

Clarisse Mosmann

Memórias das experiências sexuais infantis: reflexões sobre brincadeiras, táticas e violência.....	144
<i>Recuerdos de experiencias sexuales infantiles: reflexiones sobre juegos, tácticas y violencia</i>	
<i>Memories of childhood sexual experiences: reflections on games, tactics, and violence</i>	
Cintia de Sousa Carvalho	
Letícia Carolina de Paula	
Anelise Silva	
Camila dos Anjos	
James Marques	
Vinicius Gabriel	
Wilmar Neves Neto	

Jovens Autores

A interlocução entre Amor Patológico e violência e suas influências na saúde mental.....	165
<i>The interlocution between Pathological Love and violence and their influences on mental health</i>	
<i>La interlocución entre Amor Patológico y violencia y sus influencias en la salud mental</i>	
Yasmim Ferreira Pinheiro de Souza	
Raphael Curioni Raia	
Entre a luz do palco e a sombra das coxias: uma análise psicanalítica sobre o desejo e o discurso no <i>Ballet</i> clássico.....	190
<i>Between the light of the stage and the shadows of the backstage: a psychoanalytic analysis of desire and discourse in classical ballet.</i>	
<i>Entre la luz y la sombra del escenarios: una análisis psicoanalítico del deseo y el discurso en el ballet clásico.</i>	
Valentina Araujo Santana	
Juliana Fonseca de Almeida Gama	

Resenha

Formação crítica e compromisso social na Psicologia Escolar Latino-Americana contemporânea.....	212
<i>Critical Training and Social Commitment in Contemporary Latin American School Psychology</i>	
<i>Formación crítica y compromiso social en la Psicología Escolar Latinoamericana contemporánea</i>	
Marli Polenz Ferreira	
Francisco Nilton Gomes de Oliveira	

Memórias

Carla Cristina Garcia (1967-2025) e os 40 anos de feminismo na PUC-SP.....	216
Aline Mandelli	
Beatriz Borges Brambilla	
Betina Teixeira Pinto Ticoulat	
Fabio Mariano da Silva	
Jessica Idalina Ribeiro da Silva	
José Francisco Greco Martins	

Editorial

A diversidade institucional e geográfica representada no presente número da *Psicologia Revista* reafirma um dos principais compromissos deste periódico: promover o diálogo entre diferentes tradições de pesquisa e perspectivas teóricas da Psicologia brasileira. Os artigos aqui reunidos são provenientes de universidades e instituições distribuídas por diferentes regiões do país (para uma representação gráfica, ver a Figura 1), abrangendo diversos estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Paraíba e Rio Grande do Norte. Essa pluralidade evidencia a riqueza da produção nacional em Psicologia e posiciona a *Psicologia Revista* como um instrumento de circulação deste conhecimento científico.

O presente número reúne estudos teóricos, pesquisas empíricas, trabalhos de jovens autores, uma resenha e uma homenagem em memória da professora Carla Cristina Garcia (PUC-SP), compondo um panorama abrangente de questões contemporâneas que atravessam a formação, a prática profissional e a produção de conhecimento em Psicologia.

Os artigos teóricos discutem temas importantes para a área, incluindo a formação social e política de psicólogas e psicólogos, reflexões sobre a obra de Freud e de Melanie Klein, os processos formativos na graduação em Psicologia e contribuições ao pensamento psicanalítico. Em conjunto, essas produções reafirmam a importância do diálogo entre tradição, crítica e renovação conceitual.

As pesquisas empíricas abordam diferentes contextos de vulnerabilidade e de desenvolvimento humano, contemplando questões relacionadas à medicalização; às relações conjugais e à coparentalidade; e às experiências da sexualidade na infância e seus desdobramentos. A seção dedicada aos jovens autores destaca, por sua vez, produções científicas de psicólogos e psicólogas em início de carreira, abordando temas como a violência nas relações afetivas e os processos subjetivos no contexto artístico.

Figura 1. Representação da proveniência dos artigos do número: universidades e estados

Cor	Universidade	Estado
Amarelo	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	RS
Azul	Centro Universitário Unifacisa (UNIFACISA)	PB
	Prefeitura Municipal de Hortolândia	SP
Azul Escuro	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG
	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)	SP
Cinza	Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES)	GO
Laranja	Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto (UNIFASE)	RJ
Preto	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN
	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS
Roxo	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ
Verde	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	SP
Vermelho	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	PR
Vinho	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	SP

Completam este número uma resenha dedicada à Psicologia Escolar Latino-Americana contemporânea, que ressalta a importância da formação crítica e do compromisso social da profissão, e uma seção de memória que

homenageia a trajetória acadêmica e institucional da professora Carla Cristina Garcia, cuja contribuição marcou de forma significativa a história da Psicologia e da PUC-SP.

Esperamos que este conjunto de trabalhos contribua para fomentar o debate científico, estimular novas investigações e fortalecer o compromisso da Psicologia com a produção de conhecimento rigoroso, plural e socialmente relevante.

Prof. Dr. Marcelo Camargo Batistuzzo

Editor-Chefe

Formação social e política em psicologia: educação, saúde e assistência social

Social and political formation in psychology: education, health, and social assistance

Formación social y política en psicología: educación, salud y asistencia social

Gustavo Henrique Carretero¹

Silvana Cardoso Brandão²

Daniel Goulart Rigotti³

Fernanda de Lourdes de Freitas⁴

Resumo

O artigo possui caráter teórico-reflexivo e discute a formação social e política em Psicologia para atuação em políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e educação. O objeto de estudo é a formação de psicólogas(os) considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas sociais contemporâneas. O objetivo é refletir sobre a necessidade de uma formação crítica e comprometida socialmente, capaz de superar práticas tecnicistas, individualizantes e adaptacionistas presentes historicamente na Psicologia. A atuação em políticas públicas exige revisão dos pressupostos epistemológicos e metodológicos, maior articulação entre teoria e prática e compreensão das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo e neoliberalismo. Na saúde, destaca-se a importância da integralidade, interdisciplinaridade e promoção da cidadania no SUS. Na assistência social, enfatiza-se a garantia de direitos, o sofrimento ético-político e a crítica à patologização da pobreza. Na educação, critica-se a explicação individualizante do fracasso escolar e defende-se uma Psicologia Educacional fundamentada na perspectiva sócio-histórica. Como considerações finais, defende a revisão curricular, ampliação de disciplinas voltadas às políticas sociais e fortalecimento da Psicologia Social, visando formar profissionais comprometidos com os direitos humanos, a transformação social e o enfrentamento das

- 1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9633-2581>. E-mail: gustavocarretero@ufmg.br
- 2 PUC Campinas (Docente aposentada), Brasil. <https://orcid.org/0009-0000-2155-8212>. E-mail: sc.brandao@uol.com.br
- 3 Faculdade Anhanguera Valinhos, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8757-6931>. E-mail: dgrigotti@gmail.com
- 4 Prefeitura Municipal de Hortolândia, Brasil. <https://orcid.org/0009-0004-4337-4165>. E-mail: fernandadelourdes@gmail.com

desigualdades.

Palavras-chave: Formação do Psicólogo; Políticas Públicas; Educação; Saúde; Assistência Social.

Abstract

This theoretical and reflective article discusses social and political training in Psychology for work in public policy in the areas of health, social assistance, and education. The object of study is the academic graduation of psychologists, considering the National Curriculum Guidelines and contemporary social demands. The objective is to reflect on the need for a critical and socially committed education capable of overcoming technicist, individualistic, and adaptationist practices historically present in Psychology. Professional practice in public policies requires the revision of epistemological and methodological assumptions, a stronger articulation between theory and practice, and an understanding of social inequalities produced by capitalism and neoliberalism. In health care, the article highlights the importance of integrality, interdisciplinarity, and citizenship promotion within SUS. In social assistance, it emphasizes the guarantee of rights, ethical-political suffering, and the criticism of the pathologization of poverty. In education, it criticizes individualizing explanations of school failure and defends Educational Psychology grounded in the socio-historical perspective. As final considerations, the article advocates curricular revision, the expansion of disciplines focused on social policies, and the strengthening of Social Psychology, aiming to educate professionals committed to human rights, social transformation, and the confrontation of inequalities.

Keywords: Psychologist graduation; Public policy; Education; Health; Social Assistance.

Resumen

El artículo tiene un carácter teórico-reflexivo y discute la formación social y política en Psicología para la actuación en políticas públicas en las áreas de salud, asistencia social y educación. El objeto de estudio es la formación de psicólogas(os), considerando las Directrices Curriculares Nacionales y las demandas sociales contemporáneas. El objetivo es reflexionar sobre la necesidad de una formación crítica y socialmente comprometida, capaz de superar prácticas tecnicistas, individualistas y adaptacionistas históricamente presentes en la Psicología. La actuación en políticas públicas exige la revisión de los supuestos epistemológicos y metodológicos, una mayor articulación entre teoría y práctica, y la comprensión de las desigualdades sociales producidas por el capitalismo y el neoliberalismo. En el área de la salud, se destaca la importancia de la integralidad, la interdisciplinariedad y la promoción de la ciudadanía en el SUS. En la asistencia social, se enfatiza la garantía de derechos, el sufrimiento ético-político y la crítica a la patologización de la pobreza. En educación, se critican las explicaciones individualizantes del fracaso escolar y se defiende una

Psicología Educativa fundamentada en la perspectiva sociohistórica. Como consideraciones finales, el texto defiende la revisión curricular, la ampliación de disciplinas orientadas a las políticas sociales y el fortalecimiento de la Psicología Social, con el objetivo de formar profesionales comprometidos con los derechos humanos, la transformación social y el enfrentamiento de las desigualdades.

Palabras clave: Formación del Psicólogo; Políticas públicas; Educación; Salud; Asistencia Social.

POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)

O artigo é resultado de mesa-redonda realizada no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) em 2017. A temática e o convite partiram dos organizadores do evento para o Núcleo Campinas e Região da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). As reflexões aqui tecidas baseiam-se em reflexões teóricas, pesquisas e na experiência prática das(os) autoras(es). O objeto de estudo deste trabalho é a formação em Psicologia voltada à atuação em políticas públicas nas áreas da Assistência Social, Educação e Saúde. Para tanto, é realizada uma discussão geral sobre a formação em psicologia para atuação nestes três campos, bem como os debates a respeito das diretrizes curriculares da psicologia¹, buscando efetivar seu compromisso social.

As políticas públicas vêm se constituindo como espaço educativo para a formação do indivíduo na atual configuração do capitalismo. Estas teriam como funções o enquadramento, a padronização e a defesa da vida por meio de práticas elaboradas pelo Estado, portanto, permeadas por contradições e tensões sociais. A Psicologia, ao se inserir em tais espaços, provoca a necessidade de reflexão sobre pressupostos epistemológicos e políticos que orientam sua atuação no sentido de produção da autonomia ou heteronomia, emancipação ou alienação, resistência ou adaptação.

Os avanços na produção do conhecimento psicológico e crítica às ações

¹ Cabe esclarecer que a análise crítica tecida ao longo deste artigo toma como ponto de partida as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2004 (Resolução CNE/CES nº 5/2004), marcos estruturantes das discussões curriculares das últimas décadas. Contudo, essa trajetória histórica e o acúmulo de debates confluem para o processo de revisão iniciado coletivamente em 2018, culminando na posterior homologação das novas DCNs, cujos desdobramentos e o período de transição nos cursos de graduação são atualizados e discutidos na seção final deste trabalho.

tecnicistas e adaptacionistas são notórios no Brasil, principalmente após a década de 80, período marcado por intensas mudanças no cenário político como a Constituição Nacional em 1988 e a decorrente formalização, efetivação e alteração de várias políticas sociais. Neste contexto, novos desafios se apresentaram, ou ainda, velhas questões passaram a se manifestar com novas dimensões. Estamos nos referindo às desigualdades sociais, à violência, às deficiências das políticas sociais, à violação de direitos humanos, enfim, às contradições sociais e históricas presentes no capitalismo. Estes aspectos têm implicações diretas na formação da(o) psicóloga(o), tanto na construção do conhecimento quanto na prática profissional. A(o) psicóloga(o) na sociedade atual tem ampliado, cada vez mais, sua abrangência nas áreas de intervenção. Se, por um lado, este aspecto pode ser considerado um avanço nas práticas psicológicas, por outro, pode incorrer no risco de considerar práticas transformadoras como aquelas realizadas em espaços inovadores, ou seja, o caráter transformador das práticas psicológicas estaria identificado pelo espaço social no qual estas se desenvolvem e não pelas concepções que as sustentam. Por outro lado, as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia implicam a necessidade de mudanças na formação acadêmica e configuram oportunidade de implementar modificações curriculares consistentes com a formação de psicólogas(os) melhor preparadas(os) para responder às demandas postas por estas políticas públicas. Porém, estas alterações curriculares não são suficientes para garantir um novo Pensar/Fazer psicológicos, pois o caráter adaptacionista, tecnicista e assistencialista pode continuar sustentando as concepções que orientam as disciplinas e estrutura curricular como um todo (Brandão, 2004).

Pensar a formação vai além das estruturas curriculares e da formação técnica, deve-se considerar uma formação política comprometida com a transformação social, rompendo a “ordem natural das coisas” que produz sofrimento humano/psíquico (Adorno, 1969/1995). Pensar em uma Psicologia que compreenda o sujeito na tensão indivíduo-sociedade, e não como produto de si mesmo ou produtor de seu próprio sofrimento, uma psicologia que utilize a técnica como meio e não como fim (Horkheimer & Adorno, 1956/1978).

Estes apontamentos não são novos, mas ainda se fazem atuais pela

tendência anunciada na formação acadêmica e atuação profissional para atender às exigências do mercado. Vale lembrar que uma atuação crítica por parte das(os) psicólogas(os) só pode ser pensada quando se tem, no bojo da formação destes, a incorporação da crítica à própria psicologia. Crítica, esta, alcançada por meio de uma formação filosófica e sociológica consistente, que resista à perpetuação da dominação da consciência.

Associado a isso, temos as novas mudanças no cenário internacional, onde a globalização, disfarçada de implantação do neoliberalismo, produziu o crescimento do chamado terceiro setor. Trata-se de uma “nova dimensão” da atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas sociais. Tal elemento confere maior complexidade à atuação da(o) psicóloga(o), bem como implica alterações na formação acadêmica e no processo de formação do indivíduo na cultura. Ampliar a formação e atuação não mais circunscritas a *lôcus* específicos, mas sim na conexão entre políticas. Novas dimensões devem ser pensadas no sentido de construir uma Psicologia com Compromisso Social, ou seja, uma Psicologia voltada para as especificidades da sociedade brasileira.

Atentando para não banalizar o conceito de Compromisso Social, vale pensar: algumas contradições são mantidas, como a de atender às exigências do mercado em detrimento das demandas dos indivíduos. Tal dilema se faz no cotidiano das ações psicológicas e enfrentá-lo é a luta por uma Psicologia comprometida com a emancipação e autonomia dos indivíduos num movimento de resistência à adaptação a ordem social posta e heteronomia.

SUS E O TRABALHO DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS): DIVERGÊNCIAS, CONTRADIÇÕES E AFINIDADES

O SUS preconiza ações em saúde condizentes com uma concepção de saúde multideterminada, singular e historicamente contextualizada, visando ao fortalecimento dos sujeitos na relação entre si e com o mundo que os cerca (Brasil, 2004). Entretanto, esse discurso tem grandes dificuldades de se efetivar na prática, e as(os) psicólogas(os), ainda ocupam um lugar indefinido para si e para os outros profissionais. Evidencia-se o conflito entre o discurso da integralidade proposto pelo SUS e da lógica hegemônica da fragmentação

do saber e do cuidado presente no cotidiano dos serviços.

Para tanto, é preciso resgatar alguns aspectos históricos e estruturantes do SUS e que nos tempos atuais precisam ser lembrados e retomados. Um dos mais importantes é que sua implantação em 1989, dá início à consolidação da saúde como um direito fundamental, tal como definido na Constituição de 1988. Desde então, conforme Vasconcelos e Pasche (2012), sua efetivação tem sido possível com a formulação e implantação de políticas específicas fundamentadas na concepção de saúde multideterminada. Isso nos revela que a instituição do SUS se dá num campo em que prevalece a compreensão de que as manifestações de estados mais ou menos saudáveis ocorrem contextualizadas em um processo histórico para cada sujeito e para os coletivos (Gouveia & Palma, 1999).

O trabalho realizado para a produção de saúde deve atingir o objetivo de produzir, não somente estados mais saudáveis de vida para as pessoas, mas também auxiliar na própria constituição de sujeitos e na ampliação da cidadania para estes.

Em sintonia com o Ministério da Saúde, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou documento no qual defende a expectativa de que o trabalho da Psicologia no SUS seja de articulação entre a assistência às demandas de saúde das(os) usuárias(os) e a ação política (CFP, 2013).

Entendemos que a Psicologia contribui para constituir o corpo de conhecimentos e de práticas da Saúde Coletiva, e se insere no cotidiano das ações ao cuidado à saúde dos serviços de saúde. Mas, historicamente, a Psicologia tem como tradição a prática clínica bastante identificada com a concepção de ser humano individualizada(o) e separada(o) do contexto social.

Com o investimento público para a ampliação e a diversificação de ações em saúde pública e com a crise econômica, vários profissionais de Psicologia ingressaram na saúde pública. Eles tiveram que rever seus referenciais teóricos, que se revelaram insuficientes para a compreensão de realidades distintas das dos consultórios privados e, portanto, criar novas formas de atender às demandas que surgem nos serviços. Muitas vezes determinadas por uma realidade que extrapola os conflitos internos e pessoais dos sujeitos, como, por exemplo, a pobreza.

Para Aguiar e Ronzani (2007) constituem-se assim, a Psicologia Social da Saúde, e a Psicologia Social Comunitária, em que a primeira abarca um novo campo de saber, com redefinições teóricas para sustentação das práticas nos serviços públicos de saúde, e a segunda como uma forma de fazer, valorizando e priorizando as ações junto às comunidades.

O papel e o trabalho da(o) psicóloga(o) na saúde pública reconfiguram-se constantemente desde sua inserção na rede pública de saúde como uma das profissões da saúde (Parise & De Antoni, 2014). A integralidade concebida pela Psicologia Social da Saúde está em consonância com o SUS, em seus princípios fundamentais. As intervenções só fazem sentido na perspectiva de um sujeito e de ações que contemplem vários aspectos que compõem a subjetividade humana e no fortalecimento da cidadania.

Está bastante identificada com a Atenção Primária à Saúde (APS), concebida como porta de entrada preferencial para o SUS e como ordenadora do sistema. É na APS que os profissionais estão mais próximos da realidade dos sujeitos, e o trabalho de prevenção de doenças e de promoção à saúde pode se realizar mais plenamente.

Há diversas formas de atuação para as(os) psicólogas(os) na saúde pública: desenvolvem ações específicas para um grupo de pessoas com transtornos mentais (intrinsecamente ligados à Reforma Psiquiátrica) e ações junto às equipes multidisciplinares (especialmente as da Estratégia Saúde da Família). A esta última ação, é preciso dar destaque ao Apoio Matricial, considerado uma estratégia para o desenvolvimento da capacidade de análise de problemas pela equipe multidisciplinar, com vistas a ampliar sua autonomia e sua capacidade de gestão do trabalho, na perspectiva da cogestão (Campos & Domitti, 2007; Figueiredo & Onocko Campos, 2009).

Entretanto, qual a relação entre a formação, a realidade do trabalho e as expectativas e percepções das(os) psicólogas(os)?

Parece que aqui encontramos contradições, pois, quanto ao fazer das(os) psicólogas(os), apesar das mudanças, as práticas clínicas tradicionais individuais ainda são mais prevalentes. Há também diversas ações que apontam para práticas mais condizentes com o modelo de atenção preconizado pelo SUS: prevenção, promoção da saúde e ações intersetoriais

(Freire & Pichelli, 2013; Parise & De Antoni, 2014).

Notam-se várias possibilidades de inserção das(os) psicólogas(os) no SUS, integrando equipes em Núcleos de Apoio à Saúde da Família² (NASF), Centros de Apoio Psicossocial (CAPS), ambulatórios e hospitais. Todavia, a mais recorrente é como parte das equipes de Atenção Básica (Archanjo & Schraiber, 2012; Parise & De Antoni, 2014; Scarcelli & Junqueira, 2011). Ainda assim, seu lugar ainda é indefinido, posto que são consideradas(os) especialistas onde deveriam ser generalistas, dificultando a efetivação da interdisciplinaridade.

Por outro lado, as(os) psicólogas(os), considerando a formação e a inserção na saúde pública, percebem um grande distanciamento entre os conteúdos acadêmicos relacionados às práticas clínicas e o cotidiano das unidades de saúde pública (Lacerda Júnior & Guzzo, 2005).

Pode ocorrer, então, um choque entre a expectativa e a realidade, gerando tentativas de imposição de um modelo de consultório privado e generalizado, o que dificulta a inserção nas equipes de saúde (Costa & Olivo, 2009; Sousa & Cury, 2009).

Supõe-se que seja possível a transformação da atual realidade de atuação da(o) psicóloga(o). Para tanto, há necessidade de criação de “novas maneiras de intervenção com o ser homem (ao invés de para o homem) e novas aproximações aos problemas psicossociais e sistemas em que estes existem” (Lacerda Júnior & Guzzo, 2005, p. 247).

Uma reflexão a fazer é: como a formação da(o) psicóloga(o) trabalhadora(or) em saúde, de fato, as(os) ajuda a enfrentar criticamente os problemas sociais no seu trabalho? Em tal sentido, a psicologia social resgata à Psicologia, dentro da saúde pública, a possibilidade de atuação na relação entre homem e sociedade, relação esta que considera o processo histórico de constituição do homem e da sociedade como faces do mesmo processo. É, portanto, uma ação política, no sentido de fortalecimento de sujeitos que interferem conscientemente em sua realidade e na dos coletivos, disputando interesses pelo bem comum. Pessoas que conseguem reconhecer a si como

²Os NASFs foram substituídos pelas eMulti em 2023, por meio da Portaria GM/MS nº 635/2023.

sujeitos constituídos por suas experiências pessoais e pelas relações com os outros, e constituintes de uma determinada realidade coletiva e histórica, podem tornar-se sujeitos na transformação objetiva dessa realidade. Isto é, transformar a realidade de forma crítica e democrática, buscando melhoria na qualidade de vida.

ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: INDAGAÇÕES À FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ao recorrermos à literatura sobre a atuação de psicólogas(os) na política de Assistência Social encontramos diversas autoras(es) que nos trazem elementos sobre as configurações históricas da Psicologia no Brasil e seus alinhamentos político-ideológicos (Yamamoto & Oliveira, 2010; Oliveira et al., 2011, 2014; Senra & Guzzo, 2012; Miron & Guareschi, 2017). Outro argumento bastante encontrado refere-se à crítica à formação de psicólogas(os), bem como ao despreparo para a atuação em políticas públicas, especialmente a de Assistência Social (Yamamoto & Oliveira, 2009; Oliveira et al., 2011, 2014; Senra & Guzzo, 2012).

Oliveira et al. (2014) apontam que até a década de 1980, a(o) psicóloga(o) basicamente tratava das demandas das camadas da população, socioeconomicamente médias e altas do Brasil. Não havia preocupação hegemônica com questões pertinentes às classes populares da sociedade brasileira. Refletir e atuar sobre questões inerentes à questão social não era o alvo da categoria.

Segundo alguns artigos (Yamamoto & Oliveira, 2010; Oliveira et al., 2014), nas décadas de 1970 e 1980, a Psicologia se “encontra” com as populações mais pauperizadas pelo modo de produção capitalista. Os textos apontam que desde a profissionalização da Psicologia, dificilmente, seria possível pensar num trabalho com a pobreza. Tal “encontro” ocorre pela expansão do mercado de trabalho nas políticas sociais e pela autocrítica que a Psicologia fez de suas práticas.

A inserção de psicólogas(os) nas políticas públicas traz um complicador à ciência e à profissão: a garantia de direitos passa a se configurar como objeto

de atuação e de reflexão (Miron & Guareschi, 2017). Tais elementos acabam por expor as contradições entre Psicologia e princípios das políticas públicas (Oliveira et al., 2014). Tudo isso, acompanhado da falta de contextualização do trabalho realizado, adequabilidade das teorias psicológicas, crítica ao caráter ideológico das práticas profissionais. O trabalho com as camadas mais pobres da população não foi acompanhado da reelaboração do modelo teórico-prático hegemônico de trabalho.

A inserção dos profissionais de Psicologia no SUAS trouxe, ainda, outro agravante (Yamamoto & Oliveira, 2010; Oliveira et al., 2014): os problemas atendidos são materiais, concretos e requerem intervenções fora do escopo tradicional da Psicologia. Senra e Guzzo (2012) e Miron e Guareschi (2017) apontam que a prática da(o) psicóloga(o) na Assistência Social adota princípios predominantes na Psicologia hegemônica e resulta em ações excessivamente superficiais diante da realidade da população atendida. A inclusão da garantia de direitos, como objeto para a profissão, pode colaborar para a superação de práticas que promovam a patologização, a adaptação, a criminalização e o controle.

Uma das saídas apontada na literatura é a reflexão e alterações na formação de psicólogas(os) (Yamamoto & Oliveira 2010; Oliveira et al., 2011, 2014, Senra & Guzzo, 2012). Algumas questões apontadas são: formação técnica e apolítica; falta de reflexão nos currículos e disciplinas sobre “pobreza”, vulnerabilidade, direitos e políticas públicas; distância entre a formação e a realidade profissional; concepções teórico-metodológicas individualizantes/psicologizantes; hegemonia da clínica privada; inadequabilidade dos referenciais importados e predomínio do ensino de práticas que visam à adaptação.

Outro elemento importante que encontramos na literatura refere-se às atividades a serem realizadas pelas(os) psicólogas(os). Uma das questões é que os profissionais não sabem quais atividades realizar. Demonstramos, em pesquisa anterior (Carretero, 2018), que há um vasto arcabouço de possibilidades de atividades preconizadas. Elas foram denominadas, neste campo, de trabalho social com famílias e seu objeto é o sofrimento ético-político, como propõe Sawaia (1999).

POLÍTICAS PÚBLICAS E ASPECTOS SOCIAIS: QUESTÕES CENTRAIS PARA A FORMAÇÃO DAS(OS) PSICÓLOGAS (OS) EDUCACIONAIS

A formação ofertada às/aos alunas(os) de psicologia, por meio da Psicologia Escolar e Educacional, introduziu a temática referente às políticas públicas em educação e seus aspectos sociais apenas no final da década de 80. Isto devido ao questionamento que esse campo passou a ter em relação às suas bases epistemológicas e às suas finalidades. Até então, as teorias e as práticas psicológicas abordavam as dificuldades escolares de maneira restrita, dando explicações centradas nos aspectos individualizantes, desconsiderando o aspecto político e social.

A relação entre a Psicologia e a Educação iniciou-se com o enfoque voltado a atender as/os aluna(os) que não aprendiam ou que apresentavam comportamentos diferentes da norma considerada. A Psicologia foi chamada para dar explicações a respeito destes comportamentos e adaptar o indivíduo aos padrões normalizantes da época. Para isto, utilizou-se da teoria da carência cultural e de seu aparato avaliativo, por meio de testes psicométricos que, em sua maioria, não condizem com a realidade cultural brasileira. Também elaborou intervenções estritamente individualizadas, com propostas psicodiagnósticas e psicoterapêuticas. Não havia nenhuma contextualização da questão Social, política e cultural, e suas influências na escolarização, assim o fracasso escolar era visto como o resultado da incompetência da criança, de sua família ou das/dos professoras(es) (Patto, 1990; Barbosa; Marinho-Araújo, 2010).

A crítica a este modelo de compreensão foi profundamente analisada por Patto (1990) em sua obra “A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia”. A autora denuncia os fatores já mencionados e aponta a importância de considerarmos elementos sócio-históricos (de classe social, das relações de poder e das questões de ideologia) para fazer a leitura da diversidade da sociedade e da realidade vivida pelas famílias e pelas/pelos estudantes, bem como do processo de produção do fracasso escolar. As explicações da autora para tal fracasso irão confirmar uma visão

preconceituosa em relação às crianças pobres e suas famílias, na qual o oprimido é culpado pelo seu fracasso, e a escola e a sociedade não são olhadas na sua contradição. A partir desse princípio, costumeiramente a escola promete a essas/esses estudantes uma igualdade de oportunidades, que, segundo essa autora, é impossível de ser atingida. As políticas públicas, por meio dos programas educacionais que são oferecidos, partem de uma visão compensatória, que têm como pressuposto que seus destinatárias(os) são menos aptos à aprendizagem escolar (Freitas, 2016).

Segundo Souza e Rocha (2008):

Além disso, no plano político, lutava-se por uma nova Constituição que retirasse do cenário legislativo o que se denominava de “entulho autoritário”, oriundo de mais de vinte anos de Ditadura Militar no Brasil. A Constituição de 1988, denominada “Constituição Cidadã”, abre caminhos para a institucionalização dos espaços democráticos, na recuperação de direitos civis e sociais, centrada em dois princípios básicos: a descentralização do poder do Estado e a participação social ampla da sociedade civil nas decisões políticas. A ela seguem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Declaração de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, apenas para citar algumas das mais importantes iniciativas institucionais de introduzir mudanças estruturais nas relações sociais e civis no campo dos avanços dos direitos sociais e humanos. Portanto, é no bojo da redemocratização do Estado, da descentralização do poder para os Municípios e Estados, que a educação passa a ter autonomia para planejar, implementar e gerir suas políticas educacionais (p. 29).

Ao se pensar em uma educação para todas(os), com qualidade e que garanta o sucesso escolar, aparece o desafio de se olhar para a diversidade social e a diferença de classes. Surge, então, uma perspectiva crítica em Psicologia Educacional, marcada pela teoria marxista, pelo método dialético e pela psicologia sócio-histórica. Ela traz a compreensão de que os fenômenos humanos, consequentemente a escolarização, são determinados histórica, cultural, política e socialmente. A escola e as relações que aí se estabelecem

passam a ser compreendidas a partir das raízes históricas, sociais e culturais de sua produção e dentro do contexto das políticas públicas educacionais. Pois, é a partir delas que é possível compreender como as/os educadoras(es), as/os alunas(os) e as/os gestores vivenciam sua implantação e participam de sua concepção (Freitas, 2016; Souza & Rocha, 2008; Tanamachi, 2000).

Com a implantação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia, em 2004, há mudanças significativas na formação das/dos alunas(os) para a área da Educação, pois as Diretrizes possibilitam o rompimento com uma formação nas áreas tradicionais da psicologia e as substituem por ênfases curriculares, com probabilidade de terem aspectos interligados de duas ou mais áreas, a serem escolhidas por estudantes nos últimos períodos do curso e tais ênfases poderiam ter inclusive aspectos de duas ou mais áreas interligadas (Guzzo et al., 2009; Horibe & Souza, 2015; Souza & Rocha, 2008).

Para Souza e Rocha (2008), as discussões iniciadas nos anos 80 a respeito da atuação da(o) psicóloga(o) na educação resultaram em princípios e fundamentos colocados nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Psicologia, nelas há o reconhecimento de que os fenômenos psicológicos são multideterminados, contextualizados histórica e culturalmente, também apontam para a diversidade teórico e metodológica da Psicologia e suas práticas diversas, bem como seus processos de trabalho e de contextos. Deste modo, para atuar na área da educação, a(o) psicóloga(o) precisa desenvolver um “perfil crítico e comprometido com a transformação das condições sociais e de trabalho que permeiam o contexto escolar e educacional” (p.38).

Dito isto, é preciso que a(o) psicóloga(o) educacional esteja engajada(o) na busca e desenvolvimento de ações que ampliem o acesso e a permanência da população no âmbito escolar, rompam com a produção do fracasso escolar, busquem novas concepções sobre o desenvolvimento, substituindo paradigmas adaptacionistas e individualizantes por paradigmas pautados na historicidade, na experiência concreta de coletivos e sua diversidade. No entanto, sabe-se que, apesar dos avanços conquistados pelas Diretrizes Curriculares, houve o encolhimento do campo da Educação na formação em

Psicologia, evidenciado por meio de ofertas reduzidas de disciplinas voltadas à área e pelo número limitado de ênfases em Educação oferecidas nos cursos de Psicologia do país. Em muitas instituições, não há disciplinas e estágios específicos para este campo, sendo oferecida uma formação que prioriza o campo da clínica (Espinha, 2017; Guzzo et al., 2009; Guzzo, 2008; Horibe & Souza, 2015; Tizzei, 2014).

A formação em psicologia educacional precisa preparar as futuras psicólogas(os) para a transformação dos processos educativos e a efetivação das mudanças necessárias que auxiliem na melhoria da qualidade da educação no país. As(os) psicólogas(os) precisam se reconhecer como agentes neste processo de transformação e assumir um compromisso com a educação brasileira (Martinez, 2009). Complementando, Silva e Barroco (2015) afirmam que a Psicologia Educacional deve ir além do aparente e buscar a origem dos fatos e os desdobramentos que estes causam sobre os sujeitos, destacando o processo de escolarização e a produção do sucesso e do fracasso escolar. Além disto, as futuras(os) psicólogas(os) precisam compreender como a sociedade se organiza e suas múltiplas determinações. Devem entender a concreticidade da realidade escolar com todos os aspectos que a envolvem; políticos, econômicos, formativos, subjetivos, entre outros, e conhecer historicamente sua inserção na formação educacional dos sujeitos que a compõem, com seus erros e acertos, para, diante deste cenário, planejar intervenções efetivas para a transformação deste cenário.

A formação em psicologia para o campo da educação precisa estar alicerçada no campo teórico da psicologia sócio-histórica. O Ser Humano se humaniza, se constitui humano de acordo com sua cultura e o processo educativo é o principal mediador neste processo (Freitas, 2016; Silva & Barroco, 2015). Segundo Silva e Barroco (2015), a “atividade de humanização não se dá de modo espontâneo, natural, ou biologicamente maturacionista, muito menos em um campo “neutro”, mas numa sociedade de classes, no caso da burguesa, com tudo que isso possa implicar” (pp. 29-30, grifo nosso).

Além de ter sua prática alicerçada em uma teoria que contextualize os fenômenos educacionais, a(o) psicóloga(o) educacional deve conhecer como as políticas educacionais são implementadas, quais são as questões que as(os)

educadores têm em relação às concepções e perspectivas subjacentes a elas e as condições de trabalho para sua implementação. Apesar das transformações já conquistadas na formação oferecida a estudantes de Psicologia, muito ainda precisa ser discutido, pensado e proposto, pois as marcas do tecnicismo, de uma visão individualizante e do adaptacionismo, ainda estão muito presentes. Diante de tal constatação e dos desafios colocados pela sociedade, para a atuação das(os) psicólogas(os) nos espaços das políticas públicas, em especial da educação, a formação de psicólogas(os) precisa cada vez mais articular suas teorias com as demandas sociais, proporcionar às estudantes a compreensão de qual foi a trajetória histórica que resultou em dado processo social vigente e se ver enquanto ser constituído e constituinte deste processo, além disto precisa haver espaços de estágio nas diferentes áreas da educação.

APONTAMENTOS FINAIS: A REVISÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES E OS DESAFIOS PARA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Após 13 anos da primeira publicação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Psicologia (instituídas em 2004), iniciou-se, em 2017, o processo de revisão das mesmas. Este processo foi desencadeado e organizado em parceria entre a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Federação Nacional de Psicólogas(os) (FENAPSI), com a ampla participação de docentes e estudantes de Psicologia, de nossas(os) profissionais, bem como de todas as entidades do Fórum Nacional de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB). Esta demanda surgiu a partir da iniciativa do Grupo de Trabalho sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área de Saúde (GT DCN) da Comissão Intersectorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que vem construindo um Documento Orientador, em conjunto com as Associações de Ensino, Conselhos Federais, Federações Profissionais e Executivas Estudantis da área

da Saúde, para atualizar as DCN comuns a esses cursos³.

O processo de discussão da revisão das Diretrizes ocorreu em todo o território nacional, envolvendo psicólogas(os), coordenadores de curso e de serviços-escola, professores, orientadores e supervisores de estágio e estudantes de Psicologia. Teve início em 01 de dezembro de 2017, com Reuniões Preparatórias, livres, organizadas pela própria categoria, passando pelos Eventos Regionais, que contemplaram todas as regiões do país e ocorreram no período de 17 de março a 21 de abril de 2018, culminando no Encontro Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia, no dia 05 de maio de 2018, em Brasília. Após todo este processo, o documento construído foi disponibilizado para consulta pública até o dia 10 de junho de 2018 e, com as contribuições elencadas e organizadas neste período, foi submetido ao Ministério da Educação para sua avaliação e aprovação. Portanto, atualiza-se aqui a discussão das DCNs a partir do processo de 2018, cujos desdobramentos culminaram na homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia (DCNs de 2023), as quais estabeleceram prazos de transição e adequação das matrizes curriculares nos cursos de graduação de todo o país. Estamos vivendo uma nova fase na discussão e construção dos fundamentos para a formação em Psicologia, uma discussão que procurou envolver toda a categoria docente, profissional e estudantil, buscando o fortalecimento dos princípios fundantes e orientadores da formação das(os) psicólogas(os) e a reflexão sobre possibilidades de consolidação de um projeto de formação para a Psicologia que contemple a pluralidade, a competência acadêmica e o compromisso com o aperfeiçoamento da sociedade⁴. Uma formação na qual as(os) psicólogas(os) percebam a correlação entre seu papel profissional e suas funções na engrenagem social, bem como a compreensão política dos interesses subjacentes tanto à formação quanto à prática profissional.

É necessário que a formação garanta o desenvolvimento de uma prática psicológica que pense a exclusão, a estigmatização e a desigualdade, temas

³ Informações retiradas do Texto Base e Regulamentos para o processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, disponível em: <http://www.abepsi.org.br/>

⁴ Idem

fundamentais para a constituição do compromisso ético e político da(o) psicóloga(o) frente aos desafios sociais (Souza, 1996). As novas diretrizes curriculares da Psicologia foram promulgadas em 2023, e o período de adaptação dos cursos se estendeu até novembro de 2025.

O SUS preconiza ações em saúde condizentes com uma concepção de saúde multideterminada, singular e contextualizada historicamente, visando o fortalecimento de sujeitos. Desde sua inserção na rede pública de saúde o papel e o trabalho da(o) psicóloga(o) vêm se reconfigurando, com o reconhecimento do compromisso social da psicologia e de capacidades para a construção de uma realidade social mais justa, com ações integradas e transversais às outras áreas de conhecimento, mesmo que ainda se encontrem grandes dificuldades e divergências entre o ensinado na graduação, o preconizado pelas diretrizes do SUS e o que é realizado de fato no cotidiano do trabalho. As(Os) psicólogas(os) estão nos diversos serviços do SUS, integrando equipes multidisciplinares, especialmente na Atenção Básica, mas seu lugar ainda é indefinido, pois são percebidos como especialistas onde deveriam ser generalistas, mesmo tentando um fazer interdisciplinar, evidenciando o conflito entre o discurso da integralidade proposto pelo SUS e o da lógica hegemônica da fragmentação do saber e do cuidado.

Em relação ao SUAS, destaca-se a importância de a garantia de direitos ser pensada como parte do objeto de estudo e intervenção da Psicologia. Além disso, acrescentamos que a politização dos cursos de graduação (não no sentido de formação para determinada orientação política) é um tema fundamental para a atuação de psicólogas(os) na Política de Assistência Social. Tais elementos favorecem a atuação em políticas públicas, assim como, o desenvolvimento de trabalhos que fortaleçam o compromisso da Psicologia.

A educação tem impactos direto nas demandas solicitadas ao Fazer psicológico, ou seja, a realidade social não mais requer intervenções com queixas exclusivamente escolares, mas exige um PENSAR/FAZER a partir de uma concepção mais complexa do processo formação dos indivíduos e do papel da escola como instituição que é parte de um contexto social, assim como a família e a comunidade de modo geral, o que também vale para outras áreas de atuação profissional.

Tais argumentos nos levam a refletir diretamente sobre a qualidade da formação em Psicologia ofertada, haja vista, que existem materiais que apontam possibilidades do fazer, que não seja tecnicista. Entretanto, tais materiais ainda não são de conhecimento geral dos profissionais, como também, tiveram pouca repercussão no que se refere à sua utilização na graduação em Psicologia. Indica-se a necessidade de pesquisas sobre os currículos dos cursos de graduação em Psicologia: como as políticas sociais vêm sendo trabalhadas? Como o material específico associado às políticas sociais específicas tem sido absorvido nos currículos e nas disciplinas ofertadas nos cursos de Psicologia? Como estão sendo feitas as discussões com os estudantes que estão se graduando em Psicologia? Estas e outras perguntas são extremamente importantes para se pensar como a atuação de psicólogas(os) nas políticas sociais

Sobre a formação para atuação em políticas sociais sugere-se: investimento em disciplinas e práticas que tratem da temática de ações coletivas e ações transformadoras; reflexões sobre o trabalho com populações empobrecidas e em vulnerabilidade social; investimento em disciplinas e práticas voltadas para as políticas sociais; reflexões sobre o trabalho interdisciplinar; mais disciplinas voltadas à Psicologia Social; ampliação das disciplinas e práticas, que tenham como perspectiva o trabalho territorial; constituição da garantia de direitos como objeto da profissão e politização dos cursos de Psicologia de tal maneira, que as(os) profissionais saibam refletir sobre a direção política de sua atuação e de como a profissão deve ser vista como ferramenta de mudança social.

Ao mesmo tempo, sabemos que vivemos em tempos de retrocessos políticos e de direitos em nossa sociedade, marcados por uma forte influência neoliberal, que vem se intensificando a partir do golpe de 2016. No entanto, também sabemos, devido a fatos históricos, que a resistência no coletivo é possível e promove mudanças históricas ao tensionar as forças e as propostas. Portanto, o processo recém-construído de revisar as Diretrizes Curriculares no coletivo, envolvendo todo o conjunto da categoria dos quatro cantos do país, após a experiência dos desafios e possibilidades das Diretrizes de 2004, foi um ato histórico para o avanço da formação em psicologia, uma formação que se

pretende para a realidade social e política.

REFERÊNCIAS

- Adorno, Theodor W. (1995). *Educação e Emancipação*. Paz e Terra. (original publicado em 1969).
- Aguiar, S. G., & Ronzani, T. M. (2007). Psicologia social e saúde coletiva: reconstruindo identidades. *Psicologia em Pesquisa*, 1(02), 11-22. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472007000200003&lng=pt&tlng=pt
- Archânjo, A. M., & Schraiber, L. B. (2012). A atuação dos psicólogos em unidades básicas de saúde na cidade de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 21(2), 351–363. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902012000200009>
- Bader, B. (1999). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (1a ed.). Editora Vozes (p. 97–118).
- Barbosa, R. M., & Marinho-Araújo, C. M. (2010). Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(3), 393–402. <https://doi.org/10.1590/s0103-166x2010000300011>
- Brandão, S. C. (2004). Psicologia e ideologia: Apontamentos acerca da consciência. In S. C. Brandão & N. J. Faria (Eds.), *Psicologia social: Indivíduo e cultura* (pp. 11–34). Alínea.
- Brasil (2004). *HumanizaSUS: equipe de referência e apoio matricial*. Ministério da Saúde Secretaria Executiva Núcleo Temático da Política Nacional de Humanização.
- Campos, G. W. de S., & Domitti, A. C. (2007). Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cadernos de saúde pública*, 23(2), 399–407. <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2007000200016>
- Carretero, G. H. (2018). *Atuação de psicólogos em CRAS – Centros de Referência de Assistência Social: (im)possibilidades*. [Tese de doutorado]. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social: PUC-SP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Como a psicologia pode contribuir para o SUS: Orientações para gestores* (2a ed.). CFP.
- Costa, D. F. C., & Olivo, V. M. F. (2009). Novos sentidos para a atuação do psicólogo no programa saúde da família. *Cienc. saude colet.*, 14(5) 1385-1394. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000800011>

- Espinha, T. G. (2017). *A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos político-pedagógicos: Silêncio e ocultação* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Figueiredo, M. D., & Onocko Campos, R. (2009). Saúde mental na atenção básica à saúde de Campinas, SP: uma rede ou um emaranhado? *Ciência & saúde coletiva*, 14(1), 129–138. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100018>
- Freire, F. M. S., & Pichelli, A. A. W. S. (2013). O psicólogo apoiador matricial: percepções e práticas na atenção básica. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33(1), 162–173. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100013>
- Freitas, F. (2016). *A relação escola e família: Análise de uma política em construção* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Gouveia, R., & Palma, J. J. (1999). SUS: na contramão do neoliberalismo e da exclusão social. *Estudos Avançados*, 13(35), Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000100014>
- Guzzo, R. S. L., Costa, A. S., & Izabella, M. (2009). Formando psicólogos escolares: Problemas, vulnerabilidades, desafios e horizontes. In C. M. M. Araújo (Ed.), *Psicologia escolar: Novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática* (pp. 27–44). Alínea.
- Guzzo, R. S. L. (2008). Psicologia em instituições escolares e educativas: Apontamentos para um debate. In Conselho Federal de Psicologia (Ed.), *Ano da psicologia na educação: Textos geradores* (pp. 53–62). CFP.
- Horibe, A. C. B., & Souza, M. P. R. (2015). Repercussões da formação de professores sobre a prática docente investigando o cotidiano escolar. In M. L. T. Zibetti, M. P. R. Souza, & S. M. S. Barroco (Eds.), *Psicologia, políticas educacionais e escolarização* (pp. 183–204). Pandion.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1978). *Temas básicos de sociologia*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1956)
- Lacerda Júnior, F., & Guzzo, R. S. L. (2005). Prevenção primária: análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. *Interação em Psicologia*, 9(2), 239–249. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/4797/3680>
- Martinez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 169–177. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://doi.org/10.1590/S1413-85572009000100020>
- Miron, A. X., & Guareschi, N. M. F. (2017). Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações – *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2); p. 349–362. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014>

- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Solon, A. F. A. C., & Amorim, K. M. O. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe), 140–149. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017>
- Oliveira, I. F., Oliveira, N. L. A., Nascimento, M. N. C., Araújo, R. L., Coelho-Lima, F., & Amorim, K. M. O. (2014). Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe2), 103–112. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600011>
- Parise, L. F., & De Antoni, C. (2014). A psicologia na atenção primária à saúde: práticas psicossociais, interdisciplinaridade e intersetorialidade. *Clinica & Cultura*, 3(1), 71–85. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://periodicos.ufs.br/clinicaecultura/article/view/1991/2511>
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. T. A. Queiroz.
- Scarcelli, I. R., & Junqueira, V. (2011). O SUS como desafio para a formação em psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 340–357.
- Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (1a ed., pp. 97–118). Vozes.
- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: Sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293–299. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>
- Silva, R. I. M., & Barroso, S. M. S. (2015). Psicologia, ideologia e políticas públicas para educação. In M. L. T. Zibetti, M. P. R. Souza, & S. M. S. Barroco (Eds.), *Psicologia, políticas educacionais e escolarização* (pp. 21–42). Pandion.
- Sousa, V. D., & Cury, V. E. (2009). Psicologia e atenção básica: vivências de estagiários na estratégia de saúde da família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5), 1429–1438. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000800016>
- Souza, M. P. R., & Rocha, M. L. (2008). Políticas educacionais: Legislação, formação profissional e participação democrática. In Conselho Federal de Psicologia (Ed.), *Ano da psicologia na educação: Textos geradores* (pp. 27–52). CFP.
- Souza, M. P. R., & Brasileiro, T. S. A. (2010). Psicologia, diretrizes curriculares e processos educativos na Amazônia: Um estudo da formação de psicólogos. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14(1), 105–120. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000100012>

- Souza, M. P. R. (1996). *A queixa escolar e a formação do psicólogo* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Tanamachi, E. R. (2000). Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em psicologia escolar. In E. R. Tanamachi, M. Proença, & M. L. Rocha (Eds.), *Psicologia e educação: Desafios teórico-práticos* (pp. 73–104). Casa do Psicólogo.
- Tizzei, R. P. (2014). *A formação em psicologia escolar: Perspectiva crítica na ênfase para o campo educativo* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas].
- Vasconcelos, C. M., & Pasche, D. F. (2012). O SUS em perspectiva. In G. W. S. Campos, M. C. S. Minayo, M. Akerman, M. Drumond Júnior, & Y. M. Carvalho (Eds.), *Tratado de saúde coletiva* (2a ed., pp. 559–590). Hucitec.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: Uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 9–24. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

Recebido em 14/03/2023

Aceito em 11/06/2026

Nota: Os resumos/abstract/resumen foram elaborados a partir de inteligência artificial Chat GPT, o texto gerado foi revisto e alterado. Foram seguidos os protocolos da Portaria 2664/2026 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Do instinto de morte à inveja inata: um estudo comparativo entre Freud e Melanie Klein

From the death instinct to innate envy: a comparative study between freud and melanie klein

Del instinto de muerte a la envidia innata: un estudio comparativo entre Freud y Melanie Klein

Alexandre Patricio Almeida¹

Resumo

Nesse artigo, de caráter eminentemente teórico, realiza-se uma pesquisa sobre o conceito de “inveja inata”, apresentado por Melanie Klein à comunidade psicanalítica em 1955, traçando uma espécie de linha evolutiva da noção freudiana de “instinto de morte” (Freud, 1920), a partir da interpretação singular dessa autora. O objetivo é investigar como Klein reformulou e expandiu a teoria de Freud, deslocando o foco do instinto de destruição para a ideia de inveja como força primitiva e constitutiva do sujeito. A partir de uma análise comparativa, busca-se compreender as aproximações e divergências entre as ideias desses dois grandes autores, considerando o impacto desses conceitos no desenvolvimento do pensamento psicanalítico. O artigo explora como a inveja, para Klein, emerge já nos primeiros estágios da vida psíquica, influenciando a relação do bebê com o objeto e moldando a estrutura do self. Ao final, propõe-se uma reflexão sobre as implicações clínicas dessas diferenças teóricas, ressaltando a importância de ambas as contribuições para a compreensão dos estados mentais primitivos e das manifestações de agressividade no setting analítico.

Palavras-chave: Melanie Klein; Sigmund Freud; Instinto de morte; Inveja; Psicanálise.

Abstract

This article, which is primarily theoretical, explores the concept of “innate envy,” introduced by Melanie Klein to the psychoanalytic community in 1955, and traces its evolutionary trajectory from Freud’s notion of the “death instinct” (Freud,

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-6429-8083>. E-mail:
alexandrepatriciodealmeida@yahoo.com.br

1920) through Klein's unique interpretation. The aim is to investigate how Klein reinterpreted and expanded Freud's theory, shifting the focus from the drive towards destruction to envy as a primitive and constitutive force of the subject. Through a comparative analysis, the study seeks to identify both the convergences and divergences between these two authors' ideas, considering the impact of these concepts on the development of psychoanalytic thought. The article examines how, for Klein, envy emerges in the earliest stages of psychic life, shaping the infant's relationship with the object and structuring the self. Finally, the paper reflects on the clinical implications of these theoretical differences, highlighting the importance of both contributions for understanding primitive mental states and manifestations of aggression in the analytic setting.

Keywords: Melanie Klein; Sigmund Freud; Death instinct; Envy; Psychoanalysis.

Resumen

En este artículo, de carácter eminentemente teórico, se realiza un estudio sobre el concepto de "envidia innata", presentado por Melanie Klein a la comunidad psicoanalítica en 1955, trazando una especie de línea evolutiva de la noción freudiana del "instinto de muerte" (Freud, 1920) a partir de la interpretación singular de esta autora. El objetivo es investigar cómo Klein reformuló y amplió la teoría de Freud, desplazando el foco del instinto de destrucción hacia la idea de la envidia como una fuerza primitiva y constitutiva del sujeto. A través de un análisis comparativo, se busca entender las aproximaciones y divergencias entre las ideas de estos dos grandes autores, considerando el impacto de estos conceptos en el desarrollo del pensamiento psicoanalítico. El artículo explora cómo, para Klein, la envidia surge en las primeras etapas de la vida psíquica, influyendo en la relación del bebé con el objeto y moldeando la estructura del self. Al final, se propone una reflexión sobre las implicaciones clínicas de estas diferencias teóricas, resaltando la importancia de ambas contribuciones para la comprensión de los estados mentales primitivos y las manifestaciones de agresividad en el contexto analítico.

Palabras clave: Melanie Klein; Sigmund Freud; Instinto de muerte; Envidia; Psicoanálisis.

o que mais me assusta é como
espumamos pela boca de inveja
quando os outros prosperam
mas suspiramos aliviados
quando fracassam
(Kaur, 2017, p. 201)

Neste artigo, de caráter teórico, examino em profundidade o conceito de “inveja inata” formulado por Melanie Klein em 1955, com o objetivo de traçar uma linha evolutiva que o conecte à noção de “instinto de morte”¹, introduzida originalmente por Freud em 1920. A pesquisa revisita as principais obras de ambos os autores, destacando pontos de convergência e de contraste em suas teorias.

Para Klein (1957/2023a), a inveja tem um papel central na constituição do self e na relação inicial do bebê com o objeto; enquanto Freud (1920/2010), inicialmente, concebe o instinto de morte como uma força de desligamento que visa o retorno ao inorgânico e, em suas formulações posteriores, passa a vê-lo mais voltado para a destruição do objeto externo.

Além disso, Klein abre espaço para o tratamento de casos clínicos considerados difíceis – como os pacientes psicóticos e *borderline* –, ao explorar os processos inconscientes mais primitivos. Ao longo do texto, reflito sobre as implicações teóricas e clínicas dessas distinções, propondo que a perspectiva kleiniana oferece uma ampliação significativa do método psicanalítico, especialmente no manejo da agressividade, da ambivalência e das complexidades presentes em quadros clínicos mais desafiadores.

¹ É importante destacar que ainda há controvérsias sobre a melhor tradução para o conceito freudiano de *Trieb*. Lacan sugeriu o uso do termo *pulsion* para diferenciá-lo de *Instinkt*, outro termo alemão empregado por Freud. No Brasil, a maioria dos autores adota o termo “pulsão”, acompanhando a tradição francesa. Entretanto, optarei pelo termo “instinto” ao longo deste trabalho, uma vez que o inglês não possui um equivalente direto para “pulsão”, o que dificulta a tradução e compreensão do conceito. Além disso, essa escolha dialoga com a decisão do tradutor Paulo César de Souza, que, ao preparar as “Obras Completas” de Freud para a Companhia das Letras, também traduziu *Trieb* e *Instinkt* como “instinto” por entender que o texto original freudiano não faz uma distinção clara entre os dois termos.

Do instinto de morte ao instinto de destruição: um passeio pela obra freudiana

Em 1920, no clássico “Além do princípio do prazer”, Freud propõe que o funcionamento do aparelho psíquico é atravessado por uma tensão permanente entre duas forças fundamentais: Eros, associado à vida, à libido, às ligações e à criação de vínculos; e o instinto de morte, orientado para a redução absoluta da excitação, isto é, para um estado de quietude radical que aponta para o retorno ao inorgânico, à extinção da tensão e à dissolução dos laços (Almeida & Naffah Neto, 2022).

Ao desenvolver essa hipótese, Freud (1920/2010a) identifica a existência de uma força instintual que ultrapassa os limites do princípio do prazer e que, de modo paradoxal, encontra satisfação na repetição do desprazer. Podemos dizer que essa formulação é resultante de sua experiência clínica, a partir da escuta de pacientes traumatizados pela Primeira Guerra Mundial (Almeida, 2022). Freud (1920/2010a) observa que, longe de promover alívio, os sonhos desses sujeitos repetiam insistentemente as cenas mais angustiantes do conflito – explosões, gritos de feridos, estados de pânico e a vivência constante de ameaça de morte iminente. Tais manifestações oníricas colocavam em questão a concepção segundo a qual o sonho seria predominantemente uma realização de desejo inconsciente, exigindo uma reformulação do modelo instintual – que, anteriormente, era pautado pela oposição entre os instintos de autoconservação (do Eu), voltados à preservação do indivíduo, e os instintos sexuais, associados à libido e à busca de prazer. Nessa primeira teoria, o princípio do prazer atuava como operador central do aparelho psíquico, regulando a dinâmica das excitações.

Porém, a partir da sua compreensão acerca do trauma, Freud (1920/2010a) apresenta a existência de uma camada protetora localizada na superfície do aparelho psíquico, responsável por fornecer proteção contra estímulos muito intensos – o que ele nomeou de “paraexcitação”. Ora, se esse escudo protege o psiquismo contra os estímulos provenientes do exterior, ele é ineficaz contra aqueles que possuem sua origem no interior do próprio organismo. Lembremos, pois, que os instintos são estímulos endógenos que

atingem o aparelho psíquico sem que ele possa filtrá-los tal como ele faz com os estímulos externos. A solução, portanto, é defender-se da tensão instintual desprazerosa, fazendo com que ela pareça vir de fora (Freud, 1920/2010a).

Em outras palavras, quando as excitações rompem o escudo protetor e inundam o psiquismo sem que ele consiga processar esse excesso, o trauma acontece, e o “princípio de prazer” fica momentaneamente fora de ação. Sem poder defender-se, o aparelho psíquico precisa voltar toda a sua energia para mobilizar os mecanismos defensivos necessários para domínio e organização dos estímulos, permitindo, assim, algum processamento ou elaboração (Freud, 1920/2010a; Almeida, 2022).

Desse modo, o excesso instintual pode produzir efeitos bastante distintos sobre o funcionamento psíquico. Explico: quando o sujeito não dispõe de recursos suficientes para elaborá-lo, esse excesso tende a atuar de forma desorganizadora; por outro lado, quando encontra condições internas para ser sustentado, ele pode tornar-se um fator de estruturação, favorecendo a complexificação da vida psíquica e ampliando a capacidade de integração. Nesse segundo caso, o Eu consegue transformar esse excesso ao simbolizá-lo, encontrando vias menos nocivas de expressão da energia instintual. Esse trabalho de simbolização fortalece os processos psíquicos e contribui para a formação da subjetividade. Já quando o Eu não consegue conter ou elaborar tal energia – seja pela intensidade do estímulo, seja por limitações em sua própria capacidade de funcionamento –, o efeito do excesso passa a ser desestruturante. O Eu, então, experimenta um estado de desamparo e vê-se incapaz de mobilizar recursos para lidar com a situação. Nesse cenário, a única alternativa que resta é a compulsão à repetição, que surge como uma tentativa desesperada de escoar e processar a excitação (Freud, 1920/2010a).

Vale destacar que, sob tais condições, o critério de prazer e desprazer deixa de ser o principal regulador, tornando-se urgente converter a energia livre que invade o psiquismo em energia ligada. Essa transformação é fundamental para que o princípio do prazer possa operar, pois a circulação dos desejos inconscientes nas cadeias de representações depende da capacidade do aparelho psíquico de ligar a energia instintual ao campo simbólico.

Resumidamente: ligar a energia significa inscrevê-la em um registro representacional; sem essa inscrição, a força instintual torna-se paralisante e traumática (Green, 2022; Roussillon, 2023). A ameaça de morte psíquica vivenciada pelo Eu, em contextos de trauma, desperta defesas que buscam evitar o retorno do terror, regidas pela compulsão à repetição.

Outro recurso utilizado por Freud (1920/2010a) para definir as bases do instinto de morte foi obtido por meio da observação do comportamento de seu neto, de dezoito meses, ao brincar com um carretel. O mestre de Viena percebeu que, em vez de sofrer passivamente com a ausência da mãe, a criança transformava a situação em um jogo repetitivo: lançava o carretel para fora do berço e dizia “o-o-o” (representando o “foi embora”; *fort*, em alemão), para então puxá-lo de volta e exclamar “a-a-a” (indicando o “aqui está”; *da*, em alemão). Tal repetição constante, mesmo que gerasse desprazer, evidenciava a tentativa de dominar a angústia do abandono por meio da ação. Ou seja, o menino reproduzia ativamente o que vivia passivamente (Almeida, 2022).

O mesmo fenômeno pode ser observado em muitos pacientes neuróticos, tanto em suas vidas cotidianas quanto no *setting* analítico. Esses indivíduos tendem a repetir padrões de relacionamentos abusivos, se isolam de forma autodestrutiva e cometem erros que perpetuam seu sofrimento. Freud (1920/2010a) percebeu que eles estavam presos a um ciclo vicioso de dor – um comportamento que, embora desafiasse a lógica do prazer imediato, oferecia uma forma peculiar de satisfação.

No entanto, convém dizer que foi Sabina Spielrein (Cromberg, 2021) quem apresentou essa teoria, pela primeira vez, em 29 de novembro de 1911, quando compartilhou um trabalho intitulado “A destruição como origem do devir”. Para Spielrein (1912/2021), o componente destrutivo está presente no próprio instinto sexual, sendo essencial para o desenvolvimento do psiquismo. Segundo suas observações, a destruição pode ser encarada como um *princípio criativo*, fundamental para a transformação; isto é, a destruição leva ao devir, ao contínuo movimento e transformação do sujeito (Cromberg, 2021).

Spielrein (1912/2021) argumentava que o instinto de morte tinha raízes tanto em fundamentos biológicos quanto em mitológicos. Freud, contudo, opôs-se à perspectiva da autora pioneira. Ele criticou o uso direto da mitologia

– algo que, aliás, ele próprio costumava fazer – e questionou a fundamentação biológica como base para explicar os instintos, considerando que a psicanálise deveria se estabelecer a partir de uma compreensão psicológica e individual, não biológica.

Curiosamente (ou não), ao desenvolver o conceito de instinto de morte, Freud recorreu exatamente aos argumentos biológicos e mitológicos que anteriormente havia criticado em Spielrein². Ele utilizou ideias da biologia para sugerir que a morte psíquica e a autodestruição estavam relacionadas ao retorno ao estado inorgânico das células, e fez uso do mito de Aristófanes³ para ilustrar o instinto de vida, em que a busca por um amor harmonioso envolvia a reunião de partes perdidas (Freud, 1920/2010a).

A nova tese freudiana descreve, portanto, que, ao lado de Eros, sempre esteve presente uma força contrária, um instinto que atua *discretamente* na direção oposta, buscando desfazer os laços e dissolver as tensões criadas pelo instinto de vida. Para Freud, essa tendência não se limita a uma resposta diante das influências externas, mas abrange uma inclinação *constitutiva* do próprio ser humano. Vejamos: “Se é lícito aceitarmos [...] que todo ser vivo morre por razões *internas*, retorna ao estado inorgânico, então só podemos dizer que *o objetivo de toda a vida é a morte*, e, retrospectivamente, que *o inanimado existia antes que o vivente*” (Freud, 1920/2010a, p. 204, grifos originais).

Com o desenvolvimento de sua teoria, Freud passa a conceber que esse movimento de retorno ao inorgânico – próprio do instinto de morte – não se

² É digno de nota que, em “Além do princípio do prazer” (1920/2010a), Freud menciona Sabina Spielrein apenas em uma nota de rodapé, apesar de ela ter formulado, anos antes, uma articulação original entre sexualidade, destrutividade e morte. Tal escolha editorial evidencia um traço que pode ser considerado, não sem alguma ressalva crítica, como marcadamente hierárquico – e ousado dizer, em certa medida, machista – na postura de Freud em relação às contribuições de Spielrein.

³ No “Banquete”, de Platão, o mito de Aristófanes é apresentado como uma explicação poética sobre a origem do amor e da busca por completude. Segundo Aristófanes, os seres humanos eram originalmente seres esféricos, com quatro braços, quatro pernas e duas faces. Eram poderosos e autossuficientes, o que despertou a ira de Zeus. Para enfraquecê-los, o deus os dividiu ao meio, criando seres com apenas dois braços, duas pernas e uma única face. A partir desse momento, cada metade passou a buscar desesperadamente sua outra parte, na tentativa de recuperar a unidade perdida. Grosso modo, o mito descreve que o amor nasce desse desejo de reencontrar a completude e de tornar-se inteiro novamente, movido pela falta e pela saudade de uma totalidade que já não existe mais.

manifesta de forma única ou invariável. Ao contrário, quando articulado a Eros, ele pode sofrer transformações, passando a se expressar sob a forma de uma força destrutiva dirigida ao mundo externo ou ao próprio sujeito.

Avançando em sua obra, podemos constatar que, em 1924, no ensaio intitulado “O problema econômico do masoquismo”, o mestre de Viena levanta uma importante questão metapsicológica: como entender a natureza do instinto agressivo a partir da fusão de forças tão opostas? A resposta passa pela compreensão de que Eros e o instinto de morte não agem separadamente no psiquismo, mas atuam em constante interação, criando dinâmicas complexas que ora favorecem a destruição, ora possibilitam a construção. Cito-o:

Admitindo-se alguma imprecisão, pode-se dizer que o instinto de morte atuante no organismo – o sadismo primordial – é idêntico ao masoquismo. Depois que sua parte principal foi transposta para fora, para os objetos, permanece no interior, como seu resíduo, o masoquismo propriamente erógeno, que, por um lado, tornou-se componente da libido, e, por outro lado, ainda tem seu próprio ser como objeto. Esse masoquismo, então, seria testemunha e sobrevivência daquela fase de formação em que sucedeu o amálgama, tão importante para a vida, de Eros e instinto de morte (Freud, 1924/2011, pp. 192-193).

Tal hipótese, porém, já havia sido observada pelo próprio Freud no ensaio de 1920. Cito-o:

Mas como pode o instinto sádico, que visa ferir o objeto, ser derivado do Eros conservador da vida? Não cabe supor que esse sadismo é na verdade um instinto de morte que foi empurrado do Eu pela influência da libido narcísica, de modo que surge apenas em relação ao objeto? [...] Podemos dizer, de fato, que o sadismo expulso do Eu mostrou o caminho aos componentes libidinais do instinto sexual; depois estes acorrem para o objeto. Quando o sadismo original não experimenta atenuação ou fusão, produz-se a conhecida *ambivalência de amor e ódio na vida amorosa*. [...] O masoquismo, a volta do instinto contra o próprio Eu, seria então, na realidade, um retorno a uma fase anterior dele mesmo, uma regressão (Freud, 1920/2010a, pp. 225-226, grifos meus).

Nesse sentido, somos continuamente confrontados com a necessidade de equilibrar a tensão entre os instintos de vida e de morte. De acordo com a premissa freudiana, quando o instinto de morte se intensifica, o aparelho psíquico pode responder de duas maneiras: direcionando essa força para o próprio Eu – o que se manifesta como masoquismo –, ou projetando-a para o mundo externo – convertendo-a em agressividade e destrutividade. Em ambos os casos, o sujeito encontra uma alternativa para escoar essa energia, seja voltando-a contra si mesmo, seja direcionando-a ao outro. Como afirmou Freud:

A libido encontra nos seres vivos o instinto de morte ou destruição que neles vigora, que busca desintegrar este ser e conduzir cada um dos organismos elementares ao estado de inorgânica estabilidade (ainda que esta possa ser apenas relativa). Ela tem a tarefa de fazer inócuo esse instinto destruidor, e a cumpre desviando-o em boa parte – e logo com ajuda de um sistema orgânico particular, a musculatura – para fora, para os objetos do mundo exterior. Então ele se chama instinto de destruição, instinto de apoderamento, vontade de poder. [...] É o sadismo propriamente dito (Freud, 1924/2011, p. 191).

Entretanto, a ideia de um instinto de morte trouxe, para Freud, grandes impasses teóricos, pois se trata de um conceito difícil de conciliar com o restante de sua obra – além de possuir um viés fortemente especulativo (Fulgencio, 2001). Um dos pontos centrais desse nó é que, no inconsciente, não há conteúdo ou representação que se assemelhe à noção de aniquilação ou destruição completa da vida. Após alguns anos da publicação de “Além do princípio do prazer” (1920), mais precisamente em 1926, no artigo “Inibição, sintoma e angústia”, é o próprio mestre de Viena quem salienta:

Mas não existe, no inconsciente, um conteúdo que equivalha ao nosso conceito de aniquilação da vida. A castração torna-se imaginável, digamos, pela experiência cotidiana de separar-se do conteúdo do intestino e mediante a perda do seio materno vivenciada no desmame; mas algo semelhante à morte nunca

foi vivenciado nem, como no desmaio, deixou traço demonstrável. Por isso me atenho à conjectura de que o medo da morte deve ser compreendido como algo análogo ao medo da castração, e a situação a que o Eu reage é a de ser abandonado pelo Supereu protetor – pelas forças do destino –, de modo que não há mais segurança contra todos os perigos (Freud, 1926/2014, pp. 69-70, grifos meus).

A morte, em si, jamais pode ser vivenciada pelo sujeito. Por essa razão, Freud afirma que o medo da morte não deve ser interpretado como uma angústia original (primária), mas sim como uma resposta simbólica semelhante ao medo da castração. Isso indica que a angústia de morte só pode ocupar o lugar de uma *elaboração secundária*, que surge a partir da perda de segurança e do afastamento de um Supereu que, até então, oferecia proteção contra os perigos do mundo externo.

A dificuldade de inserir o instinto de morte como a origem da angústia revela o desconforto de Freud em aceitar esse conceito como uma espécie de “força autônoma”, desvinculada das experiências ligadas ao desenvolvimento psicosssexual. A ideia de que o instinto de morte pudesse ser o motor de todo o sofrimento psíquico parecia insuficiente para explicar a dinâmica do inconsciente.

Todavia, tais pesquisas foram, aos poucos, tomando outras direções, como podemos constatar na leitura de “O mal-estar na civilização” (1930). Nesse texto, Freud (1930/2010b) sustenta que o ser humano não pode ser concebido como uma criatura naturalmente pacífica, que reage com violência apenas quando ameaçada. Ao contrário, ele afirma que a agressividade constitui um elemento estrutural da vida instintual, presente desde as nossas origens.

Isso faz com que o outro não seja percebido como um mero parceiro sexual ou auxiliar, mas como um alvo de agressão – alguém que pode ser utilizado, explorado, humilhado ou até mesmo aniquilado. “A existência desse pendor à agressão, que podemos sentir em nós mesmos e justificadamente pressupor nos demais, é o fator que perturba nossa relação com o próximo e obriga a civilização a seus grandes dispêndios” (Freud, 1930/2010b, p. 77). Ao

caracterizar a natureza humana, Freud recorre à imagem de uma “besta selvagem”, sublinhando que a agressividade humana se distingue do comportamento predatório dos animais. Diferentemente destes, que não extraem prazer do sofrimento alheio, os seres humanos podem manifestar crueldade e sadismo, fazendo do outro um alvo privilegiado de sua violência.

A partir de então, a agressividade passou a ser entendida não mais como um impulso sexualizado ou uma fantasia psíquica, e sim como uma força instintiva e natural que pode surgir em resposta a um ambiente hostil e ameaçador. Vejamos:

Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, concluí que deveria haver, além do instinto para conservar a substância vivente e juntá-la em unidades cada vez maiores, um outro, a ele contrário, que busca dissolver essas unidades e conduzi-las ao estado primordial inorgânico. Ou seja, ao lado de Eros, um instinto de morte. Os fenômenos da vida se esclareceriam pela atuação conjunta ou antagônica dos dois. Mas não era fácil mostrar a atividade desse suposto instinto de morte. As manifestações de Eros eram suficientemente visíveis e ruidosas; era de supor que o instinto de morte trabalhasse silenciosamente no interior do ser vivo, para a dissolução deste, mas isso não constituía prova, é claro. Levava-nos mais longe a ideia de que uma parte do instinto se volta contra o mundo externo e depois vem à luz como instinto de agressão e destruição. Assim o próprio instinto seria obrigado ao serviço de Eros, na medida em que o vivente destruiria outras coisas, animadas e inanimadas, em vez de si próprio. Inversamente, a limitação dessa agressão voltada para fora teria de aumentar a autodestruição, aliás sempre existente (Freud, 1930/2010b, pp. 85-86).

O autor continua e faz aqui uma ressalva importante:

Ao mesmo tempo, a partir desse exemplo podemos suspeitar que as duas espécies de instintos raramente – talvez nunca – surgem isoladas uma da outra, mas se fundem em proporções diferentes e muito variadas, tornando-se irreconhecíveis para nosso julgamento. No sadismo, há muito conhecido como instinto parcial da sexualidade, *teríamos uma fusão assim, particularmente*

forte, entre o impulso ao amor e o instinto de destruição, e na sua contraparte, o masoquismo, uma ligação da destrutividade dirigida para dentro com a sexualidade, o que faz visível e notável a tendência normalmente imperceptível (Freud, 1930/2010b, p. 86, grifos meus).

Em síntese, é possível compreender que Eros e o instinto de morte estão sempre interligados, em uma relação de fusão e contraposição, o que dificulta a distinção clara entre suas manifestações.

Vale salientar que esse ponto de vista metapsicológico foi ganhando uma dimensão cada vez mais importante na totalidade do pensamento freudiano. Por exemplo, em uma carta escrita por Freud a Einstein, em 1932, intitulada “Por que a guerra?”, o psicanalista vienense articula suas ideias sobre a agressividade humana, explicando o real motivo pelo qual os homens praticam guerras. Vejamos:

[...] quando os homens são incitados à guerra, neles há toda uma série de motivos a responder afirmativamente, nobres e baixos, alguns abertamente declarados, outros silenciados. [...] *O prazer na agressão e na destruição* é certamente um deles; as inúmeras crueldades que vemos na história e na vida cotidiana confirmam sua existência e sua força. A mescla desses impulsos destrutivos com outros, eróticos e ideais, facilita naturalmente sua satisfação (Freud, 1932/2010c, p. 428, grifos meus).

Por fim, em “Análise terminável e interminável” (1937), Freud discute os limites da análise, ressaltando que, embora o processo analítico possa ajudar o Eu a construir novas defesas e recalques mais robustos, a análise não pode eliminar completamente as forças instintuais mais profundas. Ele entende, assim, que o máximo que o tratamento pode alcançar é uma *reorganização* das defesas psíquicas, permitindo ao Eu resistir melhor aos impulsos destrutivos, mas sem jamais apagar a presença constante e irreduzível do instinto de morte.

A análise, porém, faz com que o Eu amadurecido e reforçado empreenda uma revisão dessas antigas repressões. Algumas são demolidas; outras, reconhecidas,

mas construídas de novo, com material mais sólido. Esses novos diques têm um grau de firmeza muito diverso dos anteriores; deles se pode esperar que não cederão facilmente às marés altas do aumento instintual. Portanto, a verdadeira realização da terapia analítica seria a correção a posteriori do processo de repressão original, correção essa que dá fim à preponderância do fator quantitativo (Freud, 1937/2018, p. 290).

Em outros termos, Freud reconhece que a insistência repetitiva desse instinto escapa a qualquer tentativa plena de simbolização ou de domínio. Tal formulação, relativamente ousada para os parâmetros de sua época, evidencia a complexidade de sua concepção do funcionamento psíquico. Se, por um lado, a análise teria como objetivo promover ligações psíquicas capazes de atenuar os efeitos patológicos das forças instintuais, por outro, o instinto de morte introduz um núcleo de desorganização que permanece irreduzível. Nesse sentido, Freud admite que a psicanálise não pode suprimir inteiramente esse “resto irrepresentável”, apenas circunscrevê-lo (Tostes & Winograd, 2019). Assim, em vez de compreender o ceticismo do autor vienense como uma espécie de pessimismo teórico, parece mais adequado interpretá-lo como um reconhecimento – bastante honesto e rigoroso – dos limites do trabalho analítico.

A partir desse ponto, a pesquisa sobre o alcance e as implicações do instinto de morte ficou a cargo de teóricos pós-freudianos, entre os quais Melanie Klein ocupa um lugar de destaque. Klein aprofundou essa discussão ao associar a ideia de instinto de morte ao desenvolvimento psíquico infantil, especialmente ao abordar as angústias primitivas e os mecanismos de defesa que atuam na formação do ego.

Do instinto de destruição à inveja inata

No ano de 1955, durante o XIX Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Genebra, Klein apresentou a conferência “*A study of envy and gratitude*”, na manhã do dia 24 de julho. Em 1957, uma versão ampliada deste texto foi transformada em livro (com o auxílio de Elliott Jaques) – esta última

versão acabou ficando mais conhecida entre nós.

Ao contrário do que fazia na maioria de seus escritos, Klein não compartilhou uma versão preliminar deste trabalho, surpreendendo a todos com uma nova hipótese metapsicológica (Grosskurth, 1992). Suas ideias geraram inúmeras controvérsias, provocando um verdadeiro alvoroço (e mal-estar) na comunidade psicanalítica da época – e, ainda hoje, este tema segue sendo objeto de intenso debate. Segundo Garvey:

Quando Klein introduziu a ideia de uma tendência inata de atacar invejosamente o que é bom, a reação foi de horror, e muitos analistas ficaram chocados com a noção de que um bebê pudesse ser visto como repleto de inveja destrutiva. Independentemente de como isso se manifesta nos bebês, acredito que é difícil ignorar a presença da inveja em nossas vidas cotidianas e sua natureza destrutiva. No trabalho clínico, a inveja interfere na capacidade do paciente de se beneficiar da terapia ou da análise – ou até mesmo de aproveitar qualquer experiência ou oportunidade positiva que lhe seja oferecida. Os sucessores de Klein desenvolveram suas ideias sobre a inveja, e há um consenso de que o grau de inveja de um paciente tem um peso significativo em sua capacidade (ou incapacidade) de se desenvolver e melhorar (Garvey, 2023, p. 82, tradução minha).

Pois bem, Klein inicia esse artigo com uma referência ao texto “Breve estudo da libido visto à luz das perturbações mentais” (1924), no qual Karl Abraham havia localizado as raízes dos impulsos destrutivos de forma mais profunda do que qualquer psicanalista até então. Embora Abraham não mencione explicitamente o instinto de morte formulado por Freud, Klein sustenta a convicção de que, caso tivesse vivido mais tempo, ele certamente teria desenvolvido e ampliado essas intuições, aprofundando as descobertas freudianas.

Em seguida, ela apresenta a inveja como um fator inato e constitutivo, intimamente ligado ao instinto de morte, isto é, como uma expressão direta da agressividade primária. Em seu nível mais arcaico, esse afeto volta-se para o seio materno, que se configura como o primeiro objeto a ser atacado. Embora o conceito de inveja não seja exclusivo de Klein – uma vez que Freud já havia

introduzido a ideia de “inveja do pênis” –, foi ela quem formulou, de modo original, a noção de inveja primária dirigida ao seio.

Entretanto, essa formulação não surgiu de um capricho ou de especulações aleatórias, como alguns de seus críticos insistem em acusar (Hartmann, 1958; Freud, 1965; Kernberg, 1984). Bem antes do clássico ensaio de 1957, em “Psicanálise de crianças” (1932/1997), ela observava a inveja como uma reação infantil à frustração. Em uma nota de rodapé no caso Trude, uma paciente de três anos e nove meses, Klein aponta: “O sonho era um sonho de punição. Revelou-se estar baseado em desejos de morte oriundos de sua frustração oral e da sua situação edipiana, dirigidos contra sua irmã e sua mãe” (Klein, 1932/1997, p. 31).

Não obstante, Klein tece uma distinção extremamente cuidadosa entre inveja, voracidade e ciúme. A inveja caracteriza-se por um sentimento hostil diante da percepção de que o outro possui e desfruta de algo desejável, do qual o sujeito se sente privado; o impulso predominante é tomar e arruinar o que é invejado. A voracidade, por sua vez, expressa um desejo insaciável de devorar o objeto primário, sem consideração pelas consequências desse ato. Já o ciúme apresenta um nível de complexidade maior, pois implica a percepção de uma relação triangular em que o sujeito se sente excluído. Assim, enquanto a voracidade busca um preenchimento incessante, a inveja dirige-se à destruição do que o objeto tem de bom. Em linhas gerais, o ciumento reconhece a dinâmica entre três elementos; o invejoso permanece preso a uma relação dual, na qual eliminar o outro aparece como a única via para suprimir a privação.

O conceito de inveja inata revela-se muito mais complexo do que sugere uma leitura inicial. Paradoxalmente, por ter ocupado um lugar tão central no pensamento e na prática clínica de Klein, seu alcance metapsicológico acaba, por vezes, sendo subestimado. Na experiência clínica, não é incomum observar pacientes que rejeitam ou atacam os esforços do analista, especialmente quando se sentem efetivamente compreendidos. Klein (1957) foi pioneira ao apontar que a inveja desempenha um papel decisivo na capacidade – ou na dificuldade – de acolher algo bom proveniente do outro.

Ao longo de sua obra, a inveja aparece estreitamente articulada ao instinto de morte, como se ambos fossem indissociáveis (ou sinônimos). Para Klein (1957/2023a), a inveja opera como uma das vias pelas quais essa força destrutiva se expressa – embora não seja sua única manifestação. Trata-se de um afeto que ultrapassa o simples desejo de possuir: envolve um ódio intenso dirigido àquilo que não temos e que percebemos como inacessível. Um objeto, uma qualidade ou mesmo uma capacidade que nos escapa pode desencadear um anseio doloroso, marcado por ressentimento e corrosão interna. Por outro lado, essa mesma tensão pode, em certas condições, mobilizar o desejo de crescimento, impulsionando o sujeito a aproximar-se daquilo que admira. Contudo, quando o sofrimento provocado pela inveja se torna intolerável, nos deparamos com uma resposta destrutiva: a tentativa de apropriar-se do que é bom à força ou, em última instância, de aniquilar o outro que encarna aquilo que se deseja.

Os Dementadores, figuras sombrias da série Harry Potter, de J. K. Rowling (2017), me parecem uma metáfora particularmente expressiva desse fenômeno: drenando a vitalidade do que é bom e precioso. Eles atacam o objeto amado, esvaziam-no de sentido, e só podem ser enfrentados por meio de uma força extraordinária – o feitiço do Patrono (*Expecto Patronum*⁴), que exige do sujeito a mobilização ativa de suas experiências mais vivas e sustentadoras.

Movimento análogo ocorre no plano psíquico quando o sujeito, tomado pela inveja, recebe do outro uma boa experiência. Ou seja, aquilo que poderia ser vivido como nutritivo e enriquecedor passa, então, a ser contaminado pelo ressentimento dirigido a quem ofertou. O resultado é que o que foi recebido se converte em matéria tóxica ou, no melhor dos casos, permanece misturado à hostilidade em relação ao doador. Em termos kleinianos, em vez de internalizar um objeto bom, o indivíduo invejoso introjeta um objeto mau –

⁴ Para conjurá-lo, o bruxo precisa concentrar-se em uma lembrança extremamente feliz – análogo ao processo de introjeção do objeto bom internalizado (Klein, 1957/2023) – e pronunciar “Expecto Patronum”. Se executado com sucesso, o feitiço gera um Patrono, uma figura de luz prateada que assume a forma de um animal específico, representando a essência protetora e positiva do conjurador. Além de repelir Dementadores, o Patrono também pode servir como mensageiro em situações urgentes, dada sua incorporação pura de energia mágica positiva (Rowling, 2017).

uma espécie de “presença interna” persecutória, fonte constante de angústia e tormento (Almeida, 2024). Nesse circuito, o sujeito passa a sentir que carrega dentro de si uma instância que o despreza e que conspira para privá-lo de qualquer experiência de bondade. A inveja, assim, compromete profundamente a capacidade de acolher o que é positivo e de integrar aquilo que poderia fortalecer o self (Almeida, 2024).

Nessa mesma direção, o excesso de inveja – ou a dificuldade de suportar a dor de não saber⁵ – torna-se um obstáculo significativo ao aprendizado. Afinal, aprender implica tolerar a própria ignorância e sustentar, ainda que provisoriamente, a sensação de dependência em relação ao saber do outro. Para alguns sujeitos, reconhecer que alguém detém um conhecimento que lhes falta é vivido como insuportável. Por isso, optam por adquirir conhecimento de forma impessoal, recorrendo exclusivamente aos livros, como tentativa de evitar o sofrimento envolvido na relação direta com aquele que encarna, ainda que simbolicamente, o objeto invejado.

É justamente essa dinâmica que Melanie Klein descreve ao deslocar o foco para as experiências mais precoces do desenvolvimento psíquico. Seguindo nessa esteira, Klein (1957/2023a) observou que, desde muito cedo, o bebê pode perceber a mãe (ou o cuidador) como alguém egoísta – uma figura que retém para si aquilo que mais intensamente deseja. Tal vivência, marcada por uma distorção da realidade própria das angústias primitivas, transforma a mãe em um objeto ganancioso, como se ela estivesse deliberadamente acumulando e negando tudo aquilo que é almejado pelo bebê (Almeida, 2025). Nesse contexto, torna-se fundamental distinguir as situações em que algo é de fato frustrado daquelas em que a inveja altera a percepção, fazendo com que o

⁵ Para Wilfred Bion (1962/2021), a capacidade de pensar está intrinsecamente ligada à possibilidade de tolerar a frustração. O pensamento surge como um desenvolvimento que depende da experiência emocional de ausência e de não satisfação. Quando a frustração pode ser sustentada – seja pela presença de um objeto que a contenha, seja pela internalização da função continente –, ela se transforma em um estímulo para a atividade mental, dando origem aos pensamentos como tentativas de lidar com aquilo que falta. No entanto, quando a frustração é vivida como intolerável, o aparelho psíquico não se organiza para pensar, mas para evacuar a experiência dolorosa, recorrendo a mecanismos como a inveja, a onipotência ou a recusa do vínculo. Nessas condições, o pensar cede lugar à ação ou ao ataque ao conhecimento (ataque aos vínculos), comprometendo o aprendizado e a capacidade de simbolização (Almeida, Naffah Neto & Vieira, 2024).

outro – por mais disponível e generoso que seja – seja invariavelmente experimentado como avarento e mesquinho. Trata-se, aqui, de um terreno fértil para o surgimento do ressentimento, capaz de corroer os vínculos e obscurecer qualquer possibilidade de gratidão (Almeida, 2024).

Cabe salientar, no entanto, que esse modo de funcionamento psíquico não se limita à esfera individual. Ele pode ser reconhecido também no campo social e político (Garvey, 2023). Um exemplo emblemático é a acusação feita por Trump, e também por Bolsonaro no Brasil em contexto semelhante, de que a eleição presidencial da qual saíram derrotados teria sido “roubada”. Evidentemente, alguns processos eleitorais podem ser fraudados; outros, porém, não. Quando a experiência da perda não pode ser simbolizada nem elaborada, o luto cede lugar a uma raiva que se apresenta como moralmente justificada, dirigida contra aqueles que supostamente detêm o que foi perdido. Líderes políticos, muitas vezes capturados pelo próprio ressentimento, sabem amplificar esses afetos na população, mobilizando sentimentos de lealdade acrítica e de hostilidade contra os adversários. O resultado é a formação de vínculos marcados pelo ódio e pela exclusão, com potencial para gerar desfechos sociais e políticos danosos.

Em contrapartida, Klein (1957/2023a) também enfatizou veementemente a importância do sentimento de gratidão, que emerge no bebê como resposta à experiência de cuidado e de satisfação. A gratidão constitui uma conquista central do desenvolvimento emocional, pois sustenta a possibilidade de estabelecer relações futuras mais estáveis e confiáveis. Ao longo do amadurecimento psíquico, a capacidade de sentir satisfação e reconhecimento favorece o investimento amoroso e atenua os efeitos destrutivos da inveja, contribuindo para a construção de uma personalidade mais integrada.

Convém lembrar que, na perspectiva kleiniana, o ego já se encontra, desde o início da vida, atravessado pelo conflito entre o instinto de vida e o instinto de morte. Como defesa frente a essa tensão primitiva, o ego recorre à cisão, passando a perceber o seio materno como “bom” ou “mau”. Essa divisão inicial desempenha um papel fundamental no desenvolvimento, pois cria as condições para a posterior integração do objeto bom internalizado e para a

aquisição da capacidade de lidar com a ambivalência. No entanto, quando a inveja assume um caráter excessivo, perturba esse percurso, dificultando a integração do objeto e mantendo uma cisão persistente que compromete o desenvolvimento emocional saudável.

Nas palavras de Klein:

Minha hipótese, portanto, é que a capacidade de amar promove tanto as tendências integradoras como o sucesso da cisão fundamental entre o objeto amado e o odiado. Isso soa paradoxal. Mas, como já disse, uma vez que a integração se baseia em um objeto bom firmemente enraizado que forma o núcleo do ego, certo montante de cisão é essencial para a integração, pois isso preserva o objeto bom e, mais tarde, capacita o ego a sintetizar os dois aspectos do objeto. A inveja excessiva, uma expressão dos impulsos destrutivos, interfere na cisão fundamental entre o seio bom e o seio mau, e a estruturação de um objeto bom não pode ser suficientemente conseguida (Klein, 1957/2023a, p. 249).

Para a autora, os afetos iniciais de inveja são transmitidos por meio das chamadas “lembranças em sentimentos” (*memories in feelings*); isto é, o paciente revive emoções arcaicas no campo da transferência, na qual o analista passa a ocupar, simbolicamente, o lugar das figuras parentais. Nessas condições, a tarefa clínica mais exigente consiste em favorecer o reconhecimento e a integração desses afetos na vida psíquica do analisando, processo que se dá pela via da perlaboração. Isso não implica que o analista deva precipitar-se em suas intervenções ou recorrer a interpretações excessivas (Vieira, 2025). Ao contrário: trata-se de sustentar um ritmo que permita ao paciente experienciar, nomear e elaborar esses estados afetivos sem ser invadido por eles. Vejamos:

Mas é essencial não tentar apressar esses passos em direção à integração; pois, se a noção da divisão em sua personalidade surgisse repentinamente, o paciente teria grandes dificuldades em lidar com ela. Quando o paciente toma consciência de seus impulsos invejosos e destrutivos, ele os sente tão mais

perigosos quanto mais fortemente eles tenham sido excindidos. Em análise, devemos caminhar lenta e gradativamente em direção ao doloroso insight referente às divisões do self do paciente. Isso significa que os lados destrutivos são repetidamente excindidos e recuperados, até que se efetue uma maior integração. Como resultado, o sentimento de responsabilidade torna-se mais forte, e a culpa e a depressão são mais plenamente vivenciadas. Quando isso acontece, o ego é fortalecido, a onipotência dos impulsos destrutivos fica diminuída juntamente com a inveja, e é liberada a capacidade de amor e gratidão que estivera abafada no decurso dos processos de cisão (Klein, 1957/2023a, p. 286).

Embora o resgate de um objeto bom não apague os traços deixados por uma infância difícil, a experiência analítica pode oferecer ao paciente uma nova referência interna, desde que o analista não seja tomado de modo idealizado. Trata-se, pois, de uma transformação lenta, em que o paciente passa a se relacionar de maneira menos persecutória com aquilo que recebe do outro, diminuindo a necessidade de projetar no objeto externo a hostilidade que não pôde reconhecer em si. Nessa direção, a análise da transferência, em suas manifestações negativas e positivas, permite alcançar as relações mais primitivas do sujeito, ajudando-o a compreender de que modo amor, ódio, inveja e gratidão se organizaram em sua vida psíquica

A integração que daí decorre fortalece um ego anteriormente vulnerável, permitindo ao indivíduo sustentar sentimentos de culpa e responsabilidade que, na infância, haviam sido vividos como intoleráveis. À medida que o ódio cede lugar ao amor e a voracidade e a inveja perdem sua intensidade destrutiva, observa-se uma diminuição da ansiedade persecutória e dos mecanismos esquizoides. Tais transformações favorecem o acesso à posição depressiva, na qual a capacidade de usufruir da experiência e de sentir gratidão pode se ampliar de forma gradual e consistente (Almeida & Naffah Neto, 2024).

Seguindo por essa via, Klein (1957/2023a) é bastante contundente ao afirmar que a análise dos processos de cisão, do ódio e da inveja subjacentes, tanto na transferência positiva quanto na negativa, exige muito do analista e

do paciente. Ela tece uma crítica pontual⁶ no que tange à atividade clínica: “Uma consequência dessa dificuldade é a tendência de alguns analistas a reforçar a transferência positiva e a evitar a negativa, e a tentar fortalecer sentimentos de amor assumindo o papel do objeto bom que o paciente não fora capaz de estabelecer firmemente no passado” (Klein, 1957/2023a, p. 287).

Desse modo, ao tentar ocupar, para o paciente, o lugar do objeto bom que lhe faltou, o analista corre o risco de favorecer uma relação idealizada, na qual os sentimentos amorosos são reforçados sem que a destrutividade inconsciente seja elaborada. Para Klein, esse caminho se distancia da técnica psicanalítica, pois a integração do ego, segundo a autora, não decorre da oferta compensatória de um bom objeto, e sim da interpretação rigorosa das fantasias inconscientes, dos ataques ao objeto e das ansiedades que sustentam a inveja. A mudança psíquica acontece quando, por meio da transferência, o paciente pode reconhecer seu ódio sem ficar submetido a ele, permitindo que o amor ao objeto limite a destrutividade, abrindo, assim, o caminho para a reparação. Nesse sentido, o trabalho analítico ancora-se na possibilidade de integrar a ambivalência até então mantida cindida.

Algumas palavras finais

Ao retomar as teses freudianas sobre o [instinto de morte], André Green afirma:

Freud chega a uma conclusão radical: ter de admitir que o único amor verdadeiro é o amor objetal. O amor de si por si mesmo, no narcisismo, é

⁶ Já em um texto de 1952, chamado “Algumas conclusões teóricas relativas à vida emocional do bebê”, Klein escreve: “Isso somente é possível pela análise dos estágios mais arcaicos do desenvolvimento (assim como de estágios posteriores), e por uma análise meticulosa da transferência negativa assim como da positiva. Na flutuante situação transferencial, as figuras externas e internas – boas e más –, que primariamente modelam o desenvolvimento do superego e as relações de objeto, são transferidas para o psicanalista. Portanto, por vezes ele está fadado a representar figuras aterrorizadoras, sendo somente dessa forma que as ansiedades persecutórias infantis podem ser plenamente vivenciadas, elaboradas e diminuídas. Se o psicanalista se sente inclinado a reforçar a transferência positiva, ele evita desempenhar na mente do paciente o papel das figuras más e é introjetado predominantemente como um objeto bom” (Klein, 1952/2023, p. 129)

somente um refúgio que certamente pode garantir ao Eu um socorro provisório, parcial e temporário, mas é somente uma fachada. A estrutura psíquica está exposta ao perigo da ilusão, e, no entanto, de outro ponto de vista, a ilusão lhe é necessária para ajudá-la a se manter num nível de atividade suficiente e a alimentar a autoestima. Eu narcísico purificado, mas, também, Eu muito vulnerável. [...] O narcisismo repele a morte, desaloja, persegue e assedia a pulsão [o instinto] de morte, que parte em busca da conquista desta primeira forma de ocupação (de investimento) do Eu que quer garantir a manutenção de Eros contra a força atuante pelo seu retorno ao estado anterior, ao inanimado (Green, 2022, pp. 54-55).

Ora, a visão de Green enriquece ainda mais o nosso debate. O autor propõe as noções de “narcisismo de vida” e “narcisismo de morte” (Green, 1988). Para ele, o narcisismo de vida é, em suma, caracterizado pela manutenção do equilíbrio psíquico, sustentando o Eu por meio de investimentos que preservam a coesão interna. Esse tipo de narcisismo alimenta-se – no âmbito de nutrir-se – da relação com objetos externos, permitindo ao sujeito manter-se vivo, conectado e criativo. Por outro lado, o narcisismo de morte representa um movimento de retração, um desligamento das relações com o mundo externo e, em última análise, um retorno ao instinto de morte. Aqui, o Eu busca um estado de apatia, de fechamento ao outro, e, em vez de nutrir-se do ambiente, ele se consome em seu próprio vazio, num colapso silencioso.

Em outras palavras, Green (2022) captura o movimento entre essas duas forças no campo narcísico, enquanto Freud e Klein analisam o impacto dessas forças na relação com o objeto e nas defesas psíquicas. Ambos concordam que a vida psíquica é continuamente atravessada pela interação entre Eros e o instinto de morte; porém, enquanto Freud concebia a agressividade como uma expressão secundária dessa união, Klein a posiciona desde o início da formação do ego. Segundo a autora:

A ameaça de aniquilamento, pelo instinto de morte interno, é, em minha concepção – que nesse quesito difere da de Freud –, a ansiedade primordial; e é o ego que, a serviço do instinto de vida, e até possivelmente posto em

funcionamento pelo instinto de vida, deflete em certa medida essa ameaça para fora. Essa defesa fundamental contra o instinto de morte foi atribuída por Freud ao organismo, ao passo que eu considero esse processo como a atividade principal do ego (Klein, 1957/2023a, pp. 247-248, tradução alterada por mim).

Nesse trecho, fica evidente a divergência entre Klein e Freud, pois, conforme mencionado anteriormente, em “Além do princípio do prazer”, o autor vienense (1920) afirma com todas as letras que o instinto de morte só se torna agressivo quando aliado à Eros. Ou seja, por meio dessa ligação com os instintos eróticos (de vida), o instinto de morte ganha potência, podendo ser defletido para fora, produzindo o sadismo primário – quando se dirige ao outro, ao objeto. Além disso, para Freud, não existe um ego nos primórdios da vida e, portanto, o mecanismo de projeção não é tão inicial quanto a hipótese kleiniana aponta.

Tanto Freud quanto Klein sustentam que a oposição entre os instintos de vida e de morte é inata e constitutiva da condição humana. Ainda que essa ênfase na destrutividade possa soar pessimista, ela ocupa um lugar central em ambos os modelos teóricos. Reconhecer a presença dessa força, contudo, não os levou a uma posição desistente. Ao contrário, ambos se dedicaram a pensar em modos de atenuar seus efeitos mais nocivos, mesmo cientes de que jamais seria possível suprimi-la inteiramente. Começemos por Freud:

Se a disposição para a guerra é uma decorrência do instinto de destruição, então será natural recorrer, contra ela, ao antagonista desse instinto, a Eros. Tudo que produz laços emocionais entre as pessoas tem efeito contrário à guerra. Essas ligações podem ser de dois tipos. Primeiro, relações como as que se tem com um objeto amoroso, embora sem objetivos sexuais. A psicanálise não precisa se envergonhar quando fala de amor, pois a religião também diz “Ama o próximo como a ti mesmo”. Sem dúvida, uma coisa mais fácil de se pedir do que de realizar. O outro tipo de ligação emocional é o que se dá pela identificação (Freud, 1932/2010c, p. 430).

Klein, à sua maneira, também apontou caminhos possíveis diante da

potência implacável da inveja inata, destacando o papel fundamental da gratidão. No artigo “Nosso mundo adulto e suas raízes na infância inicial” (1959), texto que expressa a maturidade de seu pensamento, ela afirma:

A capacidade para o amor e a devoção, primeiramente em relação à mãe, desenvolve-se de muitas formas em devoção a várias causas sentidas como boas e valiosas. Isso significa que o prazer que o bebê foi capaz de vivenciar no passado, por sentir-se amado e amoroso, transfere-se mais tarde na vida não somente às suas relações com pessoas, o que é muito importante, mas também ao seu trabalho e a tudo pelo que ele sente que vale a pena lutar. O que significa também um enriquecimento da personalidade e a capacidade de usufruir de seu trabalho, e abre uma variedade de fontes de satisfação (Klein, 1959/2023b, p. 326).

Por fim, podemos reconhecer que a descoberta freudiana do instinto de morte fraturou os próprios fundamentos sobre os quais a psicanálise havia se edificado, excedendo o alcance de uma simples revisão teórica. Diante da compulsão à repetição, Freud encontrou uma força que excedia o princípio do prazer e resistia obstinadamente à elaboração, sendo levado a nomear uma potência capaz de trabalhar contra a vida a partir de dentro do próprio sujeito. Além disso, ao retirar do Eu a ilusão de soberania sobre si mesmo, a segunda tópica (Freud, 1923/2011) abriu o campo clínico para fenômenos que a teoria das neuroses, pautada no complexo de Édipo, deixava sem resposta: a reação terapêutica negativa, o masoquismo primário e as formas de sofrimento nas quais o paciente parece investir na própria destruição com uma fidelidade desconcertante.

Ao reformular essa questão metapsicológica, Klein situou a destrutividade no centro do psiquismo desde os primeiros dias de vida. Com isso, ela mostrou que o ego nascente já se vê às voltas com forças internas que ameaçam sua integração e que podem se expressar, de modo particularmente intenso, nos estados psicóticos. A ideia de que o sujeito luta, desde o início, para sobreviver aos ataques provenientes do próprio instinto de morte inaugurou novos horizontes para a clínica psicanalítica, permitindo ao analista acompanhar com maior rigor as dinâmicas de cisão, projeção, perseguição e

agressividade.

Se o instinto de morte pode ser compreendido como uma resposta à perturbação introduzida pelas necessidades vitais, o objeto de desejo torna-se, simultaneamente, fonte de ansiedade e promessa de alívio. É nesse sentido que Klein (1957/2023a) afirma que o seio, emblema do que é mais necessário à sobrevivência, constitui, ao mesmo tempo, o alvo privilegiado da inveja e do ódio. Isto é, o anseio que ele desperta se entrelaça ao sofrimento provocado por sua ausência, e uma das experiências mais difíceis para o sujeito consiste em reconhecer a existência desse objeto sem negar a inveja que suscita. O impulso de aniquilamento surge, então, como uma defesa extrema: ao atacar o objeto – e, junto dele, o self que o deseja –, o sujeito tenta escapar da dor insuportável de depender daquilo que inveja.

Essa força destrutiva, contudo, não se manifesta de modo uniforme. Como vimos, em Klein, a inveja possui uma dimensão constitucional; porém, sua intensidade e seus destinos psíquicos dependem da forma como o bebê vive suas primeiras relações de objeto, das experiências de gratificação e frustração, da qualidade do cuidado recebido e da possibilidade de introjetar objetos bons. Por isso, a teoria kleiniana do instinto de morte não exclui o ambiente; ao contrário, permite compreender como as condições iniciais de vida podem favorecer ou dificultar a integração entre amor e ódio, gratidão e inveja, reparação e destrutividade.

Reconheço que, ao percorrer esse caminho teórico, não apresento formulações inéditas para além daquelas já estabelecidas por Freud e Melanie Klein. Meu propósito, todavia, é sublinhar o quanto a compreensão das múltiplas faces do conceito de instinto de morte permanece essencial à prática psicanalítica contemporânea. Ou seja, para além do princípio do prazer, da ambivalência, da agressividade, da perseguição, do ciúme e da inveja, persiste uma pressão constante das forças destrutivas sobre o self. Cabe ao analista, na delicadeza de sua escuta e na firmeza de suas interpretações, não recuar diante do caos, acompanhando o paciente na difícil tarefa de integrar as forças destrutivas que, até então, mantinham seu ego sob ameaça de fragmentação.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. P., & Naffah Neto, A. (2022). Psicanálise e educação escolar: contribuições de Freud e Winnicott à compreensão do fenômeno da violência escolar. *Dialogia*, (40), e20478. <https://doi.org/10.5585/40.2022.20478>
- Almeida, A. P. (2022). Freud e Styron: O sujeito melancólico e a sombra do objeto. In A. P. Almeida & A. Naffah Neto (Eds.), *Perto das trevas: A depressão em seis perspectivas psicanalíticas*. Blucher.
- Almeida, A. P., & Naffah Neto, A. (2024). Um estudo comparativo entre as teorias de Klein e Winnicott: Analisando o conceito de fantasia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 27, e230636. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.e230636>
- Almeida, A. P., Naffah Neto, A., & Vieira, F. P. (2024). A construção do pensar: um estudo comparativo entre Bion e Winnicott. *Natureza Humana – Revista Internacional De Filosofia E Psicanálise*, 26(1), 40–59. <https://doi.org/10.59539/2175-2834-v26n1-692>
- Almeida, A. P. (2024). *Melanie Klein além da clínica: contribuições à educação escolar*. Zagodoni.
- Almeida, A. P. (2025). The process of symbolisation in Klein and Bion. In A. P. Almeida, A. Naffah Neto, & F. P. Vieira (Eds.), *Klein, Bion, and Winnicott: Theoretical and clinical convergences and divergences*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003642503-6>
- Abraham, K. (1970). Breve estudo da libido visto à luz das perturbações mentais. In *Teoria psicanalítica da libido*. Imago. (Trabalho original publicado em 1924)
- Bion, W. R. (2021). Uma teoria do pensar. In *No entanto... pensando melhor*. Blucher. (Trabalho original publicado em 1962)
- Cromberg, R. (2021). *Sabina Spielrein – uma pioneira da psicanálise: Obras completas* (Vol. 1). Blucher.
- Freud, A. (1965). *Normality and pathology in childhood: Assessments of development*. International Universities Press.
- Freud, S. (2010a). Além do princípio do prazer. In *Obras completas* (Vol. 14). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (2010b). O mal-estar na civilização. In *Obras completas* (Vol. 18). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2010c). Por que a guerra? (Carta a Einstein, 1932). In *Obras completas* (Vol. 18). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1932)

- Freud, S. (2011). O problema econômico do masoquismo. *Obras completas* (Vol. 16). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924)
- Freud, S. (2011). O Eu e o Id. *Obras completas* (Vol. 16). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. *Obras completas* (Vol. 17). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (2018). Análise terminável e interminável. *Obras completas* (Vol. 19). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1937)
- Garvey, P. (2023). *Melanie Klein: A Contemporary Introduction*. Routledge.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. Escuta.
- Green, A. (2022). *Por que as pulsões de destruição ou de morte?* Blucher.
- Grosskurth, P. (1992). *O mundo e a obra de Melanie Klein*. Imago.
- Hartmann, H. (1958). *Ego psychology and the problem of adaptation*. International Universities Press.
- Kaur, R. (2017). *Outros jeitos de usar a boca*. Planeta.
- Kernberg, O. F. (1984). *Severe personality disorders: Psychotherapeutic strategies*. Yale University Press.
- Klein, M. (1997). *A psicanálise de crianças*. Imago. (Trabalho original publicado em 1932)
- Klein, M. (2023a). Inveja e gratidão. In *Inveja e gratidão e outros ensaios*. Ubu. (Trabalho original publicado em 1957)
- Klein, M. (2023b). Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. *Inveja e gratidão e outros ensaios*. Ubu. (Trabalho original publicado em 1959)
- Roussillon, R. (2023). *O narcisismo e a análise do Eu*. Blucher.
- Rowling, J. K. (2017). *Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban*. Rocco.
- Spielrein, S. (2021). *A destruição como origem do devir*. Artes & Ecos. (Trabalho original publicado em 1912)
- Tostes, I., & Winograd, M. (2019). *Pulsão de morte e trabalho do negativo: uma introdução*. Appris.
- Vieira, F. P. (2025). *A interpretação psicanalítica: revisitando Klein e Winnicott*. Blucher.

Recebido em 17/10/2024

Aceito em 11/06/2026

Este artigo deriva de uma pesquisa de pós-doutorado desenvolvida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Aprender, afetar-se e tornar-se psicóloga: cartografia de uma travessia formativa

*Learning, being affected, and becoming a psychologist: a
cartography of a formative journey*

*Aprender, afectarse y devenir psicóloga: cartografía de una travesía
formativa*

Daniela De Maman¹

Resumo

Este estudo investigou os processos de subjetivação na formação em Psicologia por meio de uma cartografia empírica, qualitativa e exploratória. O objetivo foi mapear de que modo encontros, aprendizagens e experiências afetivas contribuem para a construção da subjetividade da pesquisadora em formação. A problemática centra-se na necessidade de compreender a interação entre teoria e prática e como o corpo, as afecções e os agenciamentos coletivos moldam a aprendizagem e a profissionalidade em Psicologia. A metodologia combinou diários de aula, registros de experiências, fuxicos como operador analítico e referências teóricas de cartografia, de esquizoanálise e de pesquisa qualitativa. A análise evidenciou que a subjetividade se constitui por meio de desterritorializações, dobragens e múltiplos fluxos de intensidades e afetos, organizados como tessituras nos fuxicos produzidos. Cada encontro e prática formativa mostrou-se um espaço de aprendizagem e transformação, articulando corpo, pensamento e saberes conceituais. As considerações finais destacam que a cartografia permite compreender a complexidade da formação em Psicologia, evidenciando o papel das experiências concretas, afetivas e intelectuais na produção de sentidos e de modos de subjetivar.

Palavras-chave: *Fuxicos; Psicologia; Subjetivação.*

Abstract

This study investigated processes of subjectivation in Psychology education through an empirical, qualitative, and exploratory cartography. The aim was to map how encounters, learning processes, and affective experiences contribute to

¹ Unioeste, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9258-7974>. E-mail: danielademamam@gmail.com

the construction of the subjectivity of the researcher in training. The central problem lies in understanding the interaction between theory and practice and how the body, affections, and collective assemblages shape learning and professional formation in Psychology. The methodology combined class diaries, experience records, patchwork pieces (fuxicos) as an analytical operator, and theoretical references from cartography, schizoanalysis, and qualitative research. The analysis showed that subjectivity is constituted through processes of deterritorialization, folds, and multiple flows of intensities and affections, organized as weavings in the produced fuxicos. Each encounter and formative practice became a space of learning and transformation, articulating body, thought, and conceptual knowledge. Final considerations highlight that cartography enables an understanding of the complexity of Psychology education, evidencing the role of concrete, affective, and intellectual experiences in the production of meaning and modes of subjectivation.

Keywords: *Fuxicos; Psychology; Subjectivation.*

Resumen

Este estudio investigó los procesos de subjetivación en la formación en Psicología mediante una cartografía empírica, cualitativa y exploratoria. El objetivo fue mapear cómo los encuentros, los aprendizajes y las experiencias afectivas contribuyen a la construcción de la subjetividad de la investigadora en formación. La problemática se centra en la necesidad de comprender la interacción entre teoría y práctica, y cómo el cuerpo, las afecciones y los agenciamientos colectivos moldean el aprendizaje y la profesionalidad en Psicología. La metodología combinó diarios de clase, registros de experiencias, fuxicos como operador analítico y referencias teóricas de cartografía, esquizoanálisis e investigación cualitativa. El análisis evidenció que la subjetividad se constituye a través de desterritorializaciones, pliegues y múltiples flujos de intensidades y afectos, organizados como tramas en los fuxicos producidos. Cada encuentro y práctica formativa se mostró como un espacio de aprendizaje y transformación, articulando el cuerpo, el pensamiento y los saberes conceptuales. Las consideraciones finales destacan que la cartografía permite comprender la complejidad de la formación en Psicología, evidenciando el papel de las experiencias concretas, afectivas e intelectuales en la producción de sentidos y formas de subjetivación.

Palabras clave: *Fuxicos; Psicología; Subjetivación*

COMENTÁRIOS INICIAIS

A pesquisa analisou acontecimentos de uma experiência formativa, a partir da seguinte questão: como os processos de subjetivação se manifestam nos encontros e nas experiências de estudantes de Psicologia, quando cartografados a partir de suas vivências? Nesse contexto, investigam-se as intensidades, os atravessamentos e as aprendizagens que emergem ao longo dos cinco anos de formação, compreendendo a subjetividade como um processo constituído nos encontros formativos e atravessado por afetos, saberes e práticas.

O objetivo da pesquisa consistiu em mapear e analisar, por meio da cartografia, os processos de subjetivação implicados no percurso formativo, identificando como os encontros com a Psicologia, entrelaçados como “fuxicos” conceituais e afetivos, produzem sentidos e modos de vivenciar o curso. Ao adotar a metáfora dos fuxicos na tapeçaria, busca-se expressar a articulação entre elementos, afetos e saberes na produção da subjetividade, evidenciando a tessitura das experiências formativas.

O recorte da pesquisa concentra-se no curso de Psicologia, considerando os encontros em sala de aula, as atividades práticas e os registros produzidos pelos estudantes, como memórias, narrativas e cenas do cotidiano acadêmico. A cartografia, como dispositivo metodológico, permite acompanhar os movimentos da subjetivação em suas múltiplas dimensões, oferecendo um registro sensível das intensidades, rupturas e continuidades que atravessam o percurso formativo.

Ao dar visibilidade a esses processos, esta pesquisa contribui para a compreensão da formação em Psicologia como um espaço de produção de subjetividades, ampliando o debate sobre os modos de aprender e de tornar-se psicólogo no contexto contemporâneo. Além disso, apresenta uma aplicação do método cartográfico na análise da experiência formativa, articulando conceitos teóricos e práticas para compreender a construção da subjetividade em seu movimento de aprendizagem.

REVISÃO DE LITERATURA

A cartografia das subjetividades explora como memórias, experiências e afetos se entrelaçam, produzindo aprendizagens singulares no curso de Psicologia. Ao buscar respaldo na bibliografia da área, Hur (2023) enfatiza que os atravessamentos e as intensidades são capturados no corpo como fluxos de potência, articulando saberes e fazeres em movimento. Deleuze (2013) ressalta que a compreensão, a estima e a representação emergem no acontecimento da percepção, constituindo forças que expressam sentidos nas experiências vividas. Mansano (2017) complementa afirmando que o desejo é sempre social, refletindo-se na subjetividade e nos modos de viver e aprender, e demonstrando que a experiência formativa envolve tanto a apropriação conceitual quanto a vivência de relações e responsabilidades éticas.

A partir dessas territorializações bibliográficas, é possível compreender que o acontecimento, mediado pelo atravessamento, não se limita ao pensamento abstrato; ele emerge no instante vivido e se relaciona à linguagem que atribui um sentido singular à vivência no cotidiano (Deleuze, 2013). Nesse sentido, mapear, por meio da cartografia das experiências de aprendizagem, permite compreender como a subjetividade da pesquisadora¹ se constitui nas experiências concretas do curso, articulando corpo, afetos e saberes em um mosaico de fuxicos que organizam e expressam as aprendizagens.

O atravessamento, nesta pesquisa, é representado pela tapeçaria, que une inúmeros retalhos e dá forma aos fuxicos² indicando o entrelaçamento dos processos de subjetivação produzidos na experiência da pesquisadora, refletidos no sentir, no engajamento com saberes e na atuação no cotidiano acadêmico. Esse entrelaçamento é constituído por afetos como rejeição, entusiasmo e surpresa, que se configuram como forças que atravessam o

¹ O uso do termo “pesquisadora” refere-se à posição assumida pela autora no desenvolvimento deste estudo, que articula simultaneamente sua trajetória como estudante de Psicologia e sua implicação como sujeito da pesquisa. É uma escolha metodológica-cartográfica que une sujeito e objeto, na investigação que se constrói a partir das experiências vividas, analisadas e narradas pela própria pesquisadora.

² O termo “fuxicos” refere-se a uma técnica artesanal de costura que consiste na união de pequenos retalhos de tecido em formas semelhantes a flores. O termo é mobilizado como operador analítico para designar a tessitura de experiências, afetos e aprendizagens vividas pela pesquisadora ao longo da formação em Psicologia.

aprendizado, potencializando saberes e práticas em situações concretas e evidenciando a dimensão prática da formação em Psicologia. A compreensão do acontecimento, nesse sentido, não se limita a aceitar ou designar, mas consiste na apreensão do instante pelo pensamento, mobilizando forças e ampliando a potência subjetiva (Deleuze & Guattari, 1995). A experimentação no território da formação em Psicologia mobiliza o sentir como força expressiva, promovendo engajamento com as aprendizagens e intensificando as experiências (Deleuze, 2013; Rolnik, 2011), enquanto a representação na tapeçaria de fuxicos expressa os sentidos dos atravessamentos vivenciados, constituindo-se como força transformadora na experiência da pesquisadora ao articular múltiplas vivências.

As atividades interventivas vivenciadas no decorrer do processo formativo, como estágio supervisionado, visitas domiciliares e campanhas de promoção da saúde mental, evidenciam como os atravessamentos se manifestam na articulação entre teoria e prática no desenvolvimento da profissionalidade em Psicologia. Dessa forma, a cartografia da aprendizagem atua como instrumento analítico e de registro, proporcionando a leitura das intensidades, dos desejos e dos afetos que atravessam a subjetividade em formação (Passos, Kastrup & Escóssia, 2020; Zambenedetti & Silva, 2011; Zabalza, 2004). Esses registros cartográficos são evidenciados na tapeçaria e no diário da pesquisadora, tornando visível como encontros acadêmicos, atividades práticas e interações cotidianas se constituem em espaços de aprendizagem, produção de sentidos e subjetivação.

METODOLOGIA: CARTOGRAFIA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Esta pesquisa desenvolvida a partir de projeto institucional³ configura-se como uma cartografia empírica, de caráter qualitativo, exploratório, descritivo-conceitual e de estudo de caso (Minayo, 2025; Yin, 2015; Flick, 2009), cujo propósito é mapear e analisar os processos de

³ Projeto Institucional: *Subjetividade na contemporaneidade: eu e o eu social* (Centro de ciências humanas). Aprovado e registrado na Plataforma Brasil - CAAE - 68484023.8.0000.0107.

subjetivação na formação em Psicologia. Para tanto, utilizou-se o diário de aula da pesquisadora, que atuou como estudante em processo de constituição profissional. Este diário funcionou como instrumento de registro, recorte e interpretação de experiências, afetos e aprendizagens, permitindo capturar, de maneira concreta e singular, os atravessamentos vividos (Flick, 2009; Minayo, 2025; Passos, Kastrup & Escóssia, 2020).

A trajetória da pesquisa, enquanto estudo de caso (Yin, 2015), é compreendida como um acontecimento em si, o que permite analisar a formação em Psicologia como um processo afetivo, relacional e conceitual. Nesse percurso, para além da tapeçaria de fuxicos, os registros produzidos no diário, contendo narrativas e cenas do cotidiano acadêmico, constituem material empírico que expressa os atravessamentos vividos e as aprendizagens construídas ao longo do percurso formativo. A Figura 1, apresentada a seguir, ilustra um desses registros, evidenciando, de forma sensível e expressiva, os afetos e as experiências que compõem a vivência da pesquisadora na produção da tapeçaria de fuxicos.



Nota. Imagem da tapeçaria de fuxicos produzida pela autora (2025). Esta tapeçaria ilustra como experiências, reflexões e aprendizados foram costurados na prática formativa, conectando teoria e vivência.

Figura 1. Tapeçaria de fuxicos produzida pela pesquisadora como registro empírico da tessitura das aprendizagens em Psicologia.

Essa imagem, compreendida nesta pesquisa como disparador analítico, direciona o olhar para a forma como os encontros e acontecimentos são apreendidos no corpo (sujeito em perspectiva na esquizoanálise) e traduzidos em linguagem, compondo os chamados “fuxicos como lócus da experimentação vivida”, que constituem a tapeçaria da experiência de aprendizagem da ciência psicológica.

Nesse viés, as contribuições da pesquisa qualitativa, da cartografia e da genealogia (Minayo, 2025; Passos, Kastrup & Escóssia, 2020; Zambenedetti & Silva, 2011; Flick, 2009) e dos diários de aula como instrumento de análise (Zabalza, 2004) articulam teoria e prática para a construção de uma escrita cartográfica autoral, capaz de evidenciar a experiência formativa. Essa abordagem possibilitou recortar, descrever e interpretar afecções e aprendizagens em situações concretas, capturando a relação entre teoria e

experiência, bem como a implicação da pesquisadora em cada acontecimento (Deleuze & Guattari, 1995).

Com o objetivo de explicitar o percurso metodológico adotado, apresenta-se, a seguir, o Quadro 1, que sintetiza as etapas, os dispositivos e as finalidades do processo investigativo.

Quadro 1. *Percurso metodológico da pesquisa*

Etapas	Descrição	Dispositivos/Instrumentos	Finalidade
Inserção no campo	Vivências no curso de Psicologia	Participação em aulas, estágios, atividades	Acompanhar experiências formativas
Produção de dados	Registros das experiências	Diários, narrativas, fuxicos	Captar afetos e atravessamentos
Operadores analíticos	Leitura dos processos	Fuxicos, afetos, categorias deleuzianas	Analisar subjetivação
Análise cartográfica	Acompanhamento dos processos	Escrita cartográfica	Mapear aprendizagens e sentidos

Nota. Elaborado pela autora (2025).

A forma como a pesquisa é desenvolvida constitui, em si, uma experimentação situada, permitindo compreender a Psicologia **como campo de profissionalidade** e a aprendizagem como um processo afetivo, relacional e conceitual. A partir dessa materialidade empírica, a análise cartográfica busca acompanhar os movimentos de subjetivação inscritos nas experiências, considerando suas intensidades, rupturas e continuidades.

Na sequência, a Figura 2 apresenta uma sistematização analítica desses elementos, articulando a relação entre arte, corpo, aprendizagens e a abordagem da esquizoanálise, funcionando como uma síntese conceitual da experiência cartográfica.



Nota. Elaborado pela autora (2025). Os fuxicos produzidos para a elaboração da tapeçaria compõem, nesta pesquisa, uma tessitura de experiências, afetos e aprendizagens, expressando os atravessamentos que marcam a formação em Psicologia.

Figura 2. A tessitura de fuxicos como analogia da composição entre corpo, pensamento e aprendizagens na abordagem da Esquizoanálise.

A Figura representa uma elaboração teórico-analítica construída a partir dos dados empíricos, permitindo compreender como os atravessamentos vividos pelos estudantes moldam sentidos e aprendizagens na tessitura dos fuxicos. Nesse contexto, as categorias de compreensão, estima e representação, extraídas do referencial deleuziano, orientam a leitura analítica desses processos. A compreensão refere-se à apreensão do acontecimento em sua singularidade; a estima expressa o engajamento afetivo e a mobilização de potência; e a representação organiza os sentidos produzidos, possibilitando transformações nos modos de atuar e de aprender (Rolnik, 2011; Deleuze & Guattari, 1995).

Dessa forma, a cartografia funciona como instrumento para mapear e compreender a relação entre subjetividade e experiência no campo empírico, evidenciando como desejos, forças e relações de potência constituem modos de aprender e viver a profissionalidade em Psicologia. A analogia com a tapeçaria de fuxicos permite compreender a formação como uma tessitura na qual cada experiência compõe o mosaico da subjetividade em construção. Nesse sentido, a Figura 1 expressa o vivido, enquanto a Figura 2 apresenta sua sistematização

analítica, evidenciando as experiências formativas como uma tessitura em que cada movimento constitui uma peça do mosaico da subjetividade, orientando a análise que se seguirá na seção cartográfica.

Cartografia dos processos de subjetivação: registros do diário de aula da pesquisadora

A cartografia, neste estudo, configura-se como um método de investigação que permite mapear os processos de subjetivação da pesquisadora em formação em Psicologia (Passos, Kastrup & Escóssia, 2020; Zambenedetti & Silva, 2011). Para tanto, utilizou-se o diário de aula da pesquisadora, elaborado ao longo do curso, como instrumento de análise cartográfica. Com a finalidade de auxiliar na visualização dos elementos analisados, apresenta-se o Quadro 2, que sistematiza aspectos da cartografia desenvolvida, sem a pretensão de esgotar ou substituir a análise apresentada no texto.

Quadro 2. *Elementos cartografados na experiência formativa*

Elemento	Expressão na experiência	Efeito na formação
Afetos	Rejeição, entusiasmo, surpresa	Mobilização do aprender
Encontros	Aulas, estágios, interações	Produção de sentidos
Fuxicos	Registros e imagens	Organização das experiências
Subjetivação	Processos vividos	Construção da profissionalidade

Nota. Elaborado pela autora (2025).

O diário, como registro das vivências no percurso formativo da pesquisadora, funcionou tanto como registro das experiências em sala de aula quanto como espaço de reflexão autoral sobre aprendizagens e experiências fora do contexto formal, permitindo capturar a dinâmica entre teoria, prática e afetos. Nesse sentido, os registros não apenas documentam acontecimentos, mas também evidenciam os modos como a pesquisadora elabora e ressignifica as experiências vividas ao longo da formação. Na sequência, apresentam-se imagens do diário da pesquisadora, que permitem visualizar materialmente

esse processo de inscrição e de análise cartográfica das experiências.



Nota. Diário da pesquisadora, pela autora (2025). Páginas do diário da pesquisadora. As duas primeiras imagens correspondem à capa; as duas seguintes, à primeira página (registro em 01 de março de 2021); e as duas últimas, aos registros finais (27 e 28 de novembro de 2021), produzidos ao longo de cinco anos de formação em Psicologia.

Figura 3. Diário da pesquisadora, pela autora (2025).

Durante o percurso formativo, cada acontecimento, insight ou dilema foi inscrito nas páginas do diário da pesquisadora (247 páginas), constituindo-se como marcas de um processo em devir⁴. Paralelamente, tais intensidades foram transmutadas na tapeçaria, onde cada fuxico emerge não como mera representação, mas como condensação da experiência, um ponto de passagem em que o vivido se territorializa, provisoriamente.

A tapeçaria, nesse sentido, opera como um plano de composição no qual o corpo, tomado como território existencial em constante produção, se inscreve e se reinscreve. Cada fuxico pode ser compreendido como um agenciamento singular, articulando afetos, memórias, conceitos e forças que atravessam a formação em Psicologia. Não se trata de uma correspondência entre forma e conteúdo, mas de uma coemergência entre matéria têxtil e pensamento, entre gesto e elaboração. Produzida em outros espaços, como biblioteca e residência, a prática da tapeçaria instaura um interlúdio no fluxo formativo institucional. Esse interlúdio não configura uma pausa, mas uma dobra do processo, um tempo outro em que o pensamento se produz em contato com a materialidade, permitindo a emergência de linhas de fuga em relação à linearidade curricular. É nesse entre-tempo que se intensifica uma elaboração que não é apenas cognitiva, mas também sensível, corporal e processual.

Posteriormente, tais movimentos são reterritorializados sob a forma de narrativa no diário, em que a escrita não apenas registra, mas também produz sentido, operando como um dispositivo cartográfico das experiências vividas ao longo das disciplinas cursadas. O diário, assim, não documenta um percurso já dado, mas acompanha a própria constituição desse percurso, em sua dimensão múltipla, descontínua e rizomática.

A seguir, apresentam-se excertos do diário da pesquisadora, nos quais se pode acompanhar essa cartografia em ato, articulada às disciplinas que compõem a formação em Psicologia.

⁴ O conceito de devir, tal como formulado por Deleuze e Guattari (1995), é tido como movimento contínuo de produção de diferença, no qual o sujeito não evolui nem se desenvolve de forma linear, mas se constitui em meio a forças, encontros e afetos que o atravessam. Nesta pesquisa, pensar o percurso formativo como devir é compreendê-lo como um campo aberto, processual e inacabado, no qual aprender não é acumular saberes, mas engajar-se em movimentos de transformação de si e do mundo.

Em relação à disciplina de Atenção Psicossocial e Saúde Mental, a pesquisadora registrou em seu diário logo após a produção de fuxicos, alternando entre a arte manual e a escrita cartográfica singular:

Excerto 1 - página 159: *“Percebo que compreender o atendimento em rede exige reorganizar meu olhar sobre a clínica ampliada, ajustando intervenções que antes julgava lineares”*.

Em outro momento, na disciplina de Psicologia e Saúde, registrou:

Excerto 2 - página 206: *“Refletir sobre os fluxos de encaminhamento me faz perceber como a promoção da saúde depende da articulação constante entre teoria e prática”*.

Outros registros realizados entre fuxicos e anotações no diário da pesquisadora evidenciam aprendizagens mais conceituais, como na disciplina de Teorias Psicológicas, em que se explorou a psicanálise em intervenções simuladas:

Excerto 3 - página 67: *“Ao aplicar conceitos de Freud, percebo que minha interpretação precisa dialogar com o contexto social do paciente, e não apenas com a teoria”*.

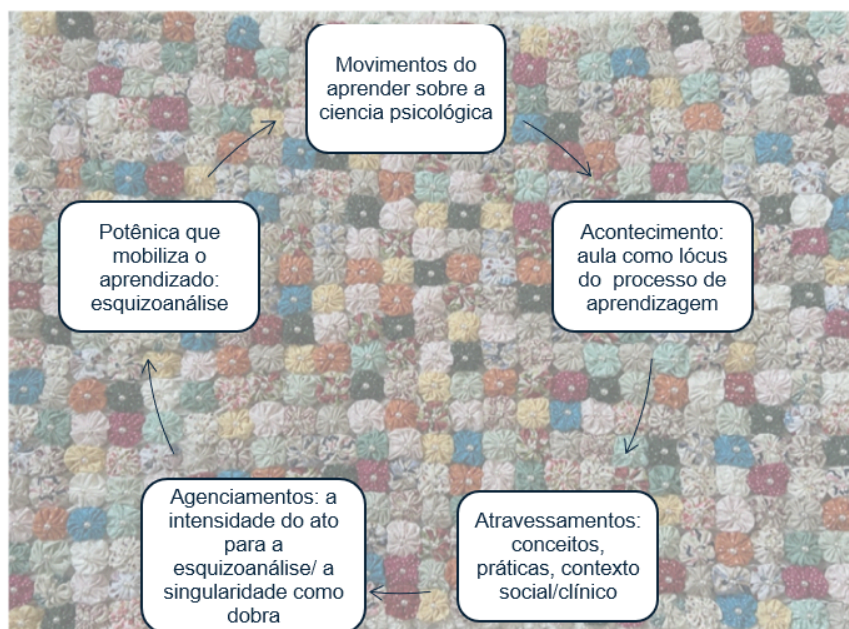
Na disciplina de Saúde Mental e Contemporaneidade, a pesquisadora anotou:

Excerto 4 - página 52: *“Os diagnósticos sem contexto tornam-se vazios; preciso mapear o sofrimento psíquico em sua singularidade e complexidade”*.

Esses registros permitiram visualizar o entrelaçamento entre experiências afetivas, aprendizados conceituais e reflexões práticas, compondo um mosaico de fuxicos que revela como a subjetividade se constrói na formação em Psicologia. Cada fuxico representa um momento de emergência, análise e reorganização do conhecimento, conectando experiências concretas a

conceitos teóricos e permitindo que a pesquisadora se veja implicada no processo de aprendizagem, não apenas como sujeito abstrato.

O diário, ao ser lido cartograficamente, mostra-se como um espaço de diálogo entre o vivido e a reflexão, articulando aprendizagens e embates concretos que moldam a subjetividade. Essa abordagem demonstra que a construção do conhecimento não ocorre apenas nos momentos de aula, mas também nos instantes de estudo e de elaboração individual, nos quais a pesquisadora cria e organiza seus fuxicos, compondo uma tessitura própria de sentidos, afetos e saberes. A Figura 4 ilustra a tapeçaria de fuxicos como uma cartografia dos acontecimentos vivenciados pela pesquisadora.



Nota. Elaborado pela autora (2025). Cada fuxico representa um saber, experiência ou decisão vivida pela pesquisadora, articulando teoria, prática e afecção

Figura 4. Cartografia da tapeçaria de fuxicos e acontecimentos nos aprendizados em Psicologia, mostrando a subjetividade expressa pelo eu.

A figura mostra como as intensidades, multiplicidades e potências se manifestam nos devires ativos da aprendizagem em Psicologia. Cada fuxico representa um saber, uma experiência ou uma decisão vivida pela

pesquisadora, articulando teoria, prática e afecção. Assim, a tapeçaria de fuxicos ilustra o entrelaçamento entre acontecimentos e experiências, mostrando como essas intensidades se manifestam em movimentos de devir-ativo (Hur, 2023).

A cartografia, nesta pesquisa, funciona como um instrumento para mapear e compreender a relação entre realidade e subjetividade no campo empírico, evidenciando como desejos, forças e relações de potência moldam ações, aprendizagens e modos de viver a profissionalidade em Psicologia (Passos, Kastrup & Escóssia, 2020). A analogia com a arte (tapeçaria), por meio dos fuxicos, permite apreender a dinâmica das experiências formativas como uma tessitura, na qual cada acontecimento constitui uma peça do mosaico da subjetividade em construção.

A cartografia evidencia que os fuxicos que compõem a tapeçaria, produzidos tanto em sala de aula, nos intervalos entre disciplinas, quanto fora dela, funcionam como operadores analíticos que permitem mapear o fluxo da subjetivação. Eles conectam experiências práticas, reflexões teóricas e dimensões afetivas, criando uma tessitura que se desdobra na análise dos resultados e na discussão subsequente, revelando como a aprendizagem em Psicologia é simultaneamente prática, conceitual e afetiva.

Resultados e discussão: subjetividade na experimentação cartográfica

A análise cartográfica evidenciou que a subjetividade da pesquisadora se constitui em meio aos encontros, tessituras e atividades do curso, articulando forças internas e externas, movimentos de desterritorialização e estratificação, e aprendizagens concretas (Hur, 2023; Deleuze & Guattari, 1995).

Durante o registro no diário de aula, emergiram embates e dilemas concretos, como a dificuldade de aplicar conceitos teóricos em intervenções simuladas, a necessidade de ajustar estratégias diante de situações práticas de estágio e a elaboração de novas interpretações sobre experiências em grupo. Cada situação foi recortada e organizada em fuxicos, permitindo visualizar como as aprendizagens teóricas e afetivas se entrelaçam na prática formativa.

A Figura 5 ilustra esse movimento do aprendizado sob o viés cartográfico.



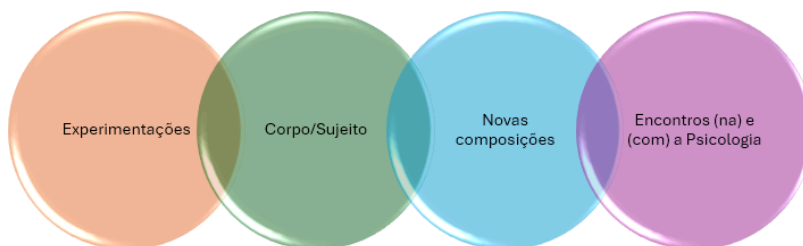
Nota. Elaborado pela autora (2025).

Figura 5. Relação entre corpo (sujeito), deslocamento e afecções no território.

Esta figura demonstra como a pesquisadora experienciou o território como mediador da constituição do hábito e das afecções, articulando múltiplas dimensões: extensão, intenção, materialidade e energia. Cada fuxico representa uma experiência concreta, um embate ou um aprendizado, evidenciando a implicação do eu na construção da subjetividade (Rolnik, 2011). Nesse ponto, o corpo é compreendido como um campo ativo de percepção e aprendizado, reconhecendo que ações e forças externas modulam os processos de subjetivação.

Durante a análise, o conceito de dobra foi mobilizado para compreender como a pesquisadora ajustou suas ações e reflexões diante de desafios práticos, evidenciando a subjetivação em tempo real. O coeficiente de territorialização mostrou-se útil para avaliar como aprendizagens e hábitos se consolidam ou se transformam em situações concretas, revelando tanto codificações rígidas quanto fluxos de devir. A Figura 6 apresenta a paisagem da subjetividade em

devir, destacando a interação entre territorialização, dobra e os múltiplos planos de experiência que constituem os processos de subjetivação.



Nota. Elaborado pela autora (2025).

Figura 6. O ser no contato com a multiplicidade do dado: relação entre territorialização, dobragem e processos de subjetivação.

A Figura evidencia como a dobra atua na subjetivação, mostrando que a pesquisadora, ao experimentar o devir ativo, articula linhas de força e afetos, integrando teoria e prática. A subjetividade se constrói pela interação de múltiplos planos de experiência, incluindo o corpo, os afetos e os agenciamentos coletivos, permitindo compreender o fenômeno investigado sem reduzi-lo ao Eu ou à identidade. A experiência prática revela como o coeficiente de territorialização modula a codificação e a fluidez das aprendizagens, orientando o desenvolvimento da profissionalidade em Psicologia (Maman, 2025; Hur, 2023).

Nesse viés, os registros do diário de aula, analisados cartograficamente, demonstram que cada fuxico construído representa aprendizagens e experiências afetivas, compondo um mosaico que expressa relações entre corpo, pensamento e conhecimento. A subjetivação ocorre à medida que a pesquisadora articula teoria e prática, mobilizando conceitos de Deleuze e Guattari (1995) e Hur (2023) para compreender as forças que atravessam o território de aprendizagem, evidenciando intensidades, potências e modos de

agir no campo da Psicologia.

O coeficiente de territorialização revelou como determinadas aprendizagens são mais estruturadas e codificadas, enquanto experiências abertas e múltiplas promovem maior fluidez e devir na subjetividade da pesquisadora. A abordagem cartográfica permite mapear, portanto, não apenas resultados conceituais, mas também efeitos empíricos sobre o viver e sentir a formação em Psicologia, conectando experiências práticas, afetos e saberes em movimento (Passos, Kastrup & Escóssia, 2020).

Os resultados indicam que a cartografia permite demonstrar, de forma concreta, como a aprendizagem e a subjetivação se dão na prática, evidenciando embates, decisões, intensidades e potências singulares. A analogia com os fuxicos organiza esse mosaico da experiência formativa, permitindo visualizar a implicação direta da pesquisadora e os efeitos da teoria na prática, integrando o conhecimento conceitual e vivencial.

COMENTÁRIOS FINAIS

Os aprendizados, constituídos como fuxicos costurados na tessitura do encontro com a Psicologia, revelam como o ser humano se constitui a partir das sensações e experiências vividas. Nesse sentido, a subjetividade é produzida nos processos inconscientes das máquinas desejantes (Deleuze & Guattari, 1995). O inconsciente maquínico pode ser considerado uma dimensão do desejo social, refletindo-se em modos de viver, pensar e agir (Mansano, 2017).

Durante a cartografia, a pesquisadora registrou em seu diário de aula momentos de tensão e descoberta, como encontros em que atividades de grupo evidenciaram divergências de percepção sobre temas em Psicologia. Observou-se que, ao propor discussões reflexivas, alguns estudantes experienciaram resistências ou desconfortos, interpretados como atravessamentos que moldam a subjetividade e evidenciam os efeitos da aprendizagem em contexto real. Os fuxicos, então, passaram a representar essas situações concretas, compondo uma tessitura que permite compreender as singularidades de cada experiência formativa.

A cada encontro, o ato de costurar fuxicos tornou-se uma prática reflexiva, na qual a pesquisadora dialogava com suas próprias emoções e com as respostas dos estudantes. Em um exercício de escuta sensível durante atividades de intervenção, foi possível perceber como emoções e intensidades afetavam decisões, relações e aprendizagens, o que reforçou o caráter interativo e experimental do método cartográfico (Hur, 2022).

As aprendizagens, vivenciadas nesse processo, revelam como a subjetividade se tece de maneira dinâmica e imprevisível. Cada fuxico simboliza um acontecimento significativo, seja uma percepção, um conflito, uma descoberta conceitual ou uma emoção experimentada. Essa tessitura, composta por encontros, afetos e reflexões, permite compreender como o estudante se engaja com a Psicologia de modo singular, articulando saberes, práticas e experiências.

A cartografia, portanto, não apenas descreve experiências, mas também se constitui como instrumento para apreender intensidades e atravessamentos. Por meio dela, é possível mapear como o aprendizado se manifesta no corpo, no pensamento e nas relações, e como o desejo de conhecer e atuar em Psicologia se realiza na prática. A metáfora dos fuxicos sustenta esse movimento, representando a articulação entre experiência concreta, reflexão teórica e construção de subjetividade, evidenciando o devir contínuo do processo formativo em Psicologia.

REFERÊNCIAS

- Deleuze, G. (2013). *Conversações*. Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 2). Editora 34.
- Flick, U. (2009). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Bookman.
- Hur, D. U. (2023). *Esquizoanálise e esquizodrama: Clínica e política* (2a ed.). Alínea.
- Maman, D. D. (2025). Esquizoanálise e educação: uma casa comum num entre-lugares. *Caderno Pedagógico*, 22(5), e14619. <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n5-040>
- Mansano, S. R. V. (2017). A respeito do conceito de potência na prática clínica: leituras deleuzianas. *Psicologia Argumento*, 34(84). <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.34.084.AO03>
- Minayo, M. C. S. (2025). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (15a ed.). Hucitec.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Eds.). (2020). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Sulina.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5a ed.). Bookman.
- Zabalza, M. A. (2004). *Diários de aula: Um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional*. Artmed.
- Zambenedetti, G., & Silva, R. A. N. (2011). Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 454–463.

Recebido em 15/02/2025

Aceito em 19/05/2026



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Entre verbetes: a contribuição de Freud para o dicionário de Albert Villaret

Between entries: Freud's contribution to Albert Villaret's dictionary

Entre entradas: la contribución de Freud al diccionario de Albert Villaret

Lucas Valiati¹

Resumo

Este estudo investiga a contribuição de Freud ao Handwörterbuch der gesamten Medizin, organizado por Villaret, com foco na redação do verbete “Hysterie”. Analisa-se como Freud, ao tratar da histeria, afasta-se gradativamente dos modelos anatômicos rígidos e introduz uma perspectiva psicodinâmica, marcada pela mobilidade sintomática e pelo papel dos processos psíquicos na formação da neurose. A análise revela a antecipação de conceitos essenciais da psicanálise, especialmente no que se refere à dissociação funcional e ao deslocamento da excitação nervosa. Além disso, examina-se a relação entre as formulações freudianas e a doutrina de Charcot, evidenciando tanto convergências quanto divergências na compreensão das neuroses. Os resultados indicam que, nesse período, Freud oscila entre uma explicação neurofisiológica e uma abordagem psicogênica da histeria. Conclui-se que sua participação no dicionário de Villaret não só sintetiza sua experiência parisiense, mas também marca um ponto crucial na formulação de seu pensamento, apontando para os primórdios da psicanálise.

Palavras-chave: Freud; Histeria; Neurose; Charcot; Psicanálise

Abstract

This study investigates Sigmund Freud's contribution to the Handwörterbuch der gesamten Medizin, organized by Albert Villaret, with a focus on the writing of the entry “Hysterie.” It examines how Freud, in addressing hysteria, progressively distances himself from strictly anatomical models and introduces a psychodynamic perspective, characterized by the mobility of symptoms and the influence of psychic processes in the genesis of neurosis. The analysis of the entry reveals the anticipation of fundamental psychoanalytic concepts, particularly regarding hypnotic suggestion, functional dissociation, and the displacement of nervous excitation. Furthermore, the relationship between Freud's formulations and Jean-Martin Charcot's doctrine is explored, highlighting both convergences

¹ UFSCar, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5900-3212>. E-mail: lvaliati@hotmail.com

and divergences in the understanding of neuroses. The findings indicate that, in this context, Freud oscillates between a neurophysiological explanation and a psychogenic conception of hysteria. It is concluded that his contribution to Villaret's dictionary not only synthesizes his experience with Charcot but also represents a turning point in the development of his thought, marking the early stages of psychoanalysis.

Keywords: Freud; Hysteria; Neurosis; Charcot; Psychoanalysis.

Resumen

Este estudio investiga la contribución de Freud al Handwörterbuch der gesamten Medizin, organizado por Villaret, y se centra en la redacción de la entrada "Histeria". Se analiza cómo Freud, al abordar la histeria, se aleja progresivamente de los modelos anatómicos rígidos e introduce una perspectiva psicodinámica, caracterizada por la movilidad sintomática y por el papel de los procesos psíquicos en la formación de la neurosis. El análisis revela la anticipación de conceptos fundamentales del psicoanálisis, especialmente en lo que respecta a la disociación funcional y al desplazamiento de la excitación nerviosa. Además, se examina la relación entre las formulaciones freudianas y la doctrina de Charcot, evidenciando tanto convergencias como divergencias en la comprensión de las neurosis. Los resultados indican que, en este periodo, Freud oscila entre una explicación neurofisiológica y un enfoque psicogénico de la histeria. Se concluye que su participación en el diccionario de Villaret no solo sintetiza su experiencia parisina, sino que también marca un punto crucial en la formulación de su pensamiento, apuntando hacia los orígenes del psicoanálisis.

Palabras clave: Freud; Histeria; Neurosis; Charcot; Psicoanálisis

Quicá seja raro algo mais claudicante a um espírito letrado como a incumbência de redigir um verbete para uma obra de referência tal qual um dicionário médico. O rigor técnico, aliado à concisão — o dicionário organizado por Albert Villaret é um dicionário de bolso — faz com que o leitor que o tenha em mãos espere que o conteúdo seja tão sintético e objetivo quanto possível, sem deixar de apresentar um estilo neutro e impessoal. Curiosamente, a contribuição de Freud se destaca justamente por não seguir um viés monolítico e tradicional, como seria de se esperar em um dicionário científico. Com efeito, Freud (1888b) redige o verbete *Hysterie*, que aborda diversos temas conflituosos, indo além das descrições ortodoxas dos temas relacionados, expondo ideias e conclusões que são idiossincráticas e divergem,

em parte, da conjuntura científica da época.

Freud (1888b) abre o verbete com um parágrafo de retomada histórica, reiterando o que se encontra em suas comunicações anteriores: “uma melhor compreensão e reconhecimento da doença só começaram com os trabalhos de Charcot” (p. 886). Observa, pela ausência de alterações perceptíveis no sistema nervoso, e que não se espera, mesmo com o refinamento das técnicas de investigação anatomopatológica, que se venha sanar tal lacuna. A histeria, segundo o autor, segue uma fórmula fisiopatológica, que obedece às leis fisiológicas de alterações do sistema nervoso que ainda desconhecemos, desse modo, deve-se recorrer à nosografia para defini-la. Nota que tanto alemães quanto ingleses empregam o termo “histeria” de forma arbitrária, incluindo-a em um grupo que abrange outras doenças nervosas, inclusive estados psicóticos. Em contrapartida, o delineamento proposto por Charcot, por meio de sua tipificação a partir da *grande hystérie*, destaca-se por circunscrever e definir mais adequadamente a histeria.

Com relação à sintomatologia específica da histeria, Freud se debruça sobre os ataques histéricos, as zonas histerógenas, os distúrbios da sensibilidade, as alterações da atividade sensorial, as paralisias e as contraturas, oferecendo uma análise detalhada dessas manifestações sintomatológicas. Nisto, destaca-se a análise comparativa entre paralisias histéricas e orgânicas, pois “as paralisias histéricas não revelam qualquer consideração pela estrutura anatômica do sistema nervoso, que se manifesta da forma mais inequívoca na propagação das paralisias orgânicas” (Freud, 1888b, p. 888). Em contraste com as paralisias orgânicas, que se submetem à lógica da inervação anatômica e se manifestam por abrandamento distal dos membros, as paralisias histéricas desafiam essa ordem, apresentando um quadro distinto. Em vez de comprometer partes definidas do corpo, as paralisias histéricas se manifestam na perturbação de funções musculares específicas, revelando uma separação das funções ao estabelecer um hiato entre função e anatomia. Assim, a histeria desconhece a anatomia¹. Por essa

¹ A frase é utilizada duas vezes no começo do verbete e retornará em *Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques* (1893), tornando-se quase um mote da pesquisa freudiana pré-psicanalítica.

razão, a busca por uma origem orgânica para a histeria deve ser definitivamente abandonada, assim como a ideia de que influências vasomotoras sejam causa dessa condição — clara alusão à teoria de Meynert (1884).

Neste quesito, chama a atenção a mobilidade dos sintomas histéricos, que podem ocorrer espontaneamente ou por intervenção médica, isto é, por meios estesiogênicos, como a eletricidade, aplicação de metais, ímãs; a histeria demonstra grande resistência [*grosse Resistenz*] ao tratamento medicamentoso. Por outro lado:

Entre os meios capazes de remover os sintomas histéricos, a influência da excitação e da sugestão hipnótica devem ser especialmente realçadas, esta última porque se refere diretamente ao mecanismo de uma perturbação histérica e não se pode suspeitar que exerça outros efeitos que não sejam psíquicos (Freud, 1888b, p. 889).

Freud assinala que, conjuntamente aos sintomas físicos da histeria, existe uma série de distúrbios psíquicos que devem ser levados em consideração.

São alterações no curso e na associação de ideias, inibições da atividade volitiva, elevação e supressão [*Unterdrückung*] de sentimentos etc.; em geral, podem ser resumidas como alterações na distribuição normal das quantidades estáveis de excitação no sistema nervoso (Freud, 1888b, p. 889).

Tais alterações psíquicas ocorrem na área de atividade cerebral inconsciente, automática². Há, na histeria, uma influência exacerbada dos processos psíquicos. Os pacientes histéricos apresentam um “excesso de excitação no sistema nervoso” (Freud, 1888b, p. 889), que se manifesta ora como inibição, ora como excitação, e se desloca livremente pelo sistema nervoso.

A histeria é compreendida como uma diátese nervosa que tende a

² Primeiro uso do termo por Freud, que, neste caso, é exatamente aquele utilizado por Charcot. Notar que aqui está empregado como adjetivo, qualidade da área de atividade cerebral.

produzir surtos ocasionais. Sua etiologia deve ser buscada na hereditariedade, pois “os histéricos sempre têm uma predisposição hereditária para perturbações nervosas” (Freud, 1888b, p. 889). A hereditariedade assume papel fundamental na etiologia da histeria, enquanto a influência de outros fatores incidentais é frequentemente exagerada na prática clínica. Diversos fatores podem desencadear crises histéricas, como traumas, intoxicações, tristeza profunda, emoções intensas e qualquer outro elemento que exerça um poderoso efeito nocivo sobre o indivíduo; tais fatores também podem ter origem em causas banais ou obscuras. A sexualidade só assume relevância por sua elevada significação psíquica, portanto, *funcionalmente*; não se deve associar alterações anatômicas genitais à histeria. Utiliza-se a mesma prevalência entre os sexos apresentada por Briquet (1859), sem citá-lo: para cada homem histérico, vinte mulheres afetadas. Ao concluir a seção, Freud introduz a classificação elaborada por Charcot, que reúne, sob um mesmo diagnóstico, as diversas manifestações da histeria, mencionando os casos de *railway brain* e *railway spine*.

Segundo o verbete, a histeria se caracteriza por uma evolução peculiar, com episódios sintomatológicos que podem ser transitórios, desaparecendo abruptamente, deslocando-se para outras partes do corpo, ou fixos, persistindo por um período mais extenso. Quanto ao seu desenvolvimento, frequentemente exige uma “espécie de incubação, ou melhor, um período de latência, durante o qual a causa provocadora continua atuando no inconsciente [*Unbewussten*]” (Freud, 1888b, p. 890)³.

A última seção do verbete aborda o tratamento da neurose histérica. Freud a divide em três tratamentos distintos: tratamento da disposição histérica, dos ataques histéricos e dos sintomas histéricos. Para o primeiro, recomenda-se medidas profiláticas, uma vez que não é completamente curável; assim, exercícios físicos, higiene e uma dose adequada de trabalho intelectual podem proporcionar melhora do quadro. Quanto ao tratamento dos ataques, recomenda-se isolar o indivíduo do ambiente em que o ataque ocorreu; essa medida visa diminuir a excitação psíquica; tratamentos

³ *Inconsciente* utilizado como substantivo.

revigorantes também são indicados, como massagem, faradização e hidroterapia. No que concerne aos sintomas, há o tratamento direto e o indireto. Este último se caracteriza por uma influência do sistema nervoso, via uso de arsenicais e de medicação ferrosa.

O tratamento direto consiste na remoção da fonte de estímulo psíquico para os sintomas histéricos, e é compreensível quando se busca as causas da histeria na vida ideativa inconsciente. Ele consiste em dar ao paciente, durante a hipnose, uma sugestão que implica a eliminação do sofrimento em questão (Freud, 1888b, p. 891)

Além disso, Freud apresenta o método de Joseph Breuer⁴, no qual, sob hipnose, após remontar a pré-história psíquica da doença, compele-se o paciente a reconhecer o evento que deu origem à afecção. Considera-se esse o método mais apropriado para a histeria, pois imita o mecanismo de origem, o que cessa o distúrbio. Refere-se a Bernheim para afirmar que o método do tratamento direto será melhor compreendido quando a *sugestão* adentrar nos círculos médicos. Por fim, Freud conclui seu verbete de maneira descompassada em relação a seu conteúdo, com clara ênfase no aspecto físico-psíquico, já que seu resumo, em sua completude, é:

Em resumo, pode-se dizer que a histeria é uma anomalia do sistema nervoso, baseada em uma distribuição diversa das excitações, provavelmente com a formação de um excesso de estímulos no órgão psíquico. Sua sintomatologia mostra que esse excesso de estímulos é distribuído por meio de ideias conscientes ou inconscientes. Tudo o que altera a distribuição das excitações no sistema nervoso pode curar distúrbios histéricos; tais influências são em parte de natureza física e, em parte, de natureza diretamente psíquica (Freud, 1888b, p. 892).

O quadro de referência para a formulação do verbete é, evidentemente, a doutrina charcotiana, que Freud declara explicitamente em algumas ocasiões. Embora faça de Charcot seu referencial, o conteúdo é marcado por

⁴ Ainda não denominado de método catártico.

algumas dessemelhanças que indicam seu posicionamento à época. Nesse verbete, temos, de forma objetiva e sistematizada, aquilo que Freud tinha sobre histeria — e hipnose — em 1888; trata-se do primeiro documento, após seu retorno, que abrange o tema de maneira extensiva, ainda que, para tanto, não acompanhe sua assinatura. Exploraremos as convergências e divergências com Charcot, bem como o posicionamento de Freud a respeito da histeria e da hipnose.

É evidente como Freud enfatiza, sobretudo, o caráter hereditário da histeria, colocando a predisposição hereditária como o fator primordial e o desencadeamento da histeria via causas incidentais. Utilizando-se de eufemismos, apresenta-a bem aos modos da *famille névropathique* e dos *agents provocateurs* de Charcot. A influência do mestre se estende à caracterização da sintomatologia histérica, incluindo a *grande hystérie* e seus estágios.

Os *agents provocateurs*, apresentados como causas incidentes, são essencialmente coerentes com a concepção charcotiana; isto é, estão sujeitos a derivar das causas mais obscuras e banais, como podem incutir de distúrbios emocionais, ligados ou não a um trauma específico. Neste ponto, há uma omissão terminológica no mínimo instigante: o jovem médico não apresenta os diferentes choques que se discutiam na literatura, isto é, o nervoso e o psíquico (Ellenberger, 1993); não obstante, cita os casos de *railway spine* e *railway brain*, apresentando-os como produto de um trauma geral grave. Não menos interessante é observar que Freud leva a público algo que se absteve de expor enfaticamente na apresentação da *Histeria Masculina*⁵: a possibilidade de um fator ideativo para a irrupção histérica; como também amplia sua exposição para apresentar uma parte significativa do arcabouço teórico que enreda a tese — uma teoria de cunho psicológico que, na medida do possível, se aporta numa gramática fisiológica.

Ora, Freud vai além de destacar a relevância das *ideias*, pois propõe um mecanismo explicativo para a ocorrência de paralisia traumática sem lesão aparente: *a incubação inconsciente da ideia*. Esta concepção isolada é

⁵ Cf. Padovan e Franco (2018).

praticamente uma transcrição de uma aula de Charcot, a qual Freud provavelmente não compareceu; não obstante, parecia dominar o tema, já que lemos na transcrição da aula:

e esta ideia, por causa do estado mental sonâmbulo, é particularmente favorável à eficácia das sugestões, para conseguir, no conjunto de uma espécie de incubação, um desenvolvimento considerável e realizar-se finalmente com objetividade sob a forma de uma paralisia completa, absoluta (Charcot, 1890, p. 454).

Freud, neste momento, estava, enfim, declarando seu posicionamento a respeito do papel psicogenético da afecção histérica.

Anteriormente observamos como Charcot pressupõe explicações tanto anatômicas quanto fisiológicas para a teoria das histerias traumáticas, embora não seja sua preocupação esmiuçá-las teoricamente. Com efeito, Freud nega qualquer possibilidade de uma explicação anatômica das histerias, e o faz repetidas vezes em seu artigo, pois “não devemos esperar que estas alterações possam vir a ser demonstradas graças a um refinamento da técnica anatômica” (Freud, 1888b, p. 888). Em contrapartida, busca explicação pela via fisiológica; contudo, reconhecendo os limites desta ciência, que não compreende algumas alterações de modo satisfatório, o estudo nosográfico emerge, e é, em parte, a partir dele que Freud sustenta as alterações psíquicas e fisiológicas. Afinal, as alterações psíquicas não advêm senão do excesso de excitação do sistema nervoso, seja inibidor ou excitante, que se evidenciam nos fenômenos sintomáticos, estes móveis, transitórios e que desconhecem a anatomia.

Portanto, é no palco da fisiologia, de um ponto de vista preponderantemente energético e dinâmico, que se realiza o mecanismo de uma perturbação histérica, mesmo que seu indício só possa ser obtido por meio de uma descrição clínica. Uma relação deveras intrincada entre *psicologia* e *fisiologia* se tece na exposição freudiana. Retificamos nossa passagem, pois não parece, de todo, que os processos psicológicos advêm necessariamente dos fisiológicos, mas é como se Freud tratasse o mesmo

objeto em diferentes graus de especificidade. Não por acaso, qualifica a afecção histórica de maneira bifronte: tanto de natureza física quanto psíquica, como a ótica de sua explicação desliza diversas vezes, ora como processo fisiológico, ora a partir de um ponto de vista psíquico.

Outro verbete

Neste quesito, podemos rastrear alguma complementaridade epistêmica através do verbete cérebro [*Gehirn*]⁶. Dividido em duas partes, a primeira endereçada à neuroanatomia do cérebro e a segunda à neurofisiologia, o artigo de Freud é um dos mais extensos do dicionário e se propõe como uma introdução à estrutura e à função do cérebro. Nossa atenção reside, sobretudo, na segunda seção, que se inicia questionando a relação mente-corpo e propõe hipóteses sobre a representação de processos psíquicos no cérebro. Em seguida, tece-se uma longa especulação sobre a fisiologia do sistema nervoso, com ênfase na atividade reflexo-motora. Ainda que breve, em comparação ao verbete completo, a passagem sobre a relação mente-corpo serviu de base para estudos que se debruçaram sobre o posicionamento freudiano diante da questão, em 1888. O trecho se destaca por desempenhar uma dupla função: como elemento complementar ao verbete “histeria” e por elucidar aquilo que Freud entendia por inconsciente então.

Abrindo a segunda seção de *Gehirn*, Freud define o cérebro como órgão no qual “excitações sensoriais centrípetas” são convertidas em “impulsos centrífugos de movimentos” (Freud, 1888a, p. 691). Essa função, considerada como causalidade mecânica, encontra no arco reflexo seu modelo

⁶ Há uma longa discussão sobre a autoria desses verbetes e se é possível atribuí-los a Freud; conjuntamente a esses dois, soma-se uma série de outros verbetes em discussão. Strachey chega a considerar que até mesmo seis verbetes podem ser atribuídos a Freud. Um trabalho deveras completo e atual que investiga os documentos da editora responsável pela publicação do dicionário e coteja o trabalho dos prováveis autores é o de Menninger (2011). Em nossa análise, utilizamos o verbete *Hysterie* e a segunda parte de *Gehirn*. No entanto, segundo a autora, a autoria da segunda parte de *Gehirn* é de Johannes Gad. Mantivemos a escolha por se tratar de um artigo que foi discutido em conjunção com *Hysterie* historicamente por trabalhos importantes (Andersson, 2000; Saling & Solms, 1990; Spehlmann, 1953), todavia, caso o posicionamento de Menninger se comprove corroborado com a história, vale notar que a nossa leitura aponta que as concepções de *Hysterie* estão de acordo com o apresentado em *Gehirn II*, o que significaria que os desenvolvimentos sobre a histeria de Freud estão, em certa medida, em consonância com a tradição fisiológica.

paradigmático. No entanto, devem-se fazer ressalvas, visto que a atividade cerebral transcende tal função:

Além disso, existe o fato, inacessível à compreensão mecânica, de que, simultaneamente aos estados de excitação mecanicamente definíveis de determinados elementos do cérebro, podem ocorrer estados específicos da consciência, acessíveis apenas à auto-observação interna. Essa conexão realmente existente, embora mecanicamente incompreensível, entre as mudanças materiais no cérebro e as alterações nos estados de consciência faz do cérebro o órgão da atividade psíquica. Mesmo que a essência da conexão seja incompreensível para nós, ela não é sem lei, e podemos dizer algo sobre essas leis com base em combinações entre as experiências dos sentidos externos, por um lado, e a auto-observação interior, por outro (Freud, 1888a, p. 691).

Embora relegada a um plano secundário por muitos, a discordância é o que prevalece entre aqueles que se dedicaram a analisar o verbete *Gehirn*. A interpretação de Andersson (2000, p. 106) do artigo de Freud revela uma visão epifenomenista da relação mente-cérebro, fornecendo uma explicação causal unívoca do físico ao psíquico, embora esta não seja estritamente necessária; assim, o físico pode causar o psíquico, mas a recíproca não é verdadeira. Em interpretação similar, porém ancorada em pressupostos neurofisiológicos, Amacher (1965) entende que Freud subscreve uma teoria da identidade entre o físico e o psíquico, alicerçada na concepção do esquema do arco-reflexo que se encontra em Meynert. A leitura de Silverstein (1985) argumenta por uma mutualidade interacional entre os processos físicos e psíquicos, concebendo uma reciprocidade causal entre eles. Saling e Solms (1990) resgataram o debate aprofundando a questão epistêmica; os autores defendem que Freud não concebia a vida anímica como passível de ser reduzida aos princípios neurofisiológicos, defendendo um paralelismo baseado nos trabalhos de Hughlings Jackson, e argumentam que o escrito em *Gehirn* antecipa o que Freud realizaria em seu trabalho sobre as afasias. O fulcro dessa questão é espinhoso e transcende o verbete, sendo objeto de querelas entre os especialistas sobre toda a obra freudiana. Sem adentrar

extensivamente o debate, evocaremos ao menos as premissas e articulações que são relevantes ao nosso objetivo.

É digno de nota que Freud, de fato, aponta a existência de leis fisiológicas que governam os estados mentais; muito embora sejam desconhecidas e acessíveis apenas por outros meios, como os sentidos externos e a introspecção. Isto se encontra em consonância com a busca pela fórmula fisiológica que ele indica sob a rubrica de *Hysterie*.

Não obstante — e essa é a passagem que dá azo às diferentes interpretações —, Freud diz que “Se uma determinada mudança no estado material de um determinado elemento cerebral está associada a uma mudança no estado de nossa *consciência*, então esta última também é muito específica; no entanto, ela não depende *apenas* da mudança no estado material, *esta conexão ocorrendo ou não*” (Freud, 1888a, p. 691). A primeira relação é evidente: as excitações corticais conectadas ao estado de nossa consciência são especificamente determinadas. A segunda é complexa, pois admite a possibilidade de uma desvinculação entre o físico e o psíquico em certos estados. Isso pode levar à interpretação de que estados mentais podem ser de certa forma independentes dos físicos, o que, no entanto, entra em conflito com a busca por processos fisiológicos. Para que haja interação ou indício, é necessária alguma conexão, pelo menos de forma originária; a menos que Freud esteja se referindo a uma conexão a partir de elementos desconhecidos. A elucidação que se segue atesta que “Se o mesmo elemento cerebral passa pela mesma mudança de estado em momentos diferentes, então o processo anímico correspondente pode estar ligado a ele numa ocasião e não em outra” (Freud, 1888a, p. 691). Pressupõe-se uma independência do processo anímico ao fator que o causou originalmente, ou seja, as mesmas modificações fisiológicas podem não estar ligadas aos processos anímicos de outrora. Ora, mas estariam estes processos anímicos livres? Isto significa que eles teriam autonomia? Ou estariam ligados a outros elementos do sistema nervoso? O texto não elucida de modo satisfatório essa questão. Adiante, em sua exposição da teoria do reflexo e da coordenação, Freud destaca como a influência de excitações internas, de cunho psíquico, pode afetar e modificar áreas do córtex cerebral. Por meio da experiência, processos psíquicos podem inscrever

conexões entre os mesmos elementos corticais e entre diferentes áreas, formando as ditas fibras de associação. Embora a incubação de uma ideia siga um curso próprio, guiado pela experiência, e não possa ser localizada em um ponto específico do cérebro, presume-se que ela gere uma alteração fisiológica: uma associação ideativa que se manifesta em vias fibrosas. Então, mesmo que as associações de ideias possam seguir rumos idiossincráticos, o processo não parece desenrolar-se sem deixar marcas no sistema nervoso. Assim, fica evidente o que Freud quer dizer no final de *Hysterie* com uma *distribuição diferente de excitação na histeria*, dada a mutabilidade do sistema nervoso via experiência e associação de ideias.

Como supracitado, Freud afirma que a alteração “não depende apenas da mudança no estado material” (Freud, 1888a, p. 691); este ‘*apenas*’ pode ser compreendido pelo conceito de *limiar de consciência* e de *atenção*. Nossa auto-observação interna só capta processos quando há um direcionamento voluntário da atenção ou quando esses processos ultrapassam o limiar da consciência. Por isso, a auto-observação introspectiva, um dos modos de apreender a relação entre processos físicos e psíquicos, só consegue apreender uma parcela de experiências, como quando, por exemplo, buscamos um objeto para satisfazer uma necessidade. O critério, nesse caso, é a ideia de satisfação, imaterial e que só adquire uma determinação observável quando o ato voluntário executado pela ideia se torna, de algum modo, objeto da atenção. Assim, se ultrapassado o limiar, os processos psíquicos são “simplesmente determinados”, pois os estímulos são percebidos com a alteração do estado de consciência. Em contrapartida, quando estão abaixo do limiar, eles assumem características de difícil discernimento. A *imaterialidade* apontada por Freud serve de premissa para uma leitura que sugere a possível autonomia dos processos psíquicos em relação às leis fisiológicas.

Para concluir a digressão, parece ser inviável — apenas com as passagens dos verbetes, lacunares e truncadas — afirmar com precisão a posição freudiana sobre a relação mente-corpo em 1888. Tomando as leis fisiológicas como premissa inquestionável, como propõe Freud, é impraticável tratar os processos psíquicos como sendo algo além de correspondentes, concomitantes-dependentes ou efeitos dos processos físicos; mesmo que

Freud não os “reduza” ao físico, como entende Amacher (1965). Não obstante, algumas passagens, como a da *imaterialidade* da ideia e a do intrincado vínculo mente-corpo, abrem espaço para a discussão sobre uma possível autonomia dos processos psíquicos. Entre as interpretações consultadas, o argumento de Andersson (2000) parece-nos o mais adequado. Há de se ressaltar, no entanto, que, se há um epifenomismo psicológico, ele se dá exclusivamente em função do limiar da consciência, visto que Freud deixa em aberto as particularidades dos processos psíquicos, assim como legitima uma gama de fenômenos desconhecidos. A propósito, é nessas linhas que se esboça a definição elíptica de Freud sobre o inconsciente, visto que são processos psíquicos — ou físico-psíquicos — que não ultrapassam o limiar da consciência, tampouco requerem atenção voluntária, mas podem acabar por se inscrever no sistema nervoso, podendo até desencadear uma crise histérica em indivíduos predispostos.

O posicionamento científico de Freud não é de todo singular, mas corresponde, como sabemos, à formação que recebeu. A fisiologia, tanto como disciplina autônoma quanto como base para outras ciências, vivia um período de grande efervescência à época, o que também impulsionou o surgimento de uma psicologia ancorada em seus princípios. A fisiologia, como método de investigação e de formulação de hipóteses, era amplamente adotada, especialmente nos países de língua alemã. De fato, é possível remontar o posicionamento de Freud — quer dizer, seus preceitos e pressuposições — aos nomes de precursores, como Müller e Griesinger, ou aos contemporâneos, como Brücke e Exner. É notável como no texto emerge uma espécie de ideodinamismo aportado em leis fisiológicas não declaradas, mas presumidas: estímulo, excitação, inibição, distribuição; tudo isto compõe um léxico que pode ser remetido à psicologia de Herbart e ao vocabulário fisiológico, não sem se endereçar também a uma psicologia associacionista: tudo aos modos de um fazer científico da época.

Embora Charcot tenha dado contornos a uma espécie de ideodinamismo, suas exposições não apresentavam essa preponderância do fisiológico em detrimento do anatômico, à qual Freud confere à teoria das histerias apresentada. Esse é um ponto em que autores que se dedicaram ao

tema discordam: Levin (1980) observa tal preponderância em Charcot, enquanto Andersson (2000) compreende o pensamento de Charcot em um fundamento anatomofisiológico unívoco. Na querela, é importante destacar que o trabalho de Charcot assume, gradativamente, mais questões do âmbito psicológico — e funcional — com o passar da década de 1880, como bem observou Micale (2008). Por conseguinte, Charcot insiste inúmeras vezes na impossibilidade de rastrear indícios de anormalidade anatômica em vários casos de histeria, sobretudo naqueles decorrentes de um choque psíquico. Esta tomada de posição, pode levar alguém a considerar o modelo de histeria charcotiano como um modelo fisiológico, como o faz Levin (1980). No entanto, mesmo que Charcot tenha enfatizado a ausência de sinais anatômicos em diversas manifestações histéricas, sua teoria não negava, em absoluto, a possibilidade de lesões anatômicas. Afinal, dentro do quadro teórico-argumentativo de então, a constatação da ausência de substrato anatômico em alguns casos de histeria era fundamental para a constituição da teoria de Charcot das histerias traumáticas, sobretudo no que diz respeito à querela das espécies de choque e à hipótese sobre o mecanismo de formação da histeria. A partir disso, pode-se justificar sua insistência sobre o tópico. Ademais, a menção a um ideodinamismo e a indicação de questões neurodinâmicas associadas não tornam o modelo charcotiano predominantemente fisiológico. Então, se Freud “adota o modelo fisiológico da histeria de Charcot” (Levin, 1980, p. 63), não o faz sem excluir deliberadamente a anatomia e sem indicar pressupostos da dinâmica fisiológica dos quais Charcot não se ocupava. Aos nossos critérios, a prática médica de Charcot é anatomofisiológica com ênfase na clínica, afinal, sua anatomofisiologia era deveras vaga quando comparada à de Brücke, como aponta Amacher (1965, p. 55). Ademais, é possível ler, na própria letra de Freud a diferença entre as doutrinas:

Essa forma de abordagem é realmente alheia ao modo alemão. Nele não tem maior importância o quadro clínico, o tipo; destaca-se, isto sim, outro traço, que se explica pela evolução da clínica alemã : a tendência à interpretação fisiológica do estado patológico e da relação entre os sintomas. Certamente a observação

clínica dos franceses ganha em autonomia, ao pôr em segundo plano o ponto de vista fisiológico. A ausência deste talvez explique, no essencial, a impressão de estranheza que a clínica francesa produz em quem ainda não a conhece. Mas não se trata de descuido, e sim de exclusão intencional, vista como apropriada. Já ouvi Charcot afirmar: Eu faço morfologia patológica, faço inclusive um pouco de anatomia patológica, mas não faço fisiologia patológica, espero que algum outro a faça (Freud, 1892-1894/2025, pp. 167-168).

Neste ponto, é exemplar como Freud, ao subscrever-se à teoria da degeneração de Charcot, a explicita fisiologicamente.

Ao abordar a hipnose, Freud distancia-se da concepção charcotiana, não apresentando a *grande hypnose* e seus respectivos estados típicos. Ora, Freud — baseado em Charcot e para além de Charcot — vê no mecanismo de formação e desencadeamento da histeria também o seu potencial de *cura*. Ao descartar a tipificação dos estados hipnóticos e reconhecer a hipnose como um método de tratamento legítimo, o discípulo ousa ir para além das hesitações do mestre. Em contraposição a Charcot, que limitava a hipnose ao campo da pesquisa e da categorização da histeria, Freud a incorporava ao arsenal terapêutico, concedendo-lhe papel fundamental no tratamento. Em outras palavras, ao circunscrever a causa incidente ao âmbito mental, a eficácia do método tornava-se imediata, pois “tudo o que altera a distribuição das excitações no sistema nervoso pode curar as perturbações histéricas” (Freud, 1888b, p. 892). Não por acaso, o método de Breuer mostra-se o “mais apropriado” para o tratamento das histerias, pois replica o próprio mecanismo de formação da afecção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que o instigou durante sua estadia em Paris finalmente dava vazão no dicionário de Villaret, não sem reconsiderações e temperos epistêmicos de toda sorte. Enquanto Freud nada conhecia das neuroses em 1885 e até caçoava de si mesmo — pois “de neuroses eu nada entendia” (Freud, 1925/2011, p. 82) —, em 1888 assumiu posicionamentos um tanto particulares. Ora, o autor afirma em alto e bom som que a anatomopatologia é incapaz de sanar as

lacunas das investigações sobre as neuroses; indica que a compreensão se dará por meio de uma fórmula fisiológica, esboçando explicações sobre sua psicologia ideodinâmica; além disso, eleva a hipnose a um tratamento, sem deixar de enfatizar que parte significativa do que desencadeia a histeria se encontra nos ditos processos psíquicos. À guisa de concluir este exame, notamos que é especialmente intrigante como no resumo do verbete Freud não faz sequer referência à predisposição hereditária, à sintomatologia ou à *grande hystérie*; quando somente trata dos processos psíquicos conjugando-os através das excitações e estímulos pelo artifício de uma gramática fisiológica. Em outras palavras, isso faz com que o resumo redigido por Freud pareça ao leitor tal qual um deslize editorial, dado o tamanho descompasso com o conteúdo do artigo. Contudo, não seria essa disparidade, nas entre — e últimas — linhas, na realidade, um posicionamento teórico do autor?

REFERÊNCIAS

- Amacher, P. (1965). *Freud's neurological education and its influence on psychoanalytic theory*. International Universities Press.
- Andersson, O. (2000). *Freud precursor de Freud: Estudos sobre a pré-história da psicanálise* (Junqueira, L. C. U. Filho, Trad.). Casa do Psicólogo.
- Briquet, P. (1859). *Traité clinique et thérapeutique de l'hystérie*. J.-B. Baillière et Fils.
- Charcot, J. M. (1890). *Œuvres complètes de J. M. Charcot: Leçons sur les maladies du système nerveux: Tome III*. Lecrosnier et Babé.
- Ellenberger, H. F. (1993). Freud's lecture on masculine hysteria: A critical study. In M. S. Micale (Ed.), *Beyond the unconscious: Essays of Henri F. Ellenberger in the history of psychiatry* (pp. 119-136). University of Chicago Press.
- Freud, S. (1888a). Gehirn. In A. Villaret (Ed.), *Handwörterbuch der gesamten Medizin* (Vol. 1, pp. 684-696). Ferdinand Enke.
- Freud, S. (1888b). Hysterie. In A. Villaret (Ed.), *Handwörterbuch der gesamten Medizin* (Vol. 1, pp. 886-892). Ferdinand Enke.
- Freud, S. (1893). Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques. *Archives de Neurologie*, 26(77), 29-43.
- Freud, S. (2025). Prefácio e notas à tradução de J.-M. Charcot, *Leçons du Mardi à La Salpêtrière*. In *Obras completas volume 1: Textos pré-psicanalíticos (1886-1896)* (P. C. de Souza & A. Carone, Trans., pp. 164-178). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1892-1894).
- Freud, S. (2011). "Autobiografia". In *Obras completas volume 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)* (P. C. de Souza, Trans., pp. 75-167). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1925).
- Levin, K. (1980). *Freud: A primeira psicologia das neuroses*. Zahar Editores.
- Menninger, A. (2011). *Sigmund Freud als Autor in Villarets Handwörterbuch der Gesamten Medizin von 1888-1891*. Verlag Dr. Kovač.
- Meynert, T. (1884). *Psychiatrie: Klinik der Erkrankungen des Vorderhirns, begründet auf dessen Bau, Leistungen und Ernährung*. Wilhelm Braumüller.
- Micale, M. S. (2008). *Hysterical men: The hidden history of male nervous illness*. Harvard University Press.

- Padovan, C., & Franco, W. A. C. (2018). Tradução e comentários à conferência de Freud sobre a histeria masculina: Uma contribuição à historiografia da psicanálise. *Natureza Humana*, 20(1), 240-272.
- Saling, M., & Solms, M. (1990). *A moment of transition: Two neuroscientific articles by Sigmund Freud*. Karnac Books.
- Silverstein, B. (1985). Freud's psychology and its organic foundation: Sexuality and mind-body interactionism. *Psychoanalytic Review*, 72, 203-228.
- Spehlmann, R. (1953). *Sigmund Freuds neurologische Schriften: Eine Untersuchung zur Vorgeschichte der Psychoanalyse*. Springer Berlin Heidelberg.

Recebido em 31/08/2025

Aceito em 19/05/2026



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Mulheres quilombolas e medicalização social: compreensões sobre a colonização de corpos negros

Quilombolas women and social medicalization: understandings about the colonization of black bodies

Mujeres quilombolas y medicalización social: entendimientos sobre la colonización de cuerpos negros

Lusiane Miranda Palma¹

Candida Maria Bezerra Dantas²

Resumo

O aumento crescente no consumo de psicotrópicos no Brasil revela um fenômeno que atinge diversas camadas da população, mas se faz mais acentuado entre as mulheres com transtornos mentais comuns, quadros intrinsecamente associados às condições de vida, como sobrecarga doméstica e vulnerabilidade social, as quais se apresentam em maior percentual na população negra do Brasil. Esse trabalho se propõe a investigar as histórias de vida e as experiências de mulheres negras de uma comunidade quilombola do sertão da Bahia que fazem ou fizeram uso de psicotrópicos. Sob a perspectiva dos feminismos negros e anticoloniais, a partir de uma pesquisa de método qualitativo que utiliza as narrativas das mulheres, com o intuito de investigar a partir da voz de quem vivencia essa experiência. Os resultados apontam as condições de vida, a sobrecarga de trabalho, as feridas coloniais e as violências domésticas como motivadores associados à prescrição. Entre os efeitos do uso de medicamentos estão a melhoria na qualidade do sono, mas também apatia, falta de motivação e amnésia. Neste cenário, a coletividade e solidariedade entre as mulheres, bem como a valorização dos saberes ancestrais, como o uso de ervas, se apresentam como estratégias de resistência.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Mulheres Quilombolas; Saúde Mental; Medicalização Da Vida; Medicalização Social.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-0590-3159>. E-mail: lusipalma@gmail.com

2 Universidade de Brasília, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4778-9400>. E-mail: candida.dantas@gmail.com

Abstract

The increasing use of psychotropic drugs in Brazil reveals a phenomenon that affects various layers of the population but is more pronounced among women with common mental disorders, conditions intrinsically associated with living conditions such as domestic overload and social vulnerability, issues that are present in higher percentages among the Black population in Brazil. This study aims to investigate the life stories and experiences of Black women from a quilombo community in the backlands of Bahia who use or have used psychotropic drugs. This research was done from the perspective of Black and anti-colonial feminism, using a qualitative method that uses women's narratives to research from the voices of those who live this experience. The analyses were carried out along the axes of determinants associated with prescriptions, effects of medication use, and resistance strategies. The results indicate living conditions, work overload, colonial wounds, and domestic violence as motivators associated with prescriptions. Among the effects of medication use are improved sleep quality, but also apathy, lack of motivation, and amnesia. Collectivity, solidarity among women, and ancestral knowledge, such as the use of herbs, are presented as strategies of resistance.

Keywords: Black women; Quilombola women; Mental health; Medicalization of Life; Social Medicalization.

Resumen

El aumento creciente del consumo de psicofármacos en Brasil revela un fenómeno que afecta a diferentes estratos de la población, pero que está más marcadamente presente entre las mujeres con trastornos mentales comunes, condiciones intrínsecamente asociadas a las condiciones de vida, como la sobrecarga doméstica y la vulnerabilidad social, condiciones que se presentan en mayor porcentaje en la población negra de Brasil. Este trabajo se propone investigar las historias de vida y experiencias de mujeres negras de una comunidad quilombola en el interior de Bahía que usan o usaron drogas psicotrópicas. Desde la perspectiva de los feminismos negros y anticoloniales, a partir de un método de investigación cualitativo que utiliza narrativas de mujeres para investigar desde la voz de quienes viven esta experiencia. Los resultados apuntan a las condiciones de vida, la sobrecarga de trabajo, las heridas coloniales y la violencia doméstica como motivadores asociados a la prescripción, entre los efectos del uso de medicamentos se encuentran la mejora en la calidad del sueño, pero también la apatía, la desmotivación y la amnesia, la comunidad, la solidaridad entre mujeres y saberes ancestrales, como el uso de hierbas, se presentan como estrategias de resistencia.

Palabras clave: Mujeres negras; Mujeres quilombolas; Salud Mental; Medicalización de la Vida; Medicalización Social.

Nas últimas décadas, verifica-se um aumento no consumo de psicofármacos no Brasil. Em 2011, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) informou que 44% do total de medicamentos receitados no país estavam associados aos CIDs (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) que indicam algum transtorno mental ou comportamental. Esse cenário agravou-se com a pandemia de COVID-19, marcada pela desesperança, pelo medo e pelo aumento da mortalidade, vividos no país entre 2020 e 2022, período que registrou centenas de milhares de mortes num longo episódio de sindemia, como aponta o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID-19 no Brasil. Ou seja, a desigualdade social atuou como comorbidade, já que o perfil dos mortos e dos infectados não foi aleatório, variando conforme as condições socioeconômicas, tornando parcelas específicas da população mais vulneráveis do que outras (Brasil, 2021).

Historicamente, a noção de normalidade é um tema controverso no campo da saúde mental, estando associada ao que é desejável ou indesejável à sociedade, sendo que a interpretação do comportamento humano e do estado mental não está sujeita à neutralidade. A criação de entidades nosológicas que se associam ao comportamento de uma parcela significativa da população pode gerar diagnósticos psicopatológicos exagerados e medicalizações inapropriadas (Dalgalarrondo, 2019). Neste processo, o projeto de medicalização dos corpos emerge a partir do século XIX, com a consolidação de um novo modelo médico, agora como saber científico, que surge com a constituição da sociedade capitalista (Vieira, 2002).

O termo medicalização passou a ser usado em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, quando a indústria farmacêutica vivia um grande crescimento e as terapêuticas medicamentosas passaram a ser mais intensamente adotadas. Já o termo medicalização social surge pela primeira vez nos anos 1970, quando o sociólogo Irving Kenneth Zola traz à tona o controle social exercido pelo saber-poder da medicina. Na contemporaneidade, a epidemia das drogas psiquiátricas revela também a aliança entre a medicina e a indústria farmacêutica como fator relevante do fenômeno de medicalização (Amarante & Freitas, 2017).

A chamada era moderna da psiquiatria tem seu marco nos anos 1950, quando um antipsicótico, o Amplitil, foi lançado, o que marcou o início da hegemonia do tratamento psicofarmacológico nos Estados Unidos. Outro aspecto de fundamental importância para compreender o tema hoje é a expansão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), cuja primeira publicação foi em 1952, que vem regendo as compreensões acerca da saúde mental na sociedade por meio de uma fronteira criada entre o que é “normal” e o que não é (Whitaker, 2017). A cada edição, atualmente ele está na quinta, o DSM amplia o número de transtornos citados, sem que haja espaço para interpretações que considerem, por exemplo, aspectos culturais e regionais.

Neste processo, o saber-fazer médico emerge como um dispositivo fundamental, no modelo capitalista patriarcal, ao produzir suas práticas colonizadoras de dominação e regulação dos corpos femininos (Gomes et al., 2018). Vieira (2002) nos apresenta como a naturalização dos corpos femininos acontece a partir da condição biológica ligada à reprodução, no século XIX, em um momento em que a biologia passa a impor regras que devem reger a sociedade. Neste contexto, o corpo feminino se torna objeto do saber médico, a quem caberá cuidar desde questões relacionadas ao controle demográfico até aquelas ligadas à obstetrícia. É dessa forma que a “natureza feminina” e sua fisiologia passam a gerar interesses, especulações e tentativas de padronização. O processo de medicalização do parto e da anticoncepção é um exemplo prático desse controle que vivenciamos. Esses são marcos importantes que nos fazem pensar sobre como as questões ligadas às mulheres passam a ser tratadas como algo a ser controlado pelo saber médico, com a finalidade de estabelecer padrões ideais para a sociedade.

Neste cenário, é importante voltar o olhar para a história das mulheres negras e os efeitos que a medicalização, como um dos instrumentos da medicalização, opera em suas vidas, a partir de ideias simplistas e de soluções descontextualizadas da realidade social e cultural em que elas estão inseridas. A propagação da ideia de que para todas as dores há um remédio e uma terapêutica a ser aplicada evidencia a invasão do discurso médico em aspectos gerais da vida, como as emoções. Esse uso expansivo dos medicamentos existe

a partir do saber-poder da medicina, que colocou o discurso médico como inviolável e supremo no cuidado dos corpos, facilitado pela expansão da indústria farmacêutica, capaz até de extinguir a própria ideia de patologização (Lemos et al., 2020). No cotidiano dos serviços, os profissionais de saúde reiteram esse saber-poder ao afirmarem o uso de medicamentos como a estratégia mais rápida e eficiente para o tratamento do sofrimento psíquico (Santos et al., 2023).

Seguindo o caminho da interseccionalidade, partimos de uma escolha epistemológica que distingue mulheres negras e demais mulheres de cor com base nas imposições colonialistas sobre essas mulheres. Maria Lugones se inspirou nos movimentos feministas negros dos Estados Unidos, de mulheres indígenas e de cor, do chamado terceiro mundo, e na análise do padrão global de poder de Quijano (2005), para compreender o sistema em que vivemos como “sistema moderno-colonial de gênero” (Lugones, 2019). A esse pensamento é atribuído o termo feminismo decolonial, partindo das reflexões do giro decolonial e dos feminismos críticos, e trazendo uma nova perspectiva que considera modernidade, colonialidade e geopolítica para análise das relações entre raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica (Curiel, 2020).

Esse artigo é fruto da dissertação de mestrado em Psicologia e visa compreender como a colonização dos corpos se relaciona à medicalização da vida entre as mulheres negras quilombolas, diante dos apagamentos e das opressões vividos por essa população.

MÉTODO

A pesquisa ocorreu na Comunidade Quilombola de São Tomé, em Campo Formoso, município do norte baiano de vasta extensão territorial, de clima semiárido e com população estimada em 71.754 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2023). A comunidade de São Tomé está localizada a aproximadamente 80 km da sede do município, em um ponto quase equidistante entre Campo Formoso e os municípios de Umburanas e Ourulândia, ambos referências no atendimento à saúde da população da comunidade. São Tomé tem um cenário típico sertanejo, com estradas de

barro, ruas de paralelepípedos, praças descampadas e casas de telhas vermelhas, parece uma pequena cidade independente, e isso talvez se justifique pela origem da comunidade.

A comunidade conta com uma equipe de Saúde da Família, mas também oferece atendimentos de fisioterapia e recebe, ocasionalmente, profissionais no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), a exemplo dos profissionais de psicologia. Existe uma ambulância para atendimento de urgências, que transporta os pacientes para os hospitais da região. Campo Formoso está na microrregião de Senhor do Bonfim, no centro-norte baiano, e integra a região interestadual do Vale do São Francisco. O serviço de saúde mental de referência é o Centro de Atenção Psicossocial, localizado na sede de Campo Formoso. A comunidade também conta com equipamentos públicos de educação, como a Escola Estadual Quilombola, mas não foram observados serviços de Assistência Social, como o CRAS e o CREAS. Foi por aproximação com a equipe de Saúde da Família, por intermédio da médica da equipe, que chegou às entrevistadas, a partir das indicações das trabalhadoras, técnicas de enfermagem e ACSs, a partir do momento em que a proposta da pesquisa foi apresentada a elas.

Partindo de uma perspectiva não hegemônica, a produção de dados proposta pretende respeitar, como afirma Ochy Curiel (2020), a reflexividade da visão descolonial que não está apenas na autodefinição da produção de conhecimento, ela propõe uma mudança de postura na construção do conhecimento que deve considerar a geopolítica, a “raça”, a classe, a sexualidade, o capital social, entre outros posicionamentos. A perspectiva epistemológica da decolonialidade carrega marcas da interdisciplinaridade e da pluralidade. Diante disso, a utilização da pesquisa narrativa nos apresenta a possibilidade de criarmos histórias, diferentes das perpetuadas pelo colonialismo, que silenciam saberes em favor do fortalecimento de conhecimentos eurocêntricos (Silva & Santos 2021).

A proposta de trabalhar com narrativas de mulheres negras transcende a expectativa de conhecer histórias pessoais, compreendendo que os relatos individuais dessas mulheres carregam histórias ancestrais e coletivas. Encarar as lembranças para Soares e Jorge (2021) é uma prática de libertação ao

encontrar registros dolorosos sobre a família e o cotidiano, comumente definidos pela opressão e pela exclusão social. Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utiliza de roteiro de entrevista semiestruturado criado com base nos objetivos específicos da pesquisa.

Foram realizadas 8 entrevistas, sendo 7 no espaço da Unidade de Saúde da Família e 1 na casa da participante. Todas as entrevistadas foram convidadas previamente por indicação das trabalhadoras da equipe de Saúde da Família, a partir do momento em que a proposta da pesquisa foi apresentada. As entrevistas foram gravadas e transcritas mediante a assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Autorização para Gravação de Voz e Imagem, conforme previamente estabelecido na submissão ao Comitê de Ética (CEP/UFRN) (CAAE 55779021.4.0000.5537).

Os critérios de inclusão das participantes dizem respeito ao público de interesse da pesquisa, ou seja, mulheres maiores de 18 anos, que se autoidentificam como negras (pretas ou pardas), que habitam na comunidade quilombola de São Tomé, no município de Campo Formoso, Bahia, e fazem ou fizeram uso de algum psicofármaco de forma prescrita ou não.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas de acordo com os seguintes eixos: Eixo I - Determinantes Associados à Prescrição, que está dividido nos seguintes tópicos: a) “Nossos passos vêm de longe”, nossas dores também; b) O ato de cuidar; e c) Sintomas e atenção à saúde; o Eixo II - Efeitos do uso de medicamentos, que está dividido em a) Aspectos individuais e b) Aspectos familiares e coletivos; Eixo III - Estratégias de Resistência, que divide-se em: a) A rede invisível tecida por mulheres; b) Ancestralidade e Futuros Possíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período das entrevistas, as participantes tinham entre 32 e 62 anos. Todas se autodeclararam negras ou pardas, inclusive mulheres com fenótipos que podem ser mais associados aos de pessoas brancas, o que supõe que essa autodeclaração seja fruto de um autorreconhecimento e identificação no

processo de reconhecimento do território, como remanescente de Quilombo, em 2006.

Para identificação das participantes foram utilizados pseudônimos inspirados em personagens diversas, algumas da literatura, outras da história, da cultura e de espaços políticos e sociais, são elas:

Maria

Maria é uma mulher negra de 44 anos, casada e mãe de três filhos, moradora da comunidade quilombola de São Tomé e religiosa da Igreja Congregação Cristã do Brasil. Única participante que foi entrevistada em casa, ela trabalha como faxineira e cuidadora de idosos, estudou até a 3ª série do fundamental e considera que não tem “uma mente aberta para o estudo”, em suas palavras. Maria mora apenas com o marido, seus filhos possuem 23, 25 e 26 anos respectivamente, apenas o mais velho que é casado vive em São Tomé, os dois filhos mais novos vivem em São Paulo com familiares dela. A filha de 23 anos mora em São Paulo há algum tempo, já o filho de 25 anos foi há poucos meses, levado pelo tio para procurar emprego, o que deixou Maria agradecida, já que, quando estava em São Tomé, ele a preocupava por uso frequente de álcool e outros comportamentos de risco.

Maria alega sofrer de ansiedade crônica, que diz ter herdado da família, e faz uso de benzodiazepínicos e quetiapina, relatando dependência medicamentosa. Embora tenha a prescrição dos medicamentos, acaba usando da forma que compreende ser a correta, ou quando sente necessidade, ou como consegue diante de algumas dificuldades de acesso aos medicamentos.

Carmen

Carmen é uma mulher negra, de 43 anos, que também tem ascendência indígena, relata ser evangélica da Igreja Congregação Cristã do Brasil desde os 8 anos de idade. Carmen concluiu o ensino médio e cursou o curso técnico em enfermagem, função que exerce atualmente, compondo a equipe de Saúde da Família da Unidade Básica de Saúde da comunidade. É casada, tem 3 filhos, mas só o caçula de 14 anos mora com ela e o esposo. Relata fazer uso de

ansiolíticos, mas nunca passou por psiquiatra, sendo receitada pela médica da UBS, por apresentar ansiedade, relatos de crises de pânico e dificuldade para dormir. Afirma que esses sintomas começaram durante a gestação do filho mais novo, quando ela desenvolveu alguns problemas de saúde e, conseqüentemente, a gravidez se agravou.

Carmen relata que todas as suas gestações foram complicadas, mas a última foi pior e, nesse momento, ela começou a ter medo de desenvolver uma doença maligna. Ouvir do médico que não poderia mais gerar filhos, e o receio de não poder criar os filhos que já tinha formaram o cenário de medo com o qual ela passou a conviver a partir dali.

Ana

Ana é uma mulher que se autodeclara negra de 48 anos de idade, moradora da comunidade quilombola de São Tomé, frequentadora da igreja Congregação Cristã do Brasil. Ela estudou até a segunda série primária e atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais na Unidade Básica de Saúde de sua comunidade; porém, se reconhece profissionalmente como lavradora, por ter exercido a função na maior parte da vida, e ainda trabalha na roça quando tem folga no emprego. Ela é casada e tem dois filhos que já são adultos e vivem em outro município da Bahia. Ana começou a utilizar psicofármacos aos 25 anos; afirma que chegou a ser dependente, mas que não quer utilizar mais.

Letícia

Letícia é uma mulher jovem de 33 anos, de cor parda. Natural de São Paulo, ela se mudou para São Tomé há 11 anos por causa do marido, com quem está casada há 12 anos e com quem tem 3 filhos. Ela nos conta que o marido quis voltar à sua terra natal porque havia uma promessa de emprego em um órgão público. A mudança para um local tão diferente modificou muito a rotina, as relações e a vida de Letícia de um modo geral. Ela deixou o emprego em uma fábrica e passou a exercer apenas as funções domésticas em sua casa e a plantar na roça, longe dos seus familiares e vivendo em uma

comunidade rural do sertão baiano. Letícia chegou a retornar aos estudos em São Tomé, passou a cursar Pedagogia, mas no momento o curso está trancado. Após a mudança ela conta que passou a se sentir ansiosa e a ficar muito nervosa, foi quando passou a usar ansiolíticos receitados pela médica da Unidade de Saúde da Família da comunidade, entre trocas, pausas e retornos, desde 2019 ela não faz uso de nenhum medicamento psiquiátrico.

Célia

Célia tem 52 anos, é moradora da comunidade de São Tomé e é evangélica. Casou-se muito jovem com um rapaz que vinha de São Paulo e havia deixado a família por lá. Por seu esposo ter feito uma vasectomia, Célia não pôde ter filhos, e essa dor a acompanhou por muitos anos. Ela conta que estudou só até a 4ª série primária porque seu pai era boia-fria e mudou para uma fazenda a trabalho quando ela estava tomando gosto pelos estudos. Com a mudança, não pôde mais estudar. Fruto de uma criação muito rígida, com pouco diálogo e muita pobreza, ela conta que começou a cuidar dos familiares desde muito cedo, e isso ocupou grande parte da sua vida, pois, desde que se casou, passou a cuidar da sogra e de outros familiares do seu marido. É lavradora, já trabalhou nas roças recebendo diária, mas atualmente tem plantado apenas no seu quintal. Célia é casada, não tem filhos e vive com seu esposo. Ela tem fibromialgia e problemas relacionados à hipófise, faz uso constante de remédios para dores e de clonazepam, mas está tentando fazer o desmame do medicamento.

Carolina

Carolina é mulher negra, muito simpática, tem 43 anos, frequenta a igreja Congregação Cristã do Brasil, mas não se identifica como evangélica, diz que só gosta de frequentar a igreja. Ela é lavradora e está estudando a 4ª série do primário. Atualmente convive com a suspeita de um câncer de mama, o que a tem deixado muito aflita. Ela vive com o companheiro, com quem ressalta não ser casada formalmente, e com o filho de 25 anos que está se separando da esposa. A filha de 26 anos é sua vizinha. A suspeita de câncer está impedindo-a

de fazer as coisas que costumava realizar no seu dia a dia, o que a entristece, mas seus filhos têm dado muito apoio nesse momento. Ela é filha adotiva e perdeu a mãe há pouco tempo. Na ocasião, o fato de ter sido adotada voltou à tona, trazido por um irmão de forma muito negativa, o que a fez chorar por muitos dias, perdendo a motivação até para trabalhar. Carolina fez uso de alguns medicamentos psiquiátricos receitados pelos médicos ao longo de sua vida, ela não lembra quais, mas começou em um período em que tinha alucinações auditivas. Atualmente, não faz uso de medicamentos desta natureza que retirou por conta própria.

Lena

Lena é uma mulher ativa, com muito assunto. Foi necessário ligar o gravador assim que ela entrou na sala, pois automaticamente começou a conversar sobre muitas coisas ao mesmo tempo, falando das razões que acreditava estar na raiz de seu sofrimento, enquanto mulher, negra e quilombola que convive com as dificuldades antes mesmo de nascer. Ela tem 57 anos, é católica, estudou até a 8ª série do fundamental, mas constantemente se matricula na escola. Embora venha apresentando dificuldades para manter-se nos estudos, ela deseja concluir o ensino médio para cursar uma faculdade. É profissional de limpeza da Unidade Básica de Saúde de São Tomé, mas, atualmente, está afastada do cargo por razões de saúde, após desenvolver um problema de pele. Ela morou em São Paulo por 15 anos e trabalhou para a prefeitura varrendo as ruas de lá. Em seu discurso, mostra-se politicamente muito articulada, além de ser organizadora de eventos esportivos em sua comunidade. Seu retorno a São Tomé, depois de muitos anos na capital paulista, se deu por razões familiares.

Elza

Elza tem 62 anos, se define como avó açucarada, já começa a entrevista falando dos netos e de como o preconceito atravessa a vida de um deles por ter a pele mais escura que os demais, apesar de viver em uma comunidade quilombola. Ela se identifica como parda e conta que estudou até o 9º ano

porque na época dela não havia a possibilidade, na comunidade, de continuar os estudos depois disso. Elza é aposentada, atuou como auxiliar administrativo da secretaria do colégio por muitos anos, e conta orgulhosa que passou no concurso público apesar do pouco estudo que tinha. É católica e divorciada do marido com quem viveu junto por 40 anos, teve três filhos, mas um faleceu, os outros dois moram próximos a ela, que mora atualmente apenas com um neto de 14 anos. Conta que fez uso de clonazepam por 19 anos, com trocas e acréscimos de outros medicamentos ao longo desse período.

Determinantes associados à prescrição

O conceito de determinantes expressa como as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos populacionais se relacionam com suas condições de saúde, sendo muito utilizado para discorrer sobre o processo saúde-doença-cuidado (Costa & Dimenstein, 2017). Os determinantes podem ser analisados em dimensões macro e micropolíticas, como condições de vida, suporte psicossocial e modos de subjetivação (Dantas et al., 2018).

As narrativas das mulheres sobre como se tornaram usuárias de psicofármacos trazem personagens reais com histórias de resistência, que compõem a própria história da comunidade de São Tomé como comunidade quilombola.

Não sei se foi através, assim, de ver o sofrimento da minha mãe. A gente pequena. Tanto filho assim. De ver a minha mãe trabalhando pra gente sobreviver, seis filhos. Às vezes eu via minha mãe ficar com fome pra dar comida pra gente, então aquilo ali tudo pra gente, a gente vai guardando aquilo ali, que não são lembranças boas, aí quando chega assim o futuro, aí como que descarrega tudo? Não sei, não sei. Mas é mal de família, não sou eu só que sou assim (Maria, 44 anos, cuidadora de idosos e faxineira).

A associação entre a pobreza e a dureza das vidas das mães e avós que presenciaram na infância, e o sofrimento psíquico, apareceu repetidas vezes nos relatos das entrevistadas. Quando Lélia Gonzalez traz, em *A mulher negra: Uma abordagem político-econômica* (2020), um apanhado histórico

desde a escravização no Brasil, ela contextualiza que as condições de vida impostas às mulheres negras têm no racismo uma construção ideológica, compreendida em diversos processos de discriminação, em que estas mulheres são dispostas como objeto de tripla discriminação que, além dos estereótipos cunhados pelo racismo e pelo sexismo, enfrentam a falta de perspectivas quanto a novas possibilidades. A negação dessas possibilidades, marcadas por um enrijecimento dos papéis sociais, é perceptível nas falas das entrevistadas. Lena aponta esse ciclo de repetições como causador de um sofrimento congênito:

É?! Então, porque que eu acho que assim de nascença... É porque a partir do nascimento já foi muito difícil para nossas mães, porque dez filhos, minha mãe teve 11, e só uma estudou [...](Lena, 57 anos, auxiliar de serviços gerais).

Dessa forma, como trazida por Lena, a ferida colonial (Kilomba, 2019) se mostra presente como amarras seculares que impedem ou dificultam muito as mobilidades sociais, e uma das consequências disso é o sofrimento relatado pelas mulheres.

Historicamente, verifica-se a carência ou a ineficácia das políticas públicas voltadas às mulheres negras, especialmente em áreas rurais, o que evidencia a pobreza como produtora de sofrimento mental. O “Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe”, organizado por Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. White (2000), destaca como as mulheres negras enfrentam disparidades em saúde decorrentes não apenas de condições socioeconômicas, mas também do racismo institucional, o que inclui a dificuldade de acesso a serviços de saúde de qualidade, negligência no atendimento e ausência de políticas públicas sensíveis às suas necessidades. Silva et al. (2023) afirmam que, para o combate ao racismo institucional, é preciso evidenciar os efeitos das desigualdades raciais na saúde das pessoas, de modo a promover mudanças efetivas no cuidado e na atenção à saúde.

Neste caminho, é preciso reconhecer também as marcas de uma infância restrita, que revelam a adultização que essas mulheres viveram, tendo o direito à infância sido substituído pelo trabalho e por responsabilidades

familiares.

[...] é no passado também tive muitas dificuldades, já passei por muitas coisas quando era criança. Quando meu pai faleceu tinha 14 anos, minha mãe abandonou os meus irmãos, eu tive que cuidar deles sozinha (Letícia, 33 anos, dona de casa/agricultora).

Um outro elemento que surgiu associado ao sofrimento mental foram as vivências nos relacionamentos, como a falta de apoio para a realização de atividades do cotidiano, como a criação dos filhos, a violência psicológica, o uso abusivo de álcool dos cônjuges, traições e o abandono, que foram situações trazidas pelas entrevistadas.

[...] lidar com meu marido não é fácil, ele é uma pessoa muito, vamos dizer assim, muito rebelde, muito ignorante, usa muitos palavrões, assim, que às vezes é melhor um tapa do que certos palavrão, né? Que fala com a gente, então eu acho que também o meu, o meu, o meu problema acho que mais é isso e eu por dó, não tomar uma decisão eu tenho pena de dizer “saia de casa ou eu vou sair” porque tem vez que viver com ele era melhor viver sozinha, porque por nada ele causa tempestade maior do mundo. Você sabe, não é? Que às vezes a gente vive, não que ele bata, maltrata não, deixa passar fome não, só em termos de palavras só em termos de palavra, mas é difícil (Maria, 44 anos, faxineira/cuidadora de idosos).

O ato de cuidar surgiu recorrentemente em todas as falas como uma função exercida e associada ao sofrimento. O cuidado como uma prática social está baseado na divisão sexual do trabalho, atendendo às necessidades humanas concretas, emocionais e psicológicas (Mazzini Marcondes, 2012). Essa divisão sexual do trabalho produz uma configuração estrutural onde os homens estão associados à produção e à ocupação da esfera pública, enquanto as mulheres são destinadas à reprodução e ao espaço privado, em um desenho que pressupõe princípios hierárquicos, qualificando as funções associadas ao papel masculino como de ordem cultural, e as mulheres como da ordem da natureza (Ávila & Ferreira, 2014).

Ademais, é importante ressaltar que a divisão do trabalho de cuidado no Brasil também é fortemente marcada pelas desigualdades raciais. O trabalho doméstico e de cuidado não remunerado é exercido, em grande parte, por mulheres negras. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios indicam que, em um ano, as mulheres negras dedicam cerca de 68 horas a mais a esse tipo de atividade do que as mulheres brancas (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023). Neste caminho, Ribeiro e Pereira (2022) afirmam a centralidade da mulher negra na realização do trabalho doméstico e de cuidado no Brasil, sendo necessária uma análise do cuidado que se intersecciona com as categorias de gênero, classe e raça.

Além do cuidado nas relações domésticas, as entrevistadas que trabalham fora de casa também têm o cuidar relacionado com suas ocupações profissionais, como no caso de Carmem, que é Técnica de Enfermagem, Ana e Lena, que trabalham como Auxiliares de Serviços Gerais, Maria, que faz serviços de faxineira, além de cuidar de um casal de idosos. A baixa remuneração e desvalorização desses serviços estão diretamente relacionadas à herança de quase três séculos de escravização no país, mantendo entre suas características a subordinação das mulheres negras que os executam (Nogueira, 2017)

Quando a sintomatologia estava associada à prescrição, as respostas, em sua maioria, giraram em torno da insônia e de outros sintomas associados à depressão e à ansiedade. Algumas entrevistadas citaram alucinações ou terminologias populares como “queda de nervos”. Em alguns casos, os sintomas surgiram com outras condições de saúde, como doenças autoimunes e doenças crônicas. O medo e o pânico também foram queixas frequentes. Carmem, ao responder sobre os motivos que levaram à prescrição do clonazepam, revela:

Porque eu tinha, não, eu tenho ainda, né? Crises de ansiedade, tinha aquela é... pânico do medo? Eu sentia medo assim... tinha medo de estar num local só, eu tinha medo de tipo se alguém chegasse e falasse comigo assim do nada, eu não visse a pessoa de momento e chegasse e falasse comigo, já me assustava, ficava

com o resto do dia com o corpo tremendo. Ficava aquele suspense assim em mim. Tinha dificuldade para dormir e essas coisas assim (Carmem, 43 anos, técnica de enfermagem).

Algumas entrevistadas têm seus sintomas associados a condições físicas, como Carolina, que investiga a possibilidade de um câncer, com prognóstico preocupante, e vive as tensões que a situação gera. Outros casos são o de Célia, que sente fortes dores por conta da fibromialgia, e o de Carmem, que sofre há muitos anos com problemas hormonais.

Os sintomas apresentados pelas entrevistadas relacionam-se aos transtornos mentais comuns (TMC), confirmando o que a literatura indica (Zanello & Silva, 2012). Eles estão diretamente ligados aos determinantes sociais associados às condições de vida das mulheres de São Tomé entrevistadas e, normalmente, são identificados a partir do desânimo e da baixa produtividade.

Efeitos do uso de medicamentos

Ao relatarem sobre o uso dos medicamentos e seus efeitos, a dependência surge como, sobretudo, uma preocupação que a condição de usuária gera nessas mulheres. O próprio CID tem uma categoria F13 denominada – transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de sedativos e hipnóticos – com 10 subcategorias que vão da intoxicação aguda ao transtorno mental e comportamental devido ao uso de sedativos e hipnóticos não especificados. No entanto, nos relatos, a preocupação das mulheres se manifesta muito mais pela própria experiência pessoal com o uso dos medicamentos, ou por testemunharem a experiência de outras mulheres, do que a partir das informações sobre os medicamentos. Essa falha na orientação quanto aos psicofármacos é observada, inclusive, na posologia. Há pouca informação das pacientes sobre a diferença dos medicamentos, por quanto tempo elas devem tomá-los, além dos seus efeitos colaterais.

Entre os sintomas relatados estão a apatia, o desânimo e os distúrbios de memória.

O que eu senti com clonazepam, eu senti assim... Um esquecimento que não é normal sempre que eu falava com as pessoas, as pessoas sempre diziam assim "ah, eu também estou assim"; "Não, isso todo mundo tá assim" Só que o tá assim meu, eu sabia que não era normal. Por exemplo, eu colocava uma coisa na geladeira que não era de geladeira. Eu coloquei até uma blusa na geladeira e eu fiquei procurando essa blusa por mais ou menos 6 dias (Elza, 62 anos, aposentada).

Estudos revelam o comprometimento cognitivo que o uso prolongado de benzodiazepínicos pode provocar, e que por serem mais utilizados por idosos, também estão associados a quadros neurodegenerativos (Alves et al, 2022). A associação entre amnésia e o uso prolongado de benzodiazepínicos não é um fenômeno recente; muito pelo contrário, são fatos divulgados, mas não debatidos. E, nesse caso, a consequência é um sofrimento duplo para a entrevistada, que, além de lidar com a angústia gerada pelos sofrimentos relatados, encara o descrédito das pessoas em relação à associação do efeito ao medicamento. Em *Anatomia de uma Epidemia*, Whitaker (2017) apresenta dados de pesquisas que mostram que o uso de BZD a longo prazo, além de gerar déficits cognitivos, quadruplica os sintomas depressivos.

Na relação entre a família e o uso dos medicamentos, um relato comum foi sobre a preocupação dos familiares com o uso dos medicamentos, em especial com o receio da dependência. Além disso, algo que pareceu subentendido diz respeito ao estigma que a condição de usuária de psicotrópicos carrega.

Assim meu esposo que às vezes fala assim "Carmem, tu vais se tornar dependente, tu já está se tornando dependente desses remédios e tal, tenta se afastar um pouco, fica uns dias sem tomar pro teu organismo ir se acostumando e tal. Aí eu consigo ficar uma semana, 15 dias sem tomar, mas depois eu começo com insônia. Aí quando eu tenho insônia principalmente à noite eu fico impaciente e aí sinto muita vontade de comer, de levantar e toda hora tá comendo alguma coisa (Carmem, 43 anos, técnica de enfermagem).

Em algumas falas, observamos que há uma dificuldade em distinguir o

que seriam sintomas do TMC apresentado pela participante e os efeitos dos medicamentos utilizados para tratar o mesmo.

Eu sei que muitas coisas que eu gostava, eu passei a não gostar, eu não sei se é depressão ou se é dos remédios (Elza, 62 anos, aposentada).

Estratégias de resistência

A principal estratégia de resistência apresentada pelas entrevistadas foi parar de utilizar os medicamentos, embora nem sempre isso funcione bem para elas ou apresente o melhor resultado. Diante dos efeitos que os medicamentos causam e das preocupações com a condição de cronicidade que o uso frequente possa causar, foi a estratégia possível para elas.

Eu só sei que eu preferi não usar mais essas drogas. São drogas que eu não quero. Optei por não querer mais na minha vida. (...) É um que entra e um que sai, aí que eu fico... eu melhorei do que sai, mas eu não senti melhora com o que entrou. Ele tá me dando dor de cabeça e fraqueza. Aí eu decidi fazer o quê? Tomar metade, é 10mg, metade, eu tomava 5. Eu passei a tomar metade, aí tava tomando metade. Mesmo assim eu tinha dor de cabeça, menos, mas eu tinha. Aí eu digo, sabe de uma coisa escondida eu não vou tomar. Eu não tomei e a cabeça não doeu. Eu digo se doer eu volto (Elza, 62 anos, aposentada).

A fala de Elza traz um manifesto em prol de sua singularidade, defendendo a sua experiência e o poder de sua autopercepção sobre o seu corpo e sua tentativa de mantê-lo sob o seu controle. A maneira particular que ela encontrou de utilizar os medicamentos, buscando o seu bem-estar, no entanto, fazer isso de forma solitária, sem negociações e partilhas coletivas ou individuais, no entanto, pode lhe oferecer riscos.

O manejo do mal-estar, seja provocado por crises de ansiedade e depressão ou por efeitos dos medicamentos, encontra lugar em uma outra estratégia que é o encontro. Nesse momento, a comunidade apareceu em quase todas as entrevistas como refúgio, sair e conversar com uma vizinha ou

familiar é algo comum que as mulheres entrevistadas dizem fazer em busca de se sentirem melhor.

Até o dia de hoje na verdade quando eu estou muito nervosa assim naquelas crises de ansiedade eu saio, eu vou caminhar, vou na casa de alguém e aí eu melhoro (Carmen, 43 anos, técnica de enfermagem).

A escuta das vizinhas, ainda que não seja sobre o assunto em si, funciona como um dispositivo de cuidado importante, tomado por essas mulheres. Carolina relata uma experiência coletiva maior, ter voltado para a escola, além de possibilitar um aprendizado que lhe é muito rico nesse processo, por ajudá-la a escrever sobre suas aflições, trouxe para ela também um senso de coletividade que ajuda a enfrentar as crises a partir do companheirismo dos colegas de sala e da amizade que desenvolveu com a professora.

As experiências de cuidado que elas trouxeram, em quase todos os casos, envolviam outras mulheres, como uma teia invisível que naturalizamos à medida que compreendemos o cuidado como uma função natural das mulheres. Mesmo as estratégias ancestrais, como o cuidado com as ervas conhecidas na comunidade, são transmitidas pelas mulheres.

Eu tomo chá de camomila e o chá da folha do maracujá. Eu tenho um jardim, eu molho as plantas quando eu sinto que estou muito estressada (Elza, 62 anos, aposentada).

As ervas, a partir do uso dos chás, foram uma alternativa frequente ao cuidado apresentado pelas entrevistadas.

Carmem dá pistas para alternativas de cuidado que a própria ESF poderia desenvolver, embora ela não as cite dessa forma, acreditamos que seria uma opção, compreendendo o caráter holístico que a Estratégia de Saúde da Família tem na essência de sua criação. A ideia de promover rodas de conversas é muito utilizada em algumas experiências exitosas na Atenção Básica, sobretudo com grupos específicos, como gestantes ou pacientes de doenças crônicas como hipertensão e diabetes

Ao falar da produção resistente à colonização das organizações quilombolas, Bispo (2015) afirma que a melhor forma de guardar os produtos das expressões produtivas do quilombo é distribuindo-os entre a vizinhança, reintegrando-os à mesma energia orgânica que o produziu. Esse sentido de coletividade aparece com um elo a ser resgatado a partir das falas das entrevistadas, quando elas mesmas sugerem espaços de partilha, o ato de resistência descrito pelo Antônio Bispo aqui se manifesta como necessidade de reencontro com a própria identidade para a sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa revelou que as histórias de cada participante são repletas de percalços que as trouxeram à condição de experienciar serem usuárias de ansiolíticos e antidepressivos, e que nenhuma pílula será capaz de sanar anos de sofrimento e feridas ancestrais, inclusive as que se encontram em uso crônico. Tais medicamentos podem ser essenciais em determinado momento, mas não bastam para aliviar as dores. A medicalização, como observada nesses contextos, visa aplacar sofrimentos, mas reflete um mecanismo de preservação dos processos colonizadores, na medida em que individualiza problemas sociais e históricos (Moysés & Collares, 2013), e não reflete nem propõe medidas que atuem sobre as causas do sofrimento. Compreendemos que não se trata de tarefas simples, sobretudo no atual contexto político e social pós-pandemia e do desmonte das políticas públicas dos últimos anos, mas é um esforço necessário para promover uma mudança nas políticas de cuidado em saúde mental na Atenção Básica.

Por fim, destaca-se a importância das narrativas nesse trabalho como potência em uma proposta de fomentar estratégias de resistência, com base nos exemplos de partilhas e escritas que elas apresentaram ao longo das entrevistas. As narrativas foram diversas e algumas participantes ganharam protagonismo em eixos específicos por explanarem com riqueza suas vivências nos temas abordados.

REFERÊNCIAS

- Alves, A. M., Santana, M. P., Gama, I. C. S., Parduci, N. V., Larroque, M. M., & Luchesi, B. M. (2022). Impactos da ausência do Núcleo de Apoio à Saúde da Família no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira Medicina Família e Comunidade*, 17(44), 1-8. [https://doi.org/10.5712/rbmfc17\(44\)3033](https://doi.org/10.5712/rbmfc17(44)3033)
- Amarante, P., & Freitas, F. (2017). *Medicalização em Psiquiatria*. Editora Fiocruz.
- Ávila, M. B., & Ferreira, V. (2014). Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In M. B. Ávila & V. Ferreira (Eds.), *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres* (pp. 13–50). SOS Corpo.
- Bispo, A. S. (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significações*. INCTI/UnB.
- Brasil. Senado Federal. (2021). *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia da Covid-19*. Senado Federal. https://download.uol.com.br/files/2021/10/3063533630_relatorio_final_cpi_covid.pdf
- Costa, M. C., & Dimenstein, M. (2017). Cuidado psicossocial em saúde mental em contextos rurais. *Trends in Psychology*, 25(4).
- Nogueira, T. P. C. C. R. (2017). Mucama permitida: A identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(4), 47–58. <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.22482>
- Curiel, O. (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In H. B. Holanda (Ed.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 121–138). Bazar do Tempo. (Trabalho original publicado em 2014)
- Dalgallarrondo, P. (2019). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Artes Médicas do Sul.
- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Torquato, J., & Macedo, J. P. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i65477>
- Gomes, S. M. et al. (2018) O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 1120-1133. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180393>
- Gonzalez, L. (2020). Mulher negra. In F. Rios & M. Lima (Eds.), *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 94–111). Zahar.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). Censo Demográfico 2022: *Primeiros resultados de população e domicílios*. <https://www.ibge.gov.br>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (J. Oliveira, Trad.). Cobogó.
- Lugones, M. (2019). Rumo a um feminismo decolonial. In H. B. Holanda (Ed.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 357–377). Bazar do Tempo. (Trabalho original publicado em 2010)
- Mazzini Marcondes, M. (2012). A divisão sexual dos cuidados: do welfare state ao neoliberalismo. *Argumentum*, 4(1), 91–107.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2023). *Nota informativa nº 1/2023 MDS/SNCF: As mulheres negras no trabalho de cuidado*. MDS. <https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Secretarias/SNCF/Arquivos/Nota%20Informativa%20N1%2022.03.23.pdf>
- Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (2013). Controle e medicalização da infância. *DESIDADES – Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, 0(1). <https://doi.org/10.54948/desidades.voi1.2456>
- Nogueira, T. P. C. C. R. (2017). Mucama permitida: A identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(4), 47–58. <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.22482>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In A. Quijano (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas* (pp. 117–142). CLACSO.
- Ribeiro, T. D. S., & Pereira, G. D. S. (2022). Mulher negra no trabalho de cuidado e doméstico no Brasil. *Perspectivas Sociais*, 8(1), 1–18. Recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/22609>
- Santos, J. C. G. dos, Cavalcante, D. S., Vieira, C. A. L., & Quinderé, P. H. D. (2023). Medicalização do sofrimento psíquico na Atenção Primária à Saúde em um município do interior do Ceará. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, 33, e33010. <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333010>
- Silva, R. A., Moura, R. P. S., & Santos, A. C. H. (2021). Narrativas (des)construídas como tarefa política da pesquisa participativa decolonial. *Revista de Psicologia*, 12(2), 147–160. <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.2.2021.11>
- Silva, D. F. L., Lyra, T. M., Silva, J. B. R., & Faustino, D. M. (2023). *Para além do Racismo Institucional? Uma análise do conteúdo da Política de Saúde para a População Negra*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(9), 2527–2535. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.11602022>

- Soares, C. C. M., & Jorge, G. L. S. (2021). A memória afro diaspórica feminina como metodologia para pesquisa em educação. *Revista Práxis Educacional*, 17(48), 78-94.
<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9269>
- Vieira, E. M. (2002). *A medicalização do corpo feminino*. Fiocruz.
- Werneck, J., Mendonça, M., & White, E. C. (Eds.). (2000). *O livro da saúde das mulheres negras: Nossos passos vêm de longe*. Pallas; Criola
- Whitaker, R. (2017). *Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental*. Fiocruz.
- Zanillo, V., & Silva, R. M. (2012). Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*, 20(2), 267-279.

Esse artigo é fruto de uma dissertação de mestrado em Psicologia intitulada “Mulheres e Medicalização Social: Compreensões Sobre A Colonização De Corpos Negros” no PPG de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Recebido em 02/04/2023

Aceito em 05/02/2026



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição

e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Qualidade conjugal, ajustamento diádico e coparentalidade: um estudo comparativo

Marital quality, dyadic adjustment, and coparenting: a comparative study

Calidad conyugal, ajuste diádico y coparentalidad: un estudio comparativo

Daiana Fidelis¹
Clarisse Mosmann²

Resumo

As relações conjugais e coparentais repercutem na dinâmica familiar e no desenvolvimento socioemocional dos filhos, entretanto, ainda está pouco estudado se existem diferenças nessas dinâmicas associadas à configuração familiar. Este estudo teve como objetivo comparar a qualidade conjugal, o ajustamento diádico e a coparentalidade entre pais casados em primeira união e pais recasados, com filhos entre 6 e 11 anos. Participaram 174 responsáveis brasileiros, predominantemente do sexo feminino, sendo 123 em primeira união e 50 recasados. A pesquisa, de delineamento quantitativo e comparativo, analisou indicadores de satisfação conjugal, coordenação parental e acordo no cuidado dos filhos. Os resultados indicaram diferenças significativas entre os grupos, demonstrando que os participantes em primeira união apresentaram níveis mais altos de cooperação coparental e consenso nas decisões relacionadas à parentalidade, quando comparados aos recasados. A complexidade relacional presente em famílias recompostas mostrou-se um fator associado à menor concordância na condução das práticas parentais. Conclui-se que a configuração familiar tem reflexos na qualidade das trocas conjugais e na forma como os pais coordenam o exercício da coparentalidade.

Palavras-chave: *Qualidade conjugal; Coparentalidade; Famílias intactas; Famílias recasadas.*

1 Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-7532-8279>. E-mail: fidelisdaiana@gmail.com

2 Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-9275-1105>. E-mail: clarissemosmann@gmail.com

Abstract

Marital and co-parenting relationships impact family dynamics and the socio-emotional development of children; however, it remains poorly understood whether these dynamics differ by family configuration. This study aimed to compare marital quality, dyadic adjustment, and co-parenting between first-married parents and remarried parents with children aged 6 to 11 years. Participants included 174 Brazilian caregivers, predominantly female, 123 in first marriages, and 50 remarried. The quantitative and comparative research analyzed indicators of marital satisfaction, parental coordination, and agreement in childcare. The results indicated significant differences between the groups, showing that participants in first marriages exhibited higher levels of co-parenting cooperation and consensus on parenting-related decisions than remarried parents. The relational complexity present in blended families proved to be a factor associated with less agreement in the conduct of parenting practices. It can be concluded that family configuration has repercussions on the quality of marital exchanges and on how parents coordinate the exercise of co-parenting.

Keywords: Marital quality; Coparenting; Intact families; Remarried families.

Resumen

Las relaciones matrimoniales y de coparentalidad repercuten en la dinámica familiar y el desarrollo socioemocional de los hijos, sin embargo, aún se comprende poco si existen diferencias en estas dinámicas asociadas a la configuración familiar. Este estudio tuvo como objetivo comparar la calidad marital, el ajuste diádico y la crianza compartida entre padres casados en primera unión y padres recasados con hijos de 6 a 11 años. Participaron 174 cuidadores brasileños, predominantemente mujeres, de los cuales 123 estaban en primera unión y 50 se habían vuelto a casar. La investigación, que tuvo un diseño cuantitativo y comparativo, analizó indicadores de satisfacción conyugal, coordinación parental y acuerdo en el cuidado infantil. Los resultados indicaron diferencias significativas entre los grupos, demostrando que los participantes en primeras uniones mostraron mayores niveles de cooperación en la crianza conjunta y consenso en decisiones relacionadas con la crianza en comparación con aquellos que se volvieron a casar. Se ha demostrado que la complejidad relacional presente en las familias ensambladas es un factor asociado con un menor consenso en las prácticas de crianza. Se concluye que la configuración familiar influye en la calidad de las interacciones conyugales y en la forma en que los padres coordinan el ejercicio de la crianza compartida.

Palabras clave: Calidad conyugal; Coparentalidad; Familias intactas; Familias recasadas.

O ciclo vital impõe demandas ao relacionamento conjugal, obstáculos que podem ser vivenciados na intimidade do casal como fontes de problemas, influenciando diretamente a qualidade da relação, existindo impacto no subsistema conjugal (Falcke et al., 2002; Féres-Carneiro, 1998; Magalhães, 2009). Mosmann et al. (2006) explanam que o “ser feliz a dois” está relacionado a três conceitos: satisfação conjugal, ajustamento conjugal e qualidade conjugal e que as pesquisas se baseiam nos mesmos. Ao longo dos tempos, houve uma diversidade de autores e pesquisas que investigaram esses conceitos. Os primeiros pesquisadores dessa temática, Thibaut e Kelley (1959), mostraram que os empenhos dos cônjuges na resolução de conflitos no relacionamento são de extrema importância, trazendo, assim, que os comportamentos positivos dos cônjuges acabam gerando uma avaliação positiva no relacionamento, aumentando a satisfação conjugal notada pelo parceiro.

Mais tarde, Spanier (1976) assinalou que o ajustamento conjugal é uma representação das demandas conjugais, como a comunicação e os resultados dessa influência mútua. O autor elaborou a escala *Dyadic Adjustment Scale* (DAS), composta por quatro dimensões (coesão, consenso, afeto e satisfação) que indicam se os cônjuges estão com distintos níveis de ajustamento conjugal. Por outro lado, Karney e Bradbury (1995) definiram que a qualidade conjugal é composta por duas dimensões: os recursos pessoais dos cônjuges e os processos adaptativos.

A satisfação conjugal não intervém somente na conjugalidade, mas também no sistema familiar como um todo. Pesquisas mostram que o clima emocional pode “transbordar” sobre a coparentalidade, gerando consequências na forma como os cuidadores dividem a educação dos filhos (Gao et al., 2019; Hameister et al., 2015; Mastrotheodoros et al., 2022; Mosmann et al., 2014; Prati & Koller, 2011).

Segundo Feinberg (2003), a coparentalidade se dá pela implicação conjunta de ambos os cuidadores/pais na educação, na formação e nas decisões sobre a vida dos filhos. Tal relação envolve o compartilhamento de responsabilidades, o apoio mútuo, o apoio à parentalidade do outro e a coordenação entre a díade parental. O modelo proposto pelo autor é composto

por quatro dimensões: acordo ou desacordo na educação dos filhos; divisão do trabalho relacionada à criança; suporte mútuo/sabotagem no desempenho dos papéis coparentais; a gestão conjunta das relações familiares, sendo a coparentalidade o resultado da interdependência desses componentes.

A inter-relação do subsistema conjugal com o coparental pode ser explanada por meio de três principais hipóteses encontradas na literatura. De acordo com Erel e Burman (1995), existe um transbordamento (*spillover*) entre a conjugalidade e a coparentalidade. Dessa forma, questões mal resolvidas na relação conjugal podem comprometer os comportamentos dos cônjuges como pais ou mães, da mesma forma que uma relação conjugal de boa qualidade tenderia a contribuir para o exercício da coparentalidade (Silva et al., 2012).

A literatura aponta que esse fato não incide apenas no efeito direto dos conflitos parentais reverberando sobre os filhos, mas também na maneira como as crianças experienciam e observam os conflitos e a forma como são expostas a eles (Hameister et al., 2015). Assim, casais que estão com dificuldades na conjugalidade reduzem o apoio mútuo e aumentam as tensões, prejudicando a relação com os filhos.

A segunda hipótese que se dá nas relações conjugais e coparentais é a compensatória, sendo uma relação contrária entre a qualidade da conjugalidade e a qualidade do relacionamento entre pais e filhos, mostrando, assim, que os pais podem compensar necessidades que não foram atendidas no relacionamento conjugal por meio da relação com seus filhos (Enger, 1988). A última das hipóteses é a da compartimentalização, que se refere à ideia de que os pais conseguem separar as questões existentes em cada subsistema, desenvolvendo fronteiras e, dessa forma, contendo os efeitos dos conflitos (Krishnakumar & Buehler, 2000).

Independentemente do modelo de análise utilizado, a qualidade conjugal e a forma como a díade exerce a coparentalidade vêm sendo pesquisadas na literatura desde a década de 1980. Muitos estudos têm sido realizados buscando conhecer a influência recíproca entre a conjugalidade e a coparentalidade, indicando que a satisfação conjugal e o relacionamento coparental estão relacionados (Fidelis et al., 2022).

Nesse sentido, os estudos sobre qualidade conjugal e coparentalidade têm apresentado crescimento nos últimos anos, o que se relaciona à importância que assumiram para o entendimento individual e familiar (Schoppe-Sullivan & Mangelsdorf, 2013). Pesquisas mostram a influência da coparentalidade no aumento de sintomas internalizantes e externalizantes da prole, apontando uma relação direta entre a qualidade conjugal e coparental e, conseqüentemente, repercutindo esses sintomas nos filhos (Lamela et al., 2010). Entretanto, poucos estudos nacionais enfocam as possíveis associações ou diferenças nessas interações em distintas configurações familiares. A diversidade familiar atual demanda novos estudos que contemplem essas dinâmicas considerando famílias separadas e recasadas, por exemplo.

Um estudo feito por Silva et al. (2012) com casais de primeira união e casais de segunda união, objetivou comparar os níveis de ajustamento e funcionamento conjugal, contando com uma amostra de 161 indivíduos casados e 161 recasados. Observou-se que os homens em um casamento de primeira união mostraram níveis mais altos de ajustamento conjugal e maior satisfação na relação, enquanto os homens em famílias recasadas apresentaram maiores níveis de coesão e ajustamento mútuo.

Corroborando outro estudo que teve por objetivo verificar diferenças na satisfação conjugal entre casais de primeira e segunda união, a pesquisa, com método quantitativo, contou com uma amostra de 512 participantes. Os pesquisadores concluíram que indivíduos casados revelaram valores superiores de satisfação conjugal comparativamente a indivíduos recasados (Matias, 2022).

Na mesma direção, o estudo feito por Stanley et al. (2002) comparou famílias de primeira e segunda união, e os resultados apontaram que a baixa qualidade na relação em famílias de primeira união estava relacionada a questões financeiras, enquanto em famílias de segunda união, estava ligada aos filhos. Portanto, percebe-se haver maior desequilíbrio, resultante de várias alterações no ambiente familiar, como, por exemplo, nas funções conjugais, parentais e coparentais (Amato, 2010; Bento, 2017; Dunn, 2002; Lansford, 2009).

Além disso, a coparentalidade é impactada pelas características

individuais de cada cuidador, grau de escolaridade, saúde mental, qualidade da vinculação, níveis de bem-estar, fatores familiares como estado civil, o histórico das interações, padrões de cuidados, repertório comportamental e emocional dos pais, bem como o ambiente extrafamiliar (Lamela et al., 2010). Atualmente, percebe-se que as pesquisas apontam que o estado civil dos pais é um fator que intervém no exercício da coparentalidade, em que pais de primeira união evidenciam ter maior envolvimento coparental, maior qualidade nos relacionamentos e, conseqüentemente, recebem mais suporte coparental do parceiro, ao contrário de casais que se divorciaram, apresentando maiores dificuldades na coparentalidade, em especial na divisão de tarefas relacionadas à criança e em comunicar-se de forma adequada com o ex-parceiro (Fidelis et al., 2022; Isacco et al., 2010; McConnell & Kerig, 2002; Weber et al., 2021).

O processo de recasamento, como apontado por Carter e McGoldrick (1995), apresenta maior complexidade, uma vez que mais sistemas familiares estão envolvidos, o que implica uma bagagem emocional. Esse processo pode acarretar desafios no ciclo vital da díade que recasa, pois estão envolvidos outros elementos, como, por exemplo, a família de origem, o primeiro casamento, o processo de separação/divórcio e também o período entre os casamentos.

As pesquisas indicam a importância das interações entre a coparentalidade, a qualidade conjugal e a intimidade entre os cônjuges, tanto em famílias intactas quanto em famílias recasadas (Carlson et al., 2016). Portanto, este estudo teve por objetivo comparar os níveis de qualidade da relação conjugal, do ajustamento diádico e da qualidade da relação coparental entre pais de crianças de seis a onze anos, casados e recasados.

MÉTODO

Delineamento e participantes

Este estudo pautou-se em uma abordagem quantitativa, transversal e comparativa. Assim, 173 adultos brasileiros e pais de crianças de seis a onze

anos participaram deste estudo. Destes, 67,6% (n = 117) eram oficialmente casados no civil e/ou no religioso, enquanto os 32,4% (n = 57) restantes estavam morando juntos (união estável). Além disso, 28,9% dos participantes (n = 50) já estiveram em uma união conjugal anteriormente (recasados) e 77,1% (n = 123) estavam em uma união conjugal pela primeira vez (casados). Os relacionamentos atuais dos participantes tinham duração média de 14 anos (DP = 5,77; Min = 1; Max = 30). Já a duração média dos relacionamentos prévios dos recasados foi de seis anos (DP = 4,34; Min = 1; Max = 20). Esses participantes residiam, em sua maioria, no estado do Rio Grande do Sul (88,4%; n = 153).

A média de idade foi de 39,1 anos (DP = 5,76; Min = 20; Max = 51), com 88,4% sendo do sexo feminino (n = 141). O nível escolar de 87,9% dos participantes variou entre ensino superior e pós-graduação (completos ou incompletos). Enquanto 6,3% (n = 11) não tinham renda pessoal, 28,7% (n = 50) tinham uma renda pessoal de até três salários-mínimos (R\$ 3.960,00), 36,8% (n = 64) de quatro a seis salários-mínimos (R\$ 5.280,00 - R\$ 7.920,00) e 28,2% (n = 49) uma renda acima de sete salários-mínimos (> R\$ 9.240,00). Além disso, 90,7% (n = 157) dos participantes tinham um (54,9%; n = 95) ou dois filhos (38,1%; n = 66) do relacionamento atual. A maioria trabalhava fora de casa (86,8%; n = 151) e 62,1% (n = 108) fazia terapia há uma média de 3,47 anos (DP = 5,05).

Instrumentos

Golombok Rust Inventory of Marital State (GRIMS): O inventário GRIMS foi usado para avaliar a qualidade da relação conjugal com base nos problemas que a afetam. A versão em português foi adaptada para o contexto brasileiro por Falcke (2003). A estrutura é unifatorial, consistindo em 28 itens (14 dos quais foram invertidos) que capturam aspectos conjugais como: satisfação, comunicação, interesses compartilhados, confiança e respeito. As respostas foram dadas em uma escala do tipo Likert, de quatro pontos (0 - *Discordo Fortemente*; 3 - *Concordo Fortemente*). O escore foi calculado pela soma das respostas e demonstrou evidências de confiabilidade na amostra

deste estudo ($\omega = 0,922$; $\alpha = 0,917$), sendo que pontuações mais elevadas indicaram pior qualidade da relação conjugal.

Escala de Ajustamento Diádico reduzida (R-DAS): O ajustamento diádico percebido foi avaliado pela R-DAS, uma versão reduzida da escala de Spanier (1976), que foi adaptada ao contexto brasileiro por Hollist et al. (2012). O instrumento é composto por 14 itens que mensuram o fator “ajustamento diádico”, sendo que sete desses são negativos e, portanto, foram invertidos. As respostas foram dadas em uma escala do tipo Likert de seis pontos, com âncoras fraseadas de diferentes modos. Pontuações mais elevadas indicam melhor ajustamento diádico e pontuações abaixo de 47 sugerem dificuldades no ajustamento conjugal. Os escores foram computados pelo somatório e apresentaram evidências de confiabilidade na amostra deste estudo ($\omega = 0,891$; $\alpha = 0,870$).

Escala de Relação Coparental reduzida (ERC-R): A qualidade percebida da relação coparental foi avaliada por meio da ERC para pais casados, versão reduzida. O instrumento foi desenvolvido por Feinberg et al. (2012) e adaptado ao contexto brasileiro por Carvalho et al. (2018). A versão completa do instrumento contém 35 itens e avalia seis dimensões da relação coparental. A versão reduzida, utilizada neste estudo, mede o fator geral “qualidade da relação coparental” com 14 itens, sendo sete itens negativos que foram invertidos. As respostas aos itens de 1 a 12 foram dadas em uma escala do tipo *Likert* de seis pontos (0 - *Não é verdadeiro sobre nós*; 6 - *Muito verdadeiro sobre nós*). As respostas aos itens 13 e 14 foram dadas em uma escala semelhante, porém formuladas em termos de frequência (0 - *Nunca*; 6 - *Muito frequentemente*). A pontuação foi calculada pela média e os escores apresentaram evidências de confiabilidade na amostra deste estudo ($\omega = 0,853$; $\alpha = 0,847$), sendo que escores mais elevados sugerem uma melhor relação coparental.

The Coparenting Inventory for Parents and Adolescents (CI-PA): A qualidade da relação coparental também foi avaliada pelo inventário CI-PA, desenvolvido por Teubert e Pinquart (2011) e adaptado ao contexto brasileiro por Mosmann et al. (2018). O instrumento divide-se em duas partes. Na primeira, os cuidadores narram sobre a coparentalidade no nível diádico (e.g.,

“*meu parceiro e eu concordamos em cumprir os desejos e demandas de nosso filho*”). Na segunda parte, a percepção do cuidador sobre o apoio de seu parceiro para a coparentalidade é avaliada (e.g., “*meu parceiro me informa sobre eventos importantes relacionados ao nosso filho*”). Cada parte avalia três dimensões – cooperação, conflito e triangulação – sendo que cada uma foi mensurada por quatro itens (apenas uma utiliza cinco itens), totalizando 25 afirmações. Os itens do fator conflito na parte sobre a díade foram invertidos. As respostas foram dadas em uma escala do tipo *Likert* de quatro pontos (0 - *nada verdadeiro*; 4 - *totalmente verdadeiro*). Os escores foram calculados pelo somatório e demonstraram evidências de confiabilidade, na parte sobre a díade em cooperação ($\omega = 0,886$; $\alpha = 0,881$), conflito ($\omega = 0,760$; $\alpha = 0,744$) e triangulação ($\omega = 0,807$; $\alpha = 0,797$), bem como na parte sobre o outro, em cooperação ($\omega = 0,806$; $\alpha = 0,803$), conflito ($\omega = 0,757$; $\alpha = 0,738$) e triangulação ($\omega = 0,776$; $\alpha = 0,770$).

Procedimentos de coleta de dados

A coleta foi realizada *online* através de um formulário eletrônico indexado na plataforma Microsoft Forms. Os participantes foram contatados pelas redes sociais e *flyers*, como *e-mail*, WhatsApp, Facebook e Instagram. Assim, as redes foram utilizadas como método “bola de neve” (*snowball*), momento em que foram convidados a participar da pesquisa. Após concordarem, foi encaminhado o link da pesquisa e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que estava disponível na plataforma online. O tempo estimado para responder aos questionários foi de quarenta e cinco minutos.

Procedimentos de análise de dados

As variáveis de interesse foram exploradas por meio de histogramas de frequências e estatísticas de tendência central (Média) e dispersão (Desvio-Padrão). As comparações de grupos independentes foram realizadas por meio do teste *t* de Welch. Este teste não demanda que a homogeneidade de variâncias seja acatada e mostrou-se robusto aos desvios da normalidade

(Field, 2020). O tamanho de efeito das diferenças foi avaliado por meio do d de Cohen, sendo que $d > 0,20$ = efeito pequeno, $d > 0,50$ = efeito médio, $d > 0,80$ = efeito grande (Cohen, 1988). As estatísticas t foram consideradas significativas quando $p < 0,05$. As análises foram realizadas no software JASP 0.18.1.

Considerações éticas

O presente estudo foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e aprovado, conforme consta no parecer n. 5.724.511; CAAE: 63836022.4.0000.5344. Os procedimentos adotados seguiram rigorosamente o que consta na resolução para pesquisas com seres humanos, atendendo aos fundamentos éticos e científicos pertinentes, de acordo com o que se lia no TCLE. Entre as informações fornecidas no termo constavam: participação livre e voluntária na pesquisa, possibilidade de desistência sem prejuízos, riscos e benefícios, garantia de sigilo e proteção das informações, direito à solicitação dos resultados do estudo, assistência e encaminhamento em caso de dano psicológico, devido à participação na pesquisa, e contato dos pesquisadores responsáveis.

RESULTADOS

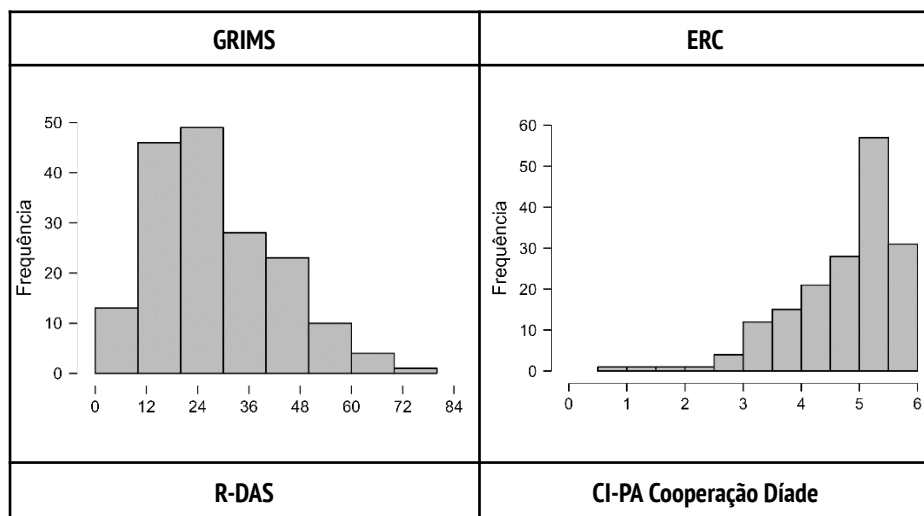
Descrição das características conjugais e coparentais

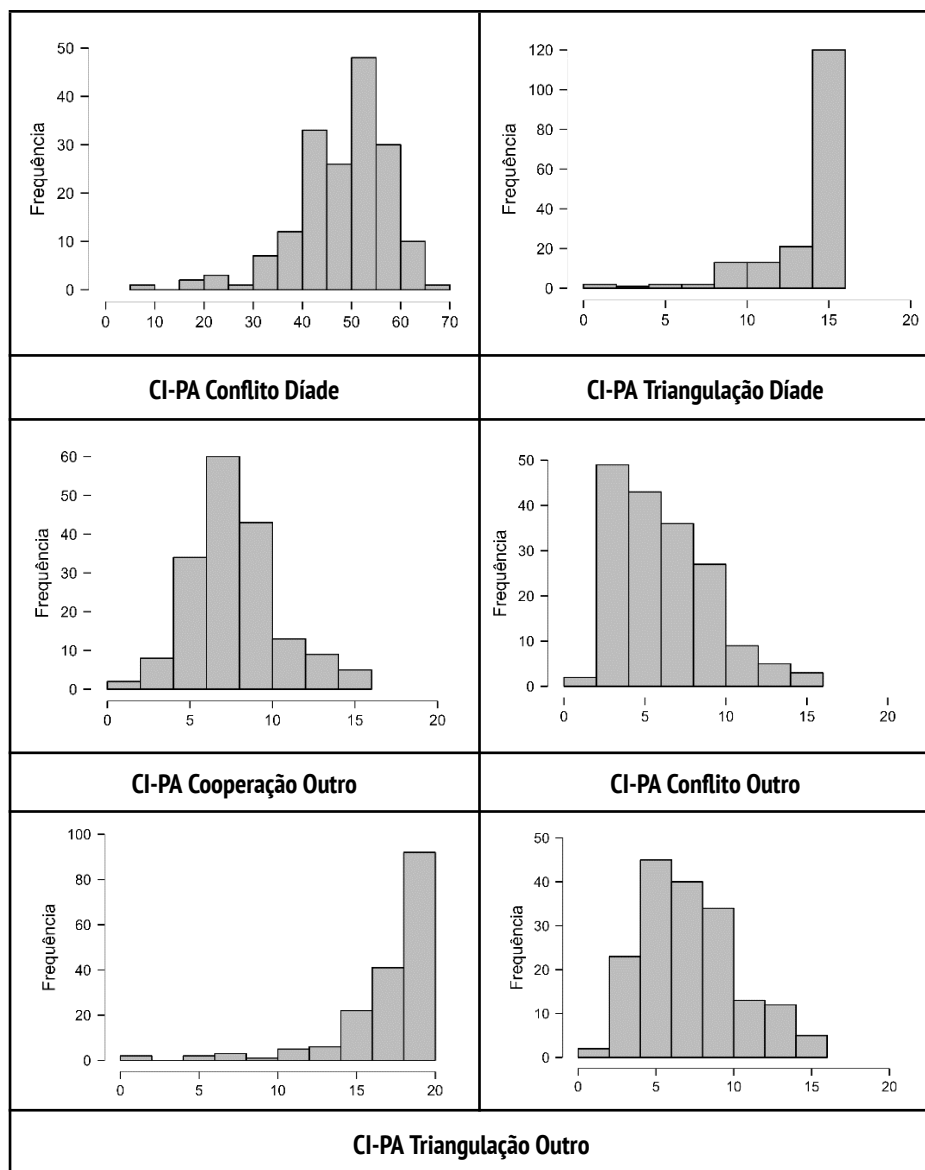
Os escores das características conjugais e coparentais dos participantes deste estudo foram explorados visualmente por meio de histogramas de frequência (Figura 1) e descritos estatisticamente por meio de um conjunto de medidas descritivas (Tabela 1).

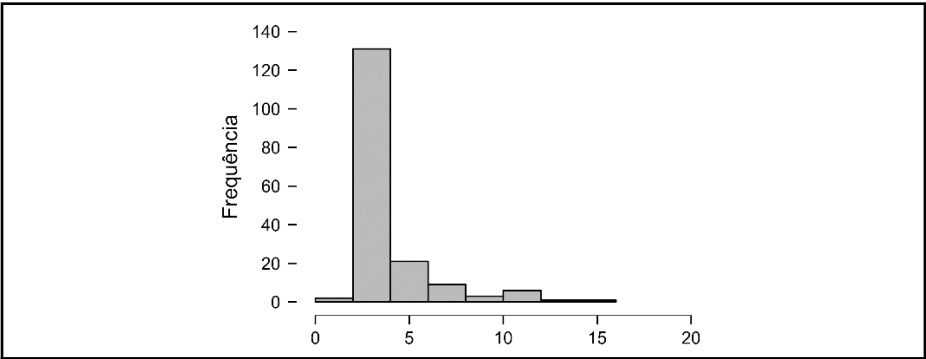
A qualidade da relação conjugal (GRIMS) exibiu uma distribuição que indica uma tendência para escores menores, sugerindo melhor relação conjugal. O valor da média dessa distribuição localiza-se na faixa de “qualidade média” (26 a 29 pontos), de acordo com as categorias propostas para esse escore. Já a distribuição do escore de relação coparental (ERC)

mostrou uma forte assimetria em direção a valores mais elevados, indicando uma qualidade favorável da relação coparental. Nesse sentido, a distribuição dos escores de ajustamento diádico também apresentou uma tendência para escores mais elevados. A média dessa distribuição se aproxima do ponto de corte de 47 pontos, abaixo do qual há um indicativo de problemas no ajustamento da díade. Nesse aspecto, duas modas podem ser observadas no histograma dos escores da R-DAS, uma acima e outra abaixo do ponto de corte, podendo indicar duas populações subjacentes.

Os escores de coparentalidade (CI-PA) em relação à díade foram elevados para cooperação, apresentaram distribuição semelhante à normal em conflito e uma assimetria sugerindo escores mais baixos no fator triangulação. No que se refere ao “outro”, os escores mostraram a mesma tendência, apenas com uma assimetria em direção aos escores baixos, mais acentuada na triangulação.







Nota Dados da pesquisa (2024).
(GRIMS): Golombok Rust Inventory of Marital State; (ERC):Escala de Relação Coparental reduzida; (R-DAS): Escala de Ajustamento Diádico reduzida; (CI-PA): The Coparenting Inventory for Parents and Adolescents.

Figura 1. Histogramas de frequência das características conjugais e coparentais em estudo.

Tabela 1. Estatísticas Descritivas das Características Conjugais e Coparentais

Escores	M	DP	Min	Max
GRIMS	28,81	14,53	4	75
ERC-R	4,75	0,94	0,923	6
R-DAS	48,68	9,49	5	66
Díade				
CI-PA Cooperação	14,33	2,92	0	16
CI-PA Conflito	8,14	2,69	0	16
CI-PA Triangulação	6,71	2,83	0	16
Outro				
CI-PA Cooperação	17,52	3,44	0	20
CI-PA Conflito	7,79	3,09	0	16
CI-PA Triangulação	4,73	2,04	0	16

Nota. Dados da pesquisa (2024).
(GRIMS): Golombok Rust Inventory of Marital State; (ERC): Escala de Relação Coparental reduzida; (R-DAS): Escala de Ajustamento Diádico reduzida; (CI-PA): The Coparenting Inventory for Parents and Adolescents.

Comparação das características conjugais e coparentais entre casados e recasados

A qualidade da relação conjugal, da relação coparental e o ajustamento diádico foram comparados entre os grupos de casados (pessoas em primeira união) e de recasados (pessoas em segunda união). Os resultados indicaram diferenças estatisticamente significativas nos escores de cooperação em relação à díade e em relação ao outro (Tabela 2). Nesse sentido, os recasados mostraram uma percepção menor de cooperação, com tamanho de efeito pequeno.

Embora as diferenças não tenham se mostrado estatisticamente significativas nos escores da ERC-R e da triangulação em relação ao outro, os tamanhos de efeito obtidos são interpretáveis. Nesse sentido, casados apresentaram melhor nível de relação coparental e recasados apresentaram maior nível de triangulação. Essas diferenças podem se mostrar significativas em amostras maiores.

Tabela 2. *Comparação Entre Casados e Recasados nos Escores de Qualidade Conjugal, Relação Coparental e Ajustamento Diádico*

Escore	Casados n = 123		Recasados n = 50		t	d
	M	DP	M	DP		
GRIMS	29,00	14,64	28,30	14,53	0,287	0,048
ERC-R	4,80	0,92	4,61	1,01	1,165	0,203
R-DAS	48,66	9,77	48,86	8,91	-0,131	-0,022
CI-PA Díade						
Cooperação	14,74	2,12	13,30	4,17	2,322*	0,435
Conflito	8,16	2,43	8,20	3,20	-0,074	-0,013
Triangulação	6,62	2,79	6,98	2,95	-0,743	-0,126
CI-PA Outro						
Cooperação	18,01	2,57	16,32	4,84	2,337*	0,436
Conflito	7,93	2,77	7,52	3,76	0,693	0,123
Triangulação	4,54	1,45	5,22	3,01	-1,534	-0,289

Nota. Dados da pesquisa (2024).

d = tamanho de efeito *d* de Cohen. $d > 0,20$ = efeito pequeno; $d > 0,50$ = efeito médio; $d > 0,80$ = efeito grande (Cohen, 1988). (GRIMS): Golombok Rust Inventory of Marital State; (ERC):Escala de Relação Coparental reduzida; (R-DAS): Escala de Ajustamento Diádico reduzida; (CI-PA): The Coparenting Inventory for Parents and Adolescents

* $p < 0,05$.

DISCUSSÃO

Por meio da comparação estatística entre os grupos, verifica-se que pessoas em primeira união tiveram médias maiores na relação coparental quando comparados com pessoas em segunda união, corroborando com os estudos que mostram que, quando pais de famílias intactas possuem uma boa relação conjugal, eles demonstram maior suporte coparental do que pais em famílias recasadas (Fidelis et al., 2022; Isacco et al., 2010; McConnell & Kerig, 2002; Weber et al., 2021). Portanto, destaca-se o quanto as relações entre os subsistemas são bidirecionais (Augustin & Frizzo, 2015).

Por outro lado, as famílias recasadas apontaram uma percepção menor de cooperação em relação à díade e ao outro, em desacordo com o que a literatura aponta, ou seja, que famílias recasadas mostram um suporte de cooperação maior em relação a famílias intactas (Mosmann et al., 2021).

Sendo assim, a cooperação está ligada ao suporte tanto instrumental quanto emocional, indicando o quanto o casal se apoia e se valoriza enquanto pais em momentos de estresse e sobrecarga, ressaltando, assim, um bom nível de exercício da coparentalidade (Margolin et al., 2001). Nos casais recasados da amostra, a cooperação apresenta valores mais reduzidos, enquanto o conflito e a triangulação apresentam valores mais elevados.

Deste modo, percebe-se que níveis altos de conflito e triangulação provocados por estas situações resultam em uma menor cooperação, e vice-versa. As dificuldades em unir as necessidades emocionais e materiais, a interação com as famílias de origem do cônjuge anterior e as triangulações disfuncionais constituídas podem ampliar o conflito e pontuar os comportamentos coparentais com menores níveis de qualidade (Erel & Burman, 1995; Gomes, 2010).

Assim, percebe-se nas famílias recasadas, os filhos muitas vezes tendem a ter sentimentos ambivalentes em relação aos genitores, e conseqüentemente experienciam conflitos em relação à triangulação nos novos subsistemas familiares. Embora o recasamento seja cada vez mais comum no cenário da diversidade familiar atual, isso não quer dizer que a demanda de adaptação e reorganização do sistema familiar seja simples (Mosmann et al., 2021).

O presente estudo evidenciou que o estado civil dos participantes se mostrou associado à forma como eles desempenham a coparentalidade. Deste modo, os participantes casados exibiram escores maiores em acordo coparental, divisão do trabalho, suporte coparental e reconhecimento da parentalidade do parceiro. Para essa amostra, a variável sociodemográfica – o estado civil – afeta a maneira como os pais exercem a coparentalidade (Lamela et al., 2010).

Deste modo, identifica-se a relação entre a qualidade da relação conjugal e a coparentalidade, ou seja, a mútua influência entre o exercício coparental e a satisfação conjugal. Quando nos deparamos com casais mais satisfeitos, a presença de sentimentos positivos entre os membros da díade é maior, gerando apoio mútuo dos elementos do casal nos seus papéis enquanto pais, agindo de forma mais cooperativa nos temas que se referem ao exercício da coparentalidade (Morrill et al., 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciaram diferenças relevantes entre casamentos de primeira união e recasamentos no que se refere ao exercício da coparentalidade, especialmente no que tange à cooperação e ao suporte entre cuidadores. A complexidade dos arranjos recasados, marcada pela coexistência de vínculos anteriores, redefinições de acordos familiares e possibilidade de triangulação, requer intervenções específicas e contextualizadas. Nesse sentido, destaca-se a aplicabilidade prática dos achados para a clínica, com a necessidade de programas de mediação e orientação coparental, oficinas de parentalidade, práticas restaurativas e ações psicoeducativas que favoreçam comunicação funcional e assertiva, construção de acordos coparentais estáveis, delimitação de papéis parentais e fortalecimento da relação entre múltiplos cuidadores envolvidos. Tais estratégias, quando articuladas em rede entre contexto clínico, escolar e comunitário, podem contribuir para a redução de conflitos, gerando assim uma reorganização mais funcional do sistema familiar.

Apesar dos resultados expostos contribuírem para o desenvolvimento e consolidação do conhecimento sobre relações conjugais e coparentais no contexto brasileiro, algumas limitações precisam ser consideradas. Entre elas, destacam-se a predominância feminina e o alto nível de escolaridade dos participantes, bem como o tamanho da amostra, fatores que podem restringir a generalização dos dados. Para futuras pesquisas, sugere-se o aprofundamento da temática através de metodologias qualitativas com triangulação de dados que permitam compreender, em maior profundidade, como o tempo de recasamento, as histórias conjugais anteriores e as fronteiras entre subsistemas repercutem no funcionamento coparental. Ademais, investigações longitudinais podem contribuir para a compreensão das mudanças coparentais ao longo do ciclo vital, considerando que o recasamento pode acontecer em diferentes etapas e reorganizar o sistema familiar de modos distintos. Por fim, recomenda-se a ampliação da análise comparativa entre recasamentos com e sem filhos de relações anteriores, de modo a mapear especificidades e desafios próprios desse processo.

REFERÊNCIAS

- Amato, P. R. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 650–666. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x>
- Augustin, D., & Frizzo, G. B. (2015). A coparentalidade ao longo do desenvolvimento dos filhos: Estabilidade e mudança no 1º e 6º ano de vida. *Interação em Psicologia*, 19(1), 13–24. <https://doi.org/10.5380/psi.v19i1.29239>
- Bento, F. N. (2017). Cruzadas e encruzilhadas: A vivência da parentalidade em contexto de recasamento [Tese de doutorado, Universidade de Lisboa]. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33122/1/ulfpie052846_tm.pdf
- Carlson, D. L., Miller, A. J., Sassler, S., & Hanson, S. (2016). The gendered division of housework and couples' sexual relationships: A reexamination. *Journal of Marriage and Family*, 78(4), 975–995. <https://doi.org/10.1111/jomf.12313>
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (M. A. V. Veronese, Trad.). Artes Médicas.
- Carvalho, T. R., Barham, E. J., Souza, C. D., Böing, E., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). Cross-cultural adaptation of an instrument to assess Coparenting: Coparenting Relationship Scale. *Psico-USF*, 23(2), 215–227. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230203>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2a ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- Dunn, J. (2002). The adjustment of children in stepfamilies: Lessons from community studies. *Child and Adolescent Mental Health*, 7(4), 154–161. <https://doi.org/10.1111/1475-3588.00028>
- Enger, A. (1988). The interrelatedness of marriage and the mother-child relationship. In R. Hinde, & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Relationships within families: Mutual influences* (pp. 83–103). Oxford University Press.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108–132. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0033-2909.118.1.108>
- Falcke, D., Diehl, J. A., & Wagner, A. (2002). Satisfação conjugal na atualidade. In A. Wagner (Org.), *Família em cena: Tramas, dramas e transformações* (pp. 172–188). Vozes.

- Falcke, D. (2003). *Águas passadas não movem moinhos? As experiências na família de origem como preditoras da qualidade do relacionamento conjugal* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting*, 12(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379–394. <https://doi.org/10.1590/s0102-79721998000200014>
- Fidelis, D., Heinen, M., Mosmann, C. P., Falcke, D., & Schaefer, J. R. (2022). Relações entre conjugalidade, parentalidade e coparentalidade em famílias com crianças. *Cadernos de Psicologia*, 2(2), 1–16. <https://www.cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/120>
- Field, A. (2020). *Descobrimos a estatística: Usando o SPSS* (5a ed.). Penso.
- Gao, M. M., Du, H., Davies, P. T., & Cummings, E. M. (2019). Marital conflict behaviors and parenting: Dyadic links over time. *Family Relations*, 68(1), 135–149. <https://doi.org/10.1111/FARE.12322>
- Gomes, M. I. M. (2010). *(Des)complexificando os estilos parentais: Com pais casados e pais divorciados/separados* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/2499>
- Hameister, B. R., Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: Uma revisão sistemática do efeito spillover. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 140–155. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672015000200011&script=sci_abstract
- Hollist, C. S., Falceto, O. G., Ferreira, L. M., Miller, R. B., Springer, P. R., Fernandes, C. L., & Nunes, N. A. (2012). Portuguese translation and validation of the Revised Dyadic Adjustment Scale. *Journal of Marital and Family Therapy*, 38(1), 348–358. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2012.00296.x>
- Isacco, A., Garfield, C. F., & Rogers, T. E. (2010). Correlates of coparental support among married and nonmarried fathers. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(4), 262–278. <https://doi.org/10.1037/a0020686>
- Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (1995). Assessing longitudinal change in marriage: An introduction to the analysis of growth curves. *Journal of*

- Marriage and Family, 57(4), 1091–1108.
<https://doi.org/10.2307/353425>
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49(1), 25–44.
<https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205–216.
<https://www.scielo.br/j/pe/a/gWRrTNmCSPHByLdxDCgxqNN/>
- Lansford, E. (2009). Parental divorce and children's adjustment. *Perspectives on Psychological Science*, 4(2), 140–152.
<https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1745-6924.2009.01114.x>
- Magalhães, A. S. (2009). Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 205–217). Casa do Psicólogo.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & Richard, S. J. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3–21.
<https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Mastrotheodoros, S., Papp, L. M., Van der Graaff, J., Deković, M., Meeus, W. H. J., & Branje, S. (2022). Explaining heterogeneity of daily conflict spillover in the family: The role of dyadic marital conflict patterns. *Family Process*, 61(1), 342–360. <https://doi.org/10.1111/famp.12648>
- Matias, R. A. S. (2022). *Satisfação conjugal e aliança terapêutica: um estudo comparativo entre casamentos e recasamentos em terapia de casal* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/141673/2/567390.pdf>
- McConnell, M. C., & Kerig, P. K. (2002). Assessing coparenting in families of school-age children: Validation of the coparenting and family rating system. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 34(1), 44–58.
<https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/h0087154>
- Morrill, M. I., Hines, D. A., Mahmood, S., & Cordova, J. V. (2010). Pathways between marriage and parenting for wives and husbands: The role of coparenting. *Family Process*, 49(1), 59–73.
<https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01308.x>
- Mosmann, C. P., Machado, M. R., Costa, C. B., Gross, P. R. C., & Cruz, D. V. A. (2018). Propriedades psicométricas da versão brasileira do The Coparenting Inventory for Parents and Adolescents (CI-PA). *Avaliação Psicológica*, 17(3), 399–406.
<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2018.1703.14281.13>

- Mosmann, C., Wagner, A., & Sarriera, J. (2014). A qualidade conjugal como preditora dos estilos educativos parentais: O perfil discriminante de casais com filhos adolescentes. *Psicologia*, 22(2), 161–182. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i2.352>
- Mosmann, C., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2006). Qualidade conjugal: Mapeando conceitos. *Paidéia*, 16(35), 315–325. <https://www.scielo.br/j/paideia/a/JWGT5GmwYYdCfdwxstFOjdh/abstract/?lang=pt>
- Mosmann, C., Falcke, D., Neumann, A., & Wagner. (2021). Relações entre o exercício da coparentalidade: O conflito na díade pais e filhos e os sintomas psicológicos dos filhos em famílias recasadas. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Clínica, conflito e afetos* (pp. 173–192). Prospectiva.
- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: Perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103–118. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000100007>
- Schoppe-Sullivan, S. J., & Mangelsdorf, S. C. (2013). Parent characteristics and early coparenting behavior at the transition to parenthood. *Social Development*, 22(2), 363–383. <https://doi.org/10.1111/sode.12014>
- Spanier, G. B. (1976). Measuring dyadic adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and Family*, 38(1), 15–28. <https://doi.org/10.2307/350547>
- Silva, P. O. M., Trindade, Z. A., & Silva Junior, A. (2012). As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 435–443. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300012>
- Stanley, S. M., Markman, H. J., & Whitton, S. W. (2002). Communication, conflict, and commitment: Insights on the foundations of relationship success from a national survey. *Family Process*, 41(4), 659–675. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2002.00659.x>
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2011). The Coparenting Inventory for Parents and Adolescents (CI-PA): Reliability and validity. *European Journal of Psychological Assessment*, 27(3), 206–215. <https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000068>
- Thibaut, J. W., & Kelley, H. H. (1959). *The social psychology of groups*. Wiley.
- Weber, A. S., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Coparentalidade na guarda compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1–17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221957>

Esse artigo é fruto da tese de doutorado em Psicologia intitulada “Sintomas emocionais na díade: Repercussões nas Relações Conjugais e Coparentais” no PPG de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Recebido em 08/08/2023

Aceito em 15/07/2025



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Memórias das experiências sexuais infantis: reflexões sobre brincadeiras, táticas e violência

*Recuerdos de experiencias sexuales infantiles: reflexiones sobre
juegos, tácticas y violencia*

*Memories of childhood sexual experiences: reflections on games,
tactics, and violence*

Cíntia de Sousa Carvalho¹

Letícia Carolina Chaves Couto de Paula²

Anelise Silva³

Camila dos Anjos⁴

James Marques⁵

Vinícius Melo Gabriel⁶

Wilmar Ferreira Neves Neto⁷

Resumo

Este estudo investigou os sentidos atribuídos por adultos às experiências sexuais, violentas e não violentas, vividas na infância. Fundamentado na compreensão da sexualidade como dimensão constitutiva do desenvolvimento humano, o trabalho problematiza o silenciamento social que associa a infância à assexualidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com 11 participantes adultos de cidades interioranas de Goiás e Mato Grosso do Sul, por meio de entrevistas abertas analisadas à luz da perspectiva bakhtiniana. Os resultados indicam predominância de experiências não violentas, relacionadas à curiosidade, à ludicidade e à descoberta do corpo entre pares, vividas, em geral, de forma clandestina. Entretanto, também emergiram relatos de abuso sexual,

- 1 Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-7215-5074>. E-mail: psi.cintiacarvalho@gmail.com
- 2 Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Brasil.
<https://orcid.org/0009-0006-6060-2435>. E-mail: leticia8_carolina@hotmail.com
- 3 Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Brasil.
<https://orcid.org/0009-0009-2333-4541>. E-mail: psianaliseoliveira@gmail.com
- 4 Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Brasil.
<https://orcid.org/0009-0008-1840-9214>. E-mail: camilaanjspsico@gmail.com
- 5 Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Brasil.
<https://orcid.org/0009-0003-3006-7206>. E-mail: wintherpsicologia@gmail.com
- 6 Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Brasil.
<https://orcid.org/0009-0005-7389-4820>. E-mail: psi.viniciusmgabriel@gmail.com
- 7 Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-5084-6608>. E-mail: wilmar2012_@outlook.com

majoritariamente no contexto intrafamiliar, associados a sofrimento psíquico e efeitos traumáticos duradouros. Conclui-se que o silenciamento da sexualidade infantil contribui para a vulnerabilidade das crianças, reforçando a necessidade de espaços de escuta, mediação adulta e educação sexual que promovam proteção e desenvolvimento saudável.

Palavras-chave: Sexualidade; Infância; Violência Sexual; Direitos Sexuais; Narrativas de Vida.

Abstract

This study investigated the meanings attributed by adults to sexual experiences, both violent and non-violent, lived during childhood. Grounded in the understanding of sexuality as a constitutive dimension of human development, the study problematizes the social silencing that associates childhood with asexuality. This is a qualitative research conducted with 11 adult participants from small towns in the states of Goiás and Mato Grosso do Sul, using open interviews analyzed from a Bakhtinian perspective. The results indicate a predominance of non-violent experiences, related to curiosity, playfulness, and the discovery of the body among peers, generally experienced in a clandestine manner. However, reports of sexual abuse also emerged, mostly within the intrafamilial context, associated with psychological suffering and long-term traumatic effects. It is concluded that the silencing of childhood sexuality contributes to children's vulnerability, highlighting the need for spaces of listening, adult mediation, and sexual education that promote protection and healthy development.

Keywords: Sexuality; Childhood; Sexual Violence; Sexual Rights; Life Narratives.

Resumen

Este estudio investigó los sentidos atribuidos por adultos a las experiencias sexuales, violentas y no violentas, vividas en la infancia. Basado en la comprensión de la sexualidad como una dimensión constitutiva del desarrollo humano, el trabajo problematiza el silenciamiento social que asocia la infancia con la asexualidad. Se trata de una investigación cualitativa realizada con 11 participantes adultos de ciudades del interior de los estados de Goiás y Mato Grosso do Sul, mediante entrevistas abiertas analizadas desde una perspectiva bakhtiniana. Los resultados indican un predominio de experiencias no violentas, relacionadas con la curiosidad, la ludicidad y el descubrimiento del cuerpo entre pares, generalmente vividas de forma clandestina. Sin embargo, también surgieron relatos de abuso sexual, principalmente en el contexto intrafamiliar, asociados al sufrimiento psíquico y a efectos traumáticos a largo plazo. Se concluye que el silenciamiento de la sexualidad infantil contribuye a la vulnerabilidad de los niños, lo que refuerza la necesidad de espacios de escucha,

mediación adulta y educación sexual que promuevan la protección y un desarrollo saludable.

Palabras clave: *Sexualidad; Infancia; Violencia Sexual; Derechos Sexuales; Narrativas De Vida.*

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo investigar os sentidos construídos por adultos acerca das experiências sexuais, violentas e não violentas, vividas em suas infâncias. Parte-se do entendimento de que a sexualidade constitui uma dimensão inerente ao desenvolvimento humano, presente desde os primeiros anos de vida e atravessada por aspectos históricos, sociais e culturais (Corrêa; Alves & Januzzi, 2006).

Historicamente, a concepção de infância sofreu transformações significativas. A partir da modernidade, especialmente sob influência de movimentos religiosos e morais intensificados desde o século XVI, consolidou-se a ideia da criança como um ser puro e inocente, que deveria ser protegida de temas considerados próprios da vida adulta, como a sexualidade. Essa perspectiva contribuiu para a construção de uma representação social que nega ou invisibiliza a sexualidade infantil, compreendendo a criança como assexuada e posicionando qualquer manifestação nesse campo como inadequada ou perigosa (Carvalho et al., 2012).

Tal compreensão está fortemente associada à redução da sexualidade à genitalidade, isto é, à ideia de que ela se restringe ao ato sexual e à reprodução. No entanto, autores da área destacam que a sexualidade envolve dimensões mais amplas, incluindo afetos, curiosidades, descobertas corporais, interações e formas de expressão simbólica, presentes desde a infância (Corrêa; Alves & Januzzi, 2006). Nesse sentido, é possível afirmar que crianças vivenciam a sexualidade de maneira distinta da dos adultos, principalmente por meio de experiências lúdicas e exploratórias, relacionadas ao conhecimento de si e do outro.

No cotidiano, essas experiências não violentas costumam ocorrer entre pares de semelhante estágio de desenvolvimento, sendo mediadas pela

curiosidade e pelo brincar. Entretanto, quando há interação entre sujeitos em estágios psicosssexuais distintos, especialmente envolvendo assimetrias de idade e poder, essas experiências configuram-se como violentas, caracterizando o abuso sexual infantil. Nesses casos, a relação desigual permite que o agressor imponha práticas que visam sua própria satisfação, desconsiderando os limites da criança (Baptista et al., 2008; Serafim et al., 2011; Santos & Dell’Aglío, 2010).

O abuso sexual infantil constitui um grave problema de saúde pública, com impactos significativos no desenvolvimento físico e psicológico das vítimas, podendo gerar consequências a curto, médio e longo prazo. É importante destacar que tais práticas não se restringem à penetração, incluindo também atos sem contato físico direto, como exibicionismo, voyeurismo e produção de conteúdos de cunho sexual (Santos & Dell’Aglío, 2010). Além disso, observa-se que muitas dessas experiências permanecem silenciadas, seja por medo, vergonha, culpa ou pela dificuldade da criança em compreender o ocorrido, especialmente quando envolve figuras de vínculo afetivo.

O silenciamento da sexualidade infantil, sustentado por discursos moralizantes e por uma lógica adultocêntrica, contribui para a manutenção desse cenário. Ao evitar o diálogo sobre o tema, limita-se o desenvolvimento de repertórios que possibilitem à criança compreender, nomear e se proteger diante de situações de risco. Assim, o discurso de proteção, quando baseado na negação da sexualidade, pode paradoxalmente aumentar a vulnerabilidade infantil (Carvalho et al., 2012; Habigzang et al., 2005; Pfeiffer & Salvagni, 2005; Viodres Inoue & Ristum, 2008).

Além disso, ao afastar a sexualidade da infância, nega-se às crianças o acesso a seus direitos sexuais, compreendidos como parte integrante dos direitos humanos. Tal negação impede que elas possam elaborar suas experiências de forma saudável e segura, restringindo a possibilidade de expressão, escuta e construção de sentidos acerca de suas vivências (Carvalho et al., 2012).

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como essas experiências são significadas ao longo da vida. Assim, este estudo buscou

investigar os sentidos atribuídos por adultos às experiências sexuais, violentas e não violentas, vividas na infância.

METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se em um referencial teórico interdisciplinar que articula contribuições dos estudos sobre sexualidade, infância e linguagem. A pesquisa apoia-se na perspectiva discursiva de Bakhtin, que compreende a linguagem como prática social, dialógica e histórica, na qual os sentidos são produzidos nas condições concretas de enunciação (Bakhtin, 1988; Bakhtin, 2003). Por fim, incorpora-se a noção de memória como construção dinâmica e processual, entendida não como reprodução fiel do passado, mas como ressignificação contínua das experiências vividas (Benjamin, 1994/1940). Esse conjunto teórico orienta a análise e a interpretação dos dados, possibilitando a compreensão das narrativas dos participantes em sua complexidade e historicidade.

Este trabalho consiste em uma pesquisa de campo qualitativa. A investigação foi realizada por um grupo de sete pesquisadores (cinco acadêmicos do curso de Psicologia e um psicólogo voluntário) e pela coordenadora (primeira autora desse texto). Foram utilizados como método entrevistas abertas em formato de conversa, ocorridas prioritariamente no formato on-line devido à pandemia da COVID-19, e gravadas para posterior transcrição (cada encontro durou em média uma hora). A pesquisa foi realizada com 11 participantes, adultos, moradores de cidades de pequeno porte dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul¹.

Após o início das divulgações, fomos procurados por 14 participantes, dos quais selecionamos 11 (o critério de exclusão foi o fato do sujeito não ter memórias de experiências sexuais ocorridas na infância e o de inclusão foi o de ter tais vivências em sua biografia)². Para a seleção, cada participante respondeu a um questionário que nos auxiliou a organizar os seguintes dados

¹ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número CAAE: 25886819.8.0000.8155.

² Consideramos infância a delimitação etária marcada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 12 anos incompletos.

sobre o perfil dos participantes (constantes na Tabela 1). Na Tabela 2 constam os dados dos participantes que aparecem neste artigo, bem como a caracterização do seu perfil.

Tabela 1. *Perfil dos participantes*

Nº de participantes	7 mulheres 4 homens
Orientação sexual	7 heterossexuais 3 homossexuais 1 bissexual
Autodeclaração étnico-racial	4 brancos 6 pardos 1 negro
Nível socioeconômico	1 pertencente à classe A (mais de 15 salários-mínimos mensais) 3 pertencentes à classe B (de 5 a 15 salários-mínimos mensais) 2 pertencentes à classe C (3 a 5 salários-mínimos mensais) 2 pertencentes à classe D (1 a 3 salários-mínimos mensais) 1 pertencente à classe E (até 1 salário-mínimo mensal) 2 não declararam
Formação acadêmica	6 com Ensino Superior incompleto 5 com Ensino Superior completo

Nota. Dados da pesquisa.

Tabela 2. *Dados dos participantes*

Nome fictício	Idade	Gênero	Orientação sexual	Nível socioeconômico	Autodeclaração étnico-racial	Formação acadêmica
Brenda ³	22	Mulher	Hétero	Classe C	Parda	3º grau completo
Enauro	35	Homem	Homo	Classe C	Branco	Pós-graduação stricto-sensu
Ina	39	Mulher	Hétero	Classe D	Parda	3º grau incompleto
Isabela	36	Mulher	Hétero	Classe A	Negra	3º grau incompleto
Jade	34	Homem e Mulher	Homo	Classe D	Negra	3º grau incompleto
Leonardo	18	Homem	Bi	Classe E	Branco	3º grau incompleto
Luíza	32	Mulher	Hétero	Classe C	Branca	3º grau completo

Nota. Dados da pesquisa.

A entrevista aberta se dá de maneira livre, em que o entrevistador tem autonomia para formular perguntas, levando em conta as especificidades de cada história, dessa maneira, configurando-se através das variáveis únicas dos entrevistados. Bosi (2003) crê que esse tipo de entrevista deve ocorrer de forma natural, como em uma conversa. Ainda de acordo com a autora, o ato de rememoração que é instigado durante a fala opera como um ato de criação, que se concretiza na tensão entre o vivido e o contado sobre o vivido.

Sendo assim, construímos nossas entrevistas-conversas, espaço em que quem pergunta tem ampla liberdade para formular as indagações, visto que cada caso específico requer uma flexibilização necessária. Não obstante, alguns pontos orientaram os diálogos:

- Experiências sexuais na infância (violentas e/ou não violentas);
- Afetos envolvidos nas narrativas das experiências sexuais;
- Modos como os adultos (não) participaram desses momentos;
- Estratégias criadas para poder dialogar com as questões referentes à sexualidade na infância;
- Marcas que as experiências sexuais vividas na infância deixaram no presente.

³ Os nomes utilizados são fictícios e foram criados, em sua maioria, pelos próprios participantes. Apenas dois participantes optaram por utilizar os nomes próprios.

Optamos pelo caminho das memórias especialmente por se tratar de ouvir um público adulto e, devido à distância temporal, poder compreender os impactos dessas experiências ao longo da vida do sujeito. Por memória, compreendemos, com Benjamin (1994/1940), que se trata de um tempo vivo, que se infiltra no agora, alterando o presente e encaminhando novos futuros. Assim, o passado é movente, isto é, ao ser revisitado, ganha novas roupagens e produz outros sentidos diante do olhar daquele que recorda. Obviamente, nessa concepção de passado, o que importa não é especificamente o que aconteceu, mas como isso ficou marcado na experiência de quem viveu. As memórias, nessa acepção, são reconstruções, visto que a verdade sobre o passado, em si, não existe, mas sim aquilo que foi internalizado e narrado por cada sujeito.

Foram criadas algumas estratégias de divulgação da pesquisa para o recrutamento de participantes, pois se trata de um tema que pode, para alguns, ser atravessado por pudor ou receio. Tal divulgação ocorreu integralmente no formato online devido à pandemia. Os integrantes da pesquisa ficaram encarregados de anunciar a chamada em grupos do *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, bem como em seus círculos sociais. E foi por meio desses meios de comunicação que recrutamos os 11 selecionados, outrora mencionados.

Posteriormente à realização das entrevistas, os pesquisadores realizaram um diário de campo, ou seja, um registro livre de alguma situação que os tenha mobilizado e de percepções gerais acerca daquilo que foi ouvido. Nesse registro levaram ainda em consideração os afetos vividos por cada entrevistador durante o trabalho, bem como os possíveis desencontros, facilidades e dificuldades para a realização da conversa (Bakhtin, 1988, 2003).

As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas por meio de áudio e vídeo, por meio das plataformas *Zoom*, *Meet* e *WhatsApp* Vídeo. Por se tratar de pesquisa com seres humanos, os participantes receberam informações sobre a investigação e aderiram de forma espontânea, livre e gratuita. Assinaram ainda um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que lhes deu liberdade para desistir da investigação a qualquer momento,

instrumento que garantiu o sigilo das informações dos participantes (a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil). Os participantes que relataram ter tido experiências abusivas na infância já faziam terapia antes da pesquisa e não manifestaram interesse em receber algum tipo de acolhimento mais específico. Somente uma participante informou não ter suporte psicológico, mas declinou da oferta de apoio nesse sentido.

Após as entrevistas, procedeu-se à transcrição das mesmas, de modo a possibilitar uma análise qualitativa. Dessa leitura, surgiram as seguintes categorias de análise: contexto das experiências; práticas e táticas utilizadas pelos participantes; parcerias, idades, gêneros e classes sociais; e como os adultos ao redor da criança influenciaram ou não as práticas narradas.

Após a conclusão da etapa das *entrevistas-conversas*, passamos à transcrição, de modo a possibilitar uma análise discursiva, tendo como suporte teórico-metodológico os conceitos bakhtinianos. Em linhas gerais, de acordo com Bakhtin (1988), toda enunciação pressupõe um *tema* que diz respeito ao sentido concreto e cambiável que se dá em determinadas condições históricas. Os sentidos podem mudar dependendo do contexto, estando, com isso, imersos em condições concretas de dizibilidade, o que os torna irrepetíveis. Portanto, os sentidos não existem divagando em um espaço etéreo. Para que surjam, é preciso estruturas linguísticas que os ancorem, o que Bakhtin denominou de significado. A *significação* se refere a estruturas abstratas que se repetem na língua e que dão sustentação ao sentido. Ambos, *tema* e *significação*, criam a possibilidade da enunciação e não podem ser vistos como opostos ou independentes, pois se sustentam mutuamente.

No que se refere à questão do sentido, Bakhtin (1988) considera que o enunciado (ponto de encontro entre a *significação* e o *tema*) é plural e heterogêneo em sua constituição, pois possui memória e projeção. Deste modo, o enunciado não nasce nem permanece numa cápsula fechada e isolada, pois está irremediavelmente atravessado por produções discursivas do passado, do presente e do futuro. É por isso que o autor afirma que todo discurso é dialógico, polifônico. Logo, os sentidos nascerão a partir das condições concretas de enunciação (quem fala, pra quem, onde fala, em que

momento fala, por que fala) e sempre se renovarão.

Este trabalho conta com um referencial teórico que nos auxilia a entender não só a importância da pesquisa, mas também como a sexualidade está presente na vida da criança. É importante mencionar, ainda, que, neste contexto, optamos por trazer os autores entremeados às falas dos participantes na discussão dos dados, de modo a compreender como teoria e prática se enlaçam.

Práticas e táticas: sexualidade infantil em questão

Segundo Xavier Filha (2016), a sexualidade infantil é confundida com as práticas sexuais dos adultos. Cria-se um imaginário de que, quando a criança entra em contato com a sexualidade, pode sofrer uma adultização precoce. Ou seja, ela seria influenciada pelo seu meio a gostar mais de sexo e a ser mais suscetível a abusos sexuais. Contudo, a realidade nos mostra que, embora a criança seja um ser sexuado, a expressão dessa sexualidade difere da genitalização do adulto. Por meio das entrevistas, é possível visualizar essa sexualidade por meio de descobertas, brincadeiras e curiosidades. Seguem algumas falas que nos apresentam essa dimensão:

Enauro (35 anos, branco, homossexual): *Nós brincávamos em garimpos, cerrado, construções de casas, escolas abandonadas, fazendas, rios e lagoas. A gente era muito livre, e quando os meninos se reuniam, rolava algumas besteirinhas – conversas e atos concretos. Às vezes tomávamos banho no rio, sem roupa, ficávamos comparando os tamanhos dos pênis, conversando sobre coisas eróticas, olhávamos revistas pornográficas, na época tinham tantas.*
(...)

Tatiana (22 anos, parda, heterossexual): *Brincávamos de ir no quarto ao lado da sala e sair na sala com uma toalha e os outros tinham que adivinhar se tínhamos tirado a roupa ou não (...). Fingíamos nos beijar (colocávamos a mão no meio das bocas) e às vezes simulávamos sexo, apesar de achar que sexo era um ficar em cima do outro se mexendo, nessas brincadeiras vivíamos um amor proibido, romance escondido.*

É perceptível que as práticas sexuais na infância são permeadas por um

discurso moralista e de proibição. A culpa por esses desejos, ideias e práticas sexuais acontece também em função da religião, que relaciona tais atos e experiências a algo pecaminoso. Isso pode ser visualizado por meio das frases: “a criança não tem malícia”, “criança é um ser puro”, o que coloca a sexualidade como algo sujo e impuro. Como resultado, há a tentativa de preservá-la e de dominar os corpos infantis, impedindo que a criança seja criativa e ativa, sabendo dialogar com o mundo, com seu corpo e com sua sexualidade (Carvalho et al., 2012; Xavier Filha, 2016).

Diante disso, é possível perceber que as crianças criam estratégias e/ou táticas para vivenciar e expressar a sexualidade, o que ocorre, em grande parte, de forma escondida dos adultos. Nota-se nas seguintes falas:

Brenda (22 anos, parda, heterossexual): *Quando minha mãe saía, por exemplo, quando ela ia na casa dos vizinhos, porque nessa rua os vizinhos eram muito de ir na casa do outro, ficar muito tempo. Tinha um casal mais de idade que tinham filhos mais velhos, então acaba que as crianças iam pra lá mesmo era pra brincar. Mas só que os pais dessas crianças iam pra lá tomar café, ficar muito tempo. E aí nesses tempos assim que a gente brincava.*

Na situação descrita, as crianças mostraram saber que tal brincadeira não era aceita pelos adultos, mesmo assim a realizavam. Isso nos demonstra que, mesmo com todo esse discurso que visa silenciar e ocultar a sexualidade, ela ainda se faz presente. Ou seja:

Apesar de se redobram as formas de vigilância e de contenção, isto não impede que a criança tenha interesses, desejos de saber, curiosidades, formas de resistência (...) A vigilância sobre os corpos infantis é uma prática recorrente. Pouco se dialoga sobre corpo, prazer, desprazer, medos e dúvidas com as crianças. Não se fala, ou pouco se fala. Mesmo com o silêncio, a educação sexual se processa com o aprendizado, com o medo dela, com sua transformação em segredo, em culpa e vergonha (Xavier Filha, 2016, p. 89).

Abaixo seguem mais algumas estratégias narradas pelos participantes para exercer sua sexualidade:

Enauro (35 anos, branco, homossexual): *A família ia se organizar para dormir à noite, geralmente colocava os meninos juntos dos meninos, e as meninas junto das meninas. Os adultos dormiam com seus respectivos (marido, esposa). Durante as noites, (...), rolava trocas de carícias. Eu era mais pra frente, pegava nas pernas deles, até a mão chegar no lugar mais excitante (...). Era algo meio superficial, ou seja, não passava dessa troca de carícias, mas era tão gostoso.*

(...)

Ina (39 anos, parda, heterossexual): *Mas assim, ninguém podia saber, era só coisa nossa, a gente ia para o aniversário tudo como amigo, mas nós estávamos namorando (...). Me lembro que nós botávamos um showzinho para não parecer que tinha ninguém mais lá, mas era só pra conversar porque meu tio não queria que ela namorasse, mas nada da parte sexual mesmo, era só um namorinho, dar beijinho e aqueles amassinhos, era muito engraçado e eu ficava com medo do meu tio pegar nós fazendo essas artes (risos).*

Sabemos que a criança já nasce atravessada pelas fantasias dos pais, além da idealização social que ocorre quando se anuncia a chegada de uma nova vida. Nada disso ocorre por acaso, visto que os adultos se sentem no papel de resguardo e proteção infantil. Junto a essa preservação, há também o distanciamento de questões sexuais em prol da suposta preservação da inocência infantil: “Nessa lógica, a criança só é inocente porque está afastada do sexo, experiência possível e permitida apenas para a vida adulta” (Carvalho et al., 2012, p. 71). De acordo com Yano e Ribeiro (2011, p.1316) “privar uma criança do exercício de sua sexualidade e do acesso à informação é violar um direito necessário ao seu desenvolvimento”.

Sobre isso, embora a ideia de proteção sexual seja bastante divulgada e compartilhada, deixa-se de lado o fato de que os direitos sexuais vão além da ideia de combate à violência sexual. Carvalho et al. (2012) pontuam que quando a questão dos direitos sexuais fica presa a essa ideia, “perde-se a dimensão do que deve ser afirmado, dos sentidos e desdobramentos que oxigenam o encontro sexual, das tensões e negociações entre corpos e trocas subjetivas” (p. 74).

Dentre outras consequências, o silenciamento de questões ligadas à sexualidade, que, em tese, visa justamente manter a inocência da criança e protegê-la do contato com a sexualidade, abre espaço para a criação de crianças desinformadas e alheias ao abuso infantil. Esse ambiente precário impede o desenvolvimento saudável e seguro de sua sexualidade e a sujeita a situações de risco.

É importante salientar que, ao discorrer sobre os direitos sexuais de crianças, isso não significa incitar nem ser conivente com as práticas sexuais nessa faixa etária, mas sim com o direito das crianças de falarem sobre suas experiências (Carvalho et al., 2012). Vimos que mesmo sob repressão, esses participantes viveram a expressão de sua sexualidade às escondidas. O que teria acontecido se os adultos tivessem dado suporte a essas crianças, ajudando-as a entender os significados e os limites dessas brincadeiras? Carvalho et al. (2012) afirmam a importância de haver um adulto para mediar essas situações, polemizando e problematizando criticamente o que surgir. Assim, a autonomia é garantida, mesmo sob tutela, evitando violações.

Experiências violentas e não violentas: algumas reflexões

Na análise das entrevistas, verificamos uma predominância de experiências não violentas vividas pelos participantes. Isto é, nas narrativas despontaram vivências prazerosas e sem culpa no âmbito da descoberta do corpo e da sexualidade, tal como aparece na seguinte fala:

Entrevistador(a): *Você entende que essas experiências foram violentas ou não violentas? Nesse sentido, quais os afetos foram vividos por você nessas situações?*

Enauro (35 anos, branco, homossexual): *Entendo que todas as experiências que tive não foram violentas. Até porque acredito que a maioria delas, uns 90%, foram provocadas por eu mesmo (risos). (...). Julgo ter sido totalmente de livre e espontânea vontade (...). Tinha uma sexualidade aflorada na infância. Adorava dormir encostado nos primos (...).*

Em contraponto, uma das entrevistadas expõe uma experiência violenta sofrida durante sua infância no contexto familiar (com um tio), considerando-a traumática, pois provocou dor, medo e insegurança. Portanto, nos casos em que as práticas são abusivas, o violentador usa, na maioria das vezes, da imaturidade e insegurança da criança para impor essas ações (Pfeiffer & Salvagni, 2005). Vejamos o que ela nos conta:

Jade (33 anos, negra, travesti): *Eu não entendia nada, sabe (...). Eu não entendia, eu era criança.*

Entrevistador(a): *Então era violento, você sentia?*

Jade (33 anos, negra, travesti): *Eu tinha mais medo, medo de quando ele tampava a minha boca, medo de faltar uma respiração ali mesmo, de ele me matar ali, em mim só batia medo.*

Segundo Pfeiffer e Salvagni (2005), no início, o agressor se aproveita da confiança, da intimidade e até mesmo do grau de parentesco para praticar atos sexuais com a criança, podendo assim, no início, não causar dor ou incômodo. Sendo assim, a criança, por considerá-lo um ato de afeto, não se opõe ao

agressor. Após ganhar confiança e maior liberdade, o agressor passa a adotar métodos mais invasivos, desdobrando-se em uma experiência extremamente violenta, como ocorreu no caso citado anteriormente.

Nesta vertente, o Caderno SECAD nº 5 cita as consequências desse tipo de violência no desenvolvimento do indivíduo durante a infância:

Esse tipo de violência compromete a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes, interferindo no seu desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual. No âmbito da família, constitui-se em uma violação ao direito à sexualidade e à convivência familiar protetora. É um ato delituoso que desestrutura a identidade da pessoa vitimada (Brasil, 2007, p. 23).

Uma das entrevistadas narra as consequências da experiência violenta na infância (traumas, negação dos atos ocorridos, silêncio, dentre outras) e as consequências que carregou até sua vida adulta após o abuso perpetrado por seu pai e por um amigo da família. Relata que:

Isabela (41 anos, negra/parda, heterossexual): (...) *eu tenho um sonho, eu tenho um sonho que eu fui abusada. (...) E aí ela falou assim: foi realmente um sonho, ou isso é realidade? Aí quando ela falou isso tudo bagunçou na minha cabeça (...) Aí eu vivi o inferno dentro de mim. Aí eu gritava, e não aceitava e eu: não, isso é mentira, isso não é verdade, isso não pode ter acontecido. (...) E assim, às vezes também quando uma pessoa me maltratava, ao invés de eu ficar com raiva, eu sentia enjoo, vontade de vomitar (...). Eu não conseguia entender nem lidar com essa situação, aí que eu fui perceber que eram os abusos que eu tive (...).*

No caso de Isabela, seu sofrimento ficou acentuadamente marcado no corpo que sofre, por meio dos enjoos. Aqui, percebe-se que o sem sentido da violência que chega por meio de uma carícia sexual provocada por uma pessoa afetivamente importante deixa o sujeito confuso e desamparado.

No decorrer da pesquisa, uma pequena porcentagem dos entrevistados sofreu experiências violentas, levando a traumas futuros na vida adulta. Percebe-se que nas entrevistas essas experiências ocorreram no âmbito

familiar, principalmente com homens no papel de violentadores. Assim, vimos que compreender a família apenas como lugar de proteção é uma forma de vulnerabilizar muitas crianças que ficam à mercê daqueles que deveriam protegê-las.

Segundo Araújo (2002), o abuso sexual infantil é circundado por uma hierarquia, abarcando duas disparidades: de gênero e de geração. O habitual é que essa violência venha de uma figura masculina violadora. De acordo com Silva (2018): “Essa questão de gênero que determina o homem como principal agressor, não deve ser considerada como algo natural, no sentido de que todo homem é agressor, mas sim como algo cultural que tem suas raízes no machismo” (p. 353).

Conforme Junior e Ramos (2010, p. 73), “o adulto, indivíduo sexualmente maduro, portanto hábil para distinguir as consequências de seus atos, diante desta imaturidade da criança, a toma como um objeto capaz de satisfazer seus desejos”. Iniciando uma parceria desigual, abarcada por coações e intimidações, muitas vezes acompanhada de um pacto do segredo, pacto esse que pode fazer você se sentir importante, desejada e validada.

Durante as entrevistas realizadas, obtivemos exemplos que reforçam a ideia da existência de uma troca de segredos entre adulto e criança. Uma das participantes, em sua entrevista, relata que quando sofreu o abuso sexual, sentia-se como se tivesse algo importante com a pessoa (violador). “*Como era criança, tinha essa coisa de ter um segredo com um adulto*” e isso a fazia se sentir prestigiada, como se tivesse mais valor.

O comportamento sexual manifestado durante as brincadeiras com outras crianças pode ser considerado como egossintônico, ou seja, quando está de acordo e é aceitável para o ego dos pares. Já comportamentos sexuais violentos com pares adultos são considerados egodistônicos, isto é, quando estão em conflito, ou dissonantes, com as necessidades e objetivos do ego (Zimerman, 2004). Essa diferença pode ficar evidente para a criança. É comum que as brincadeiras sexuais consideradas saudáveis com outros pares fiquem mais distantes na memória ou percam espaço quando da vivência de situações violentas com adultos. Em uma das entrevistas, uma participante relata que sentiu o peso dessa possibilidade quando diz: “*Aí agora indo na*

psicóloga, que eu tô voltando a não deixar que essas lembranças que eram divertidas por causa das outras fiquem lembranças ruins" (Brenda, 22 anos, parda, heterossexual).

Por outro lado, a experiência sexual da criança com o adulto é diferente e violenta no sentido de que a relação que se estabelece é hierárquica e desigual. Junqueira (1999) reafirma a vulnerabilidade da criança ao apontar que, nesta situação, "a criança abusada sexualmente deixa de ser sujeito e passa a ser submetida" (p. 57). Partindo desta perspectiva, no ato sexual com um adulto, a criança seria objeto e não sujeito.

Nesse sentido, foi possível observar, em uma das entrevistas realizadas, a combinação de três aspectos mencionados: a imposição de força por parte do adulto, um repertório rudimentar para lidar com tais situações e a consequente sensação de vulnerabilidade. A participante relatou que com seis anos de idade foi vítima de abuso sexual:

Isabela (41 anos, negra/parda, heterossexual): *Chegou lá ele me colocou num banquinho, ele sentou, me colocou no colo dele, e aí ele começou a me tocar, e eu não fazia nada, só empurrava a mão dele (...). Eu lembro só que eu chorava calada, estava escorrendo lágrima, mas eu não falava, eu não gritava, eu não fazia nada. Era como se eu estivesse permitindo que ele fizesse aquilo comigo (...). Ele me vestiu a roupa bem rápido e falou assim: "menina, vou te falar uma coisa, você não conta isso pra ninguém, senão eu vou te dar uma surra". E eu não contei, aí eu calei a boca, não contei nunca mais. Imagina, eu me calei mesmo.*

A experiência narrada nos remete ao que foi abordado por Silva (2015): "o caráter traumático e patogênico de uma recordação decorre do fato de não ter havido nenhuma reação, nem motora, tampouco verbal, ao acontecimento, ficando o afeto ligado à recordação e esta excluída da cadeia de representações" (p. 50). Ademais, a autora pontua que mesmo numa situação de passividade física, a criança participa psiquicamente, uma vez que sensações foram despertadas, embora não integradas. Diante de acontecimentos assim, a criança é confrontada com o excesso e convocada a lidar com questões para as quais não está preparada. Este transbordamento de

excitação está muito relacionado à vivência de desamparo do ego, o que provoca angústia e danos à simbolização e elaboração do sujeito, levando à formação de sintomas. Então, a situação se torna traumática, pois o psiquismo da criança não suporta a carga afetiva que acompanha a experiência.

Outros traumas ainda podem advir da situação de abuso, uma vez que não raro há uma recusa em acreditar que houve uma violência sexual. O primeiro tempo do trauma advém da situação em si. Um segundo tempo do trauma acontece quando a criança recorre a um adulto em que confia e este a desacredita, agindo de maneira que a impossibilite de atribuir um sentido ao que ocorreu. Logo, o ego do sujeito fica fragilizado, uma vez que é atacada a capacidade que a pessoa tem de se perceber, de aceitar algo como real e de discriminar como própria uma sensação corporal (Silva, 2015).

Estes aspectos reforçam a importância e a necessidade de a criança ter abertura para falar com os adultos de sua confiança sobre questões relacionadas à sexualidade, o que possibilitará o esclarecimento de dúvidas e orientações necessárias, além de que o estabelecimento de uma relação segura serve de proteção e acolhimento diante de situações que provoquem angústia e medo (Silva, 2018).

CONCLUSÃO

Por meio do estudo em questão, buscamos investigar os sentidos atribuídos por adultos às experiências sexuais, violentas e não violentas, vividas na infância. Partimos do pressuposto de que o universo infantil dialoga com o campo da sexualidade, mas que há um exército social que busca regular as condutas infantis, de modo a distanciar o universo infantil das práticas e dos discursos engendrados pela sexualidade. Tal movimento abandona a infância que, sem suporte para lidar com as questões sexuais, se vulnerabiliza frente à possibilidade da violência sexual, bem como se fragiliza frente ao impedimento de viver plenamente seus direitos sexuais.

Os resultados apontaram para a presença de diversas experiências sexuais vividas na infância – conversas, brincadeiras, carícias –, mas que ocorreram mais no âmbito da interação lúdica do que na esfera da

genitalidade. Os participantes apontaram as práticas e táticas utilizadas para dialogar com essa questão, bem como as parcerias e os contextos de vivência da experiência. Não obstante, alguns participantes mencionaram situações em que viveram interações violentas, nesse caso, com parcerias intergeracionais, bem como narraram os efeitos traumáticos advindos dessas cenas.

Em resumo, foi possível perceber como as experiências lúdicas intrageracionais e não violentas podem ser prazerosas e saudáveis, pois fazem parte do repertório de crianças que buscam conhecer a vida e seus corpos. Por outro lado, percebemos como as práticas intergeracionais e violentas, quase sempre vivenciadas no âmbito intrafamiliar, são produtoras de intenso sofrimento psíquico. Nessa investigação, observamos que meninas negras e pobres na primeira infância são mais violadas do que os meninos, bem como as crianças que escapam ao ideário cis e binário de gênero.

Entendemos que a principal limitação deste estudo diz respeito ao fato de falarmos da infância sem escutarmos diretamente as crianças. Assim, para estudos futuros, seria de grande relevância que as crianças pudessem participar mais ativamente enquanto sujeitos da pesquisa, narrando suas experiências, pois entendemos que há muito a ser dito por elas sobre o tema. Como a média de idade dos participantes é de cerca de 40 anos, o conteúdo aqui apresentado remete à infância vivida nesse período. Assim, ouvir as crianças de hoje seria interessante no sentido de compreendermos questões atuais, tais como a influência da internet, da pornografia e das redes sociais na experiência infantil com a sexualidade.

Municiados com os dados em questão, concluímos que é necessário e urgente pautarmos o tema da sexualidade, de modo que as crianças possam ser amparadas no que diz respeito à descoberta da própria sexualidade, podendo dialogar e refletir acerca dessa dimensão, mas também serem protegidas contra violações sexuais. Para tanto, a escola parece ser um espaço profícuo para a realização desse tipo de intervenção. Assim, a formação continuada dos profissionais da educação que inclua as questões ligadas à sexualidade pode ser um caminho interessante na construção desse caminho.

REFERÊNCIAS

- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3–11.
- Bakhtin, M. (1988). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Editora Hucitec.
- Bakhtin, M. (2003). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.
- Baptista, R. S., et al. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608.
- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas I*. Brasiliense.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social*. Ateliê Editorial.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Brasil. Ministério da Educação. (2007). *Proteger para educar: A escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/cad_escolaqprotege.pdf
- Carvalho, C. S., Silva, E. R., Jobim e Souza, S., & Salgado, R. G. (2012). Direitos sexuais de crianças e adolescentes: Avanços e entraves. *Psicologia Clínica*, 24(1), 69–88.
- Corrêa, S., Alves, J. E. D., & Jannuzzi, P. M. (2006). Direitos e saúde sexual e reprodutiva: Marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In S. Cavenaghi (Ed.), *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva* (pp. 27–62). Abep/UNFPA.
- Habigzang, L. F., et al. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Júnior, P. M. C. B., & Ramos, P. L. (2010). Abuso sexual: do que se trata? Contribuições da Psicanálise à escuta do sujeito. *Psicologia Clínica*, 22(1), 71-84.
- Junqueira, M. F. P. S. (1999). Abuso sexual da criança, desamparo e superego: uma reflexão. *Cadernos de Psicanálise*, 21(13), 55-63.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), s197-s204. <https://doi.org/10.1590/S0021-75572005000700010>

- Santos, S. S. dos, & Dell’Aglío, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: O processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-335.
- Serafim, A. de P., et al. (2011). Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38(4), 143-147.
- Silva, M. M. (2018). Contextualização da sexualidade e violência sexual infantil: o papel da psicologia mediante casos de suspeita de abuso. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(6), 347-358.
- Silva, R. A. (2015). *O abuso sexual e o traumático: Escuta de adolescentes numa perspectiva psicanalítica* [Dissertação de mestrado, Universidade de Fortaleza].
- Viodres Inoue, S. R., & Ristum, M. (2008). Violência sexual: Caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 11-21.
- Xavier Filha, C. (2016). Gênero e sexualidade na infância: Circulação de ideias na internet. *Ártemis*, 22(1), 85-100.
- Yano, K. M., & Ribeiro, M. O. (2011). O desenvolvimento da sexualidade de crianças em situação de risco. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(6), 1315-1322.
- Zimerman, D. E. (2004). *Manual de técnica psicanalítica: Uma re-visão*. Artes Médicas.

Recebido em 08/08/2023

Aceito em 29/01/2025



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

A interlocução entre Amor Patológico, a violência e suas influências na saúde mental

The interlocution between Pathological Love, violence, and their influences on mental health

La interlocución entre Amor Patológico, la violencia y sus influencias en la salud mental

Yasmim Ferreira Pinheiro de Souza¹
Raphael Curioni Raia²

Resumo

O Amor Patológico (AP) é considerado um amor vivenciado de forma disfuncional, atravessando o indivíduo de forma significativa, por vezes, colocando em risco sua integridade pessoal. Posto isso, o presente trabalho tem como objetivo compreender o AP, na medida em que busca entender possíveis violências atreladas a essa visão falha de amor, investigando como essa interlocução influencia a saúde mental e pretendendo oferecer possíveis preceitos de atuação psicológica. Para isso, seguiram-se os pressupostos metodológicos de uma revisão crítica da literatura, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, tendo como base uma análise de conteúdo de publicações científicas sobre a temática, como artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações. Ao longo da confecção deste estudo, foi possível identificar a baixa produção de materiais que trabalham de forma aprofundada com a nomenclatura ‘amor patológico’, as diversas nomenclaturas utilizadas para fazer referência ao mesmo fenômeno, os critérios utilizados para seu diagnóstico, a relação existente entre família, gênero, cultura e o AP, bem como verificar a escassez de materiais que abordem diretamente a interlocução ‘amor patológico e violência’. Outrossim, verificou-se como a interlocução supracitada impacta na saúde mental, buscando ofertar subsídios para a atuação profissional no âmbito da Psicologia.

Palavras-chave: Amor Patológico; Violência; Saúde Mental; Psicologia.

-
- 1 Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-4125-806X>. E-mail: desouza.yasmim09@gmail.com
 - 2 Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-7545-9826>. E-mail: raphaelcurioni@prof.unifase-rj.edu.br

Abstract

Pathological Love (PL) is considered a form of love experienced in a dysfunctional way, significantly affecting the individual, sometimes putting their personal integrity at risk. In this context, the present study aims to understand PL by exploring the possible forms of violence associated with this flawed view of love, investigating how this interlocution influences mental health, and seeking to offer potential guidelines for psychological practice. To this end, the methodological assumptions of a critical literature review were followed, using a qualitative, exploratory approach, based on a content analysis of scientific publications addressing the topic, such as articles, undergraduate theses, master's theses, and doctoral theses. Throughout the development of this study, it was possible to identify the limited production of materials that address in depth with the nomenclature 'pathological love', the various terminologies used to refer to the same phenomenon, the criteria used for its diagnosis, the relationship between family, gender, culture and PL, as well as verifying the scarcity of materials that directly address the interlocution 'pathological love and violence'. In addition, it was examined how this interaction affects mental health, with the aim of contributing to professional practice in the field of psychology.

Keywords: Pathological Love; Violence; Mental Health; Psychology.

Resumen

El Amor Patológico (AP) es considerado un amor vivido de manera disfuncional, que atraviesa significativamente al individuo y, en ocasiones, pone en riesgo su integridad personal. En este sentido, el presente trabajo tiene como objetivo comprender el AP en la medida en que busca entender las posibles violencias vinculadas a esta visión distorsionada del amor, investigando cómo esta interlocución influye en la salud mental y pretendiendo ofrecer posibles preceptos de actuación psicológica. Para ello, se siguieron los presupuestos metodológicos de una revisión crítica de la literatura, con enfoque cualitativo y carácter exploratorio, basada en un análisis de contenido de publicaciones científicas sobre el tema, como artículos, trabajos de conclusión de cursos, tesis y disertaciones. A lo largo de la realización de este estudio, fue posible identificar la escasa producción de materiales que aborden de manera profunda la nomenclatura 'amor patológico', las diferentes nomenclaturas utilizadas para referirse al mismo fenómeno, los criterios empleados para su diagnóstico, la relación entre familia, género, cultura y AP, así como constatar la escasez de materiales que aborden directamente la interlocución 'amor patológico y violencia'. Además, se verificó cómo la referida interlocución impacta en la salud mental, buscando ofrecer aportes para la actuación profesional en el campo de la Psicología.

Palabras clave: Amor Patológico; Violencia; Salud Mental; Psicología.

Falar de amor frequentemente nos remete a uma ideia de romance, felicidade, carinho e cuidado; a uma fantasia de ‘felizes para sempre’, predominantemente marcada no mundo contemporâneo e largamente difundida, sobretudo na arte. Porém, em *A Decadência da Mentira* e outros ensaios, um dos diálogos estabelecidos na obra evidencia que “[...] a Vida imita a arte bem mais do que a Arte imita a vida” (Wilde, 2021), nos convidando a pensar que, apesar de uma vivência de amor romântico ser frequentemente exposta em obras artísticas, não é garantia de que vivências de amor que fujam deste padrão não façam parte do cotidiano da vida humana.

Na literatura científica, encontramos publicações sobre múltiplas vivências de amor, o que permite vislumbrar que nem todo sujeito atribui a esse fenômeno o significado romântico e bom, costumeiramente associado a ele. Nesse sentido, é plausível afirmar que há diferentes concepções em relação ao amor. Destarte, em alguns casos, essas concepções podem ser atravessadas por pensamentos disfuncionais, ou seja, por pensamentos distorcidos em relação à realidade, embebidos emocionalmente por angústias e/ou impedidores de atingir objetivos (Beck, 2013). Tais perspectivas podem atribuir ao amor um caráter que rompe com essas definições pré-existentes na sociedade contemporânea e podem, inclusive, constituir-se como uma crença nuclear disfuncional, ou seja, uma compreensão contínua, quase interiorizada como uma realidade imutável.

Dentro desta crença distorcida em relação ao amor, ou seja, em um amor lido como disfuncional, uma possibilidade de vivência é atualmente denominada na literatura científica como Amor Patológico (AP). Essa vivência é descrita como um comportamento caracterizado por atitudes de cuidado e atenção, de forma descontrolada e repetitiva, na qual o indivíduo coloca a relação amorosa acima de seus próprios interesses (Berti et al., 2011).

Supõe-se que nesta vivência disfuncional de amor se abra uma brecha para eventos violentos que, segundo Minayo (2006), derivam de relações de poder e autoridade e do desejo de dominação, eliminação e de posse do outro e do que pertence a este outro. E pensando nas manifestações violentas que, muitas vezes, estão vinculadas à cultura da sociedade, atreladas ao AP, há de se considerar que esta interlocução coloca em risco não apenas a integridade

física do sujeito, mas também a integridade de sua saúde mental. Portanto, é necessário um olhar mais atento diante dessa contingência, pensando no bem-estar de quem vivencia essa realidade.

Posto isso, este trabalho levanta questionamentos sobre o AP e visa compreender o fenômeno, bem como identificar a relação entre o AP e a violência. Busca, ainda, investigar seus impactos na saúde mental humana e oferecer subsídios ao profissional de psicologia para atuar frente a essas vivências, de modo a possibilitar a redução de possíveis adoecimentos e sofrimentos mentais.

MÉTODO

O desenvolvimento metodológico seguiu os pressupostos de uma revisão crítica da literatura, conceituada como “[...] estudos nos quais os autores resumem, analisam e sintetizam as informações disponíveis na literatura, mas não seguem necessariamente uma metodologia pré-definida” (Mancini & Sampaio, 2006, p. 2). É de caráter exploratório, ou seja, segundo Gil (2021), é uma pesquisa que possui, dentre outras coisas, o desenvolvimento, a modificação e o esclarecimento de ideias com o intuito de oferecer uma visão panorâmica acerca de determinado assunto. Ainda, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descrita por Serapioni (2000) como um método que auxilia no descobrimento de dimensões pouco conhecidas de um determinado problema, possibilitando novos olhares e construção de novas hipóteses.

Visando à compreensão teórica de alguns conceitos abarcados ao longo da revisão, optou-se por utilizar obras de autores como Amarante (2007), Griner (2019), hooks¹ (2021), Minayo (2006), dentre outros, que versam, sob a ótica da autora do presente trabalho, de modo a contribuir para a compreensão de conceitos como amor, violência e saúde mental. Além disso, publicações, como notas técnicas e referências disponibilizadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), mostram-se relevantes como materiais de embasamento para a prática

¹ Pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana, grafado em letras minúsculas conforme a vontade da autora.

psicológica em relação à problemática trabalhada.

Com isso definido, foram utilizadas três plataformas de busca online: primeiramente, a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e, devido à baixa quantidade de documentos encontrados, incluiu-se posteriormente a plataforma de pesquisa Google em sua especificidade de conteúdos acadêmicos (Google Acadêmico/*Scholar*). Nas três plataformas, utilizou-se a palavra-chave ‘amor patológico’ para a busca, no período de agosto de 2022 a abril de 2023, limitando-se às cinquenta primeiras publicações retornadas pelas plataformas devido à progressiva diminuição do aprofundamento dos textos em relação ao AP².

Como critérios de inclusão, optou-se por utilizar artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado: a) disponibilizados na íntegra; b) de livre acesso; c) em línguas lusófonas; d) nos quais o ‘amor patológico’ fosse o tema principal. Já como critérios de exclusão, optou-se por desconsiderar: a) capítulos de livros, capítulos de *e-books*, casos clínicos e resumos; b) publicações distantes da temática; c) publicações que precisavam ser pagas para acessar; d) publicações em línguas não-lusófonas.

Seguindo para a análise dos documentos selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. A técnica é descrita como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2016, p. 31), que permite a identificação e a interpretação dos resultados, por meio da pré-análise, da exploração e do tratamento do conteúdo encontrado. Na pré-análise, foi feita uma leitura flutuante dos documentos encontrados, que possibilitou a sistematização de ideias e o desenvolvimento de um plano de análise; na exploração do material, foram criadas categorias a partir de temáticas apresentadas ao longo das publicações; e no tratamento, foram interpretados e sistematizados os conteúdos apresentados a seguir.

² Devido ao número de documentos disponibilizados em cada plataforma, apenas no Google Acadêmico esse critério de fato necessitou ser utilizado.

RESULTADOS

Quantidade de publicações e documentos encontrados

Condensando os resultados obtidos nas plataformas de busca, utilizando a palavra-chave ‘amor patológico’, e delimitando a pesquisa às cinquenta primeiras publicações retornadas em cada plataforma, foram encontrados 55 documentos. Por meio dos parâmetros utilizados em relação aos critérios de inclusão e exclusão, o número total de documentos reduziu-se a 12, como é mostrado na tabela a seguir:

Tabela 1. *Levantamento de publicações sobre o AP em ordem alfabética*

<i>Qtde</i>	<i>Título</i>
1	Amor patológico: aspectos clínicos e de personalidade.
2	Amor patológico: um novo transtorno psiquiátrico?
3	Amor patológico: uma investigação em relação ao gênero, crenças sobre o amor, apego e autoestima.
4	Amor saudável e patológico: desdobramentos neurobiológicos.
5	Codependência afetiva: quando o amor se torna um vício.
6	De princesas a sapos escaldados: um estudo sobre as mulheres que amam demais anônimas (MADA).
7	Desenvolvimento e validação de um instrumento para avaliar o amor patológico.
8	Esquemas iniciais desadaptativos em mulheres com amor patológico.
9	Mulheres e o amor patológico: o prazer na dor de amar demais.
10	Mulheres que amam demais: uma discussão teórica sobre o amor patológico em seus aspectos histórico-culturais e psicodinâmicos.
11	Um estudo sobre relacionamentos abusivos ou tóxicos em casais heterossexuais.
12	Validação de escalas para avaliação do amor patológico.

Nota. Elaborada pela autora (2023).

Qtde = quantidade.

Período das publicações

Após a leitura flutuante de todas as publicações encontradas, incluindo as desconsideradas com base nos critérios estabelecidos, é pertinente destacar que os trabalhos produzidos em relação ao AP são significativamente recentes, não havendo sequer 1 (um) documento escrito no século passado. Tendo em vista os trabalhos identificados, foram resgatadas cinco publicações de 2001 a 2010, cinco publicações de 2011 a 2020 e duas publicações de 2021 até o momento (abril de 2023), o que evidencia a baixa produção científica sobre a temática.

Embora seja possível hipotetizar uma constância em relação à produção de publicações que versam sobre o AP, há de se considerar a escassez de documentos sobre o conceito, sobretudo tendo em vista que não houve nenhum critério restringindo as publicações ao campo da Psicologia. Esta consideração nos convida a refletir se os critérios de inclusão/exclusão adotados foram prejudiciais de alguma maneira ou se, de fato, o AP ainda é um conceito pouco explorado.

Conceituação, caracterização e outras nomenclaturas

O AP é considerado um fenômeno marcado pela ausência de controle, por formas doentias de funcionamento e por padrões de comportamento repetitivos, com o intuito de prestar cuidados ao outro de forma obsessiva. O indivíduo coloca os seus interesses próprios em segundo plano, mesmo quando há indícios mostrando para ele os prejuízos causados por esse tipo de relação. Essa vivência costuma desencadear sentimentos de dependência, em que o sofrimento passa a ser excessivo, podendo comprometer a saúde mental (Berti et al., 2011; Neves, 2021; Rocha, Rodrigues & Oliveira, 2018; Serrão & Justi, 2019; Sophia, 2008, 2014; Sophia, Tavares & Zilberman, 2007).

De Carvalho (2017) ressalta que tal fenômeno pode ser manifestado em pessoas com baixa autoestima, sendo complementado por Ferrante e Sousa (2021), que apontam que o indivíduo nutre um sentimento de insegurança, considerando-se insuficiente para ser reconhecido, aceito e amado, mesmo quando a realidade se mostra avessa a essa maneira de pensar. Ainda, é válido

frisar que, por trás de tudo isso, muitas vezes há, na realidade, certo interesse na evitação de sentimentos de menos-valia (Boscardin & Kristensen, 2011), onde é presumível pensar que “[...] a essência dessa patologia parece não ser amor, e sim medo – de estar só, de não ter valor, de não merecer amor, de vir a ser abandonado [...]” (Sophia, Tavares & Zilberman, 2007).

Carvalho (2014) ressalta que, para entender essa patologia, é necessário pensar no autocontrole em relação ao agir, ao pensar e ao sentir, e em como isso se desdobra nas relações sexuais e afetivas. Lima (2016) aponta que, na visão psicanalítica, o AP se desenvolve quando amarras atreladas a um passado distante, ligadas principalmente às relações afetivas desenvolvidas na infância, tornam-se essenciais para a sobrevivência psíquica, impedindo o sujeito de traçar novos caminhos.

Em paralelo, Lima (2016) também aponta que, na visão gestáltica, por meio de relações que não promovem recompensas, numa tentativa de recriar o passado, bloqueia-se o contato com o outro, em decorrência da necessidade do controle e de um processo de negação. Já na perspectiva da Teoria dos Esquemas, o AP corresponderia aos Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs), que constituem o nível mais profundo da cognição humana, caracterizados por padrões estáveis e duradouros, desenvolvidos desde a infância e associados a conteúdos disfuncionais (Boscardin & Kristensen, 2011).

Quanto às nomenclaturas, por vezes, o AP é denominado de distintas formas. Nas publicações encontramos: amor possessivo, amor obsessivo, amor paixão, amor complementar, amor mania, amor ansioso-ambivalente, amar demais (MADA), codependência afetiva, dependência (*love addiction*), dependência do parceiro, dependência romântica, dependência afetiva e falso amor (Serrão & Justi, 2019; Sophia, 2008, 2014; Sophia, Tavares & Zilberman, 2007). Tal diversidade terminológica evidencia a ausência de consenso na literatura acerca da definição e delimitação do fenômeno, apontando a complexidade de como entendê-lo.

Crítérios de diagnóstico do AP e associação a outros adoecimentos mentais

Compreendendo as características apresentadas pela pessoa que convive com o AP, é necessário depreender os critérios estabelecidos para a avaliação diagnóstica. Os parâmetros usados para avaliação do quadro são semelhantes aos critérios utilizados para diagnóstico de dependência de substâncias, em que autores como de Carvalho (2017), Neves (2021), Serrão e Justi (2019), Sophia (2008, 2014) e Sophia, Tavares e Zilberman (2007) estabeleceram os seguintes critérios diagnósticos:

- 1) Sinais e sintomas de abstinência, que surgem em ameaças de rompimento da relação ou quando o parceiro se distancia (como taquicardia, insônia, tensão muscular, dentre outros);
- 2) Cuidado em excesso, comportamento este percebido pelo indivíduo, que nota depender muito mais cuidado do que anteriormente pretendido;
- 3) Tentativas de diminuição ou cessação do comportamento patológico sempre mal-sucedidas;
- 4) Gasto de tempo e energia excessivos visando o controle das atividades do parceiro;
- 5) Abandono de atividades e interesses que antes eram valorizados, tanto pessoais quanto profissionais;
- 6) A conduta patológica é mantida, mesmo ciente dos prejuízos pessoais, profissionais e nas relações interpessoais.

Além disso, segundo Berti et al. (2011) e reforçado por Carvalho (2014), há também indícios diferenciando indivíduos que convivem com AP de indivíduos que não convivem. São eles: intensidade do amor; satisfação no relacionamento; preenchimento das expectativas; atendimento às necessidades; comparação com os demais relacionamentos; problemas; arrependimento. Além dos critérios acima expostos, há algumas outras propostas para avaliar o AP, sendo:

- a) o anseio de que é necessária a presença do outro com quem se vivencia um vínculo afetivo, por mais insatisfeito que se esteja com a relação;
- b) necessidade de aprovação alheia e excessiva necessidade de agradar a

pessoa de quem dependem;

- c) revivência e recriação de sentimentos negativos;
- d) troca assimétrica de afeto associado a um vazio emocional persistente;
- e) fantasias excessivas no início do relacionamento, que levam a um estado de euforia ao iniciá-lo e uma idealização excessiva de seus parceiros;
- f) adoção de posições subordinadas nas relações, associadas à auto anulação, autoestima negativa;
- g) a manifestação de antecedentes pessoais indicativos de certas deficiências afetivas na infância, ou apego ansioso, junto com possibilidade de ter sofrido abusos emocionais e/ou físicos;
- h) sentimento de desamparo emocional e com a possibilidade de humor disfórico com oscilação, dependendo da evolução do relacionamento (Jimenez & Ruiz, 2008, como citado em Neves, 2021, p. 41).

É válido destacar que, apesar do exposto acima, os critérios diagnósticos ainda são muito complexos, considerando as construções sobre o amor e as narrativas sobre o sofrimento por amor no imaginário popular (Neves, 2021).

Na literatura científica aqui revisada, observa-se que o AP tem sido associado a aspectos comórbidos e sintomatológicos. Embora tais associações sejam, por vezes, controversas e carecem de comprovações diretas de associação a transtornos psiquiátricos, elas se mostram relevantes para o debate e a investigação do fenômeno. Nesse sentido, alguns autores sugerem que o AP pode estar relacionado ao transtorno obsessivo-compulsivo e manifestar-se secundariamente em quadros depressivos e ansiosos. Destarte, pode-se configurá-lo como um subtipo do transtorno de personalidade dependente, associá-lo às dependências comportamentais (*love addiction*) e ao uso de substâncias, ou ainda ocorrer de forma isolada em personalidades mais vulneráveis (Berti et al., 2011; de Carvalho, 2017; Sophia, 2008, 2014; Sophia, Tavares & Zilberman, 2007).

Família, gênero, cultura e AP

Tendo em vista que muito de quem somos está direta e indiretamente relacionado às vivências que experienciamos ao longo de nossa constituição enquanto sujeito, torna-se pertinente destacar que o impacto de atravessamentos vividos e/ou observados, podem se manifestar em nossa forma de se relacionar com o mundo. Pensando na infância, os autores apontam que, em famílias consideradas disfuncionais, frequentemente com histórico de negligência (física e/ou emocional), a criança acaba nutrindo certo medo de ser abandonada e torna-se carente de suporte afetivo.

Devido a isso, por vezes, a criança assume responsabilidades de seus cuidadores, buscando obter afeto, reconhecimento e atenção. E, ao chegar à vida adulta, reproduz tais comportamentos nos relacionamentos, buscando, dessa forma, suprir o amor que nunca recebeu de forma satisfatória enquanto criança. Isso frequentemente condiz com a realidade experienciada na infância pela pessoa diagnosticada com AP, que vivencia desarranjos afetivos nessa época (Berti et al., 2011; Boscardin & Kristensen, 2011; De Carvalho, 2017; Lima, 2016; Neves, 2021; Sophia, 2008, 2014; Sophia, Tavares & Zilberman, 2007).

Debruçando-se, sobretudo, sobre a publicação de Neves (2021), que contempla, em sua dissertação, boa parte dos demais trabalhos aqui referenciados, a literatura não apresenta nenhum estudo que fundamente uma predominância de gênero em relação ao AP, considerando características biológicas. Entretanto, embora o fenômeno seja manifestado tanto em homens quanto em mulheres, observa-se maior prevalência do AP no público feminino (Boscardin & Kristensen, 2011; Ferrante & Sousa, 2021; Lima, 2016; Rocha, Rodrigues & Oliveira, 2018; Sophia, 2008; Sophia, Tavares & Zilberman, 2007).

A predominância do AP em mulheres ocorre devido a características culturais facilitadoras, visto que a mulher é muito mais influenciada pela sociedade a dar atenção e importância aos relacionamentos, enquanto o homem é incentivado a despender mais de si em atividades externas, como o trabalho. Inclusive, Neves (2021) e Sophia (2008) apontam que variáveis

sociodemográficas acabam, até certo ponto, corroborando essa diferença entre os gêneros.

Contudo, apesar dessas análises, Sophia (2008, 2014) destaca que o AP é considerado um padrão atípico de uma relação que independe de gênero. Ademais, Neves (2021) ressalta que não há evidências de que o gênero determine uma maior tendência ao AP; as diferenças mais expressivas dizem respeito às maneiras pelas quais homens e mulheres vivenciam e expressam esse fenômeno. As hipóteses relativas ao gênero, em sua maior parte, apresentam apontamentos sem dados ou estudos que fundamentem tais afirmações.

É pertinente observar que, segundo Lima (2016) e Neves (2021), a cultura vigente em nossa sociedade ocidental contribui significativamente para idealizações e visões distorcidas sobre o amor. Obras literárias, como livros, filmes, séries, novelas e peças teatrais, assim como a música popular e a ópera, frequentemente difundem, glorificam e exaltam atributos positivos atrelados a esse amor que se distancia do saudável, dando a falsa ilusão de que essas características disfuncionais são mais positivas do que negativas.

Neves (2021) aponta as novas tecnologias da comunicação – incluindo os aplicativos de relacionamento – como ferramentas que disseminam, de forma romantizada, distorções perceptivas que podem permear uma relação, dada a superficialidade e os truques envoltos nesses avanços tecnológicos. Vale evidenciar que a cultura que nos rege, muitas vezes, instaura o que é normal e o que é patológico, destacando que “Já que ele não é um desvio para a anormalidade, o amor patológico, portanto, é tão produto cultural quanto todas as outras formas de ‘amar’ reconhecidas na sociedade como normais, naturais” (Carvalho, 2014, p. 49).

Saúde mental, violência e AP

De forma mais ampla, de acordo com os escritos de Sophia (2008, 2014), ao pensarmos no fenômeno do amor, é relevante destacar a escassez de pesquisas científicas que tracem um paralelo entre amor e saúde mental, embora os relacionamentos amorosos sejam fundamentais para o provimento ou o detrimento dessa. Assim, é válido enfatizar que o amor “[...] tem sido

utilizado como um recurso para estabelecer novos padrões de saúde e doença com a finalidade de determinar a forma correta de viver uma relação sexual e/ou amorosa” (Carvalho, 2014, p. 18).

Numa maneira de amar que se distancia do saudável, em que se encontra o AP, Sophia (2008, 2014) aponta que a saúde mental do indivíduo pode se mostrar significativamente comprometida em uma vivência desta natureza. É pertinente salientar que o AP “[...] é um problema que atravessa as dimensões da saúde mental, o que exige uma abordagem ampla que leve em consideração os fatores psicológicos, socioculturais e sintomatológicos” (Neves, 2021, p. 50). Pensando em uma relação embebida pelo AP, Lima (2016) e Serrão e Justi (2019) apontam que tal vivência, devido às suas similaridades com a dependência de substâncias, pode deteriorar totalmente a saúde mental do indivíduo.

Tratando-se da violência, Neves (2021) informa que há maior predominância de publicações sobre violência entre parceiros na América hispânica e na Espanha. Ainda assim, em sua publicação, salienta que muitas vezes, devido à cultura machista de nossa sociedade, onde o homem é visto como alguém que deve ser bem-sucedido, forte e provedor, há ali uma violência subjetiva imposta. O autor destaca que aqueles que não se adequam a isso acabam apresentando grande sofrimento, facilitando a adoção de crenças que perpetuam a prática da violência por parte do público masculino frente às relações.

Neves (2021) comenta que, devido à pandemia da COVID-19, a violência doméstica aumentou, levantando a hipótese de que alguns dados apresentados em sua publicação possam ter sido influenciados por essa realidade. Ele ainda pontua que, dada a baixa produção de pesquisas que visam compreender aspectos presentes nos relacionamentos com a masculinidade, pode haver indícios de associação entre o AP e extremos da violência que não estão sendo divulgados.

Na publicação de Carvalho (2014), na qual se fala muito das Mulheres que Amam Demais Anônimas (MADAs), é colocado que as MADAs são sempre vítimas de violência. A autora também fala brevemente dos Homens que Amam Demais (HADES), dizendo que estes, assim como as MADAs,

costumam negar a violência sofrida no relacionamento. Carvalho (2014) ainda evidencia que, devido às discriminações sofridas por ‘amar demais’, há agravamento das situações de exclusão e de violência experienciadas. Ao longo do texto, aborda-se a existência de relatos, tanto de homens quanto de mulheres, que se dizem agressivos e violentos.

Em consonância com esses apontamentos de Carvalho (2014), Ferrante e Sousa (2021), nos seus escritos, apresentam poucos, mas significativos, dados que contam com a presença de violência verbal, física, moral e psicológica nos relacionamentos permeados pelo AP (embora não utilizem esta nomenclatura), tanto no ambiente doméstico quanto de forma externa; nesta segunda, as agressões são aplicadas a outras pessoas e não ao parceiro. E, traçando um breve paralelo entre saúde mental e violência, é pertinente apontar que, segundo Ferrante e Sousa (2021), certos tipos de manifestação de violência podem afetar de forma significativa a saúde mental do sujeito.

Tratamento do AP

Ao se considerar que o AP é um fenômeno recortado por diversos aspectos, e embora sua similaridade com quadros de dependência química ou comportamental seja significativa, é pertinente destacar que, segundo Rocha, Rodrigues e Oliveira (2018) e Sophia, Tavares e Zilberman (2007), ainda há uma concreta dificuldade de as pessoas se conscientizarem sobre o que é o AP, elucidando o desafio de realizar trabalhos preventivos. Neves (2021) salienta que, devido ao desconhecimento etiológico e das características que permeiam o AP, os profissionais lidam com indivíduos que vivenciam uma relação embebida pelo fenômeno, com certa dificuldade em compreender as manifestações do AP, muitas vezes referindo-se a este como secundário ou considerando-o como outro transtorno.

Destaca-se que frequentemente os profissionais da psicologia possuem uma visão, quase atrelada ao ‘senso comum’, de que, nos relacionamentos, as mulheres tenderiam a ser mais dependentes do que os homens, enfatizando o peso de fatores culturais, mesmo não existindo dados científicos sólidos que confirmem tal hipótese. Contudo, Neves (2021) reforça que, por serem muito mais propensas a procurar serviços de saúde, incluindo os de saúde mental,

compreendem-se os motivos que levam o profissional a crer que o AP seja mais prevalente no público feminino, considerando que as mulheres, de fato, procuram mais ajuda e falam mais sobre as questões que as atravessam. Posto isso, os profissionais precisam “[...] reconhecer perfis de comportamento associados ao amor patológico, principalmente aqueles voltados para posturas mais ativas e menos vitimizadas tanto em homens quanto em mulheres” (Neves, 2021, p. 77).

Considerando o exposto acima, os autores apontam a psicoterapia na modalidade individual como uma possível ferramenta efetiva para melhora do quadro, sugerindo enfoques nas teorias psicodinâmicas, comportamentais e psicanalíticas. Ressaltam também a psicoterapia na modalidade grupal, pois, muitas vezes, esta proporciona o acolhimento e a proteção de que a pessoa com AP necessita para a adoção de mudanças nos padrões disfuncionais afetivos que se reproduzem, sugerindo-se também grupos de autoajuda (como o MADA e o HADES), participação da comunidade, terapia de casal, etc.

Há ainda a recomendação de avaliação psiquiátrica, não apenas para diagnóstico do quadro, mas também para possíveis intervenções psicofarmacológicas, caso existam comorbidades potenciais. Recomendam-se também programas de reestruturação e questionamento de crenças, onde é dado um exemplo de se colocar avisos antes da reprodução de filmes, informando que a vivência apresentada não é um exemplo de amor saudável (de Carvalho, 2017; Neves, 2021; Rocha, Rodrigues & Oliveira, 2018; Sophia, Tavares & Zilberman, 2007).

DISCUSSÃO

Definir o amor é uma tarefa complexa, difícil. hooks (2021), ao versar sobre o conceito, disserta que o significado da palavra ‘amor’ já é, por si só, um desafio, sobretudo por considerar que deveríamos pensá-lo não como um substantivo, mas como uma ação. Buscando uma compreensão mais ampla do fenômeno, a autora postula que o amor é a vontade de alimentar o próprio crescimento espiritual e também o do outro; implica escolha, sendo tanto uma ação quanto uma intenção, por isso, se afasta da hipótese de que sabemos instintivamente como se amar. O amor é, portanto, aprendido e construído. E

por isso, fica suscetível a ser aprendido e construído de formas diversas; tanto boas quanto ruins, tanto funcionais quanto disfuncionais.

Pudemos observar, pela leitura dos documentos encontrados, que a ideia do amor como algo sempre positivo, embora se sustente de maneira muito marcante no imaginário social, não é uma realidade absoluta. Contudo, mesmo diante de publicações que dão respaldo à ideia de que o amor nem sempre é positivo, dificilmente é possível vislumbrá-lo como algo diferente de bom no cotidiano, pois “A maioria de nós tem dificuldade de aceitar uma definição de amor que afirma que nunca somos amados em contextos nos quais existe abuso” (hooks, 2021).

Visões distorcidas sobre o amor podem ser experienciadas e interiorizadas pelo ser humano e acarretar vivências de amores lidos como disfuncionais. Ponderando sobre a construção do sujeito, Griner (2019) comenta que, quando uma relação proporciona expectativas, dádivas, bem como dívidas e obrigações morais, tem-se ali uma relação afetiva que pode ser definida como amor. Porém, quando há mal-estar – seja no indivíduo, seja com quem esse indivíduo se relaciona – ali o amor começa a se aproximar da ordem do patológico.

O AP, como apontado em grande parte das publicações identificadas, é um fenômeno considerado uma vivência distorcida de amor, caracterizado por formas disfuncionais de funcionamento, em que o indivíduo apresenta padrões de comportamento repetitivos e descontrolados em relação ao cuidado e à atenção colocada em um relacionamento. Encontrado com diversas nomenclaturas, o AP apresenta sinais e sintomas muito similares à dependência de substâncias, muitas vezes estando vinculado a outros adoecimentos mentais e, ainda, se mostrando um fenômeno complexo de ser compreendido.

Elencado ao fenômeno do AP, foi possível vislumbrar como disfuncionalidades experienciadas na infância se relacionam com o quadro. É curioso que, na literatura, quando olhamos para estruturas de famílias consideradas disfuncionais, vemos que muitos de nós “[...] fomos ensinados que não éramos bons, [...] constrangidos, abusados verbalmente e/ou fisicamente e negligenciados emocionalmente, mesmo quando nos ensinavam

a acreditar que éramos amados” (hooks, 2021). Portanto, como apontado nos documentos selecionados, tendo em vista não apenas o que foi vivenciado na infância, mas também a adoção de papéis que essas vivências despertaram no eu infantil, o indivíduo diagnosticado com AP tende a reproduzir esses padrões adotados na infância.

Tratando-se de gênero, vê-se certa complexidade em atrelar, ou não, o peso que este pode ter em uma vivência de AP. Contudo, pensando nas problematizações levantadas, não apenas em relação ao gênero, mas, sobretudo, à cultura também abordada aqui, com o auxílio de Giddens (1992), podemos pensar que há um peso constante imposto pela sociedade às mulheres em relação aos relacionamentos afetivos, sobretudo no que se refere ao ideal de amor romântico. Nesse sentido, é compreensível que, embora ambos os gêneros possam apresentar o diagnóstico de AP, a forma como experienciam o fenômeno é dissemelhante, a partir dessa diferença de investimento e de expectativa nas relações.

Sob a ótica da saúde mental como “[...] um campo bastante polissêmico e plural na medida em que diz respeito ao estado mental dos sujeitos e das coletividades que, do mesmo modo, são condições altamente complexas” (Amarante, 2007, p. 19), Neves (2021), ao discorrer sobre a complexidade do que seria, então, o sofrimento em nome do amor, devido às construções difundidas no imaginário social, aponta para certa dificuldade de compreender o fenômeno do AP.

Isso acontece não somente por um desconhecimento das próprias pessoas sobre o que estão vivenciando, mas também pela dificuldade dos profissionais da saúde em relação ao AP, que por vezes não consegue atribuir a origem central do sofrimento vivenciado pelo indivíduo à patologia. Neves (2021) ressalta que, devido à valorização exacerbada atribuída à relação, o indivíduo inserido em um relacionamento permeado pelo AP se coloca em um lugar de dependência tão intensa que, buscando atender às expectativas do parceiro, acaba aceitando certos tipos de violência e renunciando à própria identidade.

Ponderando sobre a violência, Krug et al. (2002) postulam a probabilidade desta sempre ter feito parte da humanidade, causando múltiplos

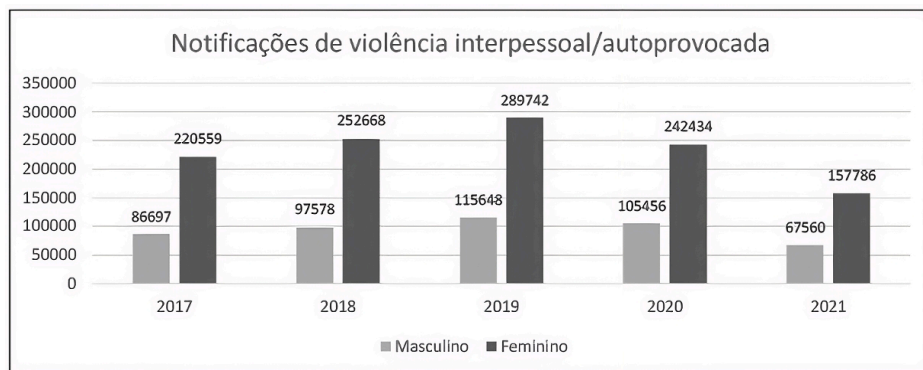
impactos em diferentes partes do planeta. Minayo (2006), em seus escritos, elucida que a violência é múltipla, e defini-la de forma simples e estática seria não apenas compreendê-la equivocadamente, mas atribuir-lhe um caráter reducionista. A autora ainda complementa, afirmando que essa dificuldade de conceituar a violência ocorre devido ao “[...] fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia” (Minayo, 2006, p. 14).

Pensando-se então na interlocução existente entre o AP e a violência de forma mais profunda, foi possível observar a baixa quantidade de publicações versando sobre esse binômio; e mesmo aquelas que trazem explanações sobre a violência, o fazem de maneira pouco aprofundada. Dado que a violência se constitui hoje como um problema de saúde pública no país, considerando que “[...] afeta a saúde individual e coletiva e exige, para sua prevenção e tratamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor” (Brasil, 2005, p. 10), a relação existente entre o AP e a violência poderia contar com mais pesquisas.

Voltando-se aos documentos encontrados, sobretudo a Neves (2021), para maior compreensão da interlocução existente entre o AP e a violência, por medo de ficar sozinho, o indivíduo ou assume uma postura excessivamente agressiva, ou passiva e submissa para não findar a relação. Devido a isso, muitas vezes, coloca-se em posição de desejar aquilo que lhe faz mal, abrindo margem para vivências de diversas formas de violência, como a física, a verbal, a moral e a psicológica. Observamos também que, costumeiramente, o indivíduo com AP sofreu algum tipo de maus-tratos na infância, o que evidencia que as vivências violentas são experimentadas desde muito cedo pela pessoa. Isso dificulta ainda mais as tentativas de saída de um relacionamento embebido pelo AP, uma vez que, desde tenra infância, foi naturalizado para a pessoa que esta vivência disfuncional é comum nos relacionamentos.

Ainda se debruçando sobre a relação existente entre o AP e a violência, mas trazendo um olhar sobre as questões de gênero, embora haja essa complexidade de utilizar o recorte de gênero como um diferenciador em relação a prevalência do AP, podemos pensar na hipótese de uma vivência de

AP embebida por violência ser experienciada com maior frequência em mulheres. Basta olhar os dados sobre a violência no Brasil (2023), disponibilizados pelo Ministério da Saúde no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), referentes ao período de 2017 a 2021, para ver que, mesmo sem delimitar o tipo de violência ou o agressor, as vivências violentas atingem predominantemente o público feminino.



Nota. Elaborada pela autora (2023). Fonte: Dados obtidos no SINAN, 2023.

Figura 1. Gráfico sobre notificações de violência interpessoal/autoprovoçada.

Tendo em vista as subnotificações relativas à violência, somadas à falta de publicações que versem sobre a interlocução entre violência e AP, há de se supor que pode haver uma maior prevalência do gênero feminino em experienciar mais vivências violentas de amor. Isso se dá, sobretudo, ao olharmos a realidade da cultura ocidental, onde padrões machistas e conservadores permanecem sendo fortemente impostos e reproduzidos (Giddens, 1992; hooks, 2021).

Ao refletir sobre os apontamentos acima expostos, vemos o quão complexo é para o indivíduo estar imerso em uma relação com a presença do AP. Embora, por vezes, o indivíduo entenda que não está lhe fazendo bem, ainda assim permanece na relação por imaginar que o término lhe causaria uma adversidade mais significativa, sinais de uma fragilidade em relação à saúde mental.

Cardella (1994), psicóloga brasileira, aponta que o amor saudável se

contrapõe ao egocentrismo e ao sofrimento emocional. Por isso, ao trabalhar o AP, especialmente o AP com manifestações violentas, é importante que o profissional de psicologia busque oferecer aparatos que possibilitem ao indivíduo reconhecer que o que está vivenciando se contrapõe ao que é considerado um amor sadio. Nos trabalhos identificados, observamos que os autores apresentam em seus escritos a necessidade de se fazer psicoterapia individual e grupal, e mesmo até frequentar grupos de apoio quando se vivencia um relacionamento permeado pelo AP, enfatizando ainda a necessidade de se promover ações preventivas para evitar que indivíduos experienciem uma relação com a presença desse amor disfuncional.

Ressalta-se que o profissional de psicologia “[...] ao se deparar com situações de violência [...] torna-se um agente de proteção, seja em casos onde haja apenas a suspeita, seja em situações em que há a constatação da violência” (Conselho Regional de Psicologia [PR], 2018, p. 1). Por conseguinte, ao se deparar uma vivência de AP com manifestações violentas em sua prática, o profissional de psicologia necessita adotar uma postura de cuidado frente a essa especificidade, buscando a manutenção da segurança e do bem estar do indivíduo, pois, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), no código que regulamenta a profissão, em seu segundo princípio fundamental, “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7). Por isso, diante das práticas violentas, incluindo as atreladas ao AP, é crucial que o profissional de psicologia assuma uma postura ativa e ética, visando romper com práticas violentas que estejam sendo vivenciadas por alguém.

Na publicação de Krug et al. (2002), a Resolução WHA49.25 – Prevenindo a violência: uma prioridade da saúde pública que consta no documento, evidencia a necessidade de se implementar políticas públicas versando sobre a violência, buscando não apenas a diminuição de suas manifestações, mas também ações preventivas sobre a violência na sociedade. No Brasil, contamos com a Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde, que, buscando fomentar discussões e ações em relação à

temática, implantou a partir de 2004 os Núcleos de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde. E temos ainda a Política Nacional de Humanização (PNH), implementada em 2003, que busca a valorização da dimensão humana nas práticas de saúde (Coelho, Minayo & Njaine Assis, 2014).

Considerando as manifestações violentas atreladas ao AP e o papel desempenhado pelo profissional de saúde – e, aqui, de modo particular, o profissional de psicologia –, cabe à categoria lutar para que essas ações governamentais de enfrentamento à violência não apenas sejam formuladas, mas também colocadas em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atribuir a um amor considerado disfuncional a característica patológica, embora possa, de certa maneira, proporcionar maiores estudos e intervenções que visem a melhora de relacionamentos problemáticos, parece atrelar a essa vivência uma característica que minimiza os aspectos psicossociais, culturais e econômicos que atravessam o ser humano.

Nesse cenário, pensar o AP implica também questionar os próprios critérios que definem o que é considerado normal ou patológico no que se refere a experiências humanas tão complexas quanto o amor. A análise do fenômeno passa, inevitavelmente, pelas dimensões do agir, do pensar e do sentir e pelos desdobramentos dessas dimensões nas relações afetivas e sexuais. Ainda assim, como em outros comportamentos tidos como compulsivos, os limites entre o saudável e o patológico não se apresentam de forma nítida, revelando mais zonas de tensão do que fronteiras bem definidas.

Por isso, embora a nomenclatura Amor Patológico tenha sido a escolhida para se discorrer sobre o fenômeno, critica-se aqui a patologização de um amor visto como avesso à concepção de um amor socialmente considerado ‘sadio’. Ao patologizar-se um fenômeno da ordem do vivido – o amor, que ganha características similares às de dependências, tornando-se tratável e, portanto, medicável –, indaga-se qual margem se abre para legitimar sofrimentos e validar subjetividades humanas.

O presente estudo possibilitou a compreensão do fenômeno, visando não apenas construir um entendimento sobre o AP, mas também identificar

fatores que o recortam, bem como entender possibilidades de manejo para quem é diagnosticado com AP. Também possibilitou verificar a escassez de publicações que abordem a interlocução entre o AP e a violência, o que evidencia a necessidade de estudos adicionais sobre este binômio.

Vale destacar que as discussões sobre tal fenômeno não tiveram como intuito esgotar a temática, que merece contínuos estudos e maiores aprofundamentos. Visto que o amor é um tema amplamente dialogado nos campos filosófico e artístico, mas ainda é pouco pesquisado dentro do campo científico, maiores estudos sobre o AP se mostram não apenas interessantes, mas necessários.

REFERÊNCIAS

- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Editora Fiocruz.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Beck, J. S. (2013). *Terapia Cognitiva-Comportamental: teoria e prática* (2a ed.). Artmed.
- Berti, M. P., Zilberman, M. L., Sophia, E. C., Gorenstein, C., Pereira, A. P., Lorena, A., Mello, C., Cordás, T. A., & Tavares, H. (2011). *Validação de escalas para avaliação do amor patológico*. *Archives of Clinical Psychiatry*.
- Boscardin, M. K., & Kristensen, C. H. (2011). Esquemas Iniciais Desadaptativos em Mulheres com Amor Patológico. *Revista de Psicologia da IMED*, 3(1), 517-526. <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v3n1p517-526>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2005). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (2023). Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).
- Cardella, B.H.P. (1994). *O amor na relação terapêutica*. Summus Editorial.
- Carvalho, R.F. (2014). *De princesas a sapos escaldados: um estudo sobre as mulheres que amam demais anônimas (MADA)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA.
- Coelho, E. B. S., Minayo, M. C. S., Njaine, K., & Assis, S. G. (2014). *Políticas públicas no enfrentamento da violência*. Editora Fiocruz.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. CFP.
- Conselho Regional de Psicologia do Paraná. (2019). *Nota técnica CRP-09 001/2019: Orientações às psicólogas(os) sobre preceitos éticos e técnicos para atuar em situações de violência, encaminhamentos e legislação profissional*. CRP-PR.
- de Carvalho, E. C. (2017). *Mulheres e o amor patológico: o prazer na dor de amar demais*. Psicologia.pt - O Portal dos Psicólogos.
- Ferrante, A. T., & Sousa, A. S. (2021). *Um estudo sobre relacionamentos abusivos ou tóxicos em casais heterossexuais* [Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário Barão de Mauá].
- Giddens, A. (1992). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Zahar.

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). Atlas.
- Griner, A. (2019). *Entre sinapses e hormônios: Medicalização do amor, subjetividades e a bioética dos afetos e das intimidades* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- hooks, B. (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (S. Borges, Trad.). Editora Elefante.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds.) (2002). *World report on violence and health* (Relatório Mundial sobre violência e saúde). World Health Organization.
- Lima, A. T. B. (2016). *Mulheres que amam demais: uma discussão teórica sobre o amor patológico em seus aspectos histórico-culturais e psicodinâmicos* [Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Ciências da Saúde].
- Mancini, M. C., & Sampaio, R. F. (2006). Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 10(4). <https://doi.org/10.1590/S1413-35552006000400001>
- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e saúde*. Editora Fiocruz.
- Neves, R. V. (2021). *Amor patológico: Uma investigação em relação ao gênero, crenças sobre o amor, apego e autoestima* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás].
- Rocha, D. C. C., Rodrigues, R. F. B., & Oliveira, T. B. (2018). Codependência afetiva: Quando o amor se torna um vício. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 1(143). <https://semanaacademica.org.br/artigo/codependencia-afetiva-quando-o-amor-se-torna-um-vicio>
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187–192. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100016>
- Serrão, V. A. de S., & Justi, J. (2019). Amor Saudável e Patológico: Desdobramentos Neurobiológicos. *Revista Interdisciplinar De Estudos Em Saúde*, 8(2), 98–115. <https://doi.org/10.33362/ries.v8i2.1550>
- Sophia, E. C. (2008). *Amor patológico: aspectos clínicos e de personalidade*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.5.2008.tde-11022009-162136>
- Sophia, E. C. (2014). *Desenvolvimento e validação de um instrumento para avaliar o amor patológico*. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.5.2014.tde-12012015-144921>

Sophia, E. C., Tavares, H., & Zilberman, M. L. (2007). Amor patológico: um novo transtorno psiquiátrico? *Brazilian Journal of Psychiatry*, 29(1), 33–37. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006005000003>

Wilde, O. (2021). *A decadência da mentira e outros ensaios*. Nova Fronteira.

Recebido em 30/06/2023

Aceito em 19/05/2026



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Entre a luz do palco e a sombra das coxias: uma análise psicanalítica sobre o desejo e o discurso no *Ballet* clássico.

Between the light of the stage and the shadows of the backstage: a psychoanalytic analysis of desire and discourse in classical Ballet.

Entre la luz y la sombra del escenarios: una análisis psicoanalítico del deseo y el discurso en el Ballet clásico.

Valentina Araujo Santana¹
Juliana Fonseca de Almeida Gama²

Resumo

O Ballet clássico é uma das representações de arte em dança mais antigas e rigorosas do mundo contemporâneo, por isso, os bailarinos são submetidos a pressões para o alcance de um padrão de comportamento e disciplina ideal, não apenas na execução dos movimentos, mas também na manutenção de um padrão corporal. Diante desse cenário e das possíveis relações entre psicanálise e Ballet clássico, o presente artigo buscou, por meio de uma pesquisa bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa, investigar, à luz da psicanálise, as consequências da incidência do discurso do mestre na formação dos bailarinos e refletir sobre o que sustenta o desejo do sujeito nessa dinâmica. Como resultado, verificou-se que o desejo de reconhecimento e a validação por meio do olhar do Outro se revelam como forças motrizes para o bailarino, que encontra em cada crítica, cada dor e cada aplauso uma forma de “mais-de-gozar”, ou seja, aquilo que possibilita a repetição do sacrifício em busca de uma satisfação incompleta, mas que sustenta seu vínculo com a dança. Esse desejo persistente de alcançar o ideal de Ser Bailarina, por mais inatingível que seja, mantém o bailarino comprometido com seu ofício, mesmo diante de dores e frustrações.

Palavras-chave: Ballet; Psicanálise; Discurso do Mestre.

-
- 1 Unifacisa, Brasil. <https://orcid.org/0009-0000-2685-1741>. E-mail: valentinaaraujo.psicologia@gmail.com
 - 2 Unifacisa, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2735-3696>. E-mail: juliana.gama@maisunifacisa.com.br

Abstract

Classical Ballet is one of the oldest and most rigorous dance art forms in the contemporary world. As such, dancers are subjected to pressure to achieve an ideal standard of behavior and discipline, not only in the execution of movements, but also in maintaining a body standard. Given this scenario and the possible relationships between psychoanalysis and Classical Ballet, this article sought, through a qualitative narrative bibliographical research, to investigate, in the light of psychoanalysis, the consequences of the incidence of the master's discourse in the training of dancers and to reflect on what sustains the subject's desire in this dynamic. As a result, it was found that the desire for recognition and validation through the gaze of the Other are revealed as driving forces for the dancer, who finds in each criticism, each pain and each applause a form of "more-than-enjoyment", that is, that which enables the repetition of sacrifice in search of incomplete satisfaction, but which sustains their bond with dance. This persistent desire to achieve the ideal of being a ballerina, however unattainable it may be, keeps the dancer committed to his craft, even in the face of pain and frustration.

Keywords: Ballet; Psychoanalysis; Master's Discourse.

Resumen

El Ballet Clásico es una de las representaciones más antiguas y rigurosas del arte de la danza en el mundo contemporáneo, por ello, los bailarines son sometidos a presiones para alcanzar un estándar ideal de conducta y disciplina, no sólo en la ejecución de los movimientos, sino también en el mantenimiento de una estándar del cuerpo. Ante este escenario y las posibles relaciones entre psicoanálisis y Ballet Clásico, este artículo buscó, a través de una investigación bibliográfica narrativa, de carácter cualitativo, indagar, a la luz del psicoanálisis, las consecuencias de la incidencia del discurso del maestro en la formación de bailarines. y reflexionar sobre cuál sustenta el deseo del sujeto en esta dinámica. Como resultado, se encontró que el deseo de reconocimiento y validación a través de los ojos del Otro se revelan como motores para el bailarín, quien encuentra en cada crítica, dolor y aplauso una forma de "más goce", aquello que permite repetir el sacrificio en busca de una satisfacción incompleta, pero que sostiene tu vínculo con la danza. Este deseo persistente de alcanzar el ideal de Ser Bailarín, por inalcanzable que sea, mantiene al bailarín comprometido con su oficio, incluso ante el dolor y la frustración.

Palabras clave: Ballet; Psicoanálisis; Discurso del maestro.

A dança acontece, historicamente, por duas vias: uma espiritual e outra litúrgica (Zucolloto, 2004, como citado em Agostini, 2010). A dança espiritual está centrada nos cultos e rituais e permite o contato do ser humano com o sagrado. Já a dança litúrgica, que inclui outros tipos de dança, como, por exemplo, o *Ballet* clássico, tem foco na relação que se estabelece entre o bailarino e a plateia.

Sobre o *Ballet*, Agostini (2010) o apresenta como uma representação cênica que combina dança, música, pantomima, cenário e figurinos, que dão ao enredo uma interpretação visual tão completa que dispensa palavras. Como um tipo de dança litúrgica, o *Ballet* clássico teve início no século XV, na Itália, como uma arte da realeza. Apenas os príncipes e os nobres tinham acesso à formação na dança e suas apresentações, por isso, foi, inicialmente, denominado de *Ballet* da corte. Assim, ele era símbolo de civilização e comportamento adequado, e se tornou uma maneira de se fazer superior ao restante da sociedade, “impondo formas de vestir, falar, comer, aos indivíduos que desejavam se manter no poder” (Castro, 2015, p. 19). As apresentações públicas funcionavam, segundo a autora, como uma forma de demonstrar a ordem social.

No século XVII, surgiu, na França, a primeira escola de *Ballet* clássico (Agostini, 2010), aberta pelo Rei da época, o Rei Luís XIV, e com ela, surgiu também a dança como a conhecemos hoje. A exigência de alta precisão nos gestos e movimentos servia para limitar a possibilidade de que pessoas de outras classes praticassem o *Ballet*, já que, para atingir essa perfeição, era necessário dedicar muito tempo ao ensaio, o que só era possível à nobreza. Tal início justifica o tamanho do empenho em tornar esta dança algo de grande prestígio e um privilégio de poucos.

Partindo dessas exigências, os professores adotavam, e ainda adotam, métodos rígidos de disciplina, prática esta que foi sendo naturalizada como parte da formação dos bailarinos, sob a justificativa de que precisam alcançar a perfeita execução dos movimentos. Como herança, os bailarinos são cotidianamente submetidos a pressões para o alcance de um padrão de comportamento e disciplina ideal, não apenas no sentido de perfeição na execução dos movimentos, mas também na manutenção de um padrão

corporal que exige muitos sacrifícios e renúncias. Para que este padrão seja incorporado como uma prática cotidiana, os professores exercem, na maioria das vezes, uma postura de cobranças permanentes que podem se tornar imposições e, em alguns casos, abusos.

Essa dinâmica nos remete à lógica dos discursos conceituados por Lacan. Segundo Coelho (2006, p.108), “o discurso é um modo de relacionamento social representado por uma estrutura sem palavras”. Nesse sentido, Lacan (1970/1992), no Seminário XVII: O avesso da psicanálise, propõe quatro discursos: do mestre, do universitário, da histérica e do analista, e posteriormente, um quinto, o capitalista. Esses discursos são representados como modos de vínculo social, de articulação na linguagem: cinco configurações significantes, que ordenam e regulam um vínculo social entre os sujeitos.

O *Ballet*, especificamente, nos remete ao discurso do mestre, sobretudo quando relacionado à dialética entre o senhor e o escravo, introduzida por Hegel e mencionada por Freud ao pensar a neurose obsessiva. Nessa dialética, o escravo se libertará pelo trabalho; no discurso do mestre, por sua vez, consoante esse pensamento, o Outro completa o sintoma do sujeito na medida em que este se submete a ele, o serve, agrada e corresponde. Porém, isso tem altos custos. Custa-lhes o próprio desejo.

Diante desse cenário e das relações possíveis entre psicanálise e *Ballet* clássico, apresentaram-se como problema de pesquisa as seguintes indagações: quais as consequências da incidência do discurso do mestre na formação dos bailarinos? O que sustenta o desejo do sujeito nessa dinâmica? Para responder a tais questionamentos, o presente artigo tem como objetivo investigar, à luz da psicanálise, as consequências da incidência do discurso do mestre na formação dos bailarinos e o que sustenta o desejo do sujeito nessa dinâmica. Como objetivos específicos, propõe-se: descrever os padrões de comportamento e disciplina exigidos para os(as) bailarinos(as) no *Ballet* clássico; apresentar conceitos como sujeito, Outro, significante, mais-de-Gozar e discurso do Mestre em Lacan; correlacionar os conceitos apresentados com os padrões exigidos pelo *Ballet* clássico; refletir sobre as incidências do discurso do mestre no *Ballet* clássico e suas consequências para os(as)

bailarinos(as).

Em pesquisa realizada no Periódico Eletrônico em Psicologia (PePSIC) sobre o tema *Ballet* [Todos os índices] *and* Saúde mental [Todos os índices] *and* Psicanálise [Todos os índices] não foi localizado nenhum artigo tratando sobre o tema em estudo, sinalizando a ausência de literatura especializada sobre o tema em psicologia. Logo, espera-se, com esta pesquisa, chamar a atenção para os impactos dos rígidos padrões de comportamento e disciplina adotados pelo *Ballet* clássico e, com isso, contribuir para um olhar mais atento dos profissionais da psicologia e da dança para os desafios enfrentados pelos bailarinos(as) no processo de formação.

MÉTODO

A presente pesquisa possui natureza bibliográfica, baseada no desenvolvimento de uma revisão de literatura, do tipo narrativa, na modalidade qualitativa, com caráter exploratório. A pesquisa bibliográfica foi escolhida por ser compatível com os objetivos, uma vez que ela “é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009, p. 5).

O tipo narrativo, seguindo a mesma conotação, é utilizado, pois, segundo Martins (2018), tem como objetivo mapear o conhecimento sobre uma questão ampla, não exige protocolo rígido e as fontes não são predeterminadas ou específicas, havendo uma grande intervenção subjetiva do pesquisador.

Nesse sentido, caminhando com essa proposta metodológica, a coleta dos dados se deu na literatura psicanalítica clássica, utilizando-se, de forma prioritária, os estudos de Freud e Lacan sobre o tema. Objetivando, portanto, responder às perguntas dessa pesquisa, foram utilizados conceitos psicanalíticos que permeiam os estudos lacanianos, incluindo os Seminários 16 ao 19. Contudo, o presente trabalho se debruçou, em especial, sobre o Seminário 17: O avesso da psicanálise (1970), que detalha os 4 discursos estudados por ele: o Discurso do Mestre, do Universitário, da Histórica e do

Analista. Aqui, nos aprofundamos no Discurso do Mestre.

Outros dados sobre a prática do *Ballet* e suas implicações foram coletados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), tendo como critérios de inclusão artigos científicos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, preferencialmente, em periódicos brasileiros. Foram utilizadas como descritores as palavras: *Ballet*; Saúde mental e Psicanálise. Por fim, foram selecionados 2 livros e 5 artigos.

Como esta pesquisa não trabalha diretamente com humanos, não foi necessário submetê-la ao Comitê de Ética, conforme a resolução nº 510/2026 do CNS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Era uma vez uma bailarina [...]

O *Ballet* clássico, como conhecemos hoje, segundo Agostini (2010), é fruto de muitas transformações, de uma história de mais de 500 anos. Trata-se de uma expressão por meio de “movimentos elaborados, para ser dançado por determinado número de pessoas, utilizando a música como ponte de travessia, assim como a utilização de elementos externos: roteiro, libreto, cenário, adereços e iluminação” (Bertoni, 1992). Logo, como afirma Pires et al. (2015) “o *Ballet* clássico é resultado de uma sucessão de poses no tempo”, e as coreografias devem ser harmônicas em relação ao tempo, ritmo e lugar.

Nascido na Itália, esse estilo de dança atingiu seu auge na França, no reinado de Luís XIV. Desde muito cedo, o Rei se dedicou à dança e veio a se tornar um grande bailarino, ficando conhecido como o Rei Sol, por causa de um espetáculo que durou mais de 12 horas. Luís XIV foi um grande amante das artes, e em seus anos de reinado, foi responsável por grande parte do desenvolvimento cultural que até hoje reverbera no país. Ele desejava possuir controle pessoal sobre todas as artes, o que o levou a fundar 5 (cinco) academias na década de 1660, dentre elas, a *Academie Royale de Danse*, a primeira instituição oficial de ensino de dança do mundo ocidental.

Sete anos após sua criação, em 1669, o Rei permitiu que o libretista francês Pierre Perrin estabelecesse a *Académie de L'opéra*, que ficou conhecida como “Ópera de Paris”. Em 1713, buscando formar um corpo de baile na Ópera, o rei estabeleceu a fundação da Escola Oficial de Dança, o que impulsionou a sistematização da técnica do *Ballet*, que já havia começado com Pierre Beauchamps, criador das cinco posições dos pés e braços: “À Escola de Dança coube sistematizar o ensino do *Ballet*, desenvolvendo um esquema básico e rígido de posições de cabeça, tronco, braços e pernas [...]” (Caminada, 2009, p. 105). Conforme Needham (1997), esse foi um passo essencial no desenvolvimento dos métodos de ensino do *Ballet*.

Uma das modificações mais importantes sofridas pelo *Ballet* ocorreu sob a influência do francês Marius Petipa. Em viagem à Rússia, em 1847, ele transferiu o centro mundial da dança de Paris para São Petersburgo. Durante sua permanência na Rússia, ele coreografou importantes *Ballets*, alguns com cinco ou seis atos. “Cada *Ballet* continha danças importantes para o Corpo de Baile, variações brilhantes para os bailarinos principais e um grande *pas de deux* para a primeira bailarina e seu *partner*” (Agostini, 2010, p. 23). Petipa criou três dos mais importantes *Ballets* do mundo, com a música de Tchaikovsky: A Bela Adormecida, o Quebra-Nozes e o Lago dos Cisnes.

Com o passar do tempo, o *Ballet* chegou ao Brasil através dos imigrantes europeus e tem no *Ballet* do Theatro Municipal do Rio de Janeiro a sua maior expressão, com grandes maîtres estrangeiros e brasileiros.

O ensino do *Ballet* e o desenvolvimento de métodos específicos, segundo Castro (2015) tem como base sete escolas que são referências no mundo: a Escola Italiana, com o Método Cecchetti; a Escola Francesa, com o Método Francês; a Escola Russa, que desenvolveu o Método Vaganova; a Escola Inglesa, com o Método *Royal Academy of Dance* (R.A.D); a Escola Americana, com o Método Balanchine; A Escola Dinamarquesa, com o Método Bournoville e a Escola Cubana, que desenvolveu o Método Cubano. Destas, as quatro primeiras são as mais conhecidas no Brasil e no mundo.

Do berço da Itália e da França, o *Ballet* espalhou-se para a Áustria, Alemanha, Dinamarca, Rússia, ampliando o seu alcance e passando por transformações ao longo dos anos, mas sem deixar para trás suas raízes

profundas na cultura europeia e no romantismo do séc. XIX, que impôs moldes a forma como a bailarina é percebida. Como afirma Moura (2001):

Essa mulher ideal para os românticos – dândis e boêmios - poderia ser descrita como: pálida, frágil, doente, anêmica, as que morriam jovens. Eles tinham um fraco por esse tipo de mulher, e queriam protegê-las e patrociná-las [...] os românticos consideravam a palidez indicação de uma alma pura, capaz de oferecer amor de forma incondicional (Moura, 2001, p. 122).

Diante desse cenário, nota-se que a imagem social da bailarina é multifacetada, mas carrega uma série de significados que vão além da dança em si. Tradicionalmente, a bailarina é vista como uma figura de graça e disciplina, simbolizando a beleza, a arte e a dedicação. A imagem idealizada dela é de uma mulher com o corpo esguio, longilíneo, que consegue girar sobre o próprio corpo sem esforço, como se estivesse flutuando.

A estética do *Ballet*, com suas roupas e posturas específicas, contribui para o reforço dessa imagem idealizada. O relato feito por uma bailarina na entrevista de Lira (2018) demonstra como essa dança exige um padrão rígido e preestabelecido: “O corpo ideal pra ser bailarina, grande bailarina, você precisa ter membros longos, pescoço longo e cabeça pequena, é toda uma junção. Pra você ficar assim com aquele físico esperado. [...] Infelizmente o Ballet tem isso. Pede o culto aos ossos”. A bailarina afirma ainda que, o estereótipo da bailarina reúne forma, eficiência e uma estética determinada, por isso, o corpo magro e a juventude são valores essenciais no universo do *Ballet*, e em função deles, se institui a técnica.

Desde pequena, a menina é colocada envolta por esse mundo perfeitamente cor de rosa. Filmes, livros, músicas, fotografias, propagandas e outras mídias visuais, foram, e ainda são, utilizadas para a construção de estereótipos, destacando a forma como a representação da bailarina contribui para a perpetuação desses padrões no imaginário social. As escolas de *Ballet* também contribuem para reforçar a narrativa idealizada da bailarina, não apenas nas exigências em torno do corpo e da técnica, mas também, na própria estética, como afirma Lira (2017):

A escola reforça todos os estereótipos existentes sobre a bailarina, que deve ser jovem, magra, feminina, delicada, cercada por um mundo cor-de-rosa, como os estofados que decoram a entrada do estabelecimento. Nas paredes brancas, todos os murais trazem fotos de bailarinas vestidas com tutu, collant, coque e sapatilhas. Alguns murais têm avisos e enfeites com borboletinhas feitas de cartolina também cor-de-rosa e cobertas com glitter da mesma cor. A impressão que se tem é a de estar entrando em uma casa de boneca (Lira, 2017, p. 8).

Lira (2017) destaca ainda, que associa-se à bailarina um corpo que se vincula aos atributos de perfeição e juventude. Há, inclusive, uma narrativa associada ao gênero, já que foi na mulher que o modelo de corpo da bailarina clássica encontrou sua máxima representação simbólica, a de “um corpo esbelto, jovem e ágil, capaz de executar proezas extracotidianas [...] a bailarina romântica de tutu branco, a figura lânguida e frágil da mulher mítica, idealizada em sua beleza e leveza, capaz de dançar na ponta dos pés” (Lira, 2017, p. 1).

Segundo a autora, ao considerarmos a dança como linguagem, que se expressa a partir do conjunto de sistemas de representação da cultura, o corpo de quem dança pode ser pensado como mídia, como um lugar onde são transmitidas de forma constante as informações. Estas informações, ainda segundo Lira (2017), não se limitam a uma representação artística, mas também envolvem outros sistemas de significação social, como as relações de classe, de raça/etnia, de idade/geração e de gênero. Nesse sentido, quando se afirma para uma aluna a necessidade de “ter um corpo de bailarina” o que se está buscando vai muito além da performance ou da técnica mais apurada, o que está presente na afirmação, é que esse corpo não deve comportar imperfeições.

Frente a tamanha rigidez, este artigo indaga: onde está o sujeito por trás

de tantos padrões? Sempre a serviço do Outro¹? Cabe aqui introduzir o conceito de sujeito que guiará as discussões futuras.

Ballet e Psicanálise: do sujeito ao discurso

O conceito de sujeito ocupa um lugar central na teoria psicanalítica e foi elaborado por Lacan a partir dos pressupostos de Freud. Para Freud, “sujeito não é um conceito construído explicitamente, mas algo que surge nas entrelinhas, apresentando-se como o nome do desejo” (Barroso, 2012, p. 156). “Ele é o que insiste, a repetição que se impõe. Logo, o sujeito não existe por si, mas pode advir a partir do inconsciente” (Cabas, 2009, como citado por Barroso, 2012, p. 156).

Sobre o sujeito, em Freud ainda chamado de indivíduo, entende-se que está diretamente determinado pela linguagem, “ou seja, por leis em que as palavras são tratadas como puros sinais sonoros, significantes, sem significado, por onde desliza o desejo” (Quinet, 2000, p. 16). O sujeito é aquilo ou quem aparece no cerne da palavra.

Acrescendo a essa ideia, Lacan (1992), de forma avançada, adverte que o sujeito é da ordem do efeito, não da substância, o que implica dizer que ele escapa à construção de qualquer materialidade, e desemboca no conceito de falasser que o sucede. Dito de outra forma, o sujeito é o sujeito do inconsciente e do desejo; ele está submetido à clivagem do eu, como explicitado no livro de Roudinesco e Plon (1998, p. 742). A clivagem diz respeito a um conceito fundamental da teoria psicanalítica criada por Freud, que diz da ideia de castração. O sujeito é, portanto, castrado, ou seja, atravessado pela falta, por um vazio, e, sobretudo, por uma busca de tamponamento dessa falta, que é o desejo.

Esse é o sujeito da psicanálise e, por vezes, também, o sujeito do Ballet:

¹ No seminário 11, Lacan (1985) desenvolve o processo através do qual o sujeito surge do Outro e afirma: “Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem de aparecer” (pp. 193-194). O Grande Outro é, portanto, um conceito da psicanálise de Jacques Lacan que se refere ao lugar onde se situa a cadeia do significante, que comanda tudo o que se presentifica do sujeito. Por fim, é o termo utilizado por Jacques Lacan para designar um lugar simbólico - significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus — que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo (Roudinesco & Plon, 1998, p. 559).

um alguém atravessado pelo desejo do Outro, na sempre presente busca por capturar aquilo que escapa à identificação e ao significante, que é o objeto a^2 . Quando se fala em sempre presente, fala-se que “o desejo se volta sempre para outro desejo, um vazio a outro vazio” (Almeida, 2010, p. 38), dizendo da “incompletude fundamental do ser humano e, ao mesmo tempo, do preenchimento do vazio que ela produz” (Almeida, 2010, p. 40).

A teoria psicanalítica vê, então, no desejo, o determinante da vida de cada um, quer o sujeito queira ou não (Almeida, 2010, p. 35). É a partir dele, enquanto demarcador de um sujeito e ainda de um mais-além, que é possível ser movimento nessa relação que não se estabelece de ser a ser, mas sim do ser com a falta.

No que se refere à falta, Quinet (2000, p. 26) explica que “há duas vertentes da falta: por um lado, a falta causa desejo, por outro, cria a angústia de castração, mostrando o mal-estar do sujeito”. E por que isso acontece? Para Lacan (1992), a angústia se manifesta quando o sujeito não consegue cumprir as ordens advindas do Outro, quando ele não consegue atingir o ideal necessário (Ideal do eu) para ser amado pelo Outro a fim de restituir – tamponar a castração – o narcisismo da infância, em que ocupava a posição de “Sua majestade, o bebê” (Freud, 1914).

Didaticamente, entende-se que desde antes do nascimento, uma série de projeções são feitas sobre nós: gênero, nome, profissão, comportamento, preferências. E o Eu surge como uma cristalização de imagens ideais às quais aprendemos a nos identificar desde crianças (Fink, 1998, p. 56) – estádio do Espelho – partindo essencialmente da reação do Outro parental a tais imagens e projeções. Nasce, assim, um significante, aquilo que se inscreve no inconsciente determinando a história do sujeito, sua condição de sujeito, e sua relação com o outro (Roudinesco & Plon, 1998, p. 558). Nasce, assim, também, um sujeito castrado, às voltas com um Outro sempre insatisfeito, de quem não se é possível dar conta, mas diante do qual são levantados significantes, a fim de construir uma visão de mundo e de si mesmo.

² Na psicanálise, o objeto a é um conceito de Jacques Lacan que se refere a um objeto não nomeável, presente-ausente e causa do desejo (Rocha & Rosa, 2019, p. 84).

Rodeados por significantes, então, os sujeitos são atravessados pelo que os outros esperam dele, de forma que baseiam, inconscientemente, suas vidas na busca incessante de ser aquilo que o significante representa. Dessa forma, o “ser bailarina” passa pelo mesmo lugar. Quando alguém afirma: “Eu me sinto bailarina, é como se fosse a minha carteira de identidade” (Segnini & Lancman, 2011, p. 14), há de se pensar que isso carrega um ponto de correspondência ao imperativos do O/outro: leve, calma, educada, delicada, magra, graciosa, bonita, impecável, disciplinada, perfeita. Não à toa, “é possível observar que bailarinos do *Ballet* clássico, cuja técnica é, muito comumente, aprendida desde criança, o quanto seus gestos e movimentos, mesmo fora do palco ou dos ensaios, é marcado pelas técnicas da dança clássica” (Segnini & Lancman, 2011, p. 3).

Com essa percepção acerca da importância da linguagem para o desenvolvimento do sujeito, Lacan, no seu primeiro Seminário “Os escritos técnicos de Freud” (1953), apresenta seus primeiros estudos sobre o assunto, utilizando a nomenclatura “discurso” (Dunker et al., 2017), que será o caminho trilhado na sequência.

O Discurso do *Ballet*

Lacan desenvolveu 4 (quatro) e, posteriormente, 5 (cinco) formas de discurso ou de vínculos sociais possíveis para o sujeito. Baseando-se naquilo que Freud apresentou como as profissões impossíveis – educar, governar e psicanalisar –, em “O mal-estar da civilização”, de 1930, Lacan propôs os discursos: do Mestre, da Universidade, do Analista e da Histórica e, posteriormente, do Capitalista (Dunker, 2017).

Para explicar como eles influenciam a criação dos laços sociais, Lacan desenvolveu os matemas a partir dos elementos S1, S2, *a* e \$ (sujeito barrado). Esses elementos vão mudando de lugar nos discursos, muito embora eles tenham posições que são fixas, como se vê na Figura 1.

$$\frac{\text{agente}}{\text{verdade}} \rightarrow // \frac{\text{outro}}{\text{produção}}$$

Nota. Adaptado de Psicanálise e laço social - uma leitura do seminário 17 de Coelho C.M S (2006).

Figura 1. Matema dos discursos.

Segundo Lacan (1969/1992), no primeiro quadrante (Figura 1), a peça que está na primeira posição, aquela que dá início ao processo do discurso, é sempre do agente, aquele que começa, que incita, que se dirige ao outro (S1). O outro está na posição sempre fixa de (S2). Embaixo, é o lugar da verdade da castração. Para ela, Lacan se utiliza do sujeito dividido, com um S riscado (\$), e “essa barra, em lógica, significa a negação sendo, portanto, \$ o matema do sujeito do inconsciente definido pela impossibilidade de sua nomeação e pelo vazio de sua negatividade” (Quinet, 2002, p. 28).

Diante deste matema geral, entende-se que o discurso do mestre se organiza da seguinte forma:

$$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a} \quad \frac{\text{senhor}}{\text{sujeito barrado}} \rightarrow \frac{\text{escravo}}{\text{gozo}}$$

Nota. Adaptado de Psicanálise e laço social - uma leitura do seminário 17 de Coelho C.M S (2006).

Figura 2. Matema do discurso do mestre.

O Discurso de Mestre é aquele de quem tem o poder e o saber; a ordem, ou seja, é o discurso do Significante Mestre. Sua configuração, representada na Figura 2, evidencia que “A fala do mestre instrumentaliza o outro e priva-o de seu status de sujeito” (Schmidlehner, 2020). O termo Mestre foi escolhido para resumir a quem o discurso se direciona e para explicar essa relação de poder. Assim, Lacan utiliza os termos hegelianos de senhor (S1) e escravo (S2), fazendo alusão aos termos em que, nesses laços, o que mantém a servidão, impedindo a assunção da liberdade do escravo, muitas vezes é o gozo usufruído pelo servo por sua própria condição de escravidão. Pensemos como isso funciona no *Ballet*.

Utilizando os termos bailarino (S1) e Mestre (S2) e mantendo os elementos ocultos sujeito barrado (\$) e Gozo (objeto a) teremos o matema apresentado na Figura 3.

$$\frac{S1 \rightarrow S2}{\$ // a} \quad \frac{\text{Bailarina}}{\text{sujeito barrado}} \longrightarrow \frac{\text{Mestre}}{\text{gozo}}$$

Figura 3. Matema do discurso do *Ballet*.

Dar ao termo Bailarino o lugar de articulador do discurso, de agente (S1), é resultado do que foi relatado sobre como a imagem social da bailarina é multifacetada e carrega uma série de significantes que vão além da dança em si, já que “S1 é . . . o significante, a função de significantes sobre a qual se apoia a essência do senhor” (Lacan, 1969/2016, p. 19). Pensando nisso e em cada espaço ocupado por cada elemento, levemos em consideração Segnini e Lancman (2011), que afirmam que:

O bailarino realiza seu trabalho submetido à constante vigilância, observação do outro. Durante os ensaios está sob o olhar crítico do coreógrafo, da direção e dos colegas. É frequentemente interrompido para reelaborar os movimentos a serem corrigidos. No momento do espetáculo, somam-se os olhares do público e da crítica especializada. A exposição permanente à crítica é inerente ao trabalho do bailarino, desde o início do processo até a última etapa, o espetáculo. A permanente submissão ao julgamento do outro, a constante exposição física, somados à permanente incerteza frente aos limites do instrumento de trabalho (p. 14).

A imagem idealizada da bailarina é de uma mulher com o corpo esguio, longilíneo, que consegue girar sobre o próprio corpo sem esforço, como se estivesse flutuando. Tradicionalmente, a bailarina é vista como uma figura de graça e disciplina, simbolizando a beleza, a arte e a dedicação. Nesse sentido e mais-além, a aprendizagem da dança envolve mais do que uma simples execução de movimentos técnicos e de um corpo esguio; ela se desenvolve em

um campo de interações complexo entre o professor e a bailarina, onde aspectos afetivos, comportamentais e sociais desempenham papéis relevantes.

Cavalcanti (2021, p. 316) observa que “os alunos definem seus desejos e necessidades em torno de seu apego a uma figura de autoridade”, ou seja, o relacionamento com o professor, enquanto figura de poder, molda tanto a experiência da bailarina quanto suas expectativas e o seu desejo de validação e reconhecimento que, mesmo na forma de crítica, pode ser visto como uma forma de cuidado ou orientação.

Esse "apego" pode assumir diferentes formas, inclusive a busca pela atenção do professor, que, como observa o autor, é um dos motores da aprendizagem. O aluno “aprende a amar a atenção do professor, mesmo que seja uma atenção negativa” (Cavalcanti, 2021, p. 321). Aqui, Cavalcanti (2021) sublinha um aspecto importante do comportamento das bailarinas: a necessidade de serem reconhecidas, seja por meio de críticas construtivas, seja pela valorização de seu esforço, mesmo quando essa atenção não é necessariamente positiva. Tal funcionamento pode ser esclarecido por uma hipótese identificada por Segnini e Lancman (2011):

Analizou-se que esses bailarinos estavam tentando informar que reconheciam a dor e a expunham enquanto resultado previsto e necessário para a avaliação positiva de seu trabalho, de sua dedicação às suas atividades. O bailarino dolorido representaria, assim, um trabalhador comprometido, dedicado, envolvido com o seu trabalho. Ao valorizar as suas lesões e dores o bailarino torna visível aquilo que é invisível: o seu esforço, o seu labor (Segnini & Lancman, 2011, p. 15).

A bailarina, muitas vezes, desenvolve uma dependência emocional dessa atenção, a atenção do Outro. Nesse sentido, Moura (2001, p. 15) afirma que:

[...] é esperado das bailarinas que apresentem esse comportamento passivo, isento de questionamentos, que seja sempre dócil e meiga, que nunca critique as aulas ou a autoridade do professor/a. A única crítica deve ser sempre dirigida ao próprio corpo e ao desempenho.

Nesse ponto, encontramos mais um elemento essencial na estrutura do discurso, aquilo que é capaz de mostrar à bailarina que ela é, também, um sujeito atravessado por aquilo que nos é insuportável, a falta. Segnini e Lancman (2011) esclarecem que os bailarinos(as) experimentam:

O sentimento de ser preterido, pelo coreógrafo ou direção, e o sentimento de impotência em relação aos limites do corpo e ao fato de não serem somente corpo - máquina, mas de serem pessoas e assim, limitadas, frágeis e submetidas à inexorabilidade da vida (Segnini & Lancman, 2011, p. 14).

É aqui que bailarinas se deparam com o real da castração; somos falhos e, em qualquer âmbito de nossas vidas, estamos sujeitos a falhas, o sujeito castrado (\$) e, no *Ballet*, isso pode passar diretamente pela via do corpo. O corpo é o instrumento de trabalho do bailarino, por isso, o esforço do dançarino em mantê-lo estético e tecnicamente perfeito, seja para realizar certos movimentos até ser aceito em importantes companhias de dança que remuneram esse trabalho e tornam possível o sonho de viver apenas da arte, porém, o corpo humano é naturalmente instável e suscetível a diversos fatores. “O limite do corpo, seja pelo envelhecimento ou pelas dores e lesões, é vivenciado pelos bailarinos de maneira imposta. A dor física, as lesões, o envelhecer são vivenciadas com angústia por esse grupo” (Segnini & Lancman, 2011, p. 14).

O ideal de corpo da bailarina perfeita está longe de ser uma realidade possível para muitas mulheres. O que é exigido delas vai além da técnica impecável, da beleza estética e da expressão artística: a busca pela perfeição impõe uma pressão imensa sobre o seu corpo, que, por mais treinado e disciplinado que seja, tem seus próprios limites. As imposições físicas obrigatórias do corpo de uma bailarina, muitas vezes, vão além do que é natural ou saudável.

Na prática do *Ballet*, o uso de sapatilhas de ponta é um dos principais fatores dessa sobrecarga corporal. Uma pesquisa de Picon e Franchi (2007 como citado em Lira, 2017), revela que o uso dessas sapatilhas pode resultar em lesões graves, afetando a coluna vertebral, os quadris, os joelhos, os

tornozelos e os pés. Essas lesões são consequências de um esforço contínuo para atingir posições que exigem flexibilidade e força.

Quando uma bailarina já não corresponde ao ideal estético, o que é visto como perfeito e o que seu corpo consegue entregar no palco, impõe-se como um limite a continuidade de sua profissão ou de sua dedicação à dança, mesmo que seja de forma não profissional, pois “Quando uma bailarina já não corresponde ao ideal de beleza e agilidade e perfeição, há uma cisão” (Lira, 2017, p. 13). A busca pela leveza, pela graça e pela perfeição no movimento faz com que o corpo da bailarina seja obrigado a realizar movimentos que nem sempre são saudáveis. Como apontam Goertzen et al. (1989) e Grego et al. (1999, como citado em Machado et al., 2006), a pressão excessiva sobre o sistema muscular esquelético pode levar o corpo a limites insustentáveis. A exigência de manter posturas e formas muitas vezes não anatômicas, com extremidades sobrecarregadas, prejudica o equilíbrio natural do corpo e, com o tempo, pode ser um fator de lesões e adoecimentos, fazendo com que a bailarina tenha que abandonar a sua profissão ou o seu sonho de dançar.

Diante de tantas adversidades, fica o questionamento sobre o que leva alguém a viver em função disso. Lacan, ainda no Seminário 16, vai apresentar o conceito de *mais-de-gozar* que, no discurso do mestre, diz respeito à relação do escravo. Nesse discurso, o mesmo, embora tenha a prática e consiga produzir, não permanece com o resultado total do seu trabalho, que fica com o senhor. Essa apropriação de parte do trabalho não remunerado, que é apropriada pelo senhor, será denominada por Karl Marx, em sua obra *O Capital*, como *mais-valia*. É a partir dessa compreensão que Lacan vai definir o *mais-de-gozar*, que nas palavras do próprio:

É uma função que renuncia ao gozo sob o efeito do discurso. É isso que dá lugar ao objeto a. Desde o momento em que o mercado define uma mercadoria um objeto qualquer do trabalho humano, esse objeto carrega em si algo da *mais-valia* (Lacan, 1968/2008, p. 19).

Tendo em vista que a noção de gozo em Lacan está ligada à ideia de repetição, repetir tal ação em busca de uma satisfação anteriormente atingida,

“esse gozo aparentemente anulado não fica perdido, pelo contrário, ele está concentrado no ponto do Ideal” (Uchoa, 2022). No discurso, no laço social com o outro, o sujeito consegue produzir e restituir o gozo perdido de uma maneira sistemática. Então, o produto do discurso do mestre e do discurso do *Ballet* é o mais-de-gozar, essa função que sustenta o discurso.

Em algum lugar, essa bailarina se satisfaz, seja no aplauso do público, no elogio do professor, ao ser escolhida para um papel, ao se olhar no espelho e ver aquela menina de tutu rosa brilhante, ao voar em cada salto e rodar mais uma pirueta. Existe esse lugar que leva a crer que um dia será possível *Ser A Bailarina*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto explorou a complexidade do discurso e das relações de poder no universo da dança, especialmente para a bailarina, que se encontra em uma posição de subordinação: tanto no aspecto físico quanto no social. Ao atribuir ao bailarino o papel de “S1” – significante que sustenta o discurso – e ao mestre a função de “grande Outro”, evidencia-se como a busca pela perfeição é acompanhada de um processo de vigilância constante e uma demanda incessante pela superação dos limites físicos. Esse quadro de exigências intensas resulta em um conflito entre a idealização do corpo e as restrições reais e inevitáveis que ele impõe.

Além disso, o desejo de reconhecimento e a validação por meio do olhar do Outro revelam-se como forças motrizes para o bailarino, que encontra em cada crítica, cada dor e cada aplauso uma forma de “mais-de-gozar”, ou seja, aquilo que possibilita a repetição do sacrifício em busca de uma satisfação incompleta, mas que sustenta o seu vínculo com a dança. Esse desejo persistente de alcançar o ideal de *Ser Bailarina*, por mais inatingível que seja, mantém o bailarino comprometido com seu ofício, mesmo diante de dores e frustrações.

Por fim, o ideal da bailarina perfeita persiste como um sonho e um peso, um amor e uma dor. A imagem idealizada e os sacrifícios diários formam um ciclo complexo que combina arte e sofrimento, beleza e disciplina, em uma

busca constante por algo que nunca será plenamente atingido: a perfeição.

Durante a pesquisa deste trabalho, foi possível também perceber o quão alheio é o público em geral acerca do sofrimento que aqueles que escolheram essa arte passam desde a tenra idade para serem bailarinos de sucesso. Pouco se sabe sobre os transtornos associados ao ambiente disciplinar das escolas de *Ballet*. É um lado sombrio que fica oculto nas coxias do teatro e camuflado nos camarins, ofuscado pelos holofotes, mas presente nos transtornos alimentares, nas lesões físicas, na sobrecarga mental.

A realização de mais estudos sobre o tema é fundamental para aprofundar o conhecimento de suas múltiplas facetas, contribuindo para a compreensão de suas causas, efeitos e implicações. Além disso, estudos mais abrangentes e detalhados sobre o tema promovem o desenvolvimento de ferramentas e estratégias mais eficazes para lidar com os desafios associados, fomentando um conhecimento mais preciso e atualizado para a sociedade acadêmica e para essa pessoa que está por trás das cortinas do teatro, lutando — inconscientemente — por aquilo que ama, em busca, talvez, daquilo que Lacan chamou de “amor mais digno”.

REFERÊNCIAS

- Agostini, B. R. (2010). *Ballet clássico: preparação física, aspectos cinesiológicos, metodologia e desenvolvimento motor*. Editora Fontoura.
- Almeida, A. M. (2010). O desejo no neurótico obsessivo. *Psicologia Revista*, 19(1), 33-57. <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/5219>
- Barroso, A. D. F. (2012). Sobre a concepção de sujeito em Freud e Lacan. *Barbaroi*, (36), 149-159. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-65782012000100009&script=sci_arttext
- Castro, C. K. (2015). *Métodos do balé clássico: História e consolidação*. CRV.
- Cavalcanti, R. P., & Lakes, R. (2021). As mensagens por trás dos métodos: o legado pedagógico autoritário em aulas e ensaios da dança cênica ocidental. *POS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFG*, 11(21), 308-331. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/20375>
- Coelho, C. M. S. (2006). Psicanálise e laço social: uma leitura do seminário 17. *Mental*, 4(6), 107-121. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v4n6/v4n6a09.pdf>
- Dunker, C. (2017, 11 de janeiro). *Os 4 discursos de Lacan | Christian Dunker | Falando n'isso 82* [vídeo]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FAPE8-L8orE>
- Dunker, C. I. L., Paulon, C. P., & Milán-Ramos, J. G. (2017). *Análise psicanalítica de discursos: Perspectivas lacanianas* (2a ed.). Estação das Letras e Cores.
- Fink, B. (1998). *O Sujeito Lacaniano*. Jorge Zahar.
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In *Freud (1914-1916) - Obras completas* (P. C. de Souza, Trad.; Vol. 12). Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1985). O Seminário, livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Zahar.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2021). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.

- Latorraca, C. D. O. C., Rodrigues, M., Pacheco, R. L., Martimbianco, A. L. C., & Riera, R. (2019). Busca em bases de dados eletrônicas da área da saúde: por onde começar. *Diagnóstico e Tratamento*, 24(2), 59-63.
- Lira, C. B. (2017). *O que aprendi com a sapatilha de ponta: Um olhar feminista de uma bailarina quase balzaca* [Comunicação oral]. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Bahia, Brasil. https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA18_ID1357_02082017142730.pdf
- Lira, C. B. (2018). Quando bailarinas envelhecem: Gênero, corpo e envelhecimento. *Revista Feminismos*, 6(2), 129-138. <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/download/30394/17916>
- Machado, Y. F., Alcaide, A., & Paranhos, R. (2006). *A análise biomecânica das lesões de joelho no ballet clássico profissional: Uma revisão bibliográfica* [Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário São Camilo].
- Martins, M. F. M. (2018). *Estudos de revisão de literatura* [Slides de PowerPoint]. ARCA/Fiocruz. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29213/Estudos_revisao.pdf
- Schmidlehner, M. F. (2020, 13 de agosto). *Os quatro discursos de Lacan: Discurso do mestre* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=W2yTZlXr1g8>
- Moura, K. C. F. (2001). *Essas bailarinas fantásticas e seus corpos maravilhosos: Existe um corpo ideal para a dança?* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1590907>
- Quinet, A. (1991). *As 4+1 condições da análise*. Zahar.
- Quinet, A. (2000). *A Descoberta do Inconsciente*. Zahar.
- Rocha, I. M. S. A., & Rosa, M. (2019). O tempo e o objeto na psicanálise. *Tempo Psicanalítico*, 51(2), 84-102. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382019000200005
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Zahar.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>

- Segnini, M. P., & Lancman, S. (2011). Sofrimento psíquico do bailarino: um olhar da psicodinâmica do trabalho. *Laboreal*, 7(1), 1–21. <https://journals.openedition.org/laboreal/8185>
- Uchoa, L. (2022). Das identificações ao amor mais digno: a política da psicanálise – Seção Nordeste. *Escola Brasileira de Psicanálise*. <https://ebp.org.br/nordeste/das-identificacoes-ao-amor-mais-digno-a-politica-da-psicanalise/>

Recebido em 04/12/2024

Aceito em 19/05/2026



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Formação crítica e compromisso social na Psicologia Escolar Latino-Americana contemporânea

*Critical Training and Social Commitment in Contemporary Latin
American School Psychology*

*Formación crítica y compromiso social en la Psicología Escolar
Latinoamericana contemporánea*

**Marli Polenz Ferreira¹
Francisco Nilton Gomes de Oliveira²**

A obra “A formação em psicologia escolar e educacional em países da América Latina”, organizada por Marilene Proença Rebello de Souza (2024), constitui uma contribuição relevante ao campo da Psicologia Escolar e Educacional ao propor uma análise crítica e comparativa dos processos de formação profissional em diferentes contextos latino-americanos. Publicado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, o livro resulta de uma pesquisa interinstitucional desenvolvida no âmbito do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE), reunindo pesquisadores da Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, México e Peru. Trata-se de uma produção coletiva que articula distintas tradições acadêmicas, políticas educacionais e realidades sociais, conferindo densidade analítica e relevância epistemológica à obra.

Desde a apresentação, a organizadora explicita o compromisso com uma concepção crítica de formação em Psicologia Escolar e Educacional, afastando-se de perspectivas tecnicistas, universalizantes ou descontextualizadas. A formação do psicólogo é compreendida como um

1 Universidade de Santa Maria/UFSM, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7144-0482>.
E-mail: m.ferr@hotmail.com

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-2293-2111>. E-mail: nilton@medicina.ufrj.br

processo histórico, social e político, atravessado por disputas em torno das concepções de educação, desenvolvimento humano e do papel social da Psicologia. Tal perspectiva dialoga com a compreensão de Vigotski (2007), para quem o desenvolvimento humano não pode ser analisado fora das relações sociais e históricas que o constituem. Essa orientação teórica perpassa os capítulos e constitui um eixo estruturante da obra, evidenciando a preocupação em analisar a formação profissional para além dos currículos formais e das listas de competências.

A proposta central do livro consiste em examinar os modelos de formação em Psicologia Escolar e Educacional nos países participantes da pesquisa, considerando aspectos como organização curricular, referenciais teóricos predominantes, articulação entre teoria e prática, modalidades de estágio, inserção profissional e a influência de políticas públicas e de organismos internacionais. A abordagem comparativa permite identificar convergências e divergências entre os contextos analisados, oferecendo um panorama complexo da formação profissional na região.

Entre as convergências, destaca-se a crítica a modelos centrados na individualização dos problemas escolares e na adaptação dos sujeitos às normas institucionais. Os capítulos apontam para concepções que compreendem os fenômenos educacionais como produções históricas e sociais, exigindo do psicólogo uma atuação voltada à análise das condições institucionais, pedagógicas e sociais do processo educativo, em consonância com a Psicologia Escolar Crítica latino-americana.

Nesse sentido, a obra dialoga com a perspectiva de Martín-Baró (1996), ao afirmar que a Psicologia deve assumir um compromisso ético e político com a transformação da realidade, sobretudo em contextos marcados por profundas desigualdades sociais. O autor destaca a necessidade de desenvolver modelos de intervenção que considerem as especificidades dos problemas vivenciados no cotidiano escolar, como expressa ao afirmar: *“pienso que debemos buscar o elaborar modelos adecuados para captar y enfrentar la peculiaridad de nuestros problemas”* (Martín-Baró, 1990, p. 36). Tais modelos orientam práticas que ultrapassam intervenções individualizadas e

contribuem para a problematização das condições institucionais e sociais que atravessam o processo educativo (Martín-Baró, 1996).

Por outro lado, evidenciam-se diferenças significativas entre os países no que se refere à regulamentação profissional, às políticas de formação superior e às possibilidades de inserção do psicólogo nos sistemas educacionais. Essas divergências ressaltam o caráter situado da formação profissional e problematizam a adoção de modelos homogêneos ou prescrições universais, em consonância com a crítica de Freire (2019) às práticas educativas descontextualizadas e alheias às realidades concretas dos sujeitos.

A discussão sobre o papel social da universidade também ocupa lugar central na obra, ao evidenciar a distância entre a formação acadêmica e as demandas concretas das instituições educativas. Essa questão reforça a necessidade de currículos que articulem teoria, pesquisa e intervenção, sobretudo em contextos de profundas desigualdades sociais. Freire (2019) assinala que não há prática educativa neutra, sendo fundamental reconhecer a responsabilidade da universidade na formação de profissionais críticos e comprometidos com a transformação social.

Em síntese, “a formação em psicologia escolar e educacional em países da América Latina” oferece uma análise consistente e crítica sobre os rumos da formação do psicólogo escolar e educacional na região. Ao articular diferentes contextos nacionais e perspectivas teóricas, a obra fortalece o debate sobre a formação profissional e reafirma o compromisso da Psicologia com a transformação das realidades educacionais latino-americanas.

REFERÊNCIAS

- Freire, P. (2019). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (58a ed.). Paz & Terra.
- Martín-Baró, I. (1990). Guerra y salud mental. In Martín-Baró, I. (Ed.), *Psicología social de la guerra: Trauma y terapia* (pp. 23–40). UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1996). *Psicología de la liberación*. Trotta.
- Souza, M. P. R. (Org.). (2024). *A formação em psicologia escolar e educacional em países da América Latina*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596402>
- Souza, M. P. R. de. (2010). *Psicologia escolar e educacional: Perspectivas críticas*. Casa do Psicólogo.
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (J. C. Neto, L. S. M. Barreto & S. C. Afeche, Trans.; 7a ed.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1978)

Recebido em 27/01/2026

Aceito em 11/06/2026



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Carla Cristina Garcia (1967-2025) e os 40 anos de feminismo na PUC-SP

Aline Mandelli¹

Beatriz Borges Brambilla²

Betina Teixeira Pinto Ticoulat³

Fabio Mariano da Silva⁴

Jessica Idalina Ribeiro da Silva⁵

José Francisco Greco Martins⁶

Falar sobre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo é quase um mergulho na própria história da resistência política e do pensamento crítico no Brasil. Ao longo de décadas, a instituição se consolidou não apenas como um espaço de excelência acadêmica, mas também como um território de defesa intransigente das liberdades democráticas e dos direitos humanos. Nos anos mais duros da ditadura civil-militar, suas salas e corredores serviram de refúgio para o debate proibido, acolhendo intelectuais cassados pelo regime e transformando o saber em uma ferramenta viva de enfrentamento à opressão. É essa tradição de uma ciência que não se isola em gabinetes, mas pulsa com as urgências das ruas e das maiorias marginalizadas, que define a identidade da universidade.

Por aquela comunidade passaram figuras que ajudaram a decifrar as contradições do país e a propor caminhos de transformação. Entre tantas trajetórias marcantes, o pensamento feminista brasileiro encontrou ali um solo fértil e combativo. A presença de Heleieth Saffioti, com sua análise

- 1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://orcid.org/0009-0003-2542-3982>. E-mail: alinemandelli@gmail.com
- 2 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0001-9157-8593>. E-mail: bbbrambilla@pucsp.br
- 3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://orcid.org/0009-0006-8616-5245>. E-mail: be.ticoulat@gmail.com
- 4 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0002-3429-2377>. E-mail: famao6@gmail.com
- 5 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://orcid.org/0009-0008-0703-1113>. E-mail: jessicaidalinar@gmail.com
- 6 Universidade Municipal de São Caetano do Sul. <https://orcid.org/0000-0002-9691-4389>. E-mail: jfgreco@uol.com.br

pioneira que costurou capitalismo, racismo e patriarcado, deixou marcas na forma de compreender as desigualdades estruturais. Essa semente de radicalidade e profundidade histórica e filosófica frutificou e ganhou novos contornos nas últimas quatro décadas, corporificada na trajetória e na dedicação de Carla Cristina Garcia.

Celebrar os quarenta anos do feminismo na instituição, indissociável da figura de Carla, é reconhecer o poder de uma prática pedagógica feminista que subverte as lógicas tradicionais do poder acadêmico. Carla, ainda juvenzinha, iniciou essa caminhada também na resistência estudantil à ditadura e, neste mesmo espaço, forjou-se ao longo dos anos como uma referência incontornável. Suas salas de aula nunca foram lugares restritos à transmissão de conteúdos, mas espaços de ruptura de hierarquias, onde o conhecimento se constrói na horizontalidade, onde as vozes de todas, todes e todos ganham direito de circulação e o amor constituía um imperativo ético. Trata-se de uma ciência feminista que não abre mão do rigor e da densidade teórica, mas que compreende que o saber só é legítimo se estiver fincado na realidade vivida.

Como tantas mulheres que escolhem dedicar sua existência à emancipação de outras mulheres, Carla enfrentou os bônus e os ônus de sua coragem. Foi alvo de ameaças e de tentativas de desqualificação por parte de setores conservadores que temem o avanço das pautas libertárias. No entanto, sua resposta a esses ataques nunca foi reproduzir a violência, mas sim seguir em frente e concentrar-se no seu fazer artesanal acadêmico: o fortalecimento de redes de apoio, com o acolhimento e a generosidade que a caracterizavam. Ao estender a mão e abrir caminhos para jovens pesquisadoras e professoras, ela transformou o feminismo em uma política do cotidiano, uma prática de cuidado e solidariedade que redesenha as relações institucionais dia após dia.

Essa força visceral, que evoca a presença e os mistérios da deusa Inanna, materializou-se na criação de um grupo de pesquisa que rompe com a sobriedade cinzenta e burocrática frequentemente imposta pela academia. Com uma estética única, vibrante, alegre, criativa, cômica, cheia de cor e profundamente latino-americana, o grupo se tornou um espaço de produção coletiva que agrega às diferentes diferenças da humanidade e das ciências humanas em sua plenitude. É através de iniciativas como essa que a

universidade se faz universidade, que renova seu compromisso com uma ciência que é comprometida com a vida, com a sociedade e com a liberdade - uma ciência feminista.

Foi precisamente por essa ruptura insubmissa que o percurso de Carla encontrou a Psicologia. Longe de se alinhar às correntes tradicionais e assépticas do fazer psicológico, sua chegada a esse campo se deu pelo compromisso de dismantelar as engrenagens que, historicamente, patologizaram os corpos e as existências das mulheres. Tornando-se uma referência teórica indispensável na área, Carla trouxe para o centro do debate a urgência de uma Psicologia que se recusa a ser abstrata, neutra ou universal. Ao questionar os universalismos herdeiros de uma ciência colonial e patriarcal, sua atuação reposiciona a subjetividade como algo indissociável das amarras políticas, econômicas e de gênero.

Essa postura crítica ganha contornos definitivos em sua obra *Ovelhas na Névoa*, livro produto de sua pesquisa de mestrado em Ciências Sociais na PUC-SP, na qual se debruça sobre a produção social da loucura e o aprisionamento da vida das mulheres pelo saber biomédico. Na obra, os diagnósticos deixam de ser verdades clínicas absolutas e passam a ser lidos como estratégias de controle e silenciamento de corpos que ousaram desviar das normas de gênero e suas expectativas domésticas. Trata-se de uma denúncia rigorosa de como as instituições de confinamento e o discurso psiquiátrico operaram, e ainda operam, para conter a rebeldia e gerir o sofrimento produzido pelo próprio patriarcado. *Ovelhas na Névoa* é um manifesto de escuta às vozes que a história oficial tentou apagar na bruma do esquecimento.

Mais do que nos deixar um conjunto de obras, ela nos ensinou, cotidianamente, uma postura diante da vida: a de que o fazer científico é, fundamentalmente, um ato de comunidade, escuta e coragem. Ao costurar a docência, a escrita e o afeto, Carla Cristina Garcia consolida na Psicologia a mesma máxima que orienta sua trajetória no feminismo: a de que a produção de conhecimento só faz sentido se for para libertar a vida. Suas alunas carregam consigo a certeza de que a ciência se faz com o corpo, com emoção, com memória, em relação e com o compromisso inegociável com a invenção de

novos mundos. Esse "modo Carlota" de habitar a universidade e produzir conhecimento transbordou tanto os muros da academia quanto os do Brasil. Ao longo dos anos, essa rede de cuidado e rigor teórico se estendeu na formação de gerações de pesquisadoras de Iniciação Científica, mestrado e doutorado — trabalhos pelos quais a orientação de Carla continua recebendo prêmios, inclusive após sua repentina, precoce e ainda recente morte.

Ao nos ensinar o sentipensamento no encontro e na pluralidade, Carla plantou sementes que hoje se espalham e mantêm vivo um saber-fazer feminista. Esse legado, cultivado ao longo de quarenta anos na PUC-SP, floresce em cada pesquisa e em cada fresta de subversão que forjamos e sustentamos. É ele que nos dá fôlego para multiplicar essa herança, garantindo que o pensamento permaneça, para sempre, comprometido com a vida e com a liberdade.

REFERÊNCIAS

Garcia, C. C. (1995). *Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura*. Rosa dos Tempos



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.